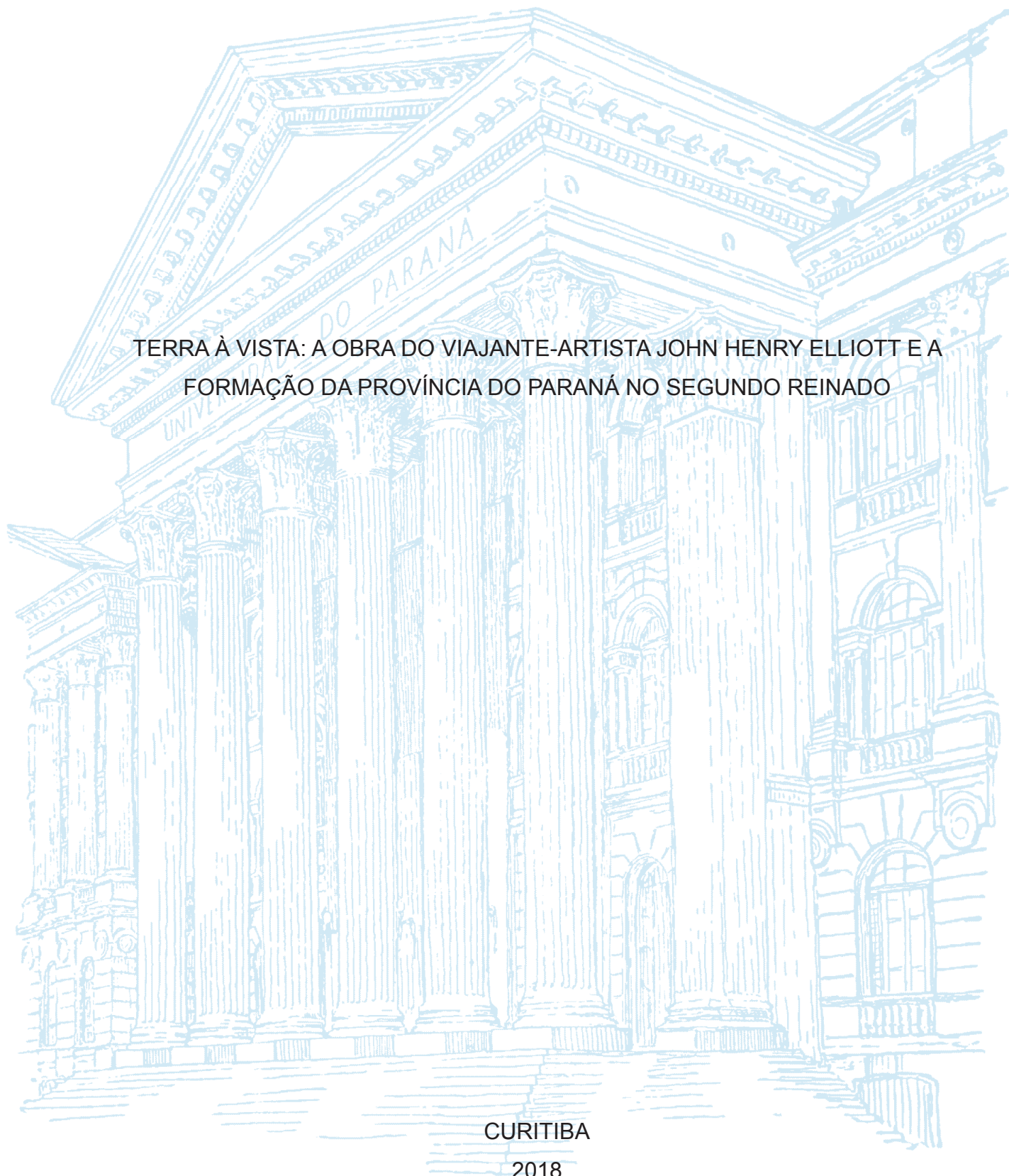


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ LUIZ DE CARVALHO

TERRA À VISTA: A OBRA DO VIAJANTE-ARTISTA JOHN HENRY ELLIOTT E A
FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ NO SEGUNDO REINADO



CURITIBA

2018

JOSÉ LUIZ DE CARVALHO

TERRA À VISTA: A OBRA DO VIAJANTE-ARTISTA JOHN HENRY ELLIOTT E A
FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ NO SEGUNDO REINADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Linha de Pesquisa *Território, Cultura e Representação*, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli

CURITIBA

2018

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

- C331t Carvalho, José Luiz de
Terra à vista: a obra do viajante-artista John Henry Elliott e a
formação da província do Paraná no segundo reinado / José Luiz De
Carvalho – Curitiba, 2018.
293p. : il. [algumas color.] ; 30 cm.
- Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2018.
Orientador: Alessandro Filla Rosaneli
Bibliografia: p. 244-271.
1. Geografia – Paraná. 2. Iconografia. 3. Elliott, John Henry, 1809-
1888. 3. Paraná – História. I. Universidade Federal do Paraná. II.
Rosaneli, Alessandro Filla. III. Título.

CDD: 981.62

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585

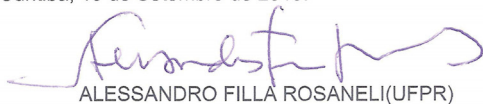


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

TERMO DE APROVAÇÃO

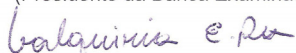
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **JOSE LUIZ DE CARVALHO**, intitulada: **TERRA À VISTA: A OBRA DO VIAJANTE-ARTISTA JOHN HENRY ELLIOTT E A FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ NO SEGUNDO REINADO.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Setembro de 2018.

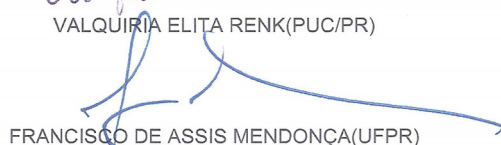


ALESSANDRO FILLA ROSANELI(UFPR)

(Presidente da Banca Examinadora)



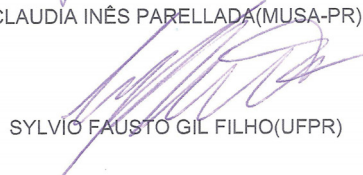
VALQUIRIA ELITA RENK(PUC/PR)



FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA(UFPR)

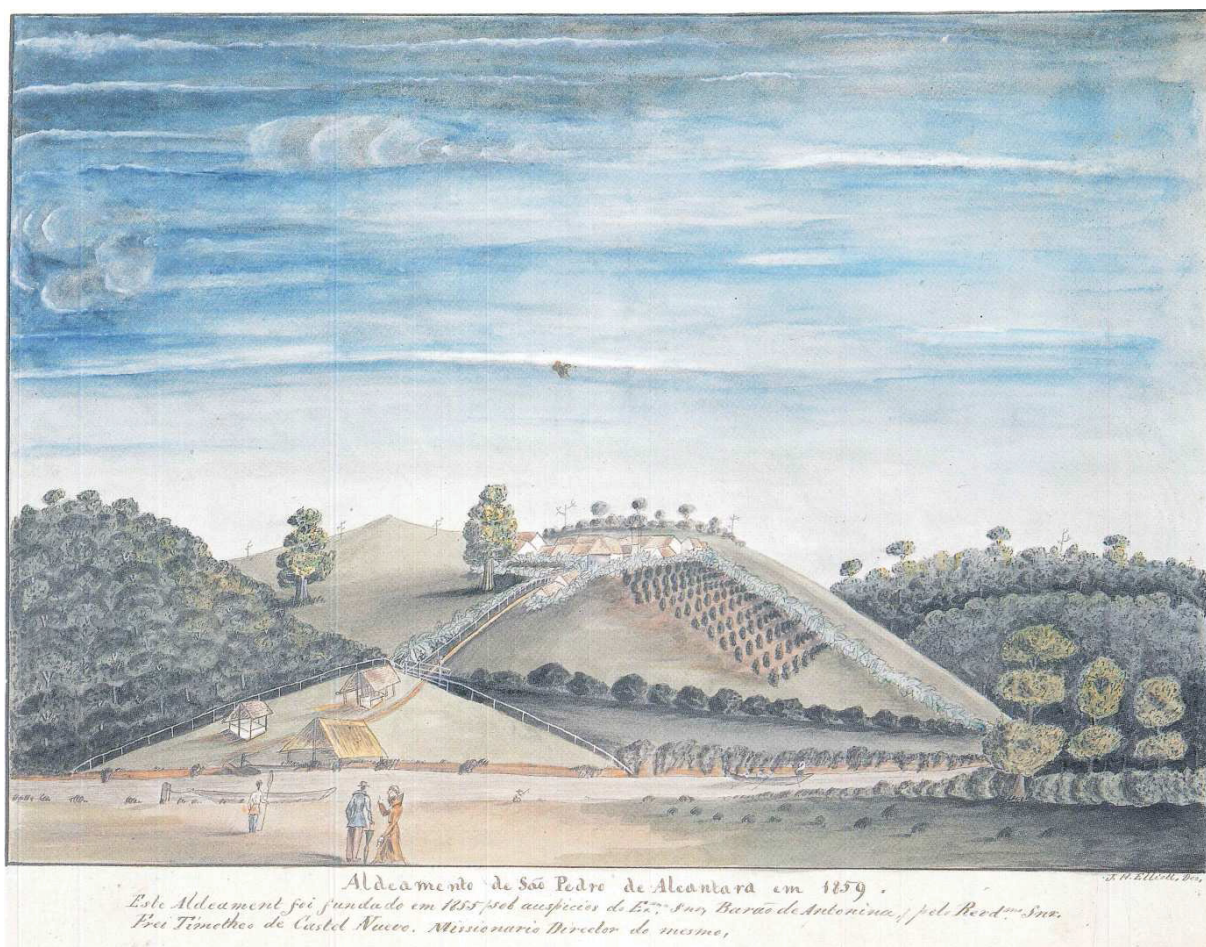


CLAUDIA INÊS PARELLADA(MUSA-PR)



SYLVIO FAUSTO GIL FILHO(UFPR)

OBS: este documento é válido por 90 (noventa) dias a contar da data.



Dedico este trabalho à minha filha Helena Yuri Ueda de Carvalho, à minha irmã jornalista Cleuza de Carvalho (*in memoriam*) e ao meu orientador Professor Dr. Alessandro Filla Rosaneli.

E, em especial, à minha esposa Marly Yumiko Ueda マルリ ユミコ 上田 (*in aeternum memoriam*). Nomes budistas *Shaku ni Baidyou* e *Flor de Ameixeira Branca que Brotou no Paraíso*.

Flor que viverá como uma ardente e eterna chama em meu coração!

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente os docentes e os funcionários administrativos Adriana Cristina Oliveira, Luis Carlos Zem e Alexandra Gama do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. E o meu orientador Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli, pelo espírito acadêmico e pelos momentos de aprendizado, debates e troca de conhecimentos que compartilhamos. Assim como todos os discentes e colegas das disciplinas da pós-graduação. Pois, todos fizeram parte daquele universo holístico que nos uniu neste momento. Os instantes de debates que vivenciamos nas disciplinas do curso estiveram entre as coisas que mais me motivaram e me mantiveram na trilha do sonho do Doutorado. Que, muitas vezes, nestes tempos também de penúria, pareceu árdua demais para quem recentemente se viu diante de tantas adversidades – por várias vezes uma *gaia ciência* entre nós se realizou naqueles debates geofilosóficos na Sala 109.

Meu muito obrigado também à colega Sibele Paulino por compartilhar sua brilhante tese sobre a Geografia da obra Trópicos do escritor austríaco Robert Müller e por não nos deixar esquecer que a frondosidade de todos os ramos da árvore só é possível pela existência de cada uma das folhas. De igual maneira, agradeço a amiga designer e artista Adriana Salmazo Zavadniak pela contribuição e ideias para com meus mapas “corográficos” temáticos.

Estendo especiais agradecimentos aos técnicos e às instituições onde realizei pesquisas e coletei informações. Ao Museu Paranaense e sua Biblioteca Romário Martins, na pessoa da técnica Vera Coelho e dos estagiários Márcio de Paula, Rodrigo Moschkovich Athayde, André Luiz Ribas Pereira e Diego José Bueno, pois muito contribuíram disponibilizando a documentação pública do museu; à Biblioteca Pública do Paraná, através da Divisão Paranaense, nas pessoas dos bibliotecários Canísio Miguel Morch e Josefina Palazzo Hayres e ao Arquivo Público do Paraná, nas pessoas das técnicas Roseli Pereira Lima e Taís Figueiredo, pela atenção e profissionalismo.

Agradeço à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, pela atenção para com os pesquisadores brasileiros e pela dedicação na preservação dos acervos que possui. Ao Itamaraty, Rio de Janeiro, em especial a sua mapoteca nas pessoas da conselheira Gilda Ohanian Nunes e técnica Maria Simone de Oliveira Rosa, pela

guarda e conservação da documentação sobre John Henry Elliott e por disponibilizaram esse importante material para o trabalho. Ressalto a relevância das fontes encontradas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e no Arquivo Nacional. Assim como as contribuições do Arquivo Histórico do Exército – AHEx pela sua Divisão de História e Acesso à Informação – DHAi, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP, do Círculo de Estudos Bandeirantes e do Instituto Neo-Pitagórico nas pessoas das professoras Elizabeth Garzuse da Silva Araújo, Sumakê Velloso Garzuse e Rhadail Grein Velloso. Agradeço também as informações de pesquisa do Prof. Neri Assumpção do Museu Municipal Edmundo Mercer de Tibagi, Paraná.

Não posso deixar de registrar a pesquisa realizada no acervo paranista da Coordenadoria de Patrimônio Cultural – CPC da Secretaria de Estado da Cultura, com auxílio do pesquisador Diego Antunes Pereira e do pesquisador e professor Aimoré Índio do Brasil Arantes. Aproveito também para ressaltar o trabalho de todos os profissionais e pesquisadores ligados à CPC-SEEC e ao Museu Paranaense – MP pela constante dedicação às causas da cultura do Paraná. Bem como dos demais colegas da Secretaria de Estado da Cultura e, em especial, do Museu da Imagem e do Som do Paraná – MIS, Curitiba. Escusando-me por não nominá-los, pois todos, sem exceção, merecem nosso respeito e consideração.

Quero agradecer também neste trabalho à arqueóloga Dr^a Cláudia Inês Parellada e ao ambientalista Henrique Paulo Schmidlin (Vita). Assim como ao professor guarani Teodoro Verá Mirim, antigo companheiro de letras e empreitadas, e aos Xetá, Guarani e Kaingang do Paraná, amigos da nossa expedição geocinematográfica *Contos da Terra Sagrada* de 2004 – que tantas coisas boas nos proporcionaram. Ao Prof. Dr. Lineu Bley, de saudosa convivência no curso de Geografia da UFPR, e ao Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho por nos ensinar que epistemes e conceitos, ou mais *stricto sensu* teoria do conhecimento, não são meros adornos, mas sim partes intrínsecas do trabalho acadêmico.

Agradeço, por fim, ao meu pai Sr. Joaquim Amâncio de Carvalho e à minha mãe Sra. Maria Olivia de Carvalho, que me deram o que materialmente e espiritualmente é tudo que temos nesta terra: *vida e consciência para viver, apreender e aprender*. E aos meus irmãos Prof. Luis Carlos Carvalho e Cláudio Carvalho. E irmãs Cleomar de Carvalho e, com especial enlevo, Cleuza de Carvalho,

cuja imensa ausência persiste em nossos corações. E de igual maneira agradeço às minhas cunhadas Isabel Tizuko Ueda Ono e Regina Helena Mitiyo Ueda e ao Templo Budista Hongwanji de Curitiba pelo apoio e acolhimento nos momentos de maior dor. Bem como à artista plástica e ceramista Soraia Savaris pelo auxílio e o incentivo quando estes mais se fizeram necessários.

Acima de tudo, porém, e com a alma e o coração extasiado, agradeço àquelas para as quais o trabalho é especialmente dedicado: minha filha amada Helena Yuri Ueda de Carvalho, pelo carinho, compreensão e amparo nos instantes mais difíceis. E minha amada esposa Marly Yumiko Ueda (Yumi) que – em 26 de Novembro de 2016 como uma rosa caída em meus braços – transpôs a efêmera materialidade e tangibilidade deste mundo e de quem conservo um amor incontido e maravilhosas, eternas e, muitas vezes, doídas saudades – nunca hei de esquecer que sempre foram, e continuarão sendo, sua bondade e seu grande amor a luz e os arrimos de minha jornada nesta viagem cósmica. No ciclo mágico do tempo estaremos unidos pela eternidade!

RETIRADO DO PRESENTE

Há grandes vantagens em um dia nos afastarmos largamente do nosso tempo. Em, por assim dizer, nos deixarmos conduzir da sua margem para o oceano das concepções passadas do mundo. Daí, olhando na direção da margem, abarcamos sem dúvida pela primeira vez a configuração do conjunto. E quando voltamos a nos aproximar, temos a vantagem de compreendê-la melhor, sob todos os aspectos, que aqueles que nunca a abandonaram.

Humano Demasiado Humano (Cap. IX, O homem consigo próprio, 616). Friedrich W. Nietzsche

O PROBLEMA DE UMA “FILOSOFIA DA MITOLOGIA”

O que chamamos natureza – era o que já havia declarado o *Sistema do Idealismo Transcendental* – é um poema que está fechado numa maravilhosa escritura secreta; mas, se o enigma pudesse ser desvendado, então ali reconheceríamos a odisséia do espírito que, maravilhosamente iludido, procurando a si mesmo, foge de si mesmo.

A Filosofia das Formas Simbólicas (II – O pensamento mítico, p. 26). Ernst Cassirer

RESUMO

A presente tese aborda, a partir da perspectiva da *Iconografia da Paisagem*, as fontes iconográficas do viajante-artista norte-americano John Henry Elliott (1809-1888) no contexto da formação da Província do Paraná no Segundo Reinado (1840-1889). J. H. Elliott, originariamente marinheiro, foi pintor aquarelista, escritor e geógrafo. E em suas viagens explorou os sertões brasileiros – e especialmente os sertões do Paraná – quando das *Entradas e Bandeiras* realizadas a serviço do tropeiro, fazendeiro, empresário e político João da Silva Machado, o Barão de Antonina. O objetivo principal do trabalho é estudar os mapas corográficos (precursores na representação cartográfica da Província do Paraná, constituída oficialmente a partir de 1853), os relatos de viagens e as aquarelas produzidas a partir das explorações geográficas realizadas pelo território paranaense, considerando que estes compõem um *Corpus Discursivo* do viajante-artista sobre a paisagem pretérita do território e são, portanto, registros iconográficos permeados por narrativas, discursos geográficos e representações simbólicas das paisagens culturais no período. Primeiro foi necessária uma apresentação sobre a vida e o conjunto da obra do viajante-artista na transição para segunda metade do século XIX, bem como uma contextualização sobre o Paraná e o Segundo Reinado. Em seguida, no delineamento do trabalho, analisam-se essas iconografias no contexto dessas explorações geográficas e da formação sociogeográfica do Paraná com os aportes conceituais e metodológicos dos estudos da paisagem, especialmente desenvolvidos nas obras do geógrafo cultural Denis Cosgrove e do historiador de arte Erwin Panofsky. Nas quais o diálogo com as teorias do conhecimento da filosofia das formas simbólicas e da filosofia da paisagem em Ernst Cassirer e Georg Simmel delineiam um campo profícuo de estudos interdisciplinares sobre paisagem e suas representações na Geografia – como consequência, e em vista desta hermenêutica percorrida, os registros iconográficos e suas narrativas se projetam de sua materialidade meramente documental e histórica (assim como a paisagem ela mesma) para as dimensões simbólicas, por serem perpassados nesta exegese pelo campo da *Vivência* cultural dos personagens e das sociedades que os produzem.

PALAVRAS-CHAVE: John Henry Elliott. Iconografia da Paisagem. Geografia e Formas Simbólicas. Explorações Geográficas. Geografia do Paraná.

ABSTRACT

This thesis approaches, from the perspective of *Landscape Iconography*, the iconographic sources of the American traveler-artist John Henry Elliott (1809-1888) in the context of the formation of the Province of Paraná in the Second Reign (1840-1889). J. H. Elliott, originally a sailor, was also a watercolorist, writer and geographer. In his travels, he explored the Brazilian frontiers – especially the *sertões* of Paraná – during the *Entradas e Bandeiras* expedition carried out on behalf of the cattleman, businessman and politician João da Silva Machado, the Baron of Antonina. The main objective of this work is to study the chorographic maps (precursors to the cartographic representation of the Paraná Province, officially established after 1853), the travel journals and watercolors produced during the geographic explorations conducted throughout the territory of Paraná. These comprise a *Discursive Corpus* of the traveler-artist on the historical landscape of the territory and are, therefore, iconographic registers permeated by narratives, geographic discourses and symbolic representations of the cultural landscapes of the period. This work begins with a presentation on the life and the body of work of the traveler-artist in the transition to the second half of the nineteenth century, and puts Paraná and the Second Reign within this context. The iconographic sources are then analyzed in the context of the geographical explorations and socio-geographic formation of Paraná. This is done by means of the conceptual and methodological contributions of landscape studies, especially those developed in the works of the cultural geographer Denis Cosgrove and the art historian Erwin Panofsky. Further, the dialogue between the theories of the philosophy of symbolic forms and the philosophy of landscape of Ernst Cassirer and Georg Simmel delineate a field of interdisciplinary study on landscape and its representations in Geography. As a consequence of, and in view of this hermeneutic, the iconographic archives and their narratives are projected from their merely documentary and historical materiality (like the landscape itself) to symbolic dimensions, as touched upon in this exegesis through the field of the *Cultural Experience* of the characters and the societies that produce them.

KEYWORDS: John Henry Elliott. Landscape Iconography. Geography and Symbolic Forms. Geographical Explorations. Geography of Paraná.

RESUMEN

La presente tesis aborda, desde la perspectiva de la *Iconografía del Paisaje*, las fuentes iconográficas del viajero-artista norteamericano John Henry Elliott (1809-1888) en el contexto de la formación de la Provincia del Paraná en el Segundo Reinado (1840-1889). J. H. Elliott, originariamente marinero, fue pintor acuarelista, escritor y geógrafo y en sus viajes exploró los sertões brasileños – especialmente los sertões del Paraná – cuando de las *Entradas y Banderas* realizadas al servicio del tropero, granjero, empresario y político João da Silva Machado, el Barón de Antonina. El objetivo principal del trabajo es estudiar los mapas corográficos (precursores en la representación cartográfica de la Provincia del Paraná, constituida oficialmente desde 1853), los relatos de viajes y las acuarelas producidas a partir de las explotaciones geográficas realizadas por el territorio paranaense, considerando que estos componen un *Conjunto Discursivo* del viajero-artista sobre el paisaje pretérito del territorio y son, por lo tanto, registros iconográficos impregnados de narraciones, discursos geográficos y representaciones simbólicas de los paisajes culturales en el período. Primero fue necesaria una presentación sobre la vida y el conjunto de la obra del viajero-artista en la transición a la segunda mitad del siglo XIX, así como una contextualización sobre el Paraná y el Segundo Reinado. A continuación, en el delineamiento del trabajo, se analizan esas iconografías en lo contexto de esas explotaciones geográficas y de la formación sociogeográfica del Paraná con los aportes conceptuales y metodológicos de los estudios del paisaje especialmente desarrollados en las obras del geógrafo cultural Denis Cosgrove y del historiador de arte Erwin Panofsky. En las cuales el diálogo con las teorías del conocimiento de la filosofía de las formas simbólicas y de la filosofía del paisaje en Ernst Cassirer y Georg Simmel engendran un campo provechoso de estudios interdisciplinarios sobre el paisaje y sus representaciones en la Geografía. Como consecuencia, y en vista de esta hermenéutica recorrida, los registros iconográficos y sus narraciones se proyectan de su materialidad meramente documental e histórica (así como el paisaje ella misma) para las dimensiones simbólicas, por ser atravesados en esta exégesis por el campo de la *Vivencia* cultural de los personajes y de las sociedades que los producen.

PALABRAS CLAVE: John Henry Elliott. Iconografía del Paisaje. Geografía y Formas Simbólicas. Explotaciones Geográficas. Geografía del Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 1.....	55
FIGURA 2: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 2.....	56
FIGURA 3: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 3.....	59
FIGURA 4: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 4.....	61
FIGURA 5: NARRATIVA DOS MAPAS	63
FIGURA 6: ELLIOTT, J. H. VISTA DE CURITIBA, 1855. AQUARELA.	77
FIGURA 7: J. H. ELLIOTT. VISTA DE CURITIBA, 1865. DESENHO AQUARELADO.	78
FIGURA 8: O JASMIM. EDIÇÃO ORIGINAL. 1ª SÉRIE, N. 1, 1857.....	79
FIGURA 9: ELLIOTT, J. H. ARICÓ E CAOCOCHÉE. NOVELA.	81
FIGURA 10: ELLIOTT, J. H. RETRATO DO DR. FAIVRE. ÓLEO S/TELA.	82
FIGURA 11: CARNEIRO, DAVID. JORNAL O DIA, 1952.....	84
FIGURA 12: ELLIOTT, J. H. DESENHOS E PLANTAS, 1863.....	85
FIGURA 13: ELLIOTT, J. H. MAPA DA PROVÍNCIA DO PR, 1863.....	95
FIGURA 14: RETRATO DO BARÃO DE ANTONINA, SÉC. XIX.....	101
FIGURA 15: HOMENAGEM AO BARÃO DE ANTONINA, RIO NEGRO - PR.....	109
FIGURA 16: BRASÃO DE ARMAS DO BARÃO DE ANTONINA.	111
FIGURA 17: D. PEDRO II - 22 ANOS, 1848 (FOTO DE DAGUERREÓTIPO).	115
FIGURA 18: D. PEDRO II MORTO. 66 ANOS. 6.12.1891 (POSTAL).	120
FIGURA 19: CARTA DOS SERTÕES DO TIBAGI E IVAÍ, SÉCULO XVIII.	133
FIGURA 20: ELLIOTT, J. H. CACHOEIRA DOS DOURADOS, 1855. AQUARELA..	143
FIGURA 21: ELLIOTT, J. H. VISTA DO SALTO DOS DOURADOS NO RIO PARANAPANEMA. DESENHO AQUARELADO.	144
FIGURA 22: ELLIOTT, J. H. SERRA DA APUCARANA, 1846. AQUARELA.	153
FIGURA 23: ELLIOTT, J. H. SERRA DA APUCARANA, 1846. AQUARELA.	154
FIGURA 24: ICONOGRAFIA "J.F.L J.H.E 1846" GRAVADA PELOS EXPLORADORES.....	157
FIGURA 25: ELLIOTT, J. H. ÍNDIOS CAINGANGUE OU COROADO EM CORRERIA DE CAÇADAS, 1863. AQUARELA..	160
FIGURA 26: ELLIOTT, J. H. VISTA DO RIO PARANÁ, 1863. DESENHO AQUARELADO.	166

FIGURA 27: ELLIOTT, J. H. ÍNDIOS CAIUÁ NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO, 1857. AQUARELA.	171
FIGURA 28: CARTA DE J. H. ELLIOTT AO BARÃO. INFORMA SOBRE TRABALHOS NO ALDEAMENTO DE JATAÍ, 17.09.1854.	177
FIGURA 29: ELLIOTT, J. H. VISTA DO ALDEAMENTO DE SÃO JERÔNIMO, 1863. AQUARELA.....	178
FIGURA 30: ELLIOTT, J. H. SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 1859. AQUARELA.	180
FIGURA 31: J. H. ELLIOTT. DIÁRIOS. EXPLORAÇÕES DE ABRIL-JULHO 1870...	183
FIGURA 32: ELLIOTT, J. H. ALDEAMENTO DE N. SENHORA DO LORETO, 1857. DESENHO AQUARELADO	188
FIGURA 33: ILHA DO SUPERAGUI - PR, SÉC. XVI.	191
FIGURA 34: CONQUISTA DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA, 1821.	195
FIGURA 35: ELLIOTT, J. H. MAPA COROGRÁFICO (BANDEIRAS 1844-1847).	205
FIGURA 36: ELLIOTT, J. H. MAPA COROGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1863. (COM REPRODUÇÃO DA VISTA DO ALDEAMENTO DE S. PEDRO DE ALCÂNTARA).....	208
FIGURA 37: ELLIOTT, J. H. MAPA COROGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1863.	211
FIGURA 38: ELLIOTT, J. H. PLANTA COROGRÁFICA DE PARTE DAS PROVÍNCIAS DO PR E MT, 1863.....	212
FIGURA 39: J. H. ELLIOTT. PLANTA COROGRÁFICA, 1870.....	215
FIGURA 40: ELLIOTT, J. H. DESCRIÇÃO COROGRÁFICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1863.....	218
FIGURA 41: FREIS TIMÓTEO DE CASTELNUOVO E LUIZ DE CIMITILE COM CRIANÇAS INDÍGENAS ALDEADAS, SÉC. XIX.....	227
FIGURA 42: OFÍCIO COMUNICANDO DA EMBRIAGUEZ DE J. H. ELLIOTT, 18.11.1865.....	233
FIGURA 43: MAPA GERAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1876.....	242
FIGURA 44: ELLIOTT, J. H. ARICÓ E CAOCOCHÉE. 1ª ED. 1857.	274
FIGURA 45: O JASMIM, ED. FAC-SIMILAR. 1ª SÉRIE, Nº 1, 1857.	281

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RELATÓRIO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 15.07.1854.	97
QUADRO 2: CANDIDATOS E VOTOS A SENADOR NO PARANÁ EM 1854.	105
QUADRO 3: PLANTAS E MAPAS COROGRÁFICOS DE J. H. ELLIOTT, SEGUNDO REINADO.	203
QUADRO 4: CONTEÚDO DO CADERNO DE DESENHOS E PLANTAS DE PARTE DAS PROVÍNCIAS DO PARANÁ E MATO GROSSO DE J. H. ELLIOTT, 1863.	217
QUADRO 5: VOCABULÁRIO JÊ E TUPI NA NOVELA ARICÓ E CAOCOCHÉE DE J. H. ELLIOTT.	280

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: 1ª BANDEIRA (AGOSTO/DEZEMBRO DE 1845).....	141
MAPA 2: 2ª E 3ª BANDEIRAS (AGOSTO/OUTUBRO E OUTUBRO/DEZEMBRO DE 1846).....	152
MAPA 3: 4ª E 5ª BANDEIRAS (DEZEMBRO DE 1846 A JANEIRO DE 1847 E MARÇO/ABRIL DE 1847).....	163
MAPA 4: 6ª BANDEIRA (JULHO/DEZEMBRO DE 1847).....	164

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	PAISAGEM ICONOGRÁFICA: LITERATURAS	28
2.1	FORMAÇÃO SOCIAL E O SIMBOLISMO DA PAISAGEM	28
2.2	GEORG SIMMEL E A FILOSOFIA DA PAISAGEM	44
2.3	VIVÊNCIA E PAISAGEM EM ERNST CASSIRER	52
2.3.1	PAISAGEM: FORMA SIMBÓLICA NO ESPAÇO-TEMPO	58
3	JOHN HENRY ELLIOTT – O VIAJANTE-ARTISTA	65
3.1	J. H.ELLIOTT NA ICONOGRAFIA DO PARANÁ	77
3.1.1	O PARANÁ NO SÉCULO XIX	88
3.1.2	BARÃO DE ANTONINA: SENHORIZIO DOS SERTÕES	100
4	A NAÇÃO NO SERTÃO – SEGUNDO REINADO	113
4.1	O IHGB E A ESCRITA DA GEO-HISTÓRIA NACIONAL	121
4.1.1	TERRA INCULTA: PAISAGENS DO SERTÃO	127
5	EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS E PAISAGENS VIVENCIADAS	135
5.1	ENTRADAS E BANDEIRAS DE J.H.ELLIOTT E J.F.LOPES	139
5.2	ALDEAMENTOS INDÍGENAS E COLÔNIAS MILITARES	172
5.2.1	“A EMIGRAÇÃO DOS CAYUAZ”	183
6	J. H. ELLIOTT: PRECURSOR DA CARTOGRAFIA DO PARANÁ	191
6.1	A COROGRAFIA DO TERRITÓRIO	197
6.2	MAPAS E AQUARELAS DO PARANÁ	216
6.3	TERRA, PERSONAGENS, PAISAGEM	220
6.3.1	TERRA	220
6.3.2	PERSONAGENS	226
6.3.3	PAISAGEM	233
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
	REFERÊNCIAS	244

APÊNDICE 1 – ENTRADAS E BANDEIRAS DE J. H. ELLIOTT E J. F. LOPES – SOB AS ORDENS DO BARÃO DE ANTONINA (1844-1847). J. L. CARVALHO	272
APÊNDICE 2 – PAISAGENS CULTURAIS DO PARANÁ DE J. H. ELLIOTT – SEGUNDO REINADO (1840-1889). J. L. CARVALHO	273
APÊNDICE 3 – ARICÓ E CAOCOCHÉE OU UMA VOZ NO DESERTO: HISTÓRIA FUNDADA EM FACTOS, 1844 – J. H. ELLIOTT: ESTUDO	274
APÊNDICE 4 – O JASMIM: PERIÓDICO LITERÁRIO E RECREATIVO – J. H. ELLIOTT, 1857: ESTUDO	281
APÊNDICE 5 – DADOS BIOGRÁFICOS	285
ANEXO 1 – OS LIVROS DO PARANÁ (TRANSCRIÇÃO)	288
ANEXO 2 – MAPPA CHOROGRAPHICO, 1847 – J. H. ELLIOTT. RETRATA O PARANÁ E TERRITÓRIOS ADJACENTES E TAMBÉM AS ENTRADAS DE 1844 A 1847	290
ANEXO 3 – MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1863 – J. H. ELLIOTT. RETRATA O PARANÁ E TERRITÓRIOS ADJACENTES E COM REPRODUÇÃO DA VISTA DO ALDEAMENTO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	291
ANEXO 4 – MAPA CHOROGRAPHICO DO PARANÁ, 1863 – J. H. ELLIOTT	292
ANEXO 5 – PLANTA CHOROGRAPHICA DE PARTE DAS PROVÍNCIAS DO PARANÁ E MATO GROSSO, 1863 – J. H. ELLIOTT	293

1 INTRODUÇÃO

Paisagem é uma perspectiva que tem sua própria história, mas uma história que deve ser entendida no contexto histórico mais amplo da economia e da sociedade; que tem seus próprios pressupostos e consequências, mas pressupostos e consequências cujas origens e implicações estendem-se para além do uso e percepção da terra; que tem seus próprios modos de expressão, porém modos que se articulam com outras áreas da prática da cultura.

Denis Cosgrove¹

O presente estudo tem como enfoque parte da obra iconográfica do viajante-artista John Henry Elliott durante a formação da Província do Paraná no Segundo Reinado (1840-1889). Viajante norte-americano cuja presença no Estado se verifica a partir da década de 1830, ainda num momento anterior à criação política da província – ocorrida em 1853. J. H. Elliott apresenta-se como um personagem singular neste momento formador do Paraná; tanto no aspecto da sua participação na evolução e futura definição geográfica de um território independente quanto do seu envolvimento no desenvolvimento de aspectos socioculturais que se dão a partir desse momento histórico do século XIX de colonização dos sertões paranaenses.

As fontes pesquisadas apontam para o surgimento do viajante na historiografia paranaense justamente num momento em que o Império do Brasil enfrentava uma série de dificuldades políticas, com revoltas que se espalhavam pelas províncias e disputas territoriais e de definição de fronteiras com os países vizinhos. Vivia a nação o momento histórico delicado da Regência e é justamente

¹ “Landscape is a way of seeing that has its own history, but a history that can be understood only as a part of a wider history of economy and society; that has its own assumptions and consequences whose origins and implications extend well beyond the use and perception of land; that has its own techniques of expression, but techniques which it shares with other areas of cultural practice”. In: COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**: with a new introduction. First published in 1984. Madison, Wisconsin: The University Of Wisconsin Press, 1998, p. 1 (tradução nossa).

nesse período que com o “golpe da maioria” pacifica-se o trono com a coroação de D. Pedro II em 1840.

Neste momento pertencia o atual território paranaense ainda à Província de São Paulo; porém, no cenário de insatisfações com a Coroa, movimentos sociais como a Revolução Farroupilha na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1845) e a Revolução Liberal Paulista (1842-1844) inflavam os sentimentos separatistas, que também se espalhavam pela 5ª Comarca, sobretudo politicamente liderados pelos *Parnanguaras e Coritibanos*². As tratativas oficiais na Corte já desde 1843 propunham um território independente para a região – que dez anos depois se consumaria. Vieira dos Santos (1951[1850]) na *Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu Município* relata uma representação da Câmara de Paranaguá datada de 04 de janeiro de 1843 e, ao mesmo tempo, representações conjuntas das Câmaras de Curitiba, Antonina e Morretes à Assembléia Geral Legislativa paulista solicitando a elevação das comarcas à categoria de província, separando-se do território de São Paulo. A Câmara da Villa Morretes, por exemplo, segundo o mesmo Vieira dos Santos, expediu ofício em 18 de janeiro de 1843 ao próprio Presidente da Província de São Paulo, explicitando o desejo dos habitantes da região na criação de uma nova província no Império do Brasil.

J. H. Elliott ainda é pouco conhecido, especialmente na História da Geografia do Paraná, pois poucos trabalhos se propuseram a estudá-lo. Em razão disso, e diante da originalidade que a pesquisa possibilitava, é que se desenvolveu esta proposta de trabalho. O interesse inicial já se deu na década de 1980, quando a Secretaria de Estado da Cultura, órgão do Governo do Paraná, editou o álbum *Pintores da Paisagem Paranaense*, organizado e prefaciado pelo professor Newton Carneiro e publicado pela primeira vez em 1982, onde as pinturas em aquarela do viajante, como a *Vista de Curitiba* de 1855, são incluídas na edição – sendo que esta representação de Curitiba é ressaltada na publicação em razão da sua originalidade e pelo pioneirismo de ser a primeira iconografia retratando a pequena vila no século XIX, já com dois anos como capital da nova província que se instalara. Por fim, percebeu-se ao longo do trabalho como sua trajetória se dava no contexto da formação da Província do Paraná no decorrer do reinado do imperador D. Pedro II.

² MARTINS, Herbert Toledo. Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da Província do Paraná. *Acta Sci. Human Soc. Sci.* Maringá, v. 30, n. 1, p. 9-16, 2008.

O caminho percorrido desde o início fez surgir muitas searas, pois foi preciso unir fragmentos de uma obra extensa e heterogênea do viajante, que se acha dispersa em acervos de diversas instituições paranaenses e brasileiras. Quando, porém, esses foram sendo unidos, comparados e estudados começou-se a perceber o quanto era instigante a trajetória social e a obra desse personagem e a importância que possui para a Geografia, a História da Geografia e a Historiografia do Paraná. Na seleção das bibliografias específicas observou-se, por exemplo, como alguns autores e acadêmicos paranaenses, sobretudo ligados à Universidade Federal do Paraná, como David Carneiro, Ermelino Agostinho de Leão, Júlio Estrella Moreira, Cecília Maria Westphalen e Ruy Christovam Wachovicz já haviam apontado em seus trabalhos a importância de J. H. Elliott; sendo que dentre esses um estudo mais sistemático e aprofundado foi realizado pelo historiador David Carneiro.

Nesses autores paranaenses J. H. Elliott – devido à heterogênea atividade – é apontado como pintor aquarelista, cartógrafo, topógrafo, agrimensor, engenheiro, geógrafo e também sertanista. Até então não é possível afirmar se tinha uma dessas formações; algumas dessas atividades as exerceu, porém, quando das incursões oficiais pelo território do Paraná para abertura de vias de comunicação, estradas, posseamentos e fundação de aldeamentos. Sendo que sua principal função nessas expedições geográficas financiadas pelo Barão de Antonina era a de *Piloto e Mapista*³. Portanto, o encarregado de registrar as distâncias, tomar medidas planialtimétricas e produzir os relatos do trabalho realizado e as plantas e mapas corográficos representando os territórios visitados e conquistados – nesses relatos, publicados pelo IHGB, ele sempre se refere às expedições como *Entradas e Bandeiras*⁴.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que realizava esses trabalhos também produzia suas pinturas em aquarela, muitas delas citadas nos relatos, e que acabam revelando aspectos que podem ser considerados subjetivos do viajante. A sua função objetiva não era aquarelar – ou mesmo escrever contos e novelas, como

³ Essas funções no século XIX, deduzidas das atividades relatadas, corresponderiam a *piloto*: topógrafo ou agrimensor; e *mapista*: cartógrafo.

⁴ Esta referência está presente em quase todos os relatos do viajante-artista publicados pela *Revista Trimestral de História e Geografia* do IHGB. Elas também eram chamadas de *Entradas e Derrotas*. Neste trabalho utiliza-se a denominação predominante nos relatos do viajante. A designação “Derrota” ao tempo do sertanismo do Oitocentos se dava em função das inúmeras dificuldades enfrentadas nas explorações dos sertões. Aos sertanistas do período tanto se punha a possibilidade de conquista desses territórios e o retorno para a “civilização” quanto os infortúnios e o desaparecimento pelos sertões desconhecidos.

também o fez -, no entanto as produzia e as doava, por exemplo, ao próprio barão e a outras pessoas com os quais se relacionava. No decorrer do trabalho será analisado seu conjunto de mapas corográficos e aquarelas que doou aos padres capuchinhos em 1863, quando estava residindo no Aldeamento de São Jerônimo, que ajudou a fundar a mando do barão no ano de 1859.

No desenvolvimento do trabalho se verificou como suas criações eram indissociáveis do contexto estudado, pois a maioria dessas aquarelas e os mapas corográficos, feitos durante as entradas e bandeiras, se mostra, por conseguinte, como registros iconográficos importantes das paisagens paranaenses vivenciadas por ele. No conciliamento das fontes, foi desenvolvida uma estratégia de abordagem que busca desvelar o personagem e o próprio período em que viveu, demonstrando como essas obras, catalogadas para o trabalho, descrevem aspectos da paisagem cultural da época e também da geopolítica do Segundo Reinado (1840-1889) – onde se verifica o desenvolvimento de um projeto imperial de construção nacional conduzido pela Corte do imperador D. Pedro II.

Assim, este trabalho busca reconstruir parte da trajetória do viajante, revelando aspectos do cenário social e político e da paisagem com qual conviveu e representou em seus trabalhos, no recorte desse tempo histórico. Pois, uma das inferências principais que se apresenta é que a formação da Província do Paraná como unidade geográfica autônoma ocorre no decorrer desse período do Segundo Reinado e em função das circunstâncias políticas e sociais que aconteciam no país, nas quais o viajante esteve plenamente envolvido.

As expedições de J. H. Elliott e do sertanista J. F. Lopes influíram decisivamente na definição de novas fronteiras geográficas além dos domínios paisagísticos dos rios Tibagi, Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Paraná, contribuindo para com a formação institucional da província. A formação geográfica e social da Província do Paraná não se deu somente a partir das decisões políticas da Corte e de uma simples institucionalização, mas principalmente no bojo das preocupações geopolíticas com as fronteiras e da formação de uma Geo-História nacional surgida a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB em 1838. Contexto no qual essas entradas e bandeiras tardias do século XIX de J. H. Elliott e J. F. Lopes ajudaram a redefinir geograficamente essa porção do território meridional do Brasil.

Com o aporte da Geografia Cultural esta reconstrução da trajetória do viajante será feita a partir dessa análise de sua obra, contextualizando-a como elemento de representação e de descrição geográfica do Paraná. Ao mesmo tempo, verificando como esta descrição iconográfica se mostra como um discurso sobre a paisagem cultural e a formação social da província. Na Geografia Cultural os principais aportes teóricos que amparam este trabalho vêm da obra do geógrafo Denis E. Cosgrove, sobretudo seus estudos sobre formação social e paisagem simbólica. Na perspectiva do autor, de formação originariamente marxista, o conceito de *Formação Social* em vez de *Meios de Produção* possibilita evitar análises centradas num excessivo determinismo econômico, ampliando o campo de análise da Geografia Cultural e lhe permitindo estender seus estudos para os aspectos culturais e simbólicos das sociedades humanas. Nesta perspectiva mapas, pinturas e relatos literários de uma época como elementos de representação da paisagem emergem como fontes reveladoras de circunstâncias específicas sociais, culturais e geográficas; onde além do envolvimento da ação humana com o ambiente material se reconhece também os atributos simbólicos que podem ser identificados.

A obra de J. H. Elliott, porém, apresenta um descompasso que precisa ser avaliado com cuidado, pois não é um viajante estrangeiro típico como os inúmeros que vieram ao Brasil no século XIX, imbuídos do ofício de produzir uma farta documentação sobre a nação, mas de interesse dos seus patrocinadores: os estados colonialistas europeus e as elites nacionais. Já que não se identifica que viera com esses propósitos e por esse tempo já havia se *abrasileirado* e se tornado um cidadão nacional e seus aprendizados práticos lhe permitiram dominar ofícios importantes para a época – uma época em que ser *sertanista* era também uma profissão fundamental no desbravamento dos sertões, posseamento de terras e no alargamento e estabelecimento de fronteiras.

Neste trabalho faz-se também uma assunção conceitual em denominar o viajante de *Viajante-artista*. Designação conceitual que se tornou comum especialmente nos estudos da História e História da Arte no Brasil e que geralmente tem sido utilizada em trabalhos centrados nesses viajantes do século XIX, que após 1808 com o estabelecimento da família real portuguesa na Colônia passaram a visitar o país em diversas missões estrangeiras. Embora não participante deste tipo de missão no período, a trajetória de viajante pelos sertões e a produção de

J. H. Elliott torna possível estudá-lo com base no conceito apresentado. E mesmo sua condição de viajante estrangeiro apresenta um caráter diferenciado, pois em muitas das suas obras ele próprio já se identificava como João Henrique e não John Henry, a grafia em língua inglesa de nascimento. Assumindo assim sua condição de cidadão de uma nova pátria – por exemplo, no álbum de aquarelas e mapas que produziu, dedicou e doou ao Frei Timóteo de Castelnovo e aos capuchinhos, datado de 1863, e hoje nos arquivos da Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro, ele próprio assinou *João Henrique Elliott*⁵.

Quanto à sua condição de geógrafo, Carneiro (1987), por exemplo, dedicou-lhe um capítulo da obra *John Henry Elliott e outros pioneiros americanos no Paraná*⁶ intitulando-o *Elliott, geógrafo e explorador*. Assim, embora até então sabido que não tinha a formação específica de geógrafo, pode-se considerar que exerceu funções que se enquadram dentro do campo de atuação dos geógrafos; portanto, mesmo ainda pouco estudado na História da Geografia paranaense e não tendo sido abordado por geógrafos como Reinhard Maack, atuou como um geógrafo na exploração, mapeamento e representação do território paranaense.

Nas abordagens infere-se em tese também que o viajante-artista pode ser considerado um precursor da cartografia do território do Paraná na segunda metade do Oitocentos – quando das definições morfológicas do território independente –, em anos ainda anteriores à criação da Província que já era reivindicada pelas autoridades das mais antigas comarcas. Pois os seus mapas corográficos produzidos desde as primeiras expedições, entre 1844 e 1847, são os primeiros a representar o que seriam as futuras definições geográficas do território do Paraná – a última província do Brasil a ser criada durante o reinado de D. Pedro II.

Diante do exposto, e em razão dos objetivos traçados, na estruturação e desenvolvimento do trabalho realizou-se inicialmente uma apresentação dos guias teóricos que embasam e orientam a dissertação. Este apresenta mais detalhadamente uma análise das ideias do geógrafo humanista inglês Denis E. Cosgrove (1948-2008), devido a sua perspectiva em estudar as iconografias e a

⁵ ELLIOTT, João Henrique. Desenhos e planta de parte das províncias do Paraná e Mato Grosso – 1863. **Coleção Álbum Cimitile**. Acervo: Mapoteca do Itamaraty, RJ.

⁶ CARNEIRO, David Antonio da Silva. **John Henry Elliott e outros pioneiros americanos no Paraná**. Curitiba: Centro Cultural Brasil – Estados Unidos de Curitiba e Editora Educa/PUC-PR, 1987.

literatura histórica como elementos de representação da paisagem cultural. Nas quais se reconhece tanto aspectos do desenvolvimento de uma sociedade e da mentalidade de uma época que nela se desenvolveu, e que se verifica no campo estético e na sua trajetória histórico-cultural, quanto os aspectos simbólicos que estão plenamente envolvidos. Realizou-se também um estudo da obra *Significado nas artes visuais* do historiador da arte Erwin Panofsky (1892-1968), no que tange a sua conceituação sobre iconografia e iconologia; pois E. Panofsky foi fundamentalmente adotado por D. Cosgrove na análise do simbolismo apresentado nas iconografias e no estudo da paisagem cultural desde a Renascença até a conquista e formação social da América. No bojo das abordagens sobre paisagem cultural analisa-se também a contribuição do trabalho do filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) sobre a filosofia da paisagem e da cultura, temas específicos desenvolvidos em seus ensaios. E do filósofo da cultura também alemão Ernst Cassirer (1874-1945). A partir destes dois filósofos a paisagem emerge numa dimensão inteiramente nova, deixando de ser um categorial predominantemente fisiográfico da Geografia, pois as formas objetivadas da cultura se apresentam então como representações, em si constituídas a partir de formas simbólicas como elementos estruturantes no desenvolvimento da consciência humana.

A teoria do conhecimento especialmente cassireriana foi a fonte a partir da qual E. Panofsky pode realizar uma renovação paradigmática no estudo das iconografias para além dos aspectos meramente estilísticos. E é a partir destas aproximações que D. Cosgrove contribuiu na Geografia Humanista e Cultural para com o desenvolvimento desta nova hermenêutica sobre a paisagem: nesta perspectiva tornaram-se tão real a paisagem geográfica quanto às representações sobre ela; a paisagem, como um palimpsesto, passou a ser possuidora de um sem número de histórias tanto quanto são os agentes que a utilizam e a representam ao longo da história.

Neste campo especulativo, a paisagem de J. H. Elliott, perscrutada através da hermenêutica iconográfica cosgroveana-panofskiana, é assim também um discurso geográfico específico sobre a paisagem e a formação social pretérita: porque nas explorações geográficas e representações da América colonial onde se impôs o discurso do colonizador calou-se o discurso do indígena, por exemplo – já que este estabelece uma experiência vivencial completamente diferente com a

paisagem. Desta maneira é que aqui se põe também uma contribuição inovadora de uma *Geografia da Cultura*, no campo das *Representações* e das *Formas Simbólicas*, cuja trajetória tem dialogado inevitavelmente com essas novas hermenêuticas trazidas pela filosofia das formas simbólicas.

O estudo propõe também uma discussão, especialmente desenvolvida no quarto capítulo, sobre o sertão como categoria geográfica para o estudo do Paraná no século XIX. Pois, entre os principais objetivos dessas entradas e bandeiras estava a “pacificação” dos indígenas e a conquista dos territórios sertanejos “incultos” por estes habitados. Pacificar e ressignificar esses territórios segundo a ótica colonizadora era fundamental para o projeto nacional de civilização e definição de fronteiras; a obra de J. H. Elliott é em si essencialmente composta de representações do sertão. Desta forma utilizou-se também como referência estudos como *Sertão: um outro geográfico* do geógrafo brasileiro Antonio Carlos Robert Moraes. Já que para este o sertão não é somente “uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica” (MORAES, 2003, p. 2). As paisagens e os territórios do sertão representados por J. H. Elliott são, portanto, também um discurso da História da Geografia do Paraná; um discurso geográfico do Paraná oitocentista.

Neste mesmo capítulo propõe-se também uma discussão sobre o Segundo Reinado e os projetos formadores de nação, temas especialmente tratados por historiadores como José Murilo de Carvalho e Lilia Moritz Schwarcz; projetos estes que se consolidam ao longo do processo secular de ocupação da terra no Brasil pelo colonizador europeu e depois por projetos nacionais, que fatiando a terra ancestral indígena, desde o litoral até os recuos dos sertões, vão dando forma e sentido a um país que se fez conforme conceito proposto pelo geógrafo Ruy Moreira num tripé formador: terra, território e senhorio político.

Por fim, desde as especulações iniciais sobre o viajante surgiu também uma perspectiva que se julga de importância acadêmica para a Geografia: que é o estudo mais sistemático da geografia do Paraná provincial. O Paraná por ser a última província a se estabelecer ainda era no século XIX foco de inúmeros projetos geopolíticos, a sua condição de sertões meridionais da Província de São Paulo despertava também o interesse de inúmeros viajantes, donde se confluíam e misturavam-se tanto projetos colonizadores oficiais quanto interesses

privados – como os do próprio Barão de Antonina. Enfoques nos viajantes e representações do Paraná do Oitocentos podem trazer inúmeras contribuições para a História da Geografia do Paraná.

Com essa perspectiva verificou-se que a abordagem sobre J. H. Elliott e a “descoberta” geo-historiográfica da sua trajetória e obra os colocavam decisivamente no campo desses acontecimentos. Isto, porém, aponta para um *problema de pesquisa* que se demonstrou, a priori, viável e que se indaga sobre que contribuições as pesquisas com viajantes e cenários do século XIX podem trazer para os estudos em Geografia, especialmente a Geografia Cultural. A partir deste problema gerado algumas possíveis conjecturas, ou hipóteses, se apresentaram claramente nos argumentos introdutórios para a construção da tese: a obra e trajetória de J. H. Elliott é realmente representativa da formação geográfica e social do Paraná no Segundo Reinado? E os seus mapas corográficos são realmente os precursores da cartografia do Paraná provincial?

Visando responder a essas questões optou-se por uma estratégia de abordagem para o trabalho com a proposição inicial da seguinte estruturação de capítulos: o capítulo primeiro e o segundo são dedicados à introdução e à revisão de literatura respectivamente; o terceiro discorre sobre o viajante-artista John Henry Elliott, onde se procura constituir uma individualidade histórica para o personagem, através de fontes que revelam parte da sua trajetória e obra no cenário paranaense e no recorte de tempo proposto. Assim como alguns aspectos geográficos e históricos do Paraná em formação e do Barão de Antonina, patrocinador das entradas e bandeiras que o viajante-artista participou e das quais resultou a maioria dos seus trabalhos. O quarto capítulo trata do Segundo Reinado e apresenta uma discussão sobre a formação identitária da nação brasileira, época na qual se forma oficialmente, do ponto de vista geográfico e histórico, a Província do Paraná; assim como já citado acima aborda questões relativas ao categorial geográfico *sertão*.

O quinto capítulo trata, especificamente, das entradas e bandeiras do viajante-artista, das descrições e relatos produzidos dessas expedições pelos sertões do Paraná, da fundação dos aldeamentos e contato com os indígenas. E o último capítulo discorre sobre os mapas corográficos e as aquarelas do viajante-artista, como iconografias que descrevem as paisagens culturais vivenciadas por ele no período; assim como da discussão mais aprofundada de

nossa tese de serem esses mapas os precursores na representação cartográfica do território oficial da Província do Paraná.

Quanto aos apêndices, estes apresentam dois mapas temáticos elaborados pelo autor da pesquisa para este trabalho. Um com os traçados das rotas das entradas e bandeiras realizadas e relatadas por J. H. Elliott, em companhia do sertanista Joaquim Francisco Lopes, nos anos de 1844–1847. E outro com as paisagens culturais do Paraná – produzidas durante as entradas e bandeiras - descritas em aquarela e em uma novela por J. H. Elliott no período do Segundo Reinado (1840-1889). Os apêndices três e quatro apresentam também dois breves estudos, o primeiro um estudo sobre a novela pioneira de J. H. Elliott intitulada *Aricó e Caocochée ou uma voz no deserto*, escrita a partir de 1844 pelo viajante-artista; e também na historiografia paranaense considerada uma das primeiras abordagens literárias de temática indígena no Paraná e mesmo no Brasil do XIX. E o segundo uma abordagem sobre o jornal *O Jasmim*, criado por J. H. Elliott e Cândido Martins Lopes, em 1857, e pela maioria dos estudiosos considerado o primeiro jornal literário surgido no Paraná, apenas quatro anos após a instalação da província. Por fim, o apêndice cinco apresenta um estudo preliminar sobre a biografia familiar do viajante-artista, o seu casamento em São Jerônimo da Serra com uma brasileira e os seus descendentes.

Quanto aos anexos, estes trazem a reprodução de um artigo do jornalista e pesquisador paranaense Aramis Millarch sobre publicação fac-similar pioneira feita na década de 1980 pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná de trabalhos de J. H. Elliott, então ainda naquele momento praticamente desconhecido em nossa Geografia Regional; ou mais especificamente na Geografia do Paraná Provincial. Bem como cópias de quatro mapas corográficos muito raros e de valiosa importância para a Geografia e Cartografia paranaense do viajante-artista J. H. Elliott desenhados e corografados entre os anos de 1844 e 1863 dos territórios das Províncias de São Paulo, Paraná e Mato Grosso e regiões adjacentes das Repúblicas do Paraguai e Argentina resultantes das expedições geográficas realizadas e do processo de criação oficial do Paraná.

2 PAISAGEM ICONOGRÁFICA: LITERATURAS

A paisagem é uma imagem cultural, uma estrutura pictórica que representa, simboliza e estrutura a realidade. Isto não quer dizer que paisagens são somente imateriais. Elas estão representadas em uma variedade de materiais e de diferentes formas – numa pintura em tela, em um texto escrito, na terra, pedra, água e na vegetação sobre o solo. Uma paisagem de um parque é mais palpável, porém não menos real, ou menos imaginária, do que uma paisagem pintada ou um poema. Enfim, os significados verbais, visuais e construídos das paisagens têm uma complexa e intrincada história.

Denis Cosgrove e Stephen Daniels⁷

Para a abordagem deste projeto procura-se realizar uma discussão teórica, apresentada neste tópico em três seções distintas, sobre os principais referenciais utilizados para tratar da obra e trajetória social do viajante-artista em questão e das problematizações apontadas pelo trabalho.

2.1 FORMAÇÃO SOCIAL E O SIMBOLISMO DA PAISAGEM

Segundo Corrêa (2011, p. 7-21), Denis E. Cosgrove, geógrafo humanista inglês nascido em Liverpool, Inglaterra, em 1948 e falecido em Los Angeles, USA, em 2008, está entre aqueles geógrafos que desconstruindo e reconstruindo temas fizeram a ciência avançar, sobretudo nos campos da Geografia Cultural e da Geografia Histórica. Nascido de uma família católica estudou na instituição jesuítica anglo-americana Saint Francis Xavier's College. Para Corrêa (2011, apud Lilley, 2009), a influência da religião é que primeiramente o teria levado

⁷ “A landscape is a cultural image, a pictorial way of representing, structuring or symbolizing surroundings. This is not to say that landscapes are immaterial. They may be represented in a variety of materials and on many surfaces – in paint on canvas, in writing on paper, in earth, stone, water and vegetation on the ground. A landscape park is more palpable but no more real, nor less imaginary, than a landscape painting or poem. Indeed the meanings of verbal, visual and built landscape have a complex interwoven history”. In: COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen [editors]. **The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments**. Cambridge – UK: Cambridge University Press, 2008. p. 1 (tradução nossa).

a interessar-se pelos aspectos simbólicos da cultura. A partir da década de 1970 lecionou em universidades inglesas e americanas, no Brasil foi membro do Conselho Consultivo da revista *Espaço e Cultura*, editado pelo NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura da UERJ. Para o geógrafo brasileiro, um dos seus maiores estudiosos, olhar, imaginar e representar constitui a tríade na qual D. Cosgrove percebeu o desenvolvimento das sociedades humanas, com a paisagem emergindo como um agente ativo que ao longo da história desempenha importante papel na reprodução da cultura.

Na obra *Social formation and symbolic landscape*⁸ o geógrafo inglês desenvolveu de maneira mais aprofundada o seu conceito de paisagem. Autor de orientação originariamente marxista, e um dos representantes da *Nova Geografia Cultural* anglo-americana, que ganha impulso a partir da década de 1960, D. Cosgrove esclarece que suas abordagens sobre a paisagem não deveriam ser vistas como interpretações de paisagens específicas, mas o desenvolvimento de uma série de estudos sobre a *Ideia de Paisagem* no mundo ocidental. Para ele, inicialmente, era necessário se fazer um recorte: uma historiografia da paisagem e tudo que ela envolve no campo cultural, mas que deve ser entendida a partir das transformações que sofreu a Europa desde finais do século XIV e após o século XV. Assim, no ensaio introdutório da obra indica os pressupostos iniciais que já vinham orientando e direcionando seus trabalhos desde o início da década de 1980:

Minha primeira intenção em 1984 era elaborar estudos, especialmente em geografia, com o viés do que me parecia uma nova orientação: estabelecer a interpretação da paisagem no contexto de uma crítica historiográfica. Teorizar a ideia de paisagem a partir de um entendimento marxista mais amplo de cultura e sociedade; e assim ampliar o conceito de paisagem além do que parecia um foco onde predominava uma estreita visão fisiográfica. (COSGROVE, 1998, p. xiii, tradução nossa).⁹

Com isso, e ainda tendo como ferramentas de estudo pressupostos do marxismo clássico, propôs que a paisagem é um *Way of Seeing* – um modo de

⁸ COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**: with a new introduction. First published in 1984. Madison, Wisconsin: The University Of Wisconsin Press, 1998.

⁹ “My primary intention in 1984 was to press landscape studies, specially in Geography, towards what seemed to me specific new directions: to locate landscape interpretation within a critical historiography, to theorise the *idea* of landscape within a broadly Marxian understanding of culture and society, and thus to extend the treatment of landscape beyond what seemed to me a prevailing narrow focus on design and taste”.

ver –, uma configuração, mas uma maneira muito específica que se constituía numa forma de discurso histórico-geográfico, que os grupos sociais historicamente desenvolvem nas relações entre si e com os outros homens. Portanto, na ótica cosgroveana, a paisagem é também uma construção histórica e se sedimenta e se transforma no tempo de acordo com as relações culturais, econômicas e sociais de uma determinada sociedade ou grupo. Ou seja, no contexto, ou em razão do conceito de *Formação Social*¹⁰. Na perspectiva do autor, no entanto, “formação social” se constitui num conceito em desenvolvimento, mas com o qual propunha também repensar – na ciência da Geografia – alguns pressupostos do marxismo clássico. Assim, esclarece que “o foco em ‘formação social’ em vez de ‘modo de produção’, como argumento no trabalho, é claro e intencional para evitar o determinismo econômico” (COSGROVE, 1998, p. xvi). Pois, no modo de pensar do autor era importante para a Geografia Cultural não subordinar as expressões culturais e simbólicas aos imperativos político-econômicos, corriqueiros no marxismo ortodoxo quando aplicado às ciências humanas¹¹.

Com a obra o que pretendeu D. Cosgrove foi apresentar recursos teóricos que permitem entender a paisagem em sua historicidade e que emerge de circunstâncias específicas sociais, culturais e geográficas. A paisagem – ou a ideia de paisagem – se processa, portanto, da forma de uso do mundo como natureza e território. Por outro lado faz questão de alertar para os perigos de reduzir a paisagem a uma mera construção social; pois sendo um objeto material da Geografia é importante considerar que nela se vê envolvido tanto o ambiente natural como a ação humana, onde a partir de então devem ser observados os aspectos simbólicos.

Quanto ao conceito de *Paisagem Simbólica* ele deixa claro sua aproximação com os pensamentos desenvolvidos na História da Arte, mais particularmente por

¹⁰ Sobre o conceito diz o autor: “O conceito de formação social representa um reconhecimento por parte dos pensadores marxistas que no caso da existência concreta de sociedades históricas, as pessoas não experienciam a vida em esferas separadas de existência: necessidades econômicas básicas e relações sociais nela se misturam recobertas por significados religiosos, políticos ou estruturas e atividades culturais”. In: COSGROVE, op. cit. p. 46 (tradução nossa).

¹¹ O conceito de Formação Social na geografia brasileira já havia sido abordado por Milton Santos, no entanto para esse autor o conceito (ou categoria como também denominava) ainda era compreendido no âmbito do marxismo ortodoxo (ou “vulgar” como entende D. Cosgrove), onde a estrutura econômica determinaria a estrutura cultural, tendo a primeira primazia na existência real das sociedades sobre a segunda. Interpretação ortodoxa que foi rompida por D. Cosgrove nos estudos sobre formação social e paisagem. Ver: SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 6.^a edição; 1.^a reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2008. – (Coleção Milton Santos; 2); e SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. **Boletim Paulista de Geografia-AGB**, n. 54, jun., p. 81-99, 1977.

estudiosos como Ernst Gombrich, Aby Warburg e Erwin Panofsky; especialmente com este último, no desenvolvimento do *Método Iconológico*¹² de estudo das iconografias. Em todos esses autores – segundo D. Cosgrove – a paisagem emerge como esse “modo de ver”, cujas raízes ocidentais modernas se encontram no contexto histórico e cultural propiciado pela Renascença¹³. Especialmente a Renascença Italiana a partir do *Quattrocento*. Na obra, por exemplo, dedica um capítulo ao tema intitulado *A paisagem na renascença italiana: cidade, campo e formação social*, cujo intuito é de certo modo demarcar seu “ponto de partida” geohistórico.

Portanto, na gênese da ideia de paisagem para D. Cosgrove se impõe de modo substancial, no mundo ocidental, uma “visão europeia” da paisagem que parte de como os europeus – a partir do Renascimento – passaram a representar a si mesmos e o resto do mundo; e onde o capitalismo, nas suas primeiras fases, aí começa a germinar como transição do feudalismo¹⁴.

Isto é particularmente importante no que diz respeito à América, pois o que ressalta D. Cosgrove é que as representações do continente – da sua paisagem cultural – se darão em grande parte a partir dos valores e mitos recriados pela maneira de ver e representar o mundo pelos europeus no processo de colonização. No capítulo *América como paisagem* da mesma obra ele desenvolve esse postulado, no qual os ideais renascentistas europeus de paisagem, sofrendo a influência dos mitos antigos europeus sobre a Atlântida e as Ilhas Bem Aventuradas no contexto do capitalismo mercantil nascente produzirão uma imagem, ou um conjunto de imagens da América. Para Cosgrove (1998, p. 165) a América começa inclusive a ter uma forma empírica na cartografia dos séculos XV e XVI derivada também desse imaginário reproduzido pelos cartógrafos renascentistas.

¹² In: PANOFKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2014.

¹³ “A paisagem primeiramente emergiu como um termo, uma ideia, ou melhor, ainda, um *modo de ver* o mundo no século quinze e em princípios de do século dezesseis. Isto foi, e ainda permanece, um termo visual, que surgiu inicialmente no humanismo da Renascença e de seus conceitos particulares e construtivos do espaço. Igualmente a paisagem foi, muito mais do que sua própria história, inserida nessa forma prática de apropriação do espaço. Como nós podemos verificar, foi a partir das conexões desse nova forma de ver e “mapear” a paisagem que também formaram-se e consolidaram-se os novos Estados comerciais, nas mãos de uma burguesia urbana nascente [...]. In: COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of landscape idea. **Senior Lecturer in Geography**; Loughborough University; may, 1984, p. 46 (tradução nossa).

¹⁴ Ver: COSGROVE, Denis. Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista. **Boletín de la A. G. E.** n. 34, 2002, p. 63-89; e COSGROVE, Denis. Apollo's eye: a cultural geography of the globe. **Hettner Lecture I**, 2005.

Assim, no contato povoador do continente por “não ter uma história própria” na visão dos conquistadores tanto o território e a paisagem como os povos indígenas americanos no processo inicial dos primeiros tempos da colonização serão representados com base nesses ideais; sendo os indígenas nesse contexto incapazes, no conjunto das representações coloniais, de produzir história – e é nesse sentido, segundo o autor, que a América ofereceu as condições necessárias para a realização de uma utopia social. O conceito de *Wilderness*¹⁵, por exemplo, para o autor se constrói a partir dessa lógica. O lugar do outro na América, o incivilizado, é desde os primeiros momentos o lugar dos projetos civilizatórios constantes. O *wilderness* é onde se situa a amálgama dos mitos primordiais com as crises civilizatórias de ocupação do continente e para onde na “fuga” para além das fronteiras da modernidade se situarão as populações excluídas em meio a uma “paisagem selvagem”¹⁶.

No Brasil estudos sobre este tema, que também trazem suportes teóricos para o trabalho, foram feitos, entre outros, pelo geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes¹⁷. Para D. Cosgrove o século XIX será ainda um período de consolidação de fronteiras nacionais na América num conflito constante entre sertão, terra habitada e nação; sendo que um amplo espectro desses conflitos históricos pode ser encontrado na História da Geografia Americana, especialmente nas suas descrições iconográficas de paisagens, onde se mesclam elementos materiais e simbólicos nas representações.

Dessa forma, o pensamento cosgroveano é importante no desenvolvimento do trabalho por oferecer aportes teóricos que ajudam a entender a formação cultural e territorial da América no século XIX, quando as nações modernas se consolidam de maneira definitiva, considerando que esse processo tem raízes no desenvolvimento colonial dos séculos precedentes. O seu conceito de formação social e do simbolismo da paisagem propicia novas oportunidades de análises para estudo das iconografias, como mapas, textos e pinturas. Nesse sentido, conforme aponta Corrêa (2011), seus trabalhos representam um avanço especialmente para a Geografia Cultural e embora tenha produzido estudos que têm como foco central a

¹⁵ Sertão, lugar selvagem (que se situa além, do outro lado, da fronteira civilizatória).

¹⁶ Ver: MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

¹⁷ In: MORAES, Antonio C. R. **O sertão**: um outro geográfico, Terra Brasilis, 2003, p. 1-8.

América anglófona, seus pressupostos não deixam de ter validade quando se trata da formação social de territórios das Américas espanhola e portuguesa. Pois, apesar das diferenças estruturais verificadas na maneira como essas regiões foram colonizadas, o processo de ocupação e colonização tem a mesma origem: a expansão mercantil e cultural europeia a partir já do século XV, que se consolida com os Estados-nação no Oitocentos. Neste aspecto, e no caso específico do Estado brasileiro, Carvalho (2012) trouxe inúmeras contribuições ao estudo da constituição do Brasil após 1808, buscando esmiuçar os elementos políticos, sociais e burocráticos presentes na moderna formação social brasileira.

Com base nisso é que este trabalho estruturou-se com um recorte de tempo histórico e de espaço geográfico, permitindo estudar aspectos da formação do Paraná no período do Segundo Reinado (1840-1889) a partir da obra iconográfica de um viajante como representação desse período – a época dos sertões e indígenas, de D. Pedro II, do Barão de Antonina, de Joaquim Francisco Lopes e, especialmente, de John Henry Elliott.

No conjunto dos seus trabalhos D. Cosgrove também publicou como editor, junto com Stephen Daniels, *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*¹⁸. A obra faz parte das iniciativas da Universidade de Cambridge no desenvolvimento de estudos em Geografia Histórica e compõe-se de artigos onde todo debate se centra na discussão da paisagem como uma imagem cultural. Compondo o conjunto de trabalhos que havia abraçado e dedicado ao tema, que era promover estudos onde a paisagem deveria ser analisada além de seus aspectos físicos, mas também como imagem e símbolo. Como argumentos norteadores buscam esmiuçar o conceito de iconografia utilizado, deixando clara a trilha de influências vindas do “Círculo de Warburg”¹⁹, com especial relevância ao trabalho de Erwin Panofsky e também aos trabalhos de Ernst Cassirer:

Com referência à filosofia de Ernst Cassirer, colega de Panofsky na Biblioteca Warburg e autor da *A Filosofia das Formas Simbólicas* (1923-9), Panofsky percebeu que a iconologia envolvia a identificação de símbolos, não em um “senso comum”, como exemplo a Cruz ou a Torre da

¹⁸ COSGROVE; DANIELS [editors], op. cit.

¹⁹ Aby Warburg (1866-1929), historiador da arte alemão que introduziu novas abordagens no estudo do Renascimento e autor do *Atlas Mnemosyne*.

Castidade, mas em um senso “cassireriano”; e que isso envolvia o que Ernst Cassirer denominava “valores simbólicos”. Para Cassirer símbolos não eram meras figuras que se referiam a uma dada realidade através de sugestões ou interpretações alegóricas, mas um conjunto de forças, onde cada uma delas produz e sugere um mundo próprio [...]. (COSGROVE & DANIELS, 2008, p. 2, tradução nossa).²⁰

Acentuando o caráter histórico do conhecimento, os autores lembram os inúmeros estudos anteriores feitos de maneira mais sistemática sobre interpretação de imagens simbólicas, entre esses o clássico *Iconologia* de Cesare Ripa (séc. XVI) como foco no estudo da arte da Renascença. No entanto, esses serviam mais como manuais ou guias de identificação da imensa gama de símbolos, alegorias e imagens resgatadas de um repertório clássico. Comuns, especialmente, nas pinturas, afrescos e vitrais, onde personagens da mitologia, em especial greco-romana, se misturavam com figuras e fatos bíblicos. Estes estudos pioneiros, porém, não penetravam ainda no campo simbólico da interpretação. Assim, D. Cosgrove e S. Daniels apontam que foi somente no início do século XX que os conceitos de iconografia e iconologia são repensados (inicialmente no campo da História da Arte) e isso se deu através dos estudos de Aby Warburg e seus discípulos – entre estes aquele que mais influenciaria na Geografia Cultural as ideias de D. Cosgrove, Erwin Panofsky.

E estes novos estudos, acentuam, trouxeram uma nova luz sobre a interpretação da arte da Renascença em especial. Em vez de pura interpretação formalística, propuseram no estudo da arte a análise do contexto histórico em que essa se apresentava, a partir da interpretação do conjunto das ideias na qual estava envolvida. O que no decorrer do seu trabalho E. Panofsky definiria como *Kunstwollen*, a intenção ou pretensão artística; onde está envolvido o “espírito do tempo” e também o subjetivismo do artista. Duas escolas alemãs, segundo os autores, se opunham nessas primeiras décadas do século XX, uma associada à Heinrich Wölfflin, que ainda mantinha o método formalista, não indo além do estudo

²⁰ “In a reference to the philosophy of Ernst Cassirer, Panofsky’s colleague at the Warburg Library and author of *The philosophy of symbolic forms* (1923-9), Panofsky contended that iconology involved the identification of symbols, not in ‘the ordinary sense e.g. the Cross, or the Tower of Chastity’ but in the ‘Cassirerian’ sense; it involved the search what Cassirer has called “symbolical” values. For Cassirer symbols were not mere figures which refer to some given reality by means of suggestion or allegorical renderings, but in the sense of forces, each of which produces and posits a world of its own”.

das obras de arte a partir da iconografia clássica, centrada na análise estilística; e outra de Aby Warburg que desenvolveria o *Método Iconológico* – esmiuçado por E. Panofsky no texto *Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da Renascença*, editado por ele em Princeton em 1955, na coletânea intitulada *Significado nas artes visuais*²¹ que organizou.

Na obra E. Panofsky salienta que os objetivos da iconografia eram o trato do tema ou da mensagem nas obras de arte em contraposição ao estudo somente da forma. Para isso, apresentou uma estratégia metodológica de abordagem, distinguindo dois campos de significados. No primeiro campo estão os *significados fatuais e expressionais* – sendo o primeiro de natureza elementar, simples descrição dos objetos em suas relações cotidianas; e o segundo dirimido pela empatia, além da simples observação. Estes se constituem no que chamou de significados, ou *temas, primários e naturais* e são somente uma descrição pré-iconográfica da obra de arte. No segundo campo estão os *significados secundários ou convencionais e intrínsecos ou de conteúdos* – cujos primeiros devem revelar os aspectos das relações culturais típicas de uma sociedade, sendo inteligível em vez de sensível. E é o que caracteriza a iconografia propriamente dita. Já os intrínsecos ou de conteúdo remontam ao conjunto das relações vividas naquele tempo, às atitudes culturais e às formas e valores simbólicos envolvidos.

Caracterizando a Iconologia, ou o estudo que penetra – a partir das iconografias - em aspectos “subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra” (PANOFSKY, 2014, p. 52). Para D. Cosgrove e S. Daniels a assunção de E. Panofsky pelo conceito cassireriano de formas simbólicas torna-se mais evidente na sua publicação de 1925²², na qual analisa as representações de profundidade e espessura das obras de arte como leitura simbólica:

Um estudo que muda as maneiras pelas quais percebemos e representamos o espaço, não como mera convenções (que são assumidas ou não conforme nossos desejos) ou como crenças falsas ou verdadeiras, mas, tanto quanto para Cassirer a linguagem e a matemática podem ser, como formas simbólicas,

²¹ PANOFSKY, op. cit.

²² PANOFSKY, Erwin. **Perspective as symbolic form**. Translate by Christopher S. Wood. New York: Zone Books, 1991.

as quais estruturam o mundo de acordo com exigências culturais específicas [...]. (COSGROVE & DANIELS, 2008, p. 3, tradução nossa).²³

E. Panofsky acabaria, por fim, mudando por completo o método de análise das obras de arte como representações, a partir desses estudos da Renascença, com a perspectiva simbólica. Trabalhos futuros como os de Clifford Geertz – influenciado pelas relações propiciadas pelo método iconológico panofskiano que também aproximou iconografia e etnografia – que propunham estudar a cultura como um texto é um exemplo:

Ao concebermos assim as formas puras, os motivos, imagens, histórias e alegorias, como manifestações de princípios básicos e gerais, interpretamos todos esses elementos como sendo o que Ernst Cassirer chamou de valores “simbólicos”. Enquanto nos limitarmos a afirmar que o famoso afresco de Leonardo da Vinci mostra um grupo de treze homens em volta de uma mesa de jantar e que esse grupo de homens representa a Última Ceia, tratamos a obra de arte como tal e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como qualificações e propriedades a ela inerentes. Mas, quando tentamos compreendê-la como um documento da personalidade de Leonardo, ou da civilização da Alta Renascença italiana, ou de uma atitude religiosa particular, tratamos a obra de arte como sintoma de algo mais que se expressa numa variedade incontável de outros sintomas e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como evidência mais particularizada desse “algo mais”. A descoberta e interpretação desses valores “simbólicos” (que, muitas vezes, são desconhecidos pelo próprio artista e podem, até, diferir enfaticamente do que ele conscientemente tentou expressar) é o objeto do que se poderia designar por “iconologia” em oposição à “iconografia”. (PANOFSKY, 2014, p. 52-53).

D. Cosgrove e S. Daniels não deixam de assinalar, porém, que um dos pioneiros no estudo da iconografia da paisagem que rompia com as análises meramente formalistas foi o artista e escritor vitoriano John Ruskin (1819-1900), que já no século XIX – especialmente com a publicação de *Pintores modernos* em 1843 – procurava analisar iconografias numa leitura da histórica sensitiva e

²³ “A study of changing modes of perceiving and representing space, not as mere ‘conventions’ (to be taken up or not at will) or as a true or false beliefs, but, much as Cassirer held language and mathematics to be, as ‘symbolic forms’ which structured the word according to specific cultural demands”.

imaginativa do seu tempo. Assim, para D. Cosgrove, John Ruskin se destacava dos seus contemporâneos, pois seu grande objetivo “era situar a paisagem num contexto mais amplo do que o estudo da forma e história do estilo” (COSGROVE, 2008, p. 5, tradução nossa). Os temas dos artigos abordados na obra que vão desde o simbolismo evocado pelas árvores à iconografia nacionalista na arte canadense, reafirmam o trabalho de D. Cosgrove sobre paisagem e iconografia na Geografia Cultural.

Proposta que se evidencia ainda mais em *Geography & vision: seeing, imagining and representing the world*²⁴. Publicado primeiramente em 2008, e reeditado em 2012 em Nova Iorque e Londres, a obra é uma continuidade do trabalho do geógrafo cultural inglês focado no seu interesse principal que é a paisagem e suas formas de representação. Neste caso o mapa como elemento de representação é um dos principais enfoques. As assunções do autor aqui se direcionam no sentido de compreender o mapa não somente como um recurso técnico da Geografia, mas também, sobretudo, como um legado iconográfico. Que numa perspectiva panofskiana é um documento revelador de características culturais e ideológicas de seus produtores, a maneira pela qual uma sociedade, ou parte dela, olhava para si mesma e para sua paisagem.

O autor aqui amplia o conceito de *Visão*, no sentido que essa é tanto a capacidade ocular de ver e apreender o mundo que nos cerca quanto nossa capacidade imaginativa de criar, projetar imagens e representar as paisagens que nos cercam e que variam de indivíduos, gêneros e culturas. Nesse sentido a Geografia torna-se portadora também de uma herança pictórica, representada, além dos mapas, por *sketches*, esboços, relatos e textos, pinturas, fotografias, etc. Já que estes não só revelam transcrições e delimitações do espaço, da paisagem, dos fatos ambientais e cenas cotidianas, mas também comunicam sobre ideias e formas de ver o mundo, constituindo o que D. Cosgrove sugere em *Geografia e Visão* denominarem-se num sentido mais estrito pelo termo em inglês “graphic images”, imagens gráficas. A geografia das imagens para o autor, amparada por esses conceitos, constitui-se no que se denomina uma *Metageografia* (COSGROVE, 2012, p. 183-202). Ou seja, em seu *Corpus Discursivo* devem ser observados os aspectos

²⁴ COSGROVE, Denis. **Geography & vision: seeing, imagining and representing the world**. New York: L. B. Tauris & Co. Ltd, 2012. p. 104-118.

do poder e do imaginário contido nessas representações, advindas da forma de apropriação da paisagem e territorialização do espaço.

Em *Mappings*²⁵, obra que organizou como editor e cuja primeira edição realizou-se em 1999, D. Cosgrove procurou condensar estudos com esse enfoque onde essa nova visão sobre o mapa em seu sentido pictórico e corográfico, como imagem e documento histórico, o revela como portador de discursos históricos sobre a paisagem. Redimensionando o entendimento de seu papel como mero instrumento metodológico da Geografia, propiciado pela cartografia “um dos seus ramos auxiliares”.

Em *Visto y no visto*²⁶, Burke (2005) estuda o uso das imagens como documentos históricos, obra orientadora para os pesquisadores que trabalham com fontes iconográficas, o historiador no desenvolvimento do trabalho faz também uma análise do método iconológico proposto por E. Panofsky, considerando alguns elementos como possíveis influências históricas, importância e abrangência do método. Para ele o método que os estudiosos da Escola de Warburg desenvolveram advém dos estudos do filólogo Friedrich Ast (1778-1841) que já utilizava metodologia semelhante para interpretação dos textos históricos:

Esos niveles plásticos de Panofsky se corresponden con los tres niveles literarios que distinguía el filólogo clásico Friedrich Ast (1778-1841), pionero en el arte de la interpretación de los textos (hermeneutica): el nivel literal o gramatical, el nivel histórico (relacionado con el significado), y el nivel cultural, relacionado con la comprensión del «espíritu» (*Geist*) de la antigüedad o de otras épocas. En otras palabras, lo que hicieron Panofsky y sus colegas fue aplicar o adaptar al mundo de las imágenes una tradición netamente alemana de interpretación de los textos. (BURKE, 2005, p. 45-46).

Embora veja nele um método de grande valia para os estudos das fontes iconográficas, ou *Vestígios*, como prefere o autor, não deixa de apontar alguns problemas que podem ser encontrados na aplicação do método. Segundo Burke, o método corre o risco de tornar extremamente subjetiva a análise do pesquisador,

²⁵ COSGROVE, Denis. (Ed.). **Mappings**. London: Reaktion Books, 1999. (Critical views collection).

²⁶ BURKE, Peter. **Visto y no visto**: el uso de la imagen como documento histórico. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona: A & M Gràfic, 2005.

que na busca do *Zeitgeist*²⁷ corre o risco de já pré-estabelecer para as imagens o que deve se encontrar atrás delas. Ao mesmo tempo, aponta também que no método parece haver certa “indiferença” pelo contexto social, a dimensão social envolvida. Mais fundamental, porém, para P. Burke é que E. Panofsky e seus seguidores acabaram dando atenção em demasia às imagens pintadas, porém, faz questão de lembrar o historiador, que nem sempre são estas alegóricas.

O perigo maior, no entanto, por ele apontado no método panofskiano é o fato de supor que as imagens mostram o “espírito de uma época”, alertando para os perigos de o pesquisador ser levado à conclusão precipitada de que uma época contivesse uma homogeneidade cultural; por isso, é preciso atenção para o alcance de tal análise. Portanto, por esse certo “logocentrismo”, como chama P. Burke, contido no método, para àqueles que pesquisam as imagens, ou as iconografias em geral, caberia alguns cuidados metodológicos:

Si alguna conclusión cabe extraer de este capítulo, sería que los historiadores necesitan la iconografía, pero también deben trascenderla. Tienen que practicar la iconología de un modo más sistemático, cosa que implicaría hacer uso del psicoanálisis, el estructuralismo y especialmente de la teoría de la percepción, métodos en los que nos basaremos de vez en cuando y que serán analizados de forma más exhaustiva y explícita en el último capítulo del libro. (BURKE, 2005, p. 53).

Estes temores, porém, apontados por alguns historiadores e sociólogos que se utilizam das imagens em seus estudos sobre tempos passados e presentes talvez não se justifiquem tanto ou venham de uma leitura parcial do pensamento panofskiano, pois este em *A história da arte como disciplina humanística* sugere que o mundo das humanidades deveria ser determinado pelo que chama de uma *Teoria cultural da relatividade*²⁸ tal qual esta existe para os físicos. Em face da diversidade de práticas culturais, mentalidades e modos de expressão que possam ser encontradas nas culturas humanas, mesmo que essas se constituam num mesmo período histórico. Ou seja, suas temporalidades culturais são diferentes num mesmo

²⁷ Em português: espírito da época; espírito do tempo. Conceito que supõe uma estrutura histórico-cultural predominante em um determinado período ou época; perpassada, porém, dialeticamente pela heterogeneidade e diacronia da história da cultura.

²⁸ PANOFSKY, op. cit., p. 19-46.

momento histórico, a menos que se possam encontrar relações concretas de similaridades entre elas:

O cosmo da cultura, como o cosmo da natureza, é uma estrutura espaço-temporal. O ano de 1400 em Florença é totalmente diferente do ano de 1400 em Veneza, para não falarmos de Augsburg, Rússia ou Constantinopla. Dois fenômenos históricos são simultâneos ou apresentam uma relação temporal entre si, apenas na medida em que é possível relacioná-los dentro de um “quadro de referência”, sem o qual o próprio conceito de simultaneidade não teria sentido na história assim como na física. Se soubéssemos, por uma certa concatenação de circunstâncias, que uma dada escultura negra foi executada em 1510, não teria sentido dizer que se trata de uma obra “contemporânea” ao teto da Capela Sistina de Michelangelo. (PANOFSKY, 2012, p. 26).

P. Burke não deixa, porém, de apontar a validade do método e como ele foi especialmente adotado pelos geógrafos como uma nova forma de ver a paisagem: “uno de los puntos fuertes del método iconográfico es que ha inspirado tanto a geógrafos como a expertos en historia del arte y les há enseñado a leer el paisaje físico de una manera nueva” (BURKE, 53, p. 53). Talvez, entre os geógrafos, quem melhor se utilizou desses trabalhos de E. Panofsky e a sua aplicação cassireriana à leitura simbólica das imagens tenha sido D. Cosgrove. Sua revisão do conceito marxista de formação social e aplicação à análise da paisagem trouxe uma inovação já há muito requerida pela Geografia²⁹.

Neste trabalho de pesquisa, por conseguinte, uma questão se colocou desde o início a partir dos temas tratados nas representações de J. H. Elliott sobre as paisagens e o território do Paraná, tornando-se uma questão também norteadora da abordagem: que paisagem se encontra também descrita, no sentido cosgroveano, nas representações do viajante-artista e que pode se apresentar para a análise da Geografia Cultural? E é esta também fundamentalmente a paisagem do sertão. Ab’Sáber (2003) foi um dos geógrafos brasileiros que mais abordou o tema, inicialmente suas pesquisas sobre o sertão se desenvolveram no campo da geomorfologia verificando a importância deste como domínios morfoclimáticos, fitogeográficos, hidrológicos e geoecológicos e como unidade paisagística da natureza no Brasil. Mas, seu trabalho se complementou, porém, em contribuições

²⁹ Ver: MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

que acabaram penetrando nas Geografias Cultural e Histórica; como em *Os sertões: a originalidade da terra e Sertões e sertanejos: uma geografia sofrida*³⁰.

O sertão, portanto, se revela mais do que unidade paisagística e se projeta para o interior da história da formação geográfica e social brasileira. O sertão nordestino, por exemplo, com suas paisagens, riquezas, cultura, história e dramas se apresenta numa contemporaneidade, mas o que também dele pode-se derivar é sua condição simbólica no campo geohistoriográfico. Além da sua condição empírica, cujas tipologias geográficas podem ser identificadas, os aspectos imateriais de espaço individualizado, “esvaziado” de demografia, lugar das rudezas e dos projetos nacionais de consolidação da civilização se revelam nas representações sobre ele produzidas, quer seja no campo das artes ou mesmo da literatura científica.

O sertão é na história brasileira lugar de contradições que oscilam entre a materialidade e a ficção. Como lugar de fora, longe da costa, selvagem e incivilizado, é desde o início da conquista americana o espaço do outro na geografia do civilizamento europeu. Construiu-se como paisagem cultural brasileira no contexto do que D. Cosgrove denominou de “o sentido europeu da vista”.

Uma terra, conforme um dos primeiros relatos, que parecia “per çima toda chaã e mujto chea de grandes aruoredos. de pomta a pomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa pelo **sartaão** [...]. neela ata agora ñ podemos saber que aja **ouro** nem **prata** [...] (CAMINHA, 1500, grifo nosso). Janaina Amado assim avalia a importância da categoria para os estudos humanos no Brasil:

“Sertão” é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador (1975). No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira. (AMADO, 1995, p. 145-151).

³⁰ AB’SÁBER, Aziz Nacib. “Os sertões – a originalidade da terra”. *Ciência Hoje*, 3 (18), 1985, p. 43-52.; e AB’SÁBER. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. *Estudos Avançados* 13 (36), 1999.

Moraes (2003) em *O sertão: um outro geográfico* também propõe o tema como uma categoria fundamental da Geografia brasileira – no conjunto de estudos sobre Estado e território no Brasil – lembrando que entre as suas definições esteve sempre a de lugar desses povos diferentes, exóticos, espaço de morada de populações distintas dos tipos nacionais predominantes. O sertão nos primeiros séculos nacionais era a morada do indígena, gradativamente no hibridismo do povo brasileiro tornou-se lugar também das populações “mestiças”. Miranda (2009), analisando os relatos dos viajantes do século XIX, mostra como entre esses era fundamental a preocupação em definir se a partir da observação do modo de vida dessas gentes sertanejas podia se estabelecer se a sociedade nos trópicos havia caminhado para a civilização ou não. O sertão, não raro, era pré-definido também como um *deserto*; um deserto de mestiços.

Na iconografia oitocentista, especialmente a cartografia de J. H. Elliott, o sertão é recorrente. Ora o viajante-artista se refere a “sertões adjacentes”, ora a “sertão inconquistado” ou “sertão inculto”, etc. Em uma das suas bandeiras relatou: “[...] d’alli demándamos o rio Tibagy com o fim de ir a Serra de Apucarana, que azulando a grande distancia, calculou o Sr. barão ser uma sufficiente atalaia (e não se enganou) para reconhecer-se todo o **sertão** circumvizinho [...]” (ELLIOTT, 1870 [1845], p. 154, grifo nosso).

Nos mapas corográficos do viajante-artista eles estão lá assinalados, permeados pelas paisagens dos grandes rios. Todo esse território paranaense entre os rios Paranapanema, Iguaçu, Paraná, Ivaí e Piquiri era ainda dominado pelos povos autóctones e as toponímias indígenas significavam todas as extensões do território. Para penetrar nessas regiões o colonizador precisou também se apropriar dessas significações, desse entendimento mítico e geográfico do território, e ao se apropriar do espaço apropriou-se também da significação indígena deste, dos seus níveis toponímicos, das suas vestimentas de itinerários ou das suas *Regionímias*³¹ (CLAVAL, 2014, p. 208-213).

A formação espacial brasileira ao longo da sua história se fez, fundamentalmente, pelo fatiamento do território indígena, construindo um arranjo

³¹ Embora citando exemplo de comunidades sedenterárias rurais francesas, diz o autor: “Aos nomes dos lugares acrescentam-se as *regionímias*. Elas traduzem a memorização pelo grupo de uma mudança de escala na percepção do espaço. Tem-se consciência da recorrência, sobre certa extensão das mesmas paisagens [...]”.

histórico-geográfico ao mesmo tempo fundiário, político e senhorial. Ruy Moreira em *Sociedade e espaço geográfico no Brasil*³² alude ao fato de na nossa formação terem sido a expropriação e a realocação territorial os elementos constantes de estabelecimento da posse e exploração da terra. Tendo seu início com o domínio português e com a expropriação sendo tarefa do bandeirantismo e a realocação dos jesuítas. Embora o autor defina que essa estratégia colonial se deu fundamentalmente nos três primeiros séculos da formação espacial brasileira, no Oitocentos, no período formativo do Paraná, o mesmo ainda se dava.

Com a expropriação ocorrendo ainda pelos sertões não totalmente conquistados do interior meridional do Brasil através das bandeiras tardias e com o estabelecimento dos aldeamentos indígenas, desta vez organizados para a conquista espiritual dos indígenas não pelos jesuítas, que haviam sido expulsos do país pelo Marquês de Pombal em 1759, mas pelos capuchinhos. E a um só tempo sob a égide dos senhores de terra, como o Barão de Antonina, que perpetuavam entre as tantas formas de poder político e social no Brasil o *Senhoriato*³³, por exemplo, como sistema de trocas simbólicas e efetivas entre Estado nacional e empreendedorismo econômico privado.

No Oitocentos, e mesmo após a regulamentação fundiária com a Lei de Terras de 1850, ocorria ainda no contexto da formação da Nação esse processo secular da formação espacial e social brasileira assentadas no tripé formador conceitualmente proposto por Moreira (2011): terra, território e senhorio político. Por isso, o sertão e seus processos sócio-geográficos e simbólicos reveladores da múltipla presença dos indígenas e dos conquistadores no entremeio das paisagens também se impõe fortemente como uma categoria importante de análise das iconografias do viajante-artista oitocentista J. H. Elliott.

³² MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

³³ “O *senhoriato* rural oscila entre ser clientela do Estado, e também o Estado como clientela do *senhoriato*; mais “lógico” é pensar numa rede de interesses, que se entrecruzando dão-se poderes recíprocos, pois um passou a sobreviver do outro e vice-versa”. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política (mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual). 2ª reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 130-217.

2.2 GEORG SIMMEL E A FILOSOFIA DA PAISAGEM

Em *A filosofia da paisagem*³⁴ o sociólogo e filósofo alemão Georg Simmel pondera que a simples visualização e deslumbramento com os elementos da natureza, uma árvore, um bosque, um rio caudaloso e o cenário de entorno, as matizes de cores e as inúmeras alterações de luzes, etc. não constituem ainda a paisagem. A simples imposição ou superposição dos elementos naturais não são suficientes para “acorrentar o espírito”; ou mesmo a junção de elementos construídos junto à natureza, pontes, armazéns, ruas, estradas com automóveis, que propõe outro modo de vê-la, também ainda não é paisagem. Para o autor é preciso antes de tudo distinguir, explicitar, o que é o que se chama natureza, donde se encontra imanente o que se entende modernamente como paisagem.

A natureza é para o filósofo “o nexos infindo das coisas, a ininterrupta parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal” (SIMMEL, 2009, p. 5). Neste sentido ela não pode ser fracionada, não se pode dela tirar frações, ou partes, que se pensam sejam interpretadas como “paisagem”. Se ela é a torrente de um todo, que está indissolivelmente posta numa unidade, destacar dela uma parte seria uma contradição, um contrassenso.

Mas ao espírito humano, segundo G. Simmel, parece afigurar-se necessário que se faça essa demarcação, que se chama paisagem. Onde na verdade o que ocorre é uma espécie de reclusão, um chamamento humano para si de uma parcela da natureza, motivado por necessidades óticas e estéticas. G. Simmel chama essa exigência humana de um *Ser-para-si*. E é essa demarcação de partes singulares que seriam interpretadas como paisagem. A paisagem, portanto, nesta perspectiva simmeliana só pode tornar-se uma espécie de *ponto de passagem* para as forças totais da natureza:

A natureza, que no seu ser e no seu sentido profundos nada sabe da individualidade, graças ao olhar humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de “paisagem”. (SIMMEL, 2009, p. 7).

³⁴ SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Trad. Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. (Coleção textos clássicos de filosofia).

Essa particularidade humana, porém, teria surgido só muito recentemente, na época moderna. G. Simmel não postula que o “amor pela natureza” seja um advento da modernidade, pois os povos e religiões primitivas nutriam um sentimento profundo pela natureza, dotada de profundas potencialidades miméticas e anímicas que vinculavam todas as formas de vida social à totalidade mítica desta. O que se desenvolveu nesta chamada época moderna foi um abrupto afastamento do homem da natureza em seu conjunto, levando a ideação particular do conceito de paisagem:

A individualização das formas interiores e exteriores da existência, a dissolução dos liames e dos vínculos originais em entidades autônomas diferenciadas - esta grande fórmula do mundo pós-medieval é que nos permitiu também ver a paisagem como ressaído da natureza. (SIMMEL, 2009, p. 7).

A paisagem, portanto, para G. Simmel é uma construção que vem do dualismo no qual mergulhou o espírito humano pós-medieval onde os indivíduos passaram a aspirar ser também um todo e no qual o seu pertencimento ao mundo até então se lhe impunham somente como membros de uma universalidade. Ao destacarem-se de uma “ordem divina”, que atribuíam significado universal ao mundo dos homens e ao qual todos pertenciam como unidade, grupos ou sociedades passaram a julgar e a reivindicar o que consideram a construção da sua própria historicidade.

O caráter histórico, portanto, na visão simmeliana, da paisagem pode ter suas raízes também no Renascimento pós-medieval e seria uma construção histórica, sobretudo das elites europeias que passaram a reivindicar sua “posição no mundo”, tendo na contemplação da natureza e na obra de arte elementos de afirmação dessa nova ordem social. Neste sentido, a perspectiva cosgroveana da história da paisagem no contexto da formação social aproxima-se da análise histórico-filosófica de G. Simmel. D. Cosgrove, no entanto, não realiza uma discussão filosófica da paisagem, mas sim uma análise centrada tanto na sua dimensão material e geográfica quanto nas suas dimensões simbólicas; que são, para o autor, indissociáveis na relação experiencial da humanidade com a natureza.

Em G. Simmel, porém, esse “desatamento” de parte da natureza que forçosamente realizamos desde o Renascimento mesmo assim ainda não é paisagem. Pois, é tão infinda e mutável a variedade de coisas e materiais que a natureza nos oferece que a paisagem só se sedimenta quando o seu sentido

pictórico se realiza. Para G. Simmel este se dá no processo de transição da *pura impressão das coisas singulares* para a obra de arte. Esta, porém, emerge não dos simples *impulsos miméticos*, mas quando da energia da cultura nos pomos na tentativa de alcançar o profundo significado da natureza através da contemplação viva e operante. Neste sentido, a contemplação da paisagem é sempre uma obra de arte nascente, que se realiza em sua completude pelas mãos do artista que a materializa em uma representação acabada – como na pintura de paisagem, por exemplo. Essa configuração unitária do artista é que distinguirá a obra de arte, como percepção definida da paisagem, da simples percepção dos elementos naturais. Assim, para G. Simmel, a obra de arte contém intrinsecamente um princípio libertador, pois através da sua fruição e leitura podemos realmente mergulhar na totalidade do mundo, precipitando um retorno ao fluxo da natureza.

No ensaio *A moldura, um ensaio estético*³⁵ buscou desenvolver uma explicação norteadora da função da obra de arte. Para o filósofo o caráter das coisas depende essencialmente se são totalidades dotadas de autossuficiência, dirigidas para o centro da sua própria essência, ou se são partes que do todo devem receber o sentido que as completa. Isto no conceito do autor é o que distinguiria a obra de arte de um “pedaço da natureza”, que pode ter sido por ela retratado. Como ser natural essa parte “apartada” da natureza tem que necessariamente atar-se ao todo, que como uma corrente de energia e substância a completa.

Desta maneira uma paisagem jamais deve ser tomada isoladamente; embora possa conter características próprias e singularidade, seu sentido pleno está na imersão com a totalidade – como uma espécie de imagem holográfica onde cada parte contém a si mesma e todas as demais. A obra de arte, a princípio, porém, em sua essência cria uma independência própria e seria um todo em si, uma *Ganze*³⁶. Não necessitando, portanto, de nenhuma relação com o exterior; “sempre conduzindo as correntes energéticas ao seu centro” (SIMMEL, 1998, p. 1). Assim, ela torna-se, aprioristicamente, um fim em si mesma; dotada de uma capacidade de pôr-se à parte do mundo, reservar-se contra todas as coisas que a cercam, um *Ser-por-si-mesmo (für-sich-Sein)* como define G. Simmel.

³⁵ SIMMEL, Georg. A moldura: um ensaio estético (1902). In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB. 1998, p. 121-128.

³⁶ Em português: Totalidade

Portanto, na filosofia simmeliana distinguem-se, inicialmente e radicalmente, a paisagem como “coisa natural” e a paisagem descrita e pousada na pintura. A primeira contém sempre um intercâmbio circular com a energia avassaladora que se chama natureza, a segunda uma unidade unificadora voltada para o seu centro. Com isso, à moldura caberia o papel de simbolização e reforçamento dessa unidade própria da obra de arte, que ao excluí-la do meio circundante e individualizá-la a prepara pra fruição estética do homem. E esta deve ser dotada o suficiente de personalidade e estilo que possam conduzir o olhar para uma dimensão centrípeta, para o centro da pintura, formando uma conexão integradora e unificadora da coisa retratada. Só assim, como que numa ilha de sentidos propiciado pela fruição da obra de arte, que ela pode realizar o seu retorno à totalidade do mundo, a partir de um todo em si mesma. Essa reivindicação clara de autonomia, de individualização, é uma demanda, conforme G. Simmel, constante dos elementos constituidores da totalidade do mundo, que ao procurarem elevar-se para fora acabam, por fim, revelando sua presença intrínseca na constituição deste.

Na obra de D. Cosgrove não se identifica, a priori, a proposição imanente de uma filosofia da paisagem, não foi esse o seu intuito principal; no entanto ela permite uma reflexão sobre um problema central da ciência: que é a compreensão do mundo e o recuo permanente do *ser*, tanto em seu sentido *ôntico* como *ontológico*, como algo que permanece em aberto.

Esta questão foi “definitivamente” retrazida à luz pelo idealismo alemão e por I. Kant nas suas críticas da razão desde o questionamento central formulado por Platão³⁷. E demonstrada com imensa propriedade por Cassirer (2001, p. 73) quando diz que “o destino inevitável da cultura consiste no fato de tudo que nela cria no seu incessante processo de configuração e “formação” nos distancia progressivamente do estado original da vida”.

Depois dos trabalhos de Karl Marx os geógrafos que adotaram mais radicalmente suas ideias (caso da Geografia Crítica no Brasil) se propuseram a

³⁷ “TEETETO: Eis, pois, as duas obras da produção divina: de um lado, a coisa em si mesma; e de outro, a imagem que acompanha cada coisa. ESTRANGEIRO: Mas que diremos de nossa arte humana? Não afirmaremos que, pela arte do arquiteto, se cria uma casa real, e, pela arte do pintor, uma outra casa, espécie de sonho apresentado pela mão do homem a olhos despertos? TEETETO: Perfeitamente. ESTRANGEIRO: Assim, pois, se repete até o fim esta dualidade de obras de nossa ação produtora: de um lado, a própria coisa, pela arte que produz as coisas reais; de outro, a imagem, devida à arte que produz imagens”. In: PLATÃO. **Sofista**. Tradução e notas de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, não p.

formular o *espaço* como objeto central da Geografia, muitos dos trabalhos destes compõem um “arcabouço” que visa definir esse papel central à ciência³⁸. O espaço-tempo de I. Kant, temas primeiros da *Doutrina transcendental dos elementos - estética transcendental*, não foi, porém, bem interpretado por muitos desses geógrafos e a paisagem, nessa “briga dialética com o espaço”, uma categoria fundamental da Geografia, ficou muitas vezes relegada a um segundo plano, um pedaço repartido da natureza sem muito interesse para a discussão contemporânea – para Santos (2008), por exemplo, o mais difundido autor marxista brasileiro, a *paisagem era aparência e o espaço essência*, imergida no mundo cosmológico dos viajantes dos séculos precedentes ao Novecentos desde os trabalhos do primeiro *metageógrafo* moderno Alexander von Humboldt.

Retomar a reflexão e a discussão sobre a paisagem é um dos grandes legados de D. Cosgrove e muitos outros que compartilham tais perspectivas. Assim, na concepção deste trabalho, seria inadvertida uma abordagem sobre a paisagem que não fizesse uma mínima reflexão a partir de um dos pensadores fundamentais do tema, G. Simmel. Uma *teoria da imagem* como sugere Moreira (2013) para a ciência talvez seja algo já necessário, com o fizeram os historiadores principalmente com os pressupostos dos *Annales* – tanto para pensar a paisagem-imagem até a imagem na era da reprodutibilidade técnica como afirmou Benjamin (2008).

A reflexão de G. Simmel destaca a paisagem em sua singularidade como fruição e como suspensão no mundo na imersão das tensões cotidianas, mas a repõe na totalidade da natureza. Lugar, na verdade, de onde nunca sai, apresentando-se (re)partida somente a partir de nossas representações. É uma ocasião interessante o desenvolvimento de um trabalho que ousa analisar um período formativo geográfico e social a partir da obra imagética de um viajante como representações de paisagens, território e sociedade imersos num tempo histórico pretérito, a partir da teoria do conhecimento que D. Cosgrove fornece.

³⁸ Milton Santos, compartilhando as ideias de Henri Lefebvre, propôs mesmo até uma nova ciência a **espaciologia**, em substituição à geografia: “Para escapar a um erro de método que conduza a perceber erradamente a realidade, o corretivo deverá ser encontrar num enfoque que ponha lado a lado as noções de espaço humano e de formação social. Esse tema foi desenvolvido em nosso trabalho recente (Santos, 1977). Estamos, ainda, fazendo geografia? Nós mesmo, do mesmo modo que Henri Lefebvre, falamos a tempos, de **espaciologia**. Mas porém, dentre nós, preferirão guardar a velha denominação e isso se compreende sem dificuldade. A discussão meramente vocabular não levará muito longe. O que importa é, sobretudo, estar consciente do que se trata de qualquer coisa de diferente”. In. SANTOS, op. cit., p. 239. (grifo nosso).

Neste caso a obra de J. H. Elliott terá que tecer um quadro mínimo, ter-se-á que a fazer dialogar com a contemporaneidade, se justapor para revelar o período. Suas descrições das paisagens passadas – suas iconografias, como uma *Formação Discursiva* – terão que ter a capacidade de retomar parte da totalidade perdida, alguns cenários de onde vieram devem ser passíveis de relativa reconstrução histórico-geográficas. E é nesse sentido que a filosofia da paisagem de G. Simmel e a perspectiva de D. Cosgrove oferecem auxílio e complementaridade.

Nessa tessitura os mapas corográficos, por exemplo, *de per si*, naturalmente apresentam uma configuração mais detalhada do conjunto, de certa totalidade das paisagens – pelo menos da integralidade buscada pelo viajante-artista a partir das suas observações, imaginação e recursos técnicos disponíveis. As pinturas, porém, são partições de cenários paisagísticos, mas cuja completude pode ser buscada com a orientação filosófica simmeliana e a análise simbólica, iconológica, da paisagem cultural, que se partindo do estudo do que foi retratado – e com o auxílio de demais fontes, como os relatos – pode se projetar para um melhor entendimento do cenário paisagístico e social de um tempo que ali se encontra imanente.

Por exemplo, com relação à pintura *Vista do Aldeamento de São Jerônimo* (1863), se feita uma análise na perspectiva iconológica o tema é facilmente presumível para qualquer um que observe a paisagem retratada: trata-se de uma cena de paisagem rural, com algumas pessoas (indígenas) caminhando até certas edificações, uma delas uma igreja, ou algo semelhante, com animais postados no canto esquerdo da vista do observador e duas estradas conduzindo a esse conjunto edificado, com uma paisagem bucólica de entorno, dia estável e nuvens calmas num céu claro e amplo; sendo isto, portanto, facilmente deduzido por qualquer um que a aprecie.

Quando, porém, aprondunda-se além destes motivos dispostos, ou da forma, factualmente observáveis (descrição pré-iconográfica), verifica-se que os indígenas caminham de cabeça baixa, resignados; avizinha-se ser a edificação realmente uma igreja, com esta ocupando a posição central do retrato, que pode ter sido posta ali intencionalmente ou não pelo pintor – mas que no centro da pintura, perspectivamente se torna preponderante em relação aos demais elementos –, e que os animais, gado bovino doméstico não animais selvagens, ocupam uma posição correlata a dos indígenas, diametralmente postos nas extremidades,

começa-se a verificar a expressionalidade da pintura. Sendo estes dois momentos resumidos, que se sobrepõem em entendimento, os significados primários ou naturais da iconografia como chamou E. Panofsky.

Mas, se a partir disso se avança verificando que o caminhar dos indígenas, a cabeça baixa, suas armas em repouso, são denotadores da sua “tristeza” e assunção a uma forma possível de submissão, se também se abstrai que a igreja ao centro traz consigo uma mensagem de poder e que é representante de uma religião em específico naquele momento – já que não era esta a religião natural desses indígenas retratados. E que sua atuação nesse mesmo momento histórico ali datado, passou a condicionar os “ex-selvagens” a uma nova forma de representação de poder. E, mais ainda, se pela pesquisa histórica descobre-se que se tratava da instalação de aldeamentos para pessoas e colonização de determinados territórios (que forçava o abandono por parte dessas de suas áreas e costumes ancestrais) e qual era a nova forma social e econômica que ali vigorava – além de personagens e demais fatos ali envolvidos – sabe-se muito mais, conseqüentemente, daquele tempo, a partir do conjunto cênico descrito e da sua possibilidade de leitura; e começa-se a penetrar na “personalidade” deste, como chamou E. Panofsky.

Inicia-se, desta forma, uma imersão nos significados intrínsecos e de conteúdo, começa-se a perceber os “princípios subjacentes que revelam uma atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra” (PANOFSKY, 2014[1955], p. 52). Aqui se penetrou na análise iconológica propriamente dita.

E se, ainda mais, na análise desta pintura em específico saber-se, porque ela revela por alguma inscrição diretamente nela contida ou não, que o seu autor deixou demais informações complementares, donde se pode ainda encontrar outros relatos ou vivências correlatas e que complementam a análise de conteúdo³⁹. E que esta pintura faz parte de um número maior de temas similares feitos por este mesmo

³⁹ Neste caso, na inscrição feita por J. H. Elliott na base da pintura original *Vista do Aldeamento de São Jerônimo*, datada de 1863, lê-se: “Os terrenos d’este Aldeamento/outróra Fazenda de São Jeronimo/pertencerão ao Sñr. Barão de Antonina; em 1859. O mesmo Exmo. Sñr, fez doação d’elles ao Governo Imperial para fundar n’este lugar hum Aldeamento de Indios Coroâdos, em 1868 entrou em exercio o Missionario, como Director Frei Luiz de Cimitile... recebendo o Aldeamento em feias circumstancias”. In: ELLIOTT, João Henrique. **Desenhos e planta de parte das Províncias do Paraná e Matto Grosso**. Rio de Janeiro, Mapoteca do Itamaraty. (Coleção Álbum Cimitile).

artista – devido sua trajetória contemporânea desses acontecimentos – propiciando um conjunto de *vestígios* (um *corpus*) discursivos tem-se, por consequência, uma possibilidade bem maior de análise e de descrição mais completa da paisagem cultural daquele tempo e espaço específico que se quer abarcar, num sentido cosgroveano. E, em sentido simmeliano, uma possibilidade maior de (re)construção daquela totalidade “perdida”, ou melhor, ocultada da paisagem⁴⁰.

E como se poderia chegar minimamente aos tempos pretéritos sem tatear seus vestígios, saindo da margem segura do nosso tempo como afirmou F. Nietzsche? O cuidado que se apresenta é o alerta feito por Gomes (1997), pois se deve saber que quem se propõe a relatar a história seleciona o que deseja ver e o que quer dizer. E na escolha de determinados temas e fontes, dos autores que o suportam e do seu próprio campo discursivo, todo pesquisador está fazendo, a seu próprio juízo, uma escolha narrativa por sua própria conta e risco.

O relato histórico, ou a prática escriturística como diz De Certeau (1998, p. 224-230), é também uma espécie de prática mítica da modernidade. Que em si encerra esse aficcionismo ocidental em produzir a sociedade como um texto; que busca distinguir o mundo das narrativas simbólicas e orais, das paixões da humanidade, disposta como passado, do mundo dado pela suposta concretude da história narrada no espaço hermético do papel que se desenfeita das ambiguidades do mundo. E aí esboçando uma clara fronteira entre o universo arcaico das tradições, das heterogeneidades das vozes pretéritas, e o mundo da ciência e dos fatos descritos sobre o jogo de provas, conceitos e argumentos – que atuando sobre a exterioridade visa imbricá-la neste novo jogo simbólico.

Nesse sentido toda narrativa escriturária contemporânea encerra-se também numa mitomania própria – onde se criam cenários próprios de jogos linguísticos e representações. E que ao intentar ser *documentum* capaz de (re)fazer a história fabricando linguagens, que na modernidade tal prática se viabilizou, concomitantemente, pela eliminação do multilinguismo e a imposição do

⁴⁰ “Em seguida chegou ali algum gado para corte, e bestas conduzindo viveres, e como os índios nunca tivessem visto d'estes animaes ao enxergarem-os foi estupendo o seu terror e admiração, fugindo espavoridos e trepando às arvores, o que causou grande confusão e desordem entre racionais e irracionais. Passado o primeiro terror e como conhecessem os índios que os animaes eram inoffensivos foram pouco a pouco se aproximando d'elles e por fim os cavalgaram e os faziam correr com irrisão e algazarra dos cavalleiros”. In: ELLIOTT, J. H. A emigração dos Cayuaz. **Revista do IHGB**, RJ, tomo XIX (Tomo VI da terceira serie), Imprensa Nacional, p. 446, 1898.

monolinguísmo, supõe criar uma ordenação discursiva e de sentidos para o “caos da natureza e da história” tal qual nas sociedades passadas esse mesmo ordenamento era dado pelo cosmo mítico dos deuses, pela prestigiação dos profetas, pelos textos cifrados sagrados ou as práticas sacerdotais.

Finalmente, qual o objetivo principal de G. Simmel neste trabalho? O leitor deve olhar para a paisagem do quadro, da aquarela, e do mapa e conduzir seu olhar e entendimento para o centro, o interior da cena retratada. Mas, como esta só é parte da vivência torrencial do homem com a natureza e a partir do entendimento dialético agora encontrado por essa imersão, deve então reprojeta-la para a totalidade da paisagem pretérita a partir da qual foi retirada.

2.3 VIVÊNCIA E PAISAGEM EM ERNST CASSIRER

Nós não podemos descobrir a natureza do homem do mesmo modo que detectamos a natureza das coisas físicas. As coisas podem ser descritas nos termos de suas propriedades objetivas, mas o homem deve ser descrito e definido apenas de acordo com sua consciência.

Ernst Cassirer⁴¹

Em sua abordagem sobre o conceito e problema da representação no livro três da *Filosofia das formas simbólicas - Fenomenologia do conhecimento*⁴², E. Cassirer busca demonstrar que todo nosso avanço em direção a um entendimento sobre os liames que cercam as formas mais elevadas de visão do mundo, e suas relações com as formas mais primárias da consciência da realidade, somente pode ser percorrido através do fio condutor das formações objetivas da cultura intelectual.

⁴¹ “We cannot discover the nature of man in the same way that we can detect the nature of physical things. Physical things may be described in terms of their objective properties, but man may be described and defined only in terms of his consciousness”. In: CASSIRER, Ernst. **An essay on man: an introduction to a philosophy of human culture**. New York: Doubleday Anchor Books, s/d. (Copyright of Yale University Press, 1944), p. 20 (tradução nossa).

⁴² CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: III - fenomenologia do conhecimento**. Segunda Parte - Cap. 1 O conceito e o problema da representação. Trad. Eurides Avance de Souza, rev. téc. e da trad. Flávio Benno Wiebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 181-198.

Com isso E. Cassirer não quer dizer que na re-produção da cultura determinados processos de formação da consciência humana se situam necessariamente “atrás no tempo histórico” e outros “à frente” no contínuo desenvolvimento do *lóγος*. Mas, ao contrário, que essa capacidade de “soletrar fenômenos para poder lê-los como experiência”, (CASSIRER, 2011, p.324), pode ser sempre verificada nas formas objetivadas da cultura, pois nelas em uma permanente “gestação e vivacidade de sentidos” as formas *expressionais* mais primárias ainda se veem presentes no cosmo das *representações*. Nesse movimento há logicamente uma coexistência inevitável de todas as formas simbólicas que a partir de suas funções particulares de sentidos tornam-se conexas entre si na construção do mundo da percepção. A pura expressão não pode ser vista, portanto, como alguma coisa pretérita, mas que elementos que lhes são inerentes podem ser encontrados no cosmo do mito, da religião, da linguagem, da arte e da significação pura⁴³.

E o rastro mais evidente desse desenrolar se deu primordialmente a partir da função desta expressão pura (*Ausdruck*). Lá onde o mundo do mito gradualmente foi se estruturando num cosmo independente, para além das impressões particulares e individuais, é que a consciência foi evoluindo constantemente a uma totalidade das formas. E será pela penetração da linguagem que as formas simbólicas obterão estabilidade de “conceito” – sem qual a consciência ainda pairava na instabilidade torrencial do mundo. Enquanto presença, a representação (*Darstellung*) é ao mesmo tempo atualização. Mas a imagem do mundo e da singularidade das coisas que se movem somente encontrará sua estabilidade em sentidos particulares através da nominação, do *nome* – da significação linguística, desde as suas fases primárias de fonetização até quando passa a designar uma realidade objetivada.

No desenvolvimento da consciência, por conseguinte, será a língua, a linguagem, o veículo de estabilidade daquela esfera primordial de um mundo que se apresentava – e se apresenta – ao homem em uma permanente instabilidade e volatilidade natural. No fluxo e torrente constante da natureza, e nas metamorfoses da paisagem, o mundo não se mantinha firme em nenhum momento nos tempos

⁴³ Na análise do pensamento mítico E. Cassirer deixa totalmente em aberto esta possibilidade: “Também aqui, como no desenvolvimento de todas as ‘formas simbólicas’, luz e sombra estão correlacionadas. A luz se anuncia e se mostra na sombra que projeta: o puramente ‘inteligível’ tem o sensível como seu oposto, mas esse oposto ao mesmo tempo constitui seu correlato necessário”. In: CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**: II – o pensamento mítico. Trad. Cláudia Cavalcanti, rev. téc. e da trad. Moacir Ayres Novaes Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 407.

pretéritos. Somente a língua ofereceria à humanidade a possibilidade daquilo que E. Cassirer denominou “reconhecimento do conceito”. Onde os fenômenos, separados no espaço e no tempo – que sempre se dão nesse fluxo totalizante da natureza –, são transformados em realidade intuitiva e se tornam sensorialmente divisíveis em suas propriedades simbólicas⁴⁴.

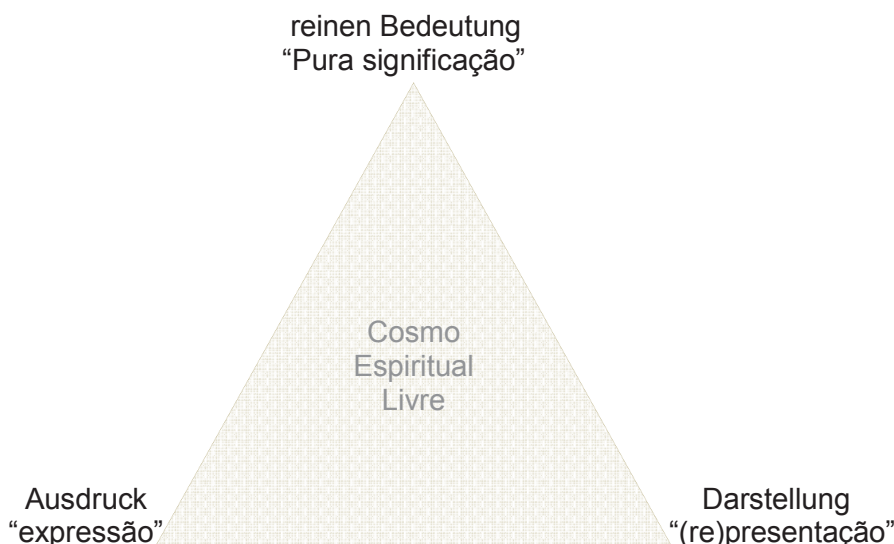
Neste sentido, a *mente prenante* é processo autodeterminante em E. Cassirer na construção permanente do universo da “experiência”. E na teia das significações que passam a emergir da cultura o homem é ser livre no mundo em razão da sua capacidade de simbolizar. O espírito humano se destaca das contingências do todo e liberta o homem pela torrencialidade operacional dos pensamentos e sentimentos. Por isso, para Cassirer (2011, p. 343) “o processo simbólico é como uma torrente unitária de vida e de pensamentos, torrente essa que inunda a consciência e que nesse movimento torrencial gera, então, a diversidade e coesão da consciência, bem como sua plenitude, sua continuidade e sua constância” (FIGURA 1).

Assim, por exemplo, pode-se intuir que é na forma simbólica da *arte* onde pode se melhor detectar esse fluir espiritual, nessa sua aspersão constante de liberdade. Na arte a polissemia da mente prenante se deixa inundar pela herança totalizadora das formas que gradualmente formaram e vem formando a consciência humana. Pois é uma forma de expressão que guarda uma específica universalidade, que é a sua capacidade de comunicar sentimentos que são comuns à humanidade, independentemente das diferenças culturais ou dos estágios de desenvolvimento das sociedades. Klee (1971) reforça este aspecto de como os sentimentos, aspergidos pela capacidade de produzir símbolos, comuns a todos os homens os tornam universais na permanente imbricação entre mundos sensíveis e ideais, cuja

⁴⁴ As inferências de Georg Simmel em *A Filosofia da Paisagem* ajudam a elucidar o pensamento de Ernst Cassirer. Em G. Simmel a natureza é essa “torrente” una, em um eterno devir, cujo fluxo totalizante (*Ganze*) não pode ser partido. Na apreensão da *paisagem*, porém, em G. Simmel a consciência humana realiza aquilo que é buscar um *Sein-für-sich* (ser-para-si); quando aparentemente “partes” da natureza são “destacadas” para fruição vivencial e estética, justamente porque ela se vê incapacitada de apreender o todo. Mas, essa partição só adquire sentido na consciência simbólica quando realiza novamente, e sempre, o retorno para a totalidade da natureza, porque nela estão envolvidos o homem e o *nexo infindo das coisas e a ininterrupta parturição e aniquilação das formas*. Em G. Simmel a paisagem realiza uma espécie de mediação entre mundo sensível (natureza) e consciência prenante; e é na forma da arte, ou no espírito artístico, que melhor pode se ver retomada, através do singular, a disposição anímica humana para a unidade da existência.

gênese é o eterno movimento e devir das formas que são mais bem demonstradas e devem ser decompostas pelo espírito artístico.

FIGURA 1: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 1



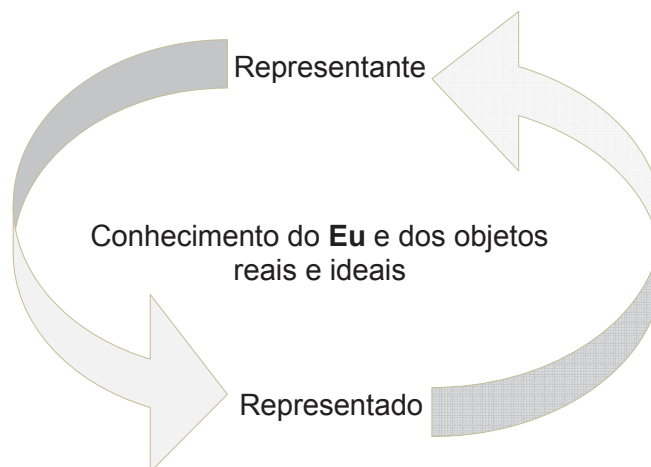
Cada coisa em si no cosmo humano se determinará sempre a princípio pela apresentação⁴⁵. A decomposição da realidade fenomenal que separa o mundo em coisa que *representa* (a linguagem, os signos, etc.) e coisa que é *representada* (as coisas singulares no todo do cosmo da natureza e das criações da cultura). Portanto, é na *re-presentatione*, sempre reconhecedora, que os homens criam cultura e desenvolvem o conhecimento de si e dos objetos reais e ideais que os cercam e os envolvem (FIGURA 2).

As coisas (*Dinge*), portanto, ao possuírem nome, significação já dada na representação, formam unidades espaciais que se processam em interconexão com o todo no espaço intuitivo. Cada coisa singular dada pela significação do seu nome (*guardador de atributos*) e da sua imagem (*vista-pensada-sonhada*) está sempre em relação com o todo, como também este todo está continuamente em relação com as partes – o que na consciência humana é a princípio uma coisa após a outra se torna,

⁴⁵ **Erscheinung**: aparição. Este conceito precede em E. Cassirer, e anteriormente já em I. Kant, o conceito de **Phänomen**: fenômeno. O primeiro ainda é o caráter imediato do mundo das coisas em geral; o segundo já indicando o processo de cognição (reconhecimento), a realidade na intuição, já apresentando a singularidade das coisas dadas pela representação: "Novamente é a ordem, a legalidade dos fenômenos [Erscheinungen] em geral, que é utilizada como critério da verdade do fenômeno [Phänomen] empírico singular do 'ser' que deve ser atribuído a esse fenômeno. Assim, na construção teórica da conexão do mundo da experiência, todo particular é aqui referido, mediata ou imediatamente, a um universal e é medido por este". In: CASSIRER, op. cit., p. 66.

inevitavelmente, uma coisa simultânea e coetânea à outra, perfazendo na consciência um movimento holístico e dialético espaço-temporal.

FIGURA 2: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 2



Assim, por consequência, no movimento permanente da consciência simbólica cassireriana passado, presente e futuro deixam de ter significação física no mundo das coisas. A objetivação do tempo e do espaço em E. Cassirer possui evidentemente bases kantianas, que se desenvolvem já a partir dos princípios transcendentais presentes na estética da consciência humana, no modo como a consciência intui e objetiva o mundo a partir da experianciação⁴⁶. Partindo dos pressupostos já há muito especulado por Santo Agostinho nas *Confissões*⁴⁷, no pensamento cassireriano o passado se configura como lembrança, o futuro expectativa e o presente é sempre intuição⁴⁸. Essa intuição do agora, porém, o presente, é em E. Cassirer um *praegnans futuri* saturado de devir. O presente, vivo de passado, antecipa o futuro em razão da *vivência* simbólica.

E como nesta dialética do filósofo a esfera do sentido não se separa por completo da esfera da sensibilidade, ou antes, permanecem sempre ligados

⁴⁶ In: KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Primeira Parte, Da Doutrina Transcendental dos Elementos – Estética Transcendental. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p. 71-90.

⁴⁷ In: SANTO AGOSTINHO, Bispo de Hipona (354-430). **Confissões**. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante. Introd. Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2002, p. 327-362 (Livro XI).

⁴⁸ Neste sentido, embora se possa afirmar que a consciência tenha ascendido ao *lóγος* da ciência e da pura significação através da reconhecimento constante dos conceitos dado pela estabilidade significativa, não se pode depreender do pensamento cassireriano uma perspectiva absoluta evolucionista. Ao contrário, no cosmo holístico da mente humana ela ainda é habitada pelas fronteiras da expressão pura e do mito; na religião e nos cerimoniais religiosos, por exemplo, isto ainda pode ser evidenciado.

mantendo no campo da linguagem um permanente entrelaçamento das expressões sensíveis e espirituais, mesmo que o *lóγος* venha a preponderar no campo da pura significação, no contínuo desenvolvimento do espírito humano, a força das imagens ainda conserva algo de primordial, pois foram elas que com sua energia criadora contribuíram para a formação da própria consciência. E é justamente na intuição do espaço em E. Cassirer que isto se torna mais evidente. As representações metafóricas como demandas das representações do espaço permanecem presentes mesmo nos estágios mais avançados de evolução da linguagem. Na evolução das línguas, no entanto, uma síntese mais geral insiste em eliminar a diversidade das expressões mímicas e pictóricas presentes nas línguas mais primitivas; quando estas se direcionavam, ou se direcionam, sobretudo, para elementos da natureza e para os sem número de ações com e no espaço⁴⁹.

Neste sentido, a paisagem entre os povos antigos possuía naturalmente um número muito maior de nuances, um sem número de ações e movimentos dados na apreensão dos fenômenos no espaço e na formação do vasto campo das imagens na consciência. E esta diversidade naturalmente estava prenhe de mimetizações, enquanto nas sociedades de economia, cultura e linguagem industrializadas as sínteses da significação pura procuravam já reduzi-la a uma operacionalidade mais utilitária e supostamente mais racionalizada.

No entanto, isto não quer dizer que na reconhecimento sempre constante dos fenômenos a linguagem não continue operando holisticamente com os mistérios da sua primitiviz. Embora, portanto, a estabilidade do conceito na significação pura; a paisagem e seus elementos não são na sua totalidade determinados somente por ele, mas pelos sentidos advindos da *vivência*, da experiência específica de cada povo, e mesmo de um indivíduo, nos liames de sua cultura.

⁴⁹ “Principalmente as línguas dos povos primitivos distinguem-se em toda parte pela exatidão, por assim dizer, pictórica e mímica com que expressam todas as determinações, bem como as diferenças de processos e atividades. Assim, por exemplo, as línguas nativas americanas raramente possuem uma denominação genérica que designe o ato de caminhar; em vez disso, dispõem de expressões espaciais para indicar o andar para cima e para baixo (subir e descer), bem como para os demais múltiplos matizes do movimento – da mesma forma, na expressão que designa o estado de repouso, são diferenciados com precisão o estar embaixo ou em cima, dentro ou fora de determinado espaço, o estar ao redor de algo, o estar na água, na floresta, etc. Enquanto a língua, aqui, deixa de designar um grande número de diferenciações que nós exprimimos através do verbo, ou então lhes atribui pouca importância, em contrapartida todas as determinações de lugar, situação e distância são sempre meticulosamente indicadas através de partículas de significação originariamente local”. In. CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. I a linguagem. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, (2001), p. 209.

Cassirer (2004, p. 297-366), por outro lado, afirma que na consciência mítica o *Sentimento-de-si* estava profundamente ligado ao sentimento mítico da unidade e da vida. E que desta forma nem sempre a oposição entre sujeito e objeto foi o único caminho para a consciência do “Eu”. No saber puro o cognoscente (conceito) tornou-se separado do conteúdo para uma esfera independente, já no cosmo mítico (o mundo indígena no tempo de J. H. Elliott) o “Eu” não se referia ao mundo exterior (principalmente a paisagem) exclusivamente a partir do conceito que tinha dele, mas só existia porque a subjetividade estava unida ao “outro” do clã e ao cosmo vivencial do grupo e do espaço na qual se relacionava.

Portanto, em muitos povos indígenas americanos, na transição da fase mimética da linguagem, o *Sentimento-de-si* não estava ainda consolidado numa esfera subjetiva amparada pelo conceito independente, mas era sim determinado pelo sentimento comunal mítico-religioso. E a estabilidade desse cosmo era dada pelo pensamento mítico. Portanto, ao se desestruturarem certas comunidades indígenas “destruíam-se”, ao mesmo tempo, o indivíduo. Pelo fato do signo ainda não estar constituído fora dessa esfera mágica, a palavra quando dita, ou a paisagem quando vivenciada, invocava ainda animisticamente esses campos mágicos da expressão pura. Por isso que nas interações entre colonizadores e, certamente, muitos dos grupos indígenas na América o que se deu também foi um “confronto simbólico”.

2.3.1 PAISAGEM: FORMA SIMBÓLICA NO ESPAÇO-TEMPO

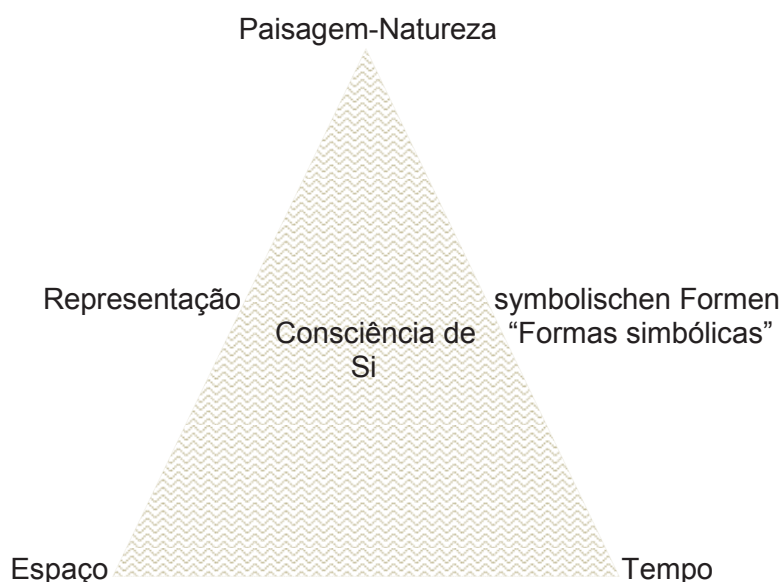
Diante da realidade empírico-real das coisas, as imagens se confessam como “aparência”: mas essa aparência tem sua própria verdade, porque possui sua própria legalidade. No retorno a essa legalidade ao mesmo tempo surge uma nova liberdade da consciência: a imagem agora não age mais no espírito como algo autônomo e material, mas se tornou para ele a expressão pura da sua própria força criadora.

Ernst Cassirer⁵⁰

⁵⁰ In: CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: II – o pensamento mítico**. Trad. Cláudia Cavalcanti, rev. téc. e da trad. Moacir Ayres Novaes Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 432.

A paisagem é imagem (re)projetada pela reconhecimento humana. A paisagem é constantemente conduzida e reconduzida da consciência humana para o universo do sensível e deste para a consciência (espírito) novamente. E nesse círculo eterno de pregnância ela é tanto significado quanto exerce ação significante. A cada momento que nos deparamos com a presença e intuímos a paisagem, ou elementos dela, ela está impregnada de fragmentos do todo das formas simbólicas que partindo de nós são nela refratadas e continuamente parecem estar nelas de maneira “revivificada” – a consciência humana engana-se de si para sustentar um mundo de sentidos junto a si. Na paisagem elementos de todas as formas simbólicas estão presentes. Ela é uma reprojeção holística da consciência (assim como a arte e as demais formas simbólicas). A presença cósmica da *paisagem-natureza* (natureza com o homem), junto com o *espaço* e o *tempo*, compõe uma trindade a partir da qual a mente prenante também tomou consciência de si – na trajetória da expressividade, da representação e da significação (FIGURA 3).

FIGURA 3: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 3



Quando a consciência toma o mundo sensível de maneira simbólica, também é tomado por ele em razão desse processo de concentração e dispersão. Por isso, na *Vivência (Erlebnis)*, que é o plano real e concreto da experiência humana, na presença da paisagem junto ao homem e do homem com a paisagem, como um princípio do qual se superordenou a própria formação do intelecto, mas ao

qual retorna em forma de símbolo, é que se estabelece a plenitude espiritual humana a partir das configurações e conexões das formas simbólicas⁵¹.

Um pintor, por exemplo, quando representa uma paisagem, parte dela, ou qualquer outro elemento gerado a partir da mente, e em que pese o aspecto formal da descrição, inconscientemente também está externalizando elementos simbólicos que já estão nele introspectados. Muito lentamente a consciência simbólica operante gerou o *Eu* e o conhecimento deste, que cada vez mais pode operar significações em meio ao sensível e ao ideal. Ao destacar-se da totalidade do cosmo da natureza a mente humana pode gradualmente intuí-lo no desenvolvimento do *λόγος*, mas como uma irmandade perene se vê sempre presa a ele na reconhecimento simbólica.

A possibilidade de uma nova *Hermenêutica da Paisagem*⁵² que renove sua condição paradigmática de categoria geográfica percorre também uma possível apreensão da sua condição como símbolo em constante pregnância. E como ente material e simbólico ela passa a ter um novo protagonismo no campo da Filosofia da Cultura (consequentemente numa Geografia da Cultura): a paisagem a partir dessas novas perspectivas é um produto de si e da cultura humana e contém histórias a serem decifradas. Como uma espécie de holograma onde essas estão iconograficamente registradas, as partes no todo e o todo nas partes. Ou metaforicamente como um palimpsesto cuja metodologia arqueológica pode se lhe desvendar camadas de representação ao longo da sua história, quer seja a causada

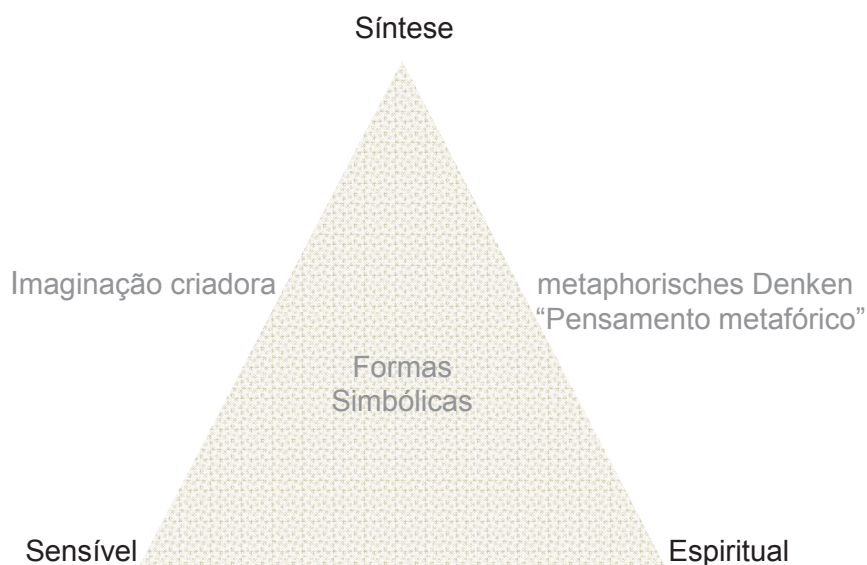
⁵¹ “A impossibilidade de apreender o sujeito, determinando-o com as categorias válidas para o mundo das coisas é demonstrada por Bergson de forma puramente metodológica e com os mesmos argumentos formulados por Schelling em seu livro *Vom Ich Als Prinzip der Philosophie* (Do eu como princípio da filosofia). Mas a própria subjetividade, o mundo daquele eu puro, do qual nos asseguramos por meio da intuição, fica em Bergson restrito a um círculo essencialmente mais estreito do que em Schelling. E isso porque para Schelling a natureza, que assim como em Bergson, é interpretada como “desenvolvimento criativo”, nada mais é do que o desenvolvimento em direção ao intelecto. A atividade formadora desempenhada pelo intelecto, na forma como ela se revela em suas criações supremas – na criação da língua, do mito, da religião, da cultura e do conhecimento –, é a continuação e a elevação da atividade formadora desempenhada pela natureza: a forma intelectual não está em antagonismo com a orgânica, mas, ao contrário, constitui a plenitude, o fruto mais maduro do processo orgânico em si”. In: CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: III - fenomenologia do conhecimento**. Introdução – Conhecimento intuitivo e simbólico na metafísica moderna. Trad. Eurides Avance de Souza, rev. téc. e da trad. Flávio Benno Wiebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 70. Ver também: SCHELLING, F. W. J. **The unconditional in human knowledge: four essays (1794-1796)**. Translated and commentary Fritz Marti. Lewisburg, PA: Buckwell University Press, 1980, 271 p.

⁵² Ver: FILHO, Sylvio Fausto Gil. **Geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer**. In: BARTHEDELOIZY, F., e SERPA, A., (Orgs). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia*. Salvador: EDUFBA; Edições L' Harmattan, 2012, p. 47-66; e FILHO, Sylvio Fausto Gil. *Notas para uma geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer*, Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, **XVI Encontro Nacional de Geógrafos – ENG**, Porto Alegre, 25-31 jul. 2010.

pelo geometabolismo natural da terra ou pela consorciação do homem nos seus diferentes usos materiais e de significação.

Assim como a paisagem é o modo de aparecimento das coisas em geral, o modo de apresentação dos entes no campo da intuição humana, a *vivência* humana se põe neste sentido como o fundamento do pregnantismo simbólico. Da união entre *mundo* e *espírito* (elementos sensíveis e conteúdos lógicos universais) é que se transforma o mundo passivo das impressões (*Eindrücke*) em um mundo de pura expressão espiritual (*geistigen Ausdruck*). E a cultura desta forma, na perspectiva cassireriana, torna-se o processo constante de autoliberação do homem, pois nela a humanidade coexiste e acaba por deixar, como um legado, narrativas representacionais, vestígios materiais e imateriais da contínua e ininterrupta torrente prenante de representações simbólicas (FIGURA 4).

FIGURA 4: EXPRESSÃO SIMBÓLICA 4



É no advento e desenvolvimento da cultura conseqüentemente; ou seja, no processo de simbolização, que é a criação permanente e necessária de sentidos sobre a matéria e a não matéria, que se processa a liberdade humana de todo o imediatamente dado. E é a partir da liberdade do espírito, da imaginação criadora, que a mente acaba por conformar as formas simbólicas como fenômenos metafóricos originais do próprio espírito humano (POZZO, 2008, p. 169-188).

Entre os geógrafos D. Cosgrove foi um dos que mais aprofundou essa “virada epistêmica” no decorrer da sua obra, cuja perspectiva de estudo da paisagem a reinterpreta como uma *imagem simbólica*⁵³ possuidora de uma, ou diversas histórias próprias. Até a realização desse salto epistemológico, as conceituações de paisagem ainda se viam presas a interpretações preponderantemente materialistas, quer seja nas geografias positivistas, sistêmicas e estruturalistas quanto nas de orientação marxiana.

Na experiência cotidiana da cultura essa *imagem do mundo*⁵⁴ constantemente produzida e reproduzida a partir da liberdade do espírito deixa seus rastros, tangíveis e intangíveis, na paisagem e nos registros sobre ela. Os mapas, por exemplo, como elementos de representação se constituem em narrativas sobre paisagens e culturas e são, por consequência, uma forma específica de linguagem – discursos geográficos e históricos – produzida sob o ponto de vista, ou a perspectiva, de seus realizadores (FIGURA 5).

As paisagens e os processos da cultura aqui são manejados através da simbologia gráfica, da arte da pintura e da ilustração, da criatividade em busca da beleza e de significantes para além do que é previamente dado, com a intenção de produzir uma representação que naturalmente, ao valorizar um conjunto de elementos específicos representados, busca sintetizar a “idealidade mundana” ou a “maneira de olhar” daqueles que os produziram.

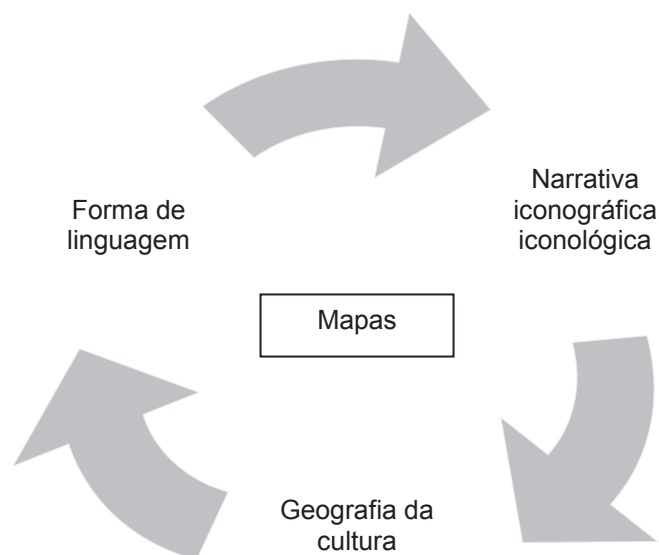
Neste sentido a produção iconográfica de um artista-viajante expressa uma visão específica do mundo e o tempo em viveu e naturalmente contém os traços específicos da cultura e da mentalidade de uma época. Porém, este “olhar” legado pela expressividade de sua produção propõe também uma narrativa representativa

⁵³ Os conceitos cosgroveanos de *Idea of Landscape* (Ideia de Paisagem) e *Way of Seeing* (Modo de Ver), já abordados, percorrem o viés dessa guinada; apontando como no processo histórico-cultural a paisagem é tanto ente material como simbólico e representacional. Constituindo-se em “imagem” constantemente e sucessivamente intuída e culturalmente representada a partir da consciência humana.

⁵⁴ “Uma das primeiras e essenciais ideias da filosofia crítica é a de que os objetos não são “dados” à consciência prontos e fixos, na nudez de seu “em si”, mas que a referência da representação ao objeto pressupõe um ato espontâneo e autônomo da consciência. O objeto não subsiste antes e fora da unidade sintética; ao contrário, apenas através dela é que ele é constituído – não é uma forma acabada que simplesmente se impõe e imprime à consciência, mas é o resultado de uma conformação que se efetua por força dos recursos fundamentais da consciência, por força das condições da intuição e do pensamento puro. A Filosofia das Formas Simbólicas adota esse pensamento crítico fundamental, esse princípio em que se baseia a ‘revolução copernicana’ de Kant, com vistas a ampliá-lo. Ela não procura as categorias da consciência do objeto apenas na esfera teórico-intelectual; ela se baseia em que tais categorias têm que vigorar em toda parte onde, do caos das impressões, se forme um cosmo, uma ‘imagem do mundo’ característica e típica”. In: CASSIRER, op. cit., p. 61.

de sua própria visão de mundo e do grupo que mais diretamente representava, influenciada pelo vivenciamento havido com este mesmo mundo e com outros.

FIGURA 5: NARRATIVA DOS MAPAS



Ao esmiuçar esse conjunto iconográfico, a análise crítica das fontes deve tanto buscar uma interpretação elucidativa dos mais variados aspectos do conjunto, como técnicas e metodologias envolvidas, conceitos e visão do mundo de uma época quanto à “intencionalidade” da representação, pois nesta reside um conjunto de narrativas próprias que se quer dar aos representados. O personagem histórico, no entanto, como ser criador e atuante se põe na constante relação de imediatidade com o mundo – consequentemente com a paisagem – e querer perscrutar uma racionalidade plena em sua criação é, certamente, deslizar para um equívoco, já que naturalmente ele esteve envolvido com o todo das tensões e transformações da sua realidade e com a torrencialidade da sua própria consciência, em sua vivência espiritual.

A sua apreensão mesma específica da paisagem no espaço-tempo esteve condicionada ao sentido do seu olhar. E este sentido difere conforme a perspectiva que nele é empregada, pois na contemplação estética a mente traça um caminho diferente da contemplação lógico-matemática, na primeira impressão reina já a modalidade do conceito lógico e matemático, na segunda a fantasia espacial artística. O espaço e o tempo aqui se mantêm “recuados”, justamente por

configurarem na mente uma totalidade, na interpenetração dinâmica dos elementos individuais da paisagem tomados pela intuição e a profunda emoção.

A paisagem, portanto, na representação artística se encontra mais livre do universo dos conceitos, consolidados na significação pura. No entanto, não quer dizer que numa representação iconográfica todos esses elementos da consciência não tenham sido empregados. De igual maneira o estudioso da paisagem ou da representação da paisagem assim também se põe: como aquele que investiga a existência icono-histórica do mundo também a partir da sua própria mente prenhe. Pois é sempre a consciência operante que representa o mundo. E que, como consequência, re-representa novamente um mundo das coisas a partir do que previamente já foi representado. E isso nos leva de novo a um mesmo caminho: que não há uma genuinidade no que está fora de nós, mas que tudo está mesmo na consciência humana, em nós.

A natureza e as paisagens como entidades imediatamente dadas, portanto, sínteses dos objetos no espaço e no tempo, só se impregnam de sentidos quando no âmbito da realidade vivencial e na consciência dos homens⁵⁵. Assim, a paisagem em E. Cassirer alcança, conseqüentemente, uma dimensão de forma simbolicamente prenhe⁵⁶. Quaisquer paisagens pretéritas, portanto, que se queira reconstituir a partir de iconografias são tanto materiais quanto simbólicas e podem ser alcançadas quando se “recompõem” os contextos dos seus espaços e tempos, na dinâmica da natureza e na formação social (a cultura). Pois, assim, iconologicamente, delas se emanarão a *Vivência* passada, atingida pela *Evocação*. A partir da constituição de seu *Sistema Filosófico do Espírito* (CASSIRER, 2001, p. 26) o pensamento cassireriano passou a indicar estas possibilidades.

⁵⁵ “O genuinamente ‘imediato’ não pode ser mais buscado nas coisas de fora: temos que procurá-lo em nós mesmos. Não é a natureza, como síntese dos objetos no **espaço** e no **tempo**, mas sim somente o mundo de nossa existência, de nossa realidade **vivencial** que parece ser capaz de nos conduzir ao limiar desse imediato. Dessa forma, se quisermos enxergar a realidade em si, livre de todos os meios de refração, temos de nos deixar guiar pela experiência ‘interna’, em vez da experiência externa. Jamais encontraremos nas coisas o verdadeiramente simples, o último elemento de toda realidade, mas somente o encontraremos em nossa consciência”. In: CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas*: III - fenomenologia do conhecimento. Cap. 1 O conceito e o problema da representação. Trad. Eurides Avance de Souza, rev. téc. e da trad. Flávio Benno Wiebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 45. (grifo nosso).

⁵⁶ Se as *Formas Simbólicas* são conteúdos particulares que cumprem funções de sentido; revelando uma estrutura própria, mas que transita para um todo da consciência, numa interpenetração de funções representativas e, ao mesmo tempo, esse todo é representado também em cada um desses elementos; não só a *Paisagem* (além da *Linguagem* em si, do *Mito*, da *Religião*, da *Arte* e do *Conhecimento – Ciência* – já indicados por E. Cassirer), mas a *Política* (e possivelmente outras) pode ser também conformação simbólica.

3 JOHN HENRY ELLIOTT – O VIAJANTE-ARTISTA

O homem pode ir tão longe quanto quiser pelo conhecimento, encarar-se a si próprio o mais objetivamente possível; mas, no final, apenas obtém a sua própria biografia.

F. Nietzsche, A vida fruto da vida.

O mundo é mágico. As pessoas não morrem, ficam encantadas.

João Guimarães Rosa

Uma das mais antigas fontes historiográficas através da qual vieram as primeiras informações sobre a presença de J. H. Elliott no território paranaense foi a obra do engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither (1845-1890), intitulada em português *Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná – três anos em suas florestas e campos (1872-1875)* – editada no país em 1974, com tradução e notas de Temístocles Linhares e notas biográficas de Newton Carneiro. Segundo Carneiro (1974) T. P. Bigg-Wither veio ao Brasil compondo a expedição *Paraná and Mato Grosso Survey Expedition*, projeto da Coroa com a direção dos irmãos engenheiros André e Antonio Rebouças, cujos objetivos era o estabelecimento das estradas de ferro para a integração dos sertões a Oeste do Império. No Paraná o engenheiro inglês realizava pesquisas e levantamentos ao longo dos rios Ivaí e Tibagi.

Após enfrentar inúmeras dificuldades, parte da expedição na qual estava buscava explorar áreas do Tibagi e após passar pela Colônia Thereza Cristina a montante do Ivaí, chega às imediações da cidade de Tibagi, onde “para enfrentar essa possibilidade, ficou decidido fazer uma exploração preliminar do outro roteiro, ou seja, pelo vale congênere do Tibagi, por onde o desejado objetivo de ligar Curitiba com o rio Paraná poderia ser atingido” (BIGG-WITHER, 1974, p. 350).

Entre 11 e 16 de Junho de 1874, após visitar a cidade de Tibagi, T. P. Bigg-Wither, em companhia do amigo Telêmaco M. Borba que compunha o grupo, passa pela Colônia de Jataí e pela Fazenda Fortaleza e adentra aos campos da Vila de São Jerônimo. Em São Jerônimo recebeu a visita do diretor do aldeamento

indígena local Frei Luiz de Cimitile, que ao visitar-lhe também veio comunicar-lhe sobre a presença de um “compatriota” que vivia naquele povoado:

Nas últimas horas da tarde do sétimo dia depois de sair do Tibagi, avistamos a pequena vila de S. Jerônimo, isolada num campo aberto, que inexplicavelmente surge ali, desprotegida e deserta, no meio de uma floresta luxuriante. Frei Luís me contou que ali vivia um compatriota meu de nome Elliott que, quando jovem, fora grande explorador, mas que agora estava velho, cansado e muito pobre; trazia-me um recado dele pedindo desculpas por não poder vir fazer-me uma visita, em virtude de sua avançada idade e fraqueza, mas que mandou pedir que o fosse ver. Fomos juntos para à vila à casa de meu suposto compatriota. Ele acabava de se levantar da cadeira para nos receber quando eu, acompanhando de perto Frei Luís, entrei no quarto em que ele estava. Como ele parasse por um momento diante de mim, penso nunca ter visto tão esplêndida ruína de homem. Tinha mais de seis pés de altura, com uma estrutura que em outros tempos deveria ter sido sólida, mas agora estava enfraquecida e descarnada, e o seu semblante parecia ter sido modelado em ferro, indicando um vigor e energia de caráter iguais aos que Palas ofereceu a Páris, para o animar a levar vida de golpes, perigos e proezas, como a que ele de fato levou durante quarenta longos anos de sua vida. (BIGG-WITHER, 1974, p. 379-380).

A partir deste primeiro encontro e das primeiras impressões havidas e nos outros encontros que se sucederam J. H. Elliott propõe uma narrativa da sua vida e das suas atividades e aventuras como explorador dos sertões do Paraná. T. P. Bigg-Wither interessou-se demais pelas histórias do “compatriota”. Certamente jamais poderia esperar que antes de si e do projeto inglês de modernização da antiga colônia portuguesa encontraria um viajante estrangeiro como ele, que já tivesse palmilhado esses territórios. De acordo com Carneiro e Linhares (1974), da sua viagem de trabalho ao Brasil o engenheiro inglês coletou um sem número de fatos, guardou desenhos e fotografias e que mais tarde parte desse material foi reunida para a publicação do livro, em primeira edição inglesa de 1878, com o título original de *Pioneering in south Brazil*:

Elliott cumprimentou-me em inglês, misturando inconscientemente algumas palavras em português, como se já tivesse perdido o domínio de sua própria língua por falta de uso. A despeito disso e do ambiente pobre, que não lembrava nada da velha pátria, fiquei logo emocionado com o seu sotaque e a sua maneira de saudar. Eram os de um perfeito cavalheiro

inglês, como eu estava longe de encontrar naquelas remotas regiões. Meu coração se enterneceu diante daquele pobre velho, abandonado aparentemente pelo país de origem, em cujo serviço despendera os seus melhores dias.

Fiquei com ele até tarde e soube pouco a pouco da história de sua vida, que não desmentia a sua aparência. Seu nome de batismo era John Henry, sendo inglês apenas por parte de mãe, pois seu pai era americano. Nascera no ano de 1809. Entrara muito jovem para a marinha americana, como guarda-marinha, e um ano ou dois depois passou para o serviço brasileiro. Numa das rixas quase permanentes entre o Brasil e os países sulinos espanhóis, foi feito prisioneiro, permanecendo em reclusão durante dois anos. Mais tarde conseguiu fugir e aí começou a sua vida de explorador. (BIGG-WITHER, 1974, p. 380).

De acordo ainda com esses mesmos comentadores, o livro de T. P. Bigg-Wither após sua primeira edição fez muito sucesso na Inglaterra como livro de aventuras, pois o público europeu tinha grande interesse pelos relatos dos viajantes, pelas narrativas de viagens e aventuras em terras “exóticas e inexploradas”. Embora hoje um importante documento historiográfico, o livro teria influenciado inclusive o escritor Thomas Hardy, que treze anos depois da publicação de Bigg-Wither, em 1891, ambientaria seu romance *Tess of the D’Urbervilles* em terras paranaenses. A heroína de T. Hardy, Angel Claire, é uma dama inglesa que viverá uma vida intensa de sofrimentos e aventuras nas “selvas paranaenses”, mais especificamente na colônia de imigrantes ingleses do Assungüi, nas proximidades de Curitiba.

T. P. Bigg-Wither voltou visitar J. H. Elliott muitas vezes enquanto esteve trabalhando nas proximidades de São Jerônimo e continuou registrando concisamente os relatos do norte-americano; o marinheiro que abandonara o mar e cruzara as montanhas da Serra do Mar para ser explorador dos sertões (e naquele momento “tão esplêndida ruína de homem”, segundo suas primeiras impressões):

Em suas próprias palavras: “*Você sabe, eu tinha visto aquelas montanhas altas* (referindo-se à cordilheira da Serra do Mar) *tantas vezes, de bordo do navio, que comecei a ficar curioso de saber o que existia detrás delas e por isso resolvi ir ver*”. Deixou assim a sua vida do mar e, durante quarenta anos, estivera olhando o que existia atrás das montanhas marítimas do Brasil meridional. Começando sob os auspícios e patrocínio do Sr. Silva Machado, que depois se tornou Barão de Antonina, Elliott explorou vastas extensões de terra nas Províncias de S.

Paulo (que então abrangia o que é agora a Província do Paraná), Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, traçando mapas ligeiros de vários rios, anotando as posições aproximadas das cordilheiras de montanhas e as divisões gerais das florestas e prados.

Durante muitos anos a sua vida foi de extremo perigo e privações, vividas no meio dos grandes sertões, interceptados ao contato do homem civilizado por distâncias imensas de regiões desconhecidas e muitas vezes cercados por tribos de índios hostis. Tinha tido, contudo, um companheiro que parecia ter se igualado a ele em coragem e atrevimento. Esse companheiro era o brasileiro Lopes, que ainda vivia e trabalhava.

Tão interessante e atraente achei ouvir experiências e aventuras da vida do velho – e que eu gostaria de levar – que, quando dois meses mais ou menos mais tarde, voltei a S. Jerônimo, me acostumara a ir todas as noites à sua casa e, sentado com ele, sua mulher (uma mulata e uma megera, loucura da meia idade), Frei Luís e outras pessoas da vila, em volta de uma grande fogueira, acesa no chão da cozinha, ouvíamos histórias intermináveis de sua vida, chupando mate numa bomba e fumando cigarros. O prazer dessas noites teria sido perfeito se não fosse a megera da mulher, que parecia fazer muito pouco caso do marido, dando ordens ao velho como se fora um cão [...].

Em certo ponto, na vizinhança imediata de S. Jerônimo e nunca distância de cerca de vinte e oito milhas, há um pico escarpado que se projeta dessa serra e logo atrai a atenção pela clara rudeza do seu esboço, comparado com outros de em torno. Quando toda a região entre Tibagi e Jataí era ainda desconhecida e desabitada, exceto pelos índios errantes, Elliott e Lopes, procurando o caminho do Ivaí para o Tibagi, subiram a esse pico, e de seu cume, descobriram os dois campos de S. Jerônimo e Inhonhõ. Isso foi pelo ano de 1840, em que a lei de posse regulava os direitos de propriedade da terra em todo o sertão brasileiro.

Essa lei, que de fato não era lei, fez surgir crimes terríveis e ultrajes de caráter agrário, por meio dos quais só os poderosos ou protegidos por amigos influentes podiam estabelecer-se praticamente com segurança nas terras mais favorecidas dessas regiões remotas e bravias. Lopes e Elliott, entretanto, tinham um protetor bastante poderoso na pessoa do Sr. Silva Machado, Barão de Antonina, em cujo nome se apoderaram, portanto, do campo recentemente descoberto, fundando, pouco depois, ali mesmo, a vila de S. Jerônimo [...].

Causava tristeza ver um homem que tanto havia feito e sofrido morrer agora em terra estrangeira, sem nenhum carinho, além do mais, martirizado dia após dia por uma pessoa rude, cujo mau gênio e língua viperina nem a presença de um

estrangeiro podia suavizar. O melhor presente que tive para dar ao velho homem foi a garrafa de conhaque “Grande Marque”, uma das duas que eu vinha guardando para as contingências desconhecidas do futuro. Fui obrigado a entrar na casa dele com a garrafa escondida, pois se a esposa soubesse, o velho certamente dele beberia muito pouco [...] Deixamos S. Jerônimo no dia 16. (BIGG-WHITER, 1974, p. 380-385).

Neste relato coletado pelo engenheiro e viajante inglês delineia-se um quadro mínimo da vida de J. H. Elliott, quando já se iam seus últimos anos no Aldeamento de São Jerônimo. Já no final desta década de 1870, porém, a geografia do território do Paraná praticamente se delineava como hoje a conhecemos. Os sertões haviam sido “domesticados”, cidades se formavam, colônias de imigrantes se estabeleciam e, junto com a economia predominante da erva-mate, o café já iniciava sua expansão pelo Norte e Noroeste do território. Os caminhos abertos e o estabelecimento de novas fronteiras consolidavam uma província que não tinha mais do que duas décadas oficiais de existência – já que ganhara sua autonomia da Província de São Paulo, a qual pertencia, em 1853. O grande latifúndio agrário também já havia se estabelecido sobre as outrora terras indígenas conquistadas nos sertões – pois a Lei de Terras de 1850 permitiu aos posseadores alargar seus domínios sobre o território em formação; constituindo a propriedade moderna da terra no Brasil⁵⁷.

E é justamente nesse contexto, o Segundo Reinado, que se verifica a presença do viajante-artista J. H. Elliott, que já na década de 1840 havia se empregado às ordens de João da Silva Machado, o Barão de Antonina. E sua missão, em companhia do sertanista Joaquim Francisco Lopes, consistia da abertura de novas vias e caminhos para os sertões do Paraná. Juntos, e em alguns momentos separados, adentraram, além do território paranaense, por regiões das Províncias do Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Além destas missões J. H. Elliott e J. F. Lopes foram responsáveis pelo estabelecimento de aldeamentos indígenas, como o de São Jerônimo, fundado em 1859; aldeamento este que seria posteriormente dirigido por J. F. Lopes, tendo J. H. Elliott como ajudante e onde o encontrou T. P. Bigg-Wither na década de 1870. Durante esse período foi farta a produção do viajante-artista, confeccionando mapas corográficos, elaborando cartas

⁵⁷ FONSECA, Ricardo Marcelo. A lei de terras e o advento da propriedade moderna no Brasil. *Anuario mexicano de historia del derecho*, n. 17, 2005, p. 97-112.

topográficas, compondo textos e produzindo aquarelas, pioneiras junto com Jean Baptiste Debret e os Kellers na representação iconográfica das paisagens geográficas e aspectos socioculturais do Paraná⁵⁸.

Além de T. P. Bigg-Wither, autores contemporâneos como Wachowicz (2010) na obra *História do Paraná* também analisou a importância da ação expedicionária desses sertanistas na formação do Norte do Paraná, atribuindo a J. H. Elliott a função de topógrafo. Já no campo da Geografia acadêmica paranaense ele foi raramente pesquisado. Maack (1981, p. 3-71), por exemplo, na *Geografia Física do Paraná* em seu primeiro capítulo quando discorre sobre a história das explorações geográficas e geológicas do território paranaense não o cita. Na obra do geógrafo que analisou as incursões dos viajantes pelo território paranaense nos séculos colonizadores, entre elas a passagem pelo Paraná do viajante alemão Ulrich Schmidel no século XVI, a ação sertanista de J. H. Elliott e do Barão de Antonina na segunda metade do século XIX não é destacada.

Deve-se salientar, porém, como já observado, que se deve a alguns autores estudos sobre J. H. Elliott na Geografia e História paranaense; entre esses se destacam também o historiador José Francisco da Rocha Pombo, Newton Carneiro e Cassiana Lacerda Carollo. Rocha Pombo, segundo Carneiro (1982), foi um dos primeiros a publicar a novela indigenista de J. H. Elliott – redigida nos anos de 1844, conforme afirmação do próprio viajante no prólogo da obra – no Jornal Echo dos Campos de Ponta Grossa no ano de 1884. Sendo que esta foi novamente publicada na revista Ilustração Paranaense em 1928, com prefácio de Ermelino A. de Leão. O historiador Júlio Estrella Moreira também a citou no seu Dicionário Bibliográfico do Paraná, embora afirme Newton Carneiro, em prefácio da edição fac-similar do O Jasmim, feita pela Secretaria da Cultura do Paraná em 1980, que o primeiro periódico a publicá-la fora a Revista Catarinense entre os anos de 1911 e 1914 e não a revista Ilustração Paranaense.

Mota (2007, p. 1-31) em estudo sobre as relações interculturais entre indígenas e brancos nas bacias dos rios Paranapanema e Tibagi no século XIX

⁵⁸ Ver entre outros: **Pintores da paisagem paranaense**. Newton Carneiro [Org.]. Curitiba: SECE, 1982; e **MAPPAs**: imagens da formação territorial brasileira. Pesquisa, textos e seleção cartográfica de Isa Adonias; fotografias e organização Bruno Furrer; versão para o inglês H. Sabrina Gledhill; versão para o espanhol Gloria Rodríguez. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

quando analisa os projetos do Barão de Antonina e as relações estabelecidas por J. H. Elliott e seu companheiro J. F. Lopes com os indígenas da região, especialmente os Guarani-Kayová, refere-se a uma suposta “aliança” destes com o barão visando à sobrevivência cultural nos sertões e a reconquista de territórios ancestrais. O mesmo J. H. Elliott em um dos seus relatos chamado *A emigração dos Cayuaz* faz referências à proteção que já vinha dando o barão a esses indígenas que procuravam se localizar nas imediações das suas terras, lembrando que “ao correr do anno de 1830 (si a lembrança me não falha) appareceu nas vizinhanças da villa de Itapetininga uma porção de índios selvagens desconhecidos: eram Cayuaz vindos d’além do Paraná” (ELLIOTT, 1898, p. 434-435); sugerindo uma visão mais humanista do indígena, tanto de parte do viajante-artista como do próprio barão. Com isto corrobora John Manuel Monteiro⁵⁹, que em tese de livre docência também se remete aos projetos civilizatórios do Império no século XIX e analisa as contradições verificadas, a partir da visão que se tinha do indígena brasileiro, nas tentativas de inclusão ou exclusão destes na constituição da nação (da qual fará parte o estabelecimento dos aldeamentos indígenas no Paraná). Segundo o autor, o relacionamento estabelecido por J. H. Elliott e os seus relatos das incursões pelos sertões demonstravam “uma clara percepção não apenas da humanidade dos índios como da sua diversidade”. (MONTEIRO, 2001, p. 145).

O pesquisador Plínio Marques da Silva Ayrosa que foi diretor de publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo publicou na década de 1930 estudo onde analisou as expedições do barão. Propondo uma das primeiras análises críticas das expedições geográficas e da ação sertanista e empresarial deste. No estudo lembra “o entusiasmo com que o Barão se entregou a organização de tais expedições” (AYROSA, 1931, p. 221). Analisando ainda como desde 1843 já podiam ser localizadas várias informações sobre os *Campos do Paiquerê* enviadas pelo barão ao Ministério da Guerra, para em seguida discorrer, especificamente, sobre as entradas e bandeiras realizadas pelos sertanistas a partir de 1845.

Ao viajante-artista, na maioria dessas fontes, são atribuídos diversos conhecimentos e práticas, certamente advindos muito mais das suas atividades de

⁵⁹ MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. Tese (Livre docência) - Unicamp-IFCH, Campinas, 2001.

prático do que de formações científicas específicas. Em todas elas J. H. Elliott é reconhecido também como pintor aquarelista e autor da primeira novela indigenista escrita no Paraná Aricó e Caocochée, publicada no jornal literário O Jasmim e também da primeira aquarela sobre a Vila de Curitiba, a Vista de Curitiba de 1855. Informações mais consolidadas, no entanto, veem dos estudos de Carneiro (1987) que o identifica como ex-marinheiro e atribui-lhe as funções de geógrafo, cartógrafo e topógrafo. No seu livro, resultado de conferência proferida no Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba, em 8 de junho de 1962, o autor propõe um levantamento biográfico sobre o viajante-artista. Esta publicação veio em consequência da edição de um primeiro trabalho que publicara sobre a influência norte-americana nas artes plásticas do Paraná, feito pelo Rotary Club de Curitiba, nos idos anos de 1952. Dessa forma, pode-se afirmar que cabe a esse historiador o mérito da percepção mais aguçada da singularidade da figura de J. H. Elliott, até então praticamente desconhecido na História da Geografia e na Historiografia regional. Outras fontes merecem também ser citadas pela sua contribuição aos estudos sobre o tema, como as obras *Iconografia paranaense: anterior à fotografia* de Newton Carneiro, editada em 1950 pela Impressora Paranaense; *Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil* de Visconde de Taunay; *Dicionário histórico e geográfico do Paraná* de Ermelino de Leão e, mais recentemente, também o *Dicionário das artes plásticas no Paraná* da historiadora e crítica de arte Adalice Maria de Araújo.

Essas referências, sobretudo as levantadas por Carneiro (1987), indicam que aportou em terras brasileiras entre os anos de 1825 e 1827. Chegando ao Rio de Janeiro, então capital do Império, a bordo da fragata Cyane sob o comando do Comodoro Jesse Duncan Elliott (1782-1845). É por enquanto incerta a data e o local de nascimento de J. H. Elliott nos EUA, mas este mesmo autor nos dá as seguintes informações:

De acordo com deduções tiradas de suas próprias declarações ele nasceu em 1809 e os disse à **pessoa que nos transmitiu tal informação** reproduzida adiante, o lugar no qual o fato ocorreu foi o leste dos Estados Unidos, Maryland onde os Elliotts com o nome escrito com duplos ll e com duplos tt é comum. Por isso pensamos em Boston, como sua cidade natal, a principio, sabendo recentemente ser Philadelphia (CARNEIRO, 1987, p.13, grifo nosso).

Um dado relevante que se deduz dessas informações do autor, e por isso o grifo em parte da citação, é que a fonte citada baseia-se provavelmente no relato de T. P. Bigg-Wither (1974) quando de sua passagem pelo Paraná e da pequena convivência que teve com o norte-americano – portanto, o historiador provavelmente teve acesso à obra do engenheiro inglês e a demais informações colhidas por ele.

Por outro lado, nessa mesma obra o autor descreve uma pequena genealogia de J. H. Elliott, atribuindo a fonte das suas informações à “professora Patrícia Weston”, certamente pessoa de seu conhecimento à época e que lhe trouxera esses dados por algum meio próprio. Além de atribuir o nascimento de J. H. Elliott em 1809 na cidade da Filadélfia, Estado da Pensilvânia, diz que seu pai chamava-se Sain’t Clair Elliott; já Jesse Duncan Elliott era um tio, que o trouxe para o Brasil na condição de *Midshipman* ou *Middy*⁶⁰. A considerarem-se essas informações teria J. H. Elliott entre 16 e 17 anos quando chegou ao Brasil, portanto ainda um menino aprendiz de oficial marinheiro.

As informações do historiador têm se mostrado concisas, pois o Comodoro Jesse Duncan Elliott, como, provavelmente, seu irmão Sain’t Clair, era realmente natural de Maryland, cidade de Hagerstown, Condado de Washington, e um dos mais importantes personagens da marinha de guerra americana no século XIX, vindo a falecer na Filadélfia (onde teria nascido J. H. Elliott) – passagens que se encontram registradas no seu discurso autobiográfico⁶¹. Quanto ao navio fragata Cyane este realmente esteve em missão no Brasil nos anos de 1825, 1826 e 1827, ainda no Primeiro Reinado, antes da abdicação de D. Pedro I em 1831⁶². Segundo Pereira (2007) neste período vivia o Império momentos turbulentos nas questões internas e Sul-americanas e os conflitos, sobretudo os gerados pelas disputas na Bacia do Rio da Prata, com a proclamada independência da Província da Cisplatina. E de acordo com a autora, esse momento histórico é crucial para o projeto imperial de definição das fronteiras modernas brasileiras. A marinha brasileira contava com poucos

⁶⁰ Midshipman ou middy: estudante, ou aprendiz, de oficial marinheiro no Século XIX. In: CARNEIRO, David Antonio da Silva. **John Henry Elliott e outros pioneiros americanos no Paraná**. Curitiba: Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba e Editora Educa/PUC-PR, 1987, p. 13.

⁶¹ Elliott, Jesse D. **Address of Com. Jesse D. Elliott, U.S.N., delivered in Washington County, Maryland, to his early companions at their request, on November 34th, 1843**. Published by the Committee of Arrangement of Washington County: G. B. Zieber & Co., 1844.

⁶² Ver: JARVIS, Russel. **Biographical notice of Com. Jesse D. Elliott**; containing a review of controversy between him and the late commodore Perry; and a history of the figure-head of the U. S. frigate constitution. Philadelphia: printed for the author, 1835.

efetivos em suas esquadras e tornou-se comum no período o recrutamento de marinheiros, comandantes e oficiais estrangeiros para a esquadra brasileira, fato que também acontecia com as forças inimigas⁶³.

E é neste cenário que o jovem J. H. Elliott se juntou aos brasileiros e selou definitivamente seu futuro e destino em terras brasileiras, pois sua pátria natal jamais voltaria a ver. Convidado para compor a esquadra brasileira, segundo JARVIS (1835) e Carneiro (1987), o Comodoro Jesse Duncan Elliott declinou da honra, mas ofereceu os serviços de alguns habilitados marinheiros, entre esses, provavelmente, o jovem sobrinho John Henry. J. H. Elliott teria participado então da malfadada investida da esquadra brasileira comandada pelo Capitão James Sheperd à Carmem de Patagones (atual território da Argentina), em 1827, às margens do Rio Negro, então território disputado com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Ao serem derrotadas as forças do Império do Brasil, J. H. Elliott foi preso junto com outros combatentes brasileiros e estrangeiros. Ainda de acordo com Carneiro (1987) teria permanecido por um bom tempo, cerca de “dois anos”, cativo no presídio argentino de Rio Salado – esta informação, não sobre o local, mas sobre a prisão, o próprio viajante-artista forneceu a T. P. Bigg-Wither no encontro de 1874.

O modo e o período no qual conheceu João da Silva Machado, o Barão de Antonina, é ainda bastante controverso e neste momento da sua trajetória algumas bibliografias divergem. Newton Carneiro, por exemplo, na *Iconografia paranaense* relata que o Barão o conheceu em São Paulo e que neste momento era acompanhado da primeira esposa. Esta conclusão tirou a partir da obra *Brazil and the brazilians*⁶⁴, que discorre sobre a viagem do pastor protestante J. C. Fletcher entre os anos de 1851 e 1855 ao Brasil; na obra os autores descrevem um encontro com um engenheiro ferroviário de sobrenome Elliot e sua esposa que lhes mostrou, inclusive, livros de boa literatura em língua inglesa, causando nos pastores nostalgia da terra natal:

Na manhã do dia 21 de junho eu deixei a cidade de São Paulo em direção à Limeira. Antes de partir, pude conhecer Messrs. E. e C., dois engenheiros ingleses que vieram fazer estudos para estabelecer uma estrada para o interior. Na bagagem de

⁶³ Era também ainda comum à época a concessão de *Patentes de Corso* que permitia ao patenteado o ataque e o saque de embarcações e frotas inimigas.

⁶⁴ Rev. D. P. Kidder, D.D., and Rev. J. C. Fletcher. **Brazil and the brazilians** – portrayed in historical and descriptive sketches. Illustrated by hundred and fifty engravings. Philadelphia, Childs & Peterson, 1857.

Madame E. eu encontrei muitos velhos amigos. Como foi instigante ver *Cheever's "Windings by the Waters of the River of Life"*, *Hamilton's "Life in Earnest"*, e outros tantos bons livros nesta cidade, cuja existência deve talvez ser desconhecida para a maioria dos autores mencionados! Eu fiquei incomodado em deixar a agradável companhia de Mr. E.'s; mas minhas mulas, cavalo e guia estavam todos prontos; e agora, com esse desígnio, *vamos*. [...]. (KIDDER and FLETCHER, 1857, cap. XXI, p. 396, tradução nossa).

É importante notar que na versão original da obra *Brazil and the brazilians*, editada pela primeira vez em 1857, os autores não citam os nomes por inteiro, nem do engenheiro *Elliot* nem de sua esposa, assinalando somente as iniciais do sobrenome. Deste modo é realmente precipitada a conclusão que se tratava do viajante-artista “paranaense” J. H. Elliott. Ocorre, também, por outro lado, que o mesmo Carneiro (1987) contesta a informação de Newton Carneiro afirmando ser este o engenheiro americano William Elliot, que junto com o também americano John Camonn veio ao Brasil em 1855 para trabalhar na construção da estrada geral de Santos a São Paulo e que teria este autor sido induzido a erro, pois havia consolidada essa informação a partir das inferências erroneamente citadas anteriormente por Agostino Ermelino de Leão no seu dicionário histórico e geográfico.

Portanto, pela limitação de fontes, é difícil precisar quando foi o estabelecimento de J. H. Elliott na Comarca de Curitiba ou mesmo quando realmente conheceu o Barão de Antonina. Porém, em 1844-1845 já realizava junto com J. F. Lopes sua primeira bandeira pelos sertões da ainda Província de São Paulo, explorando os rios Verde, Itararé, Tibagi, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Corumbataí, sob as ordens e expensas do barão⁶⁵. Dessas entradas e bandeiras, inicialmente tendo como ponto de partida ou referência a Fazenda Perituva – nas imediações do município de Itapeva, hoje Estado de São Paulo – de propriedade do barão, J. H. Elliott tirava suas *Vistas*⁶⁶, como a Vista de Curitiba, cuja aquarela pioneira data de 1855, apenas dois anos após a Província do Paraná ser estabelecida. Ao mesmo tempo, como *Piloto e Mapista* de todas as explorações geográficas que se sucederam, elaborava seus mapas representando o Paraná, suas áreas habitadas e desabitadas e os confins dos sertões.

⁶⁵ In: *Revista Trimestral de História e Geografia do IHGB*: Tomo IX, 2ª ed., 1869; e Tomo X, 2ª ed., 1870.

⁶⁶ Vista: a paisagem olhada e retratada. A descrição da imagem que se viu na natureza; a pintura propriamente dita.

Os territórios dos sertões do Tibagi e Ivaí se tornaram comuns a J. H. Elliott e J. F. Lopes; como empregados do barão, e abridores de frentes e fronteiras por esses territórios, em nome deste foram estabelecendo também novos domínios e posseamentos sobre as terras indígenas. Por isso que a conquista da Serra do Apucarana na segunda bandeira realizada por ambos na década de 1840 é tão importante, pois pela primeira vez vislumbraram como previra o barão, e segundo relato de campo de J. H. Elliott, a importância da conquista da serra e das terras dos Campos de Inhonhô – território indígena nas imediações do Rio Tibagi no Norte paranaense e que seria renomeado por eles de Campos de São Jerônimo – para as expedições em direção mais ao interior dos sertões e ao Baixo Paraguai.

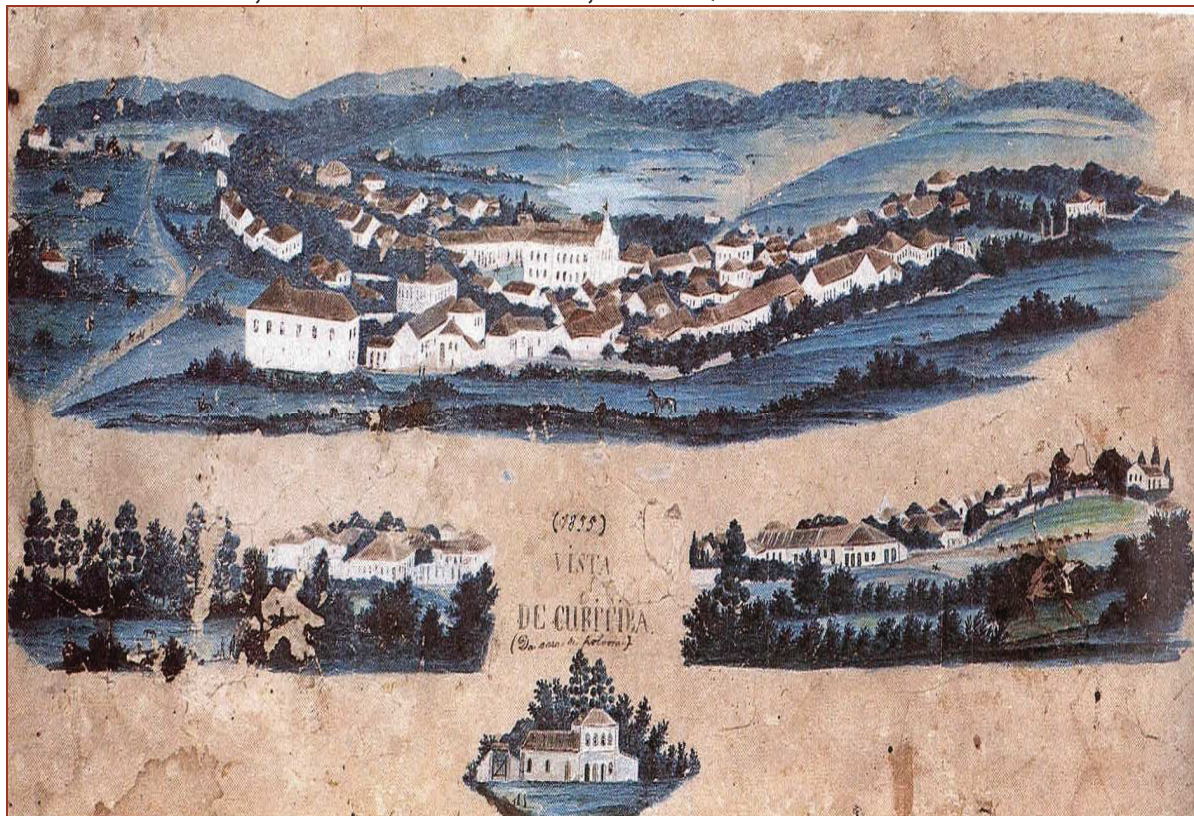
Após o estabelecimento do Aldeamento de São Jerônimo, em 1859, nos outrora Campos do Inhonhô, em terras posseadas – posseamentos estes favorecidos pela Lei de Terras de 1850 – e doadas pelo barão, J. H. Elliott aí se estabelecerá junto à administração inicial de J. F. Lopes. A partir de São Jerônimo, em 1859, muitas outras entradas e bandeiras ainda se sucederiam pelos territórios da Província do Paraná.

3.1 J. H. ELLIOTT NA ICONOGRAFIA DO PARANÁ

O álbum *Pintores da paisagem paranaense* editado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1982 é onde pela primeira vez no Paraná foi inclusa uma série mais elaborada das pinturas em aquarela de J. H. Elliott. Coube ao professor Newton Carneiro prefaciá-lo e na sua introdução ao trabalho ressalta a importância das *Vistas* datadas respectivamente de 1855 e 1865, representando a então Vila de Curitiba (FIGURAS 6 e 7). Analisando ainda a importância dessas representações da paisagem de outrora destaca a relevância no campo historiográfico do seu autor:

Caso se pensasse no título de “pintor da velha Curitiba”, a láurea caberia – sem dúvida – ao norte-americano John Henry Elliott (1809-1884 [sic]). A condição ambulante imposta pelos levantamentos topográficos que executava para o Barão de Antonina lhe propiciou amplo conhecimento dos sertões paranaenses e das povoações da Província. O que se conhece da sua bagagem pictórica – infelizmente bem pouco – confirma seu acendrado amor pela selva e pela natureza. Os espaços abertos e os silvícolas foram sempre o tema a bem dizer único dos seus desenhos e aquarelas [...]. (CARNEIRO, 1982, p. 14).

FIGURA 6: ELLIOTT, J. H. VISTA DE CURITIBA, 1855. AQUARELA.



FONTE: *Pintores da Paisagem Paranaense*, SECE-PR (1982).

Estas são consideradas até então as primeiras iconografias representando a já capital da Província do Paraná, criada em 1853. Neste momento da sua trajetória o viajante-artista, porém, já havia em anos anteriores palmilhado os sertões interioranos nas suas explorações geográficas. Com a divulgação desse trabalho J. H. Elliott tornou-se mais conhecido na historiografia do Paraná, no entanto mais pelas suas aquarelas, na maioria das vezes interpretadas como suas únicas produções. A publicação suscitou alguns trabalhos com enfoques no Paraná dos viajantes, nos quais é geralmente referenciado como um pintor aquarelista das paisagens do Estado no século XIX.

FIGURA 7: J. H. ELLIOTT. VISTA DE CURITIBA, 1865. DESENHO AQUARELADO.

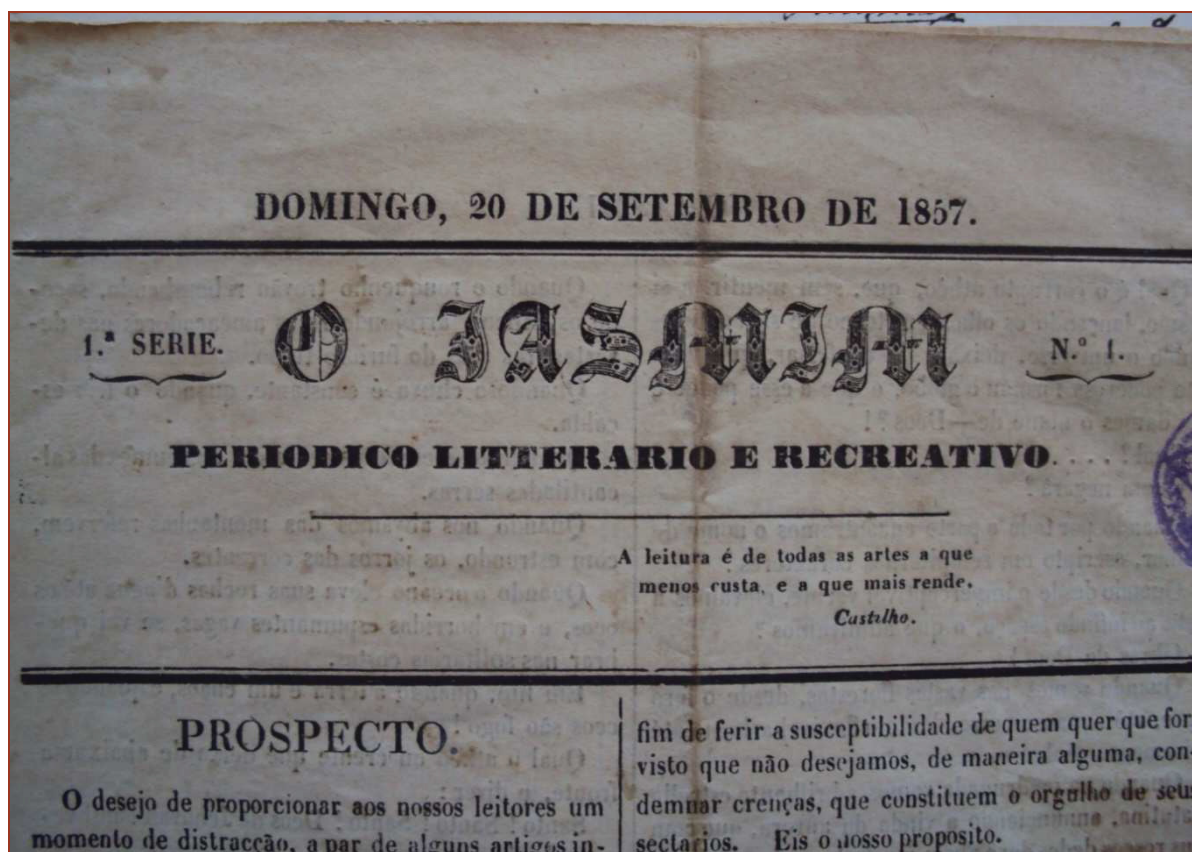


FONTE: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE-PR (1982).

Essa produção historiográfica paranaense sobre o viajante-artista não propiciava ainda uma visão de conjunto da sua obra; motivada certamente em razão da dispersão posterior de sua produção iconográfica entre colecionadores e instituições públicas e em razão da vivência e produção multifacetada que realizou ao longo da vida. Inicialmente tido como pintor aquarelista, somente como a

contextualização das suas obras seria possível verificar a importância também dos seus mapas corográficos e relatos, sobretudo produzidos nas expedições geográficas que participaria. Alguns anos depois, em 1993, o pesquisador Isa Adonias coordenou a publicação da obra *MAPPA – origens da formação territorial brasileira*, onde alguns mapas corográficos de J. H. Elliott são inclusos, pela sua importância na história da representação cartográfica do território brasileiro⁶⁷. Na mesma década de 1980, quando editou o álbum dos pintores paranaenses, a Secretaria da Cultura já havia feito também uma publicação fac-similar do jornal literário *O Jasmim* (FIGURA 8).

FIGURA 8: O JASMIM. EDIÇÃO ORIGINAL. 1ª SÉRIE, N. 1, 1857.



FONTE: Instituto Neo-Pitagórico, Curitiba, PR. Foto: J. L. Carvalho

Segundo Carollo (1980) o jornal foi criado pelo tipógrafo Cândido Martins Lopes, o criador e editor do *Dezenove de Dezembro*, e por J. H. Elliott no ano de 1857 e tem o mérito, além da originalidade, de ser o primeiro jornal literário surgido na nova província e que se anunciava “como um periódico ‘alheio inteiramente à

⁶⁷ Ver também: SOARES, Carlos Roberto; LANA, Paulo da Cunha. *Baía de Paranaguá: mapas e histórias*. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

política', preocupado com o 'preenchimento do dever de civilidade', 'respeito à moral e à religião' e interessado em não ferir suscetibilidades". A edição número 1 circulou em um domingo, 20 de setembro de 1857, e já nesta edição de estréia aparece o conto-romance intitulado *O engeitado - romance original*, que alguns pesquisadores como Hardin (1994) atribuem a J. H. Elliott.

Conforme ainda Carollo (1980), além do seu pioneirismo, e de ter surgido somente três anos após o pioneiro jornal noticioso do Estado O Dezenove de Dezembro – cuja primeira edição foi lançada em um sábado 1º de abril de 1854 –, o que o torna ainda mais singular é o seu caráter heterodoxo, um periódico dedicado à literatura, poesia e arte numa nascente província. Se comparado, por exemplo, com o “vanguardista” *A Galeria Ilustrada* que só surgiria em 1888 às margens da instauração da República, trinta anos depois.

Um anúncio publicado pelos seus editores no próprio O Dezenove de Dezembro assim informava aos potenciais leitores: “*Brevemente sairá a luz um periódico recreativo dedicado ao belo sexo curitibano, intitulado O Jasmim. As pessoas que quiserem honrar as suas páginas com os seus escritos poderão deixar nesta litografia os originais, que serão imediatamente publicados, vindo conforme o programa que será dado no seu primeiro número. Aceitam-se assinaturas a 1\$000 por mês.*”⁶⁸. Os únicos, e raros, exemplares originais do pioneiro jornal literário ainda existentes encontram-se conservados no Instituto Neo-Pitagórico de Curitiba.

E foi naturalmente no O Jasmim que J. H. Elliott exercitou suas experiências de escritor e onde também publicou pela primeira vez sua novela indigenista *Aricó e Caocochée, ou uma voz no deserto* (FIGURA 9). Segundo introdução do próprio J. H. Elliott, escrita no ano de 1844 a partir de fatos verdadeiros vivenciados por ele em incursões que fez aos Campos de Palmas e Guarapuava e das situações trágicas ocorridas na guerra feita aos indígenas Jê – verdadeiros donos do território – durante as bandeiras de conquista. Na epígrafe da sua novela escreveu que era uma “história fundada em factos, dedicada ao Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Antonina por João Henrique Elliott em 1844”. De acordo com Carneiro (1987) e Leão (1928) o trânsito livre pelo território do Paraná permitiu ao viajante vivenciar as paisagens e travar contato com as populações indígenas, além de presenciar muitos

⁶⁸ In: O Dezenove de Dezembro, edição 09 de setembro de 1857. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense.

desses fatos pessoalmente. E foi sua visão única de humanista que lhe permitiu escrever sua novela e que, independentemente de suas qualidades estilísticas, tem o mérito de ter sido também pioneira no tema junto com José de Alencar que escreveria sua trilogia de novelas indigenistas a partir do mesmo período: o Guarani, Iracema e Ubirajara⁶⁹.

FIGURA 9: ELLIOTT, J. H. ARICÓ E CAOCOCHÉE. NOVELA.



FONTE: O Jasmim, edição n. 8 de 8.11.1857 e Revista Ilustração Paranaense (1928).

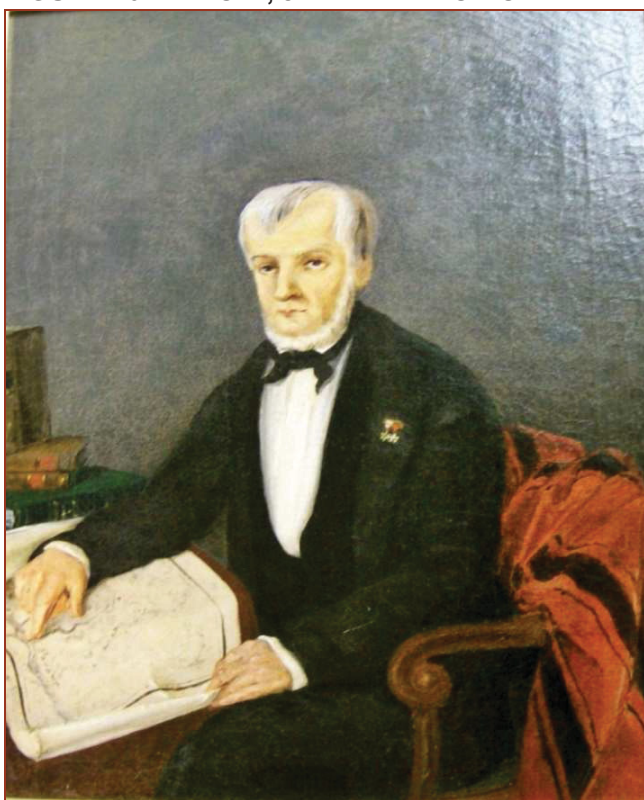
Do trânsito e permanências do viajante-artista naquela que já despontava como a principal vila da região, a Vila de Curitiba, pouco é sabido; no entanto, é crível observar que teve importante participação na vida cultural da capital devida a essas atividades culturais. Hardin (1998), também corrobora com a opinião de que o trânsito do viajante-artista era intenso em Curitiba desde já quando se empregou com o barão algumas décadas antes e que possuía residência na localidade. Inferindo

⁶⁹ *Aricó e Caocochée, ou uma voz no deserto* aparece publicada na edição n. 8 do Jasmim em 08 de novembro de 1857. José de Alencar publicou, sucessivamente, *O Guarani* em 1857, *Iracema* em 1865 e *Ubirajara* em 1874.

ainda o escritor que no O Jasmim era J. H. Elliott quem escrevia grande parte das outras histórias indígenas ali publicadas; como o conto-novela *O enfeitado – romance original*, que teria sido regularmente publicado e assinado pelo viajante-artista com um simples “T” como o pseudônimo de um autor anônimo.

Barthemess (2008) atribui também ao viajante-artista um retrato a óleo do Dr. Jean-Maurice Faivre (FIGURA 10). Inclusive dedicou ao fundador da Colônia Thereza Cristina uma ópera composta em homenagem à relação de amizade havida entre este e J. H. Elliott, chamada *Dr. Faivre: ópera relâmpago em dois atos*. Na análise dos roteiros das primeiras entradas realizadas na década de 1840 observa-se que o Rio Ivaí era rota geográfica das explorações, portanto a fundação da Colônia Thereza Cristina pelo Dr. Faivre em 1847 à montante deste rio, provavelmente, se deu em função das bandeiras e naturalmente tornar-se-ia lugar de passagem das expedições, do mesmo modo que a Fazenda Fortaleza, além de outros lugares próximos da Estrada Geral, a Estrada das Tropas.

FIGURA 10: ELLIOTT, J. H. RETRATO DO DR. FAIVRE. ÓLEO S/TELA.



FONTE: Museu Paranaense, Curitiba, PR. Foto: J. L. Carvalho

J. H. Elliott provavelmente passou a visitar com frequência o mentor e fundador da colônia franco-suíça, já que cita passagens pelas imediações desta em

seus relatos posteriores. Geograficamente as fazendas mais a Sudoeste dos Campos Gerais e a recém-fundada colônia estavam nos arrimos de entrada para os sertões do Tibagi, Guarapuava e Palmas. Assim como os Campos do Inhonhô e os portos estabelecidos por J. H. Elliott e J. F. Lopes no rio Congonhas e Tibagi, estrategicamente localizados para as entradas para os domínios dos rios Paranapanema, Paraná e Ivaí e também os territórios da Província do Mato Grosso.

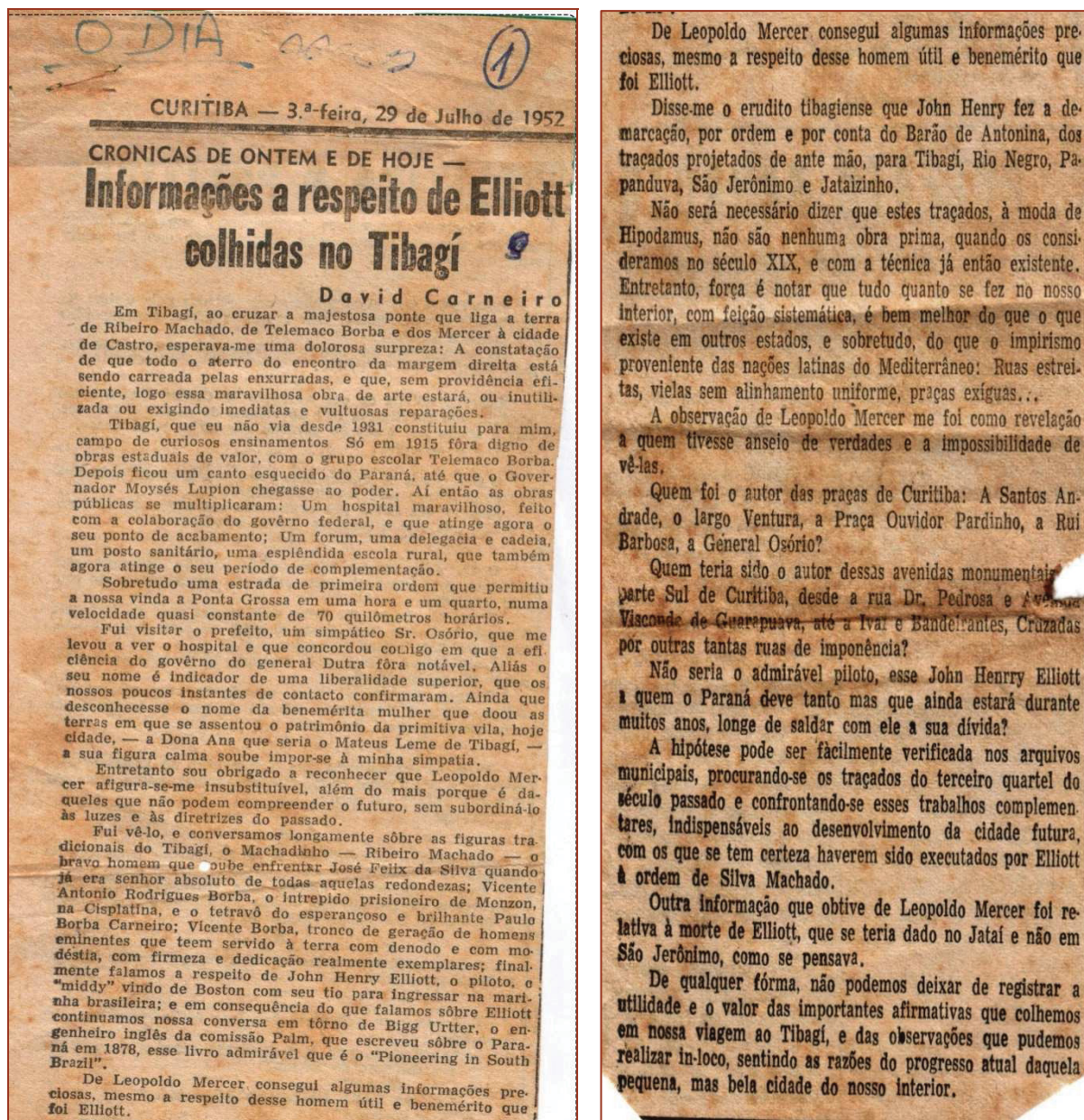
Outras fontes levantadas indicam ainda que o viajante-artista teria sido o responsável pela execução dos planos urbanos de Tibagi, Rio Negro, São Jerônimo, Santa Bárbara, entre outros. David Carneiro, em matéria própria publicada no Jornal O Dia (FIGURA 11), relata uma conversa que teve com o Sr. Leopoldo Mercer, então figura ilustre do município de Tibagi, sobre o projeto urbanístico desta cidade que teria sido feito por J. H. Elliott. Esta matéria faz parte do acervo do Museu Municipal Edmundo Mercer de Tibagi e a planta original se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

A vida e a produção multifacetada do viajante-artista, porém, parece ter se iniciado quando do seu vínculo com o Barão de Antonina, quando este traçou seus planos de realizar as entradas e bandeiras pelos sertões do Paraná. A partir deste momento a trajetória do personagem estará intimamente ligada às paisagens e aos territórios da futura Província.

A estratégia “geopolítica” do barão se evidencia na medida em que este já possuía uma fazenda, a Fazenda Perituva, localizada estrategicamente nas proximidades do Rio Verde – nas imediações da Vila de Itapeva e descrita por Auguste de Saint-Hilaire na década de 1820. A partir desta chegava-se às áreas de influência geográfica dos rios Itararé e nas proximidades dos rios Perituva e Verde, hoje território de São Paulo, dando acesso em sentido Oeste para os rios Itararé e Paranapanema (rios que hoje fazem respectivamente divisas paranaenses Leste e Norte com o atual Estado de São Paulo). Embora não conhecida a data de abertura da Fazenda Perituva – constantemente citada nos relatos ao IHGB -, o certo é que a partir de 1844-1845 dela saíram as bandeiras comandadas por J. F. Lopes, tendo J. H. Elliott como piloto e mapista. Pela sua posição estratégica permitia que se adentrasse através do Itararé em território dos sertões do Paraná, com as bandeiras chegando aos rios Congonhas e Tibagi e também ao Rio Paranapanema mais ao norte – e também no decorrer das explorações ao Ivaí, Corumbataí e aos rios nos

contrafortes da Serra de Maracajú na Província do Mato Grosso. E é partir desses domínios geográficos que se processará inicialmente o reconhecimento e depois a conquista dos sertões Norte do Paraná, chegando até a Província do Mato Grosso – objetivo principal traçado pelo Barão de Antonina.

FIGURA 11: CARNEIRO, DAVID. JORNAL O DIA, 1952.



FONTE: Museu Municipal Edmundo Mercer, Tibagi, PR. Foto: J. L. Carvalho

Como era hábito de J. H. Elliott aquarelar no decurso das expedições, assim têm-se, por exemplo, aquarelas, ou *Vistas*, representando paisagens do Rio Parapanema, Rio Paraná e Rio Tibagi. Além das *Vistas da Serra da Apucarana*, pintadas por ele na segunda grande bandeira realizada em 1846 e tantas outras

descrevendo os indígenas e seus hábitos. A maioria dessas aquarelas foi organizada pelo próprio viajante-artista no álbum intitulado *Desenhos e planta de parte das Províncias do Paraná e Matto Grosso por João Henrique Elliott* (FIGURA 12). O material contém uma descrição das características geomorfológicas e climáticas do território chamada por ele de *Descrição chorographica da Província do Paraná*, datado de 1863 no Aldeamento de São Jerônimo, além de 18 aquarelas com paisagens do Paraná e Mato Grosso e dois mapas corográficos da Província do Paraná, um datado de 1863 e outro sem data atribuída.

FIGURA 12: ELLIOTT, J. H. DESENHOS E PLANTAS, 1863.



FONTE: Coleção Álbum Cimitile. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ. Foto: J. L. Carvalho

Este material, acervo da Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro, se constitui em importante documento iconográfico do Paraná provincial, além de acervo raro da Geografia e da História paranaense e brasileira do período, tanto pelas suas características documentais – conservando documentos originais da época – como pela sua importância na descrição das paisagens de então. Além

disso, os mapas corográficos são importantes documentos da História da Cartografia do Estado.

Os mapas corográficos de J. H. Elliott conjectura-se são os primeiros a representar um processo de conformação geográfica do Paraná, como província autônoma. Evidentemente, não são as primeiras descrições cartográficas do território. Pois, para a maioria dos autores cabe ao viajante e náufrago alemão Hans Staden, início do XVI, uma das primeiras representações do nosso território, um mapa da ilha do Superagüi – já em tempos primevos da conquista da América. Staden (1995 [1557]), cujo navio – da frota de Don Diego de Senabria – foi obrigado, após violenta tempestade, a “deitar âncora” em 18 de novembro de 1549 no Porto de Superagui, depois publicou na Alemanha em 1557 sua descrição das viagens e cativeiro entre os indígenas brasileiros e incluiu esse mapa feito em xilogravura da ilha paranaense.

Outras fontes podem ser citadas na história da representação iconográfica do território do Paraná. Moreira (1972, p. 42) reproduz o mapa do cartógrafo português João Teixeira Albernás, de 1666, intitulado “Demotração de Pernagua e Cananeia”, onde a baía e a vila de Paranaguá, além de detalhes do planalto de Curitiba e a localização das minas de ouro, se vêem descritas. No mesmo trabalho apresenta ainda cópia da “Planta da Baía de Paranaguá”, datada de 1653. Inicialmente publicado por Marcondes (1923) a planta apresenta a Vila de Paranaguá, as minas de ouro e o caminho para a “Povoação Nova”, ou a futura Vila de Curitiba, no planalto. Além de muitos outros elementos gráficos da paisagem.

Além das representações cartográficas dos séculos XVI e XVII do futuro território oficial do Paraná, no século XVIII quando subiu o Caminho do Itupava, em 1770 (depois de recrutar homens em Iguape, Paranaguá, Curitiba e Campos Gerais) para guerrear aos indígenas nos campos Guarapuava e Palmas e no Rio Tibagi, o ajudante de ordens do general da capitania de São Paulo Don Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, Afonso Botelho de San Paio e Sousa, também deixou importante cartografia regional, como o mapa da sua rota de 1772 nos Campos de Guarapuava (VIEIRA DOS SANTOS, 1951 [1850]). Dessas bandeiras de guerra e “descobrimientos, descrições de paisagens e construção de vazios humanos”, conforme Corrêa (2008), de Afonso Botelho aos sertões do Tibagi e do Rio Iguaçu, entre 1768 e 1774, existe ainda importantes iconografias como as aquarelas de

Joaquim José de Miranda, que se presume teria acompanhado a décima expedição e retratou os contatos e as batalhas com os povos Jê, especialmente os Xokleng⁷⁰.

No período provincial paulista, quando da criação da Província de São Paulo em 1821, em substituição à capitania, os territórios dos sertões meridionais além dos rios Itararé e Paranapanema continuaram ainda ser bastante cartografados. Os campos Jê, nos domínios do Rio Iguaçu, só seriam definitivamente “pacificados” a partir de 1809 com a atuação catequista do 1º capelão e sacerdote curitibano Francisco das Chagas Lima e com a fundação da povoação da Atalaia (1810) e da povoação de Guarapuava (1812) – povoação esta que o pintor Jean-Baptiste Debret (1768-1848), em data provável de 1827, registrou em aquarela, deixando importante registro iconográfico da colonização sulina do Paraná (SECE, 1982). No entanto, todas essas descrições cartográficas, em períodos precedentes, se referem a regiões específicas do território, feitas a partir das inúmeras expedições de exploração geográfica, levadas a cabo pelas bandeiras que adentravam aos sertões em busca das riquezas das minas e para a conquista de territórios indígenas.

Na arguição deste trabalho, porém, foi somente a partir da década de 1830, mais precisamente após 1838, com o desenvolvimento da Guerra dos Farrapos e as preocupações manifestadas especialmente pelas câmaras das Vilas de Paranaguá e Curitiba e com a participação ativa destas na unidade imperial e do território da 5ª Comarca – já que os farrapos haviam tomado a Vila de Lages e ameaçavam chegar às vilas paranaenses –, que os sentimentos de emancipação e formação de uma província independente são mais claramente manifestados (VIEIRA DOS SANTOS, 1951 [1850]). A partir de então, uma unidade territorial já é mais claramente manifestada e solicitada pelas comarcas emancipacionistas⁷¹. E com as entradas e bandeiras do Barão de Antonina, a partir da década de 1840, essa morfologia geoespacial da Província do Paraná começa a se definir com mais clareza. E é a

⁷⁰ Ver: NEGRÃO, Francisco [Dir.]. **Boletins do Archivo Municipal de Curityba** – documentos para a história do Paraná. Vols. III, IV e V. Curitiba: Imprensa Paranaense.

⁷¹ Representação da Câmara Municipal de Paranaguá, datada de 18 de outubro de 1843, ao próprio presidente da Província de São Paulo buscava demonstrar no seu teor “a ancia dos habitantes d’esta Commarca esperão a separação della da Província de S.m Paulo; esse desejo he antigo, portanto elle se perdeo na confusão da história; conquanto a tradição tenha trazido a prezente epocha de 1832”. In: VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. **Memória da cidade de Paranaguá e seu município**. Curitiba: Seção de História/Museu Paranaense, 1850/1951. No mesmo documento os parnanguaras pleiteiam o status de capital da nova província – antecipando uma disputa política com os curitibanos. O mesmo Vieira dos Santos, porém, cita representação de 06 de julho de 1811 ao príncipe regente solicitando a criação de uma província que englobasse as então comarcas de Paranaguá, Iguaçu, Cananéia, Antonina, Guaratuba, Curitiba, Castro, Vila Nova do Príncipe (Lapa) e Lages.

cartografia de J. H. Elliott, até onde as fontes têm mais claramente demonstrado e os próprios mapas do viajante-artista corroboram com essa arguição, a primeira a mostrar a evolução e definição geográfica desse processo.

3.1.1 O PARANÁ NO SÉCULO XIX

Quando visitou o território paranaense em 1820 Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) deixou importantes descrições das paisagens e da vida social e cultural local e seus relatos trazem contribuições para a compreensão do cenário socioeconômico paranaense no limiar do século XIX. Em sua viagem, após palmilhar o território das fazendas dos campos, passando por Castro observou que esta “se compunha, à época da minha viagem, de uma centena de casas que se enfileiravam ao longo de três ruas compridas. As casas eram muito pequenas e feitas com paus cruzados, parecendo bastante com nossos camponeses de Sologne” (SAINT-HILAIRE, 1978 [1851], p. 52). Continuando seu trajeto até o litoral chegou à Vila de Curitiba, onde deixou registrado também as observações e impressões que fez da cidade:

Curitiba foi construída numa das partes mais baixas de uma vasta planície ondulada que, como já se disse, apresenta uma agradável alternativa de matas e campos e é limitada do sul ao nordeste pela Serra de Paranaguá.

A cidade tem uma forma quase circular e compõe-se de duzentas e vinte casas, pequenas e cobertas de telhas, quase todas de um só pavimento, sendo, porém, um grande número delas feita de pedra [...]. Curitiba mostra-se tão deserta, no meio de semana, quanto a maioria das cidades do Brasil. Ali, como em inúmeros outros lugares, a maioria dos seus habitantes são agricultores que só vêm à cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever de assistir à missa [...]. (SAINT-HILAIRE, 1978 [1851], p. 71).

Por esse tempo as comarcas de Curitiba e Paranaguá já despontavam como as mais importantes localidades da então Capitania Real de São Paulo – um ano somente após a passagem de Saint-Hilaire, em 1821, a capitania será transformada em província, mantendo os mesmos domínios na sua porção meridional. Do trajeto do viajante pode-se deduzir de certo modo o perfil geográfico do território, pois se estendendo a partir dos Campos Gerais até o Litoral quase toda ocupação colonial se encontrava na porção Leste do território. Já os territórios extremos do Oeste, os

Sertões do Tibagi e do Ivaí, apesar das inúmeras expedições de conquista e guerra aos indígenas feita pelas bandeiras do século XVIII – como as de Afonso Botelho nos campos de Guarapuava e Palmas –, ainda não tinham sido definitivamente colonizados.

É importante salientar que quando se fala de colonização dos sertões do Oeste paranaense no século XIX refere-se ao que se poderia chamar de “recolonização”, pois todo o território já havia pertencido à Espanha pelo Tratado Colonial de Tordesilhas de 1494. A presença espanhola no século XVI, com a fundação da antiga Província do Guairá e o estabelecimento de cidades como Ontiveros, 1554, Cidade Real do Guairá, 1557, Vila Rica do Espírito Santo, 1570, e das reduções jesuíticas estabeleceram na região as primeiras submissões da paisagem e dos indígenas aos processos da conquista e da colonização europeia. Cardoso et. al. (1986, p. 28) assinala, por exemplo, como com o povoamento colonial ibérico “na região do Guairá, os espanhóis desde logo adotaram também o sistema de *encomiendas*, reduzindo os indígenas à servidão”.

Depois da destruição efetivada pelas bandeiras dos paulistas (ou como as definiu Ruiz de Montoya (1892 [1985], p. 125) “pelos mamelucos e maloqueiros da Vila de São Paulo; cujo instituto, norma consagrada, é destruir o gênero humano, matando a seres humanos, se estes, para fugirem da miserável escravidão com que os põem, lhes escapam”) nas primeiras décadas do século XVII o território colonial espanhol do Oeste paranaense ficará praticamente “abandonado”, tanto por espanhóis como por portugueses. A ocupação da região extrema dos sertões terá início novamente com as bandeiras portuguesas do século XVIII, cuja ocupação colonizadora definitiva se dará com a contribuição das expedições geográficas do Barão de Antonina e a formação da Província do Paraná no decorrer do Oitocentos.

Lideradas, portanto, pelas comarcas de Curitiba e Paranaguá as principais povoações portuguesas, quando da passagem de Saint-Hilaire, encontravam-se ainda na porção Leste do território, com um já intenso trânsito comercial entre essas regiões se fazendo pelos caminhos da Serra do Mar. Nesse cenário geográfico, além de Paranaguá, as comarcas do litoral como Antonina e Morretes também já se desenvolviam em função desse trânsito comercial e cultural crescentes. Nos Campos Gerais as vilas de Castro, Palmeira e a Vila Nova do Príncipe (Lapa) na transição para o Segundo Planalto sobreviviam, sobretudo, devido à riqueza

propiciada pelo comércio das tropas; enquanto mais nos arrimos dos sertões na porção meridional do território a recém-formada Freguesia de Nossa Senhora de Belém (Guarapuava) era o ponto geográfico mais afastado dessas regiões orientais desenvolvidas. O comércio com as localidades do litoral, por consequência, era intenso pelos caminhos da Serra do Mar. Relações comerciais essas iniciadas já desde 1650 quando Eleodoro Ébano Pereira, comandante da Armada das Canoas de Guerra da Repartição Sul da Colônia e incumbido da administração e entabulamento das minas de ouro e prata, concedeu ao capitão-mor de Paranaguá Gabriel de Lara o direito de exploração da “data”, ou jazida, do Ribeiro das Pedras – o núcleo povoador da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na bacia do rio Atuba, futura Curitiba.

Conforme Moreira (1972, p. 32-42) os caminhos da serra, como o Arraial, o Itupava e o Graciosa, entre outros, são as primeiras vias de ligação geoeconômica entre o povoamento litorâneo e o Primeiro Planalto. E gradativamente se tornariam as mais importantes vias comerciais de desenvolvimento das comarcas após a fundação de Curitiba e à medida que esta, junto com Paranaguá, vai se tornando um centro político importante na região – situação esta que será também favorecida por um declínio do comércio das tropas nas regiões dos Campos Gerais durante o século XIX.

Vieira dos Santos (1951 [1850], p. 238-239), por exemplo, dá uma indicação de como já era intenso o comércio entre o litoral e Curitiba na década de 1820 (época da passagem de Sain’t Hilaire). Em carta de vereança de 12 de fevereiro de 1820 ao imperador D. Pedro I a municipalidade informava sobre a precariedade e necessidade de obras no Caminho de Coritiba (provavelmente o Itupava) para suportar o trânsito comercial de então; roga a Câmara de Paranaguá que:

[...] podendo ser o commercio desta Commarca brilhante pela importação, e exportação: fabrico e concerto de embarcações, negocio avultado, tanto marítimo, como intestino; encontra com tudo mais obstaculos; pela arriscada e quazi intransitável Estrada de Coritiba, por onde se conduz carne verde, e secca, toucinho, milho, feijão, trigo, Congonha, Sôlla e Couros, e bem igualmente de Paranaguá, para Coritiba se transportão, Vinhos, Azeites, Vinagre, Aguardente, Sal e Fazenda secca, e outros ramos de commercio. He por isso que, esta Câmara, em nome de todo o povo, vae Suplicar a Vossa Magestade se digne, por Paternal Clemência ultimar a sua felicidade, mandando hua

Regia Ordem, para o concerto do Caminho de Curitiba [...].
(VIEIRA DOS SANTOS, 1951[1850], p. 238).

No Oitocentos já haviam se tornado, portanto, as localidades do Primeiro Planalto e do litoral as mais desenvolvidas econômica e socialmente do futuro território independente do Paraná. A morfologia deste, porém, num contexto mais amplo se desenhava a partir do Rio Itararé e do Paranapanema ao Norte, coexistindo com o maciço da Serra do Mar e a bacia litorânea, onde Paranaguá desde o século XVII já figurava como a principal povoação. Devido, sobretudo, às minas de ouro - embora este já escasseasse nas minas parnanguaras em fins do século XVII – minas estas que eram faiscadas e bateadas por escravos indígenas carijós nos seus primeiros tempos de exploração. A importância que tinham as minas de ouro de lavagem nos primeiros séculos pode ser verificada na famosa planta da Baía de Paranaguá, primeiramente publicada por Marcondes (1932), onde elas aparecem localizadas, contribuindo para com os argumentos que mostram que o que grande parte dos lucros auferidos da colônia portuguesa nos primeiros séculos coloniais provinha das riquezas auríferas e de prata tão decantadas da América.

A importância de Paranaguá nos séculos XVII e XVIII pode ser verificada também evolução da toponímia, pois quase toda essa porção Leste, incluindo as regiões litorâneas e as do planalto curitibano, até então recebiam a denominação genérica de *Sertão de Paranaguá*, com a esta se alterando à medida que Curitiba se desenvolvia e se tornava um centro econômico e político importante. Martins (1926) no trabalho *Estudo Onomástico* contribui para esclarecer essa questão; os seus apontamentos, ainda pouco estudados, tornam mais claro até realmente onde, presumivelmente, se estendiam os chamados Sertões de Paranaguá e depois os Campos de Curitiba e como essa denominação evoluiu. Isso contribui para que se possa compreender o processo de formação social e geográfica do território do Paraná, que se consolidará especialmente a partir da segunda metade do século XIX:

Nos primeiros tempos da colonização do litoral paranaense, todo o território ao occidente da Serra do Mar se chamava Sertão de Paranaguá. A atracção desse primeiro núcleo de colonos pelos sítios do nosso littoral, teve por causas a escravização de índios Carijós (já em 1585 submettidos em grande numero pela bandeira escravagista dos principaes povoadores das Villas de Santos e de São Vicente,

capitaneada por Jeronymo Leitão que era o próprio governador da Capitania) [...]. (MARTINS, 1926, p. 4).

E prossegue descrevendo geograficamente a formação dos campos acima e a Oeste da serra, onde se fundou a futura Curitiba que desbancaria Paranaguá como a principal localidade da região, quando é instaurada como capital em 1853.

Já então as vastidões ao occidente da Serra se denominavam QUERETUBA, segundo mappa attribuido á Ébano (1653), e CAMPOS DE CUIYRITIBA como escrevia Lara em 1674. Para o Oeste e para o Norte, no século seguinte (1737) esses pampas e sertões se denominavam CAMPOS GERAES DE CURITYBA, como se vê de uma Portaria do Governador da Praça de Santos á Camara da Villa de Curityba; e para o Sul, SERTÃO DE CURITYBA., denominação que se alongava por toda a região ao occidente de Santa Catharina alem da Serra e até Laguna, como se vê no mappa n.º 178 do Catalogo Ponte Ribeiro, cópia de Bom de Souza, de Setembro de 1675, da Collecção de Mappas Coloniaes do Archivo Militar [...] CURITYBA era, pois, a região toda – os Campos e os Sertões dilatados em zona de desconhecida extensão. O Arraial, a Aldeia, a Villa, eram denominados de NOSSA SENHORA DA LUZ, acrescentando-se-lhes, depois, o toponymico restrictivo DOS PINHAES, e, mais tarde, DOS PINHAES DE CURITYBA, explicativo de sua situação na vasta região deste nome. (MARTINS, 1926, p. 5-7).

Pelos argumentos do autor, em princípios do Oitocentos quase toda extensão desses sertões e suas porções interioranas mais ao Leste do território recebiam a denominação genérica de *Campos e Sertão de Curityba*. O Rio Paraná por seu turno já era uma fronteira com as províncias hispânicas do Paraguai e Argentina, embora fosse reivindicada pela República Argentina a porção Sudoeste do território paranaense, ao Sul do Iguaçu, questão essa que será somente resolvida pelo arbitramento dos EUA em 1894, no que é conhecida na historiografia como a Questão de Palmas. Na porção meridional do território o Rio Iguaçu se constituía num domínio geográfico fronteiriço com a Província de Santa Catarina e com os seus sertões adjacentes de Guarapuava e Palmas, dominados pelos povos indígenas Jê – dispersos depois das bandeiras de povoamento e massacre entre os anos de 1769-1775⁷².

⁷² Ver: NEGRÃO, op. cit.

Por outro lado, nas áreas a Oeste, entremeio ao antigo território da Província do Guairá, jaziam os *Sertões do Tibagi e Ivaí* – toponímia que abarcava os territórios que se estendiam a partir do Norte paranaense, nos domínios de paisagens do Rio Tibagi até as junções do Paranapanema com os rios Ivaí, Piquiri e Paraná. São esses sertões que serão primeiramente explorados na década de 1840 por J. H. Elliott e J. F. Lopes, precipitando a definição geográfica do Paraná moderno, a partir do Norte do território, nas regiões vicinais ao Rio Paranapanema.

Wachowicz (2010), em sua *História do Paraná*, conforme já apontado, infere que se deve às expedições do Barão de Antonina o núcleo formador do Norte e Noroeste do Paraná. Neste trabalho, porém, julga-se que esse processo contribui para desencadear tanto a formação política da província quanto as definições morfológicas modernas do território paranaense como um todo. Essa formação geográfica, caracterizada também pelas toponímias em uso, desde as primeiras décadas do Oitocentos já estava incorporada como território paisagístico e cultural das comarcas que passaram a ser lideradas por Paranaguá e Curitiba.

Roderjan (1989), por exemplo, apresenta uma contribuição ao tema; em dissertação original, busca demonstrar como a expansão das comunidades campeiras do Brasil meridional se deu a partir da ocupação dos Campos de Curitiba nos séculos XVII e XVIII, expandindo a partir disso para os Campos Gerais e avançando depois para esses *Sertões do Tibagi* – onde se incluía também os Campos de Guarapuava e Palmas. Segundo a pesquisadora, é a partir desse processo que a cultura e a economia das tropas avançam para o Sul do Brasil, para as Províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Seriam, portanto, segundo seus estudos, os campos do planalto curitibano e depois o segundo planalto também esteios da ocupação e desenvolvimento do Sul brasileiro. Quanto à influência sulina da cultura das tropas paranaenses cabem maiores estudos que comprovem os apontamentos e a tese da autora; no entanto, pode-se inferir que a partir desses primeiros séculos já havia se desenvolvido uma cultura e economias próprias nas regiões paranaenses – cujas contribuições das atividades tropeiras se comprovam por vasta historiografia – independentemente de São Paulo, devido às características de formação geográfica e de desenvolvimento local.

Estas regiões paranaenses, portanto, com seus caminhos de trânsito comercial e cultural da Serra do Mar entre o litoral e o planalto curitibano, a Estrada

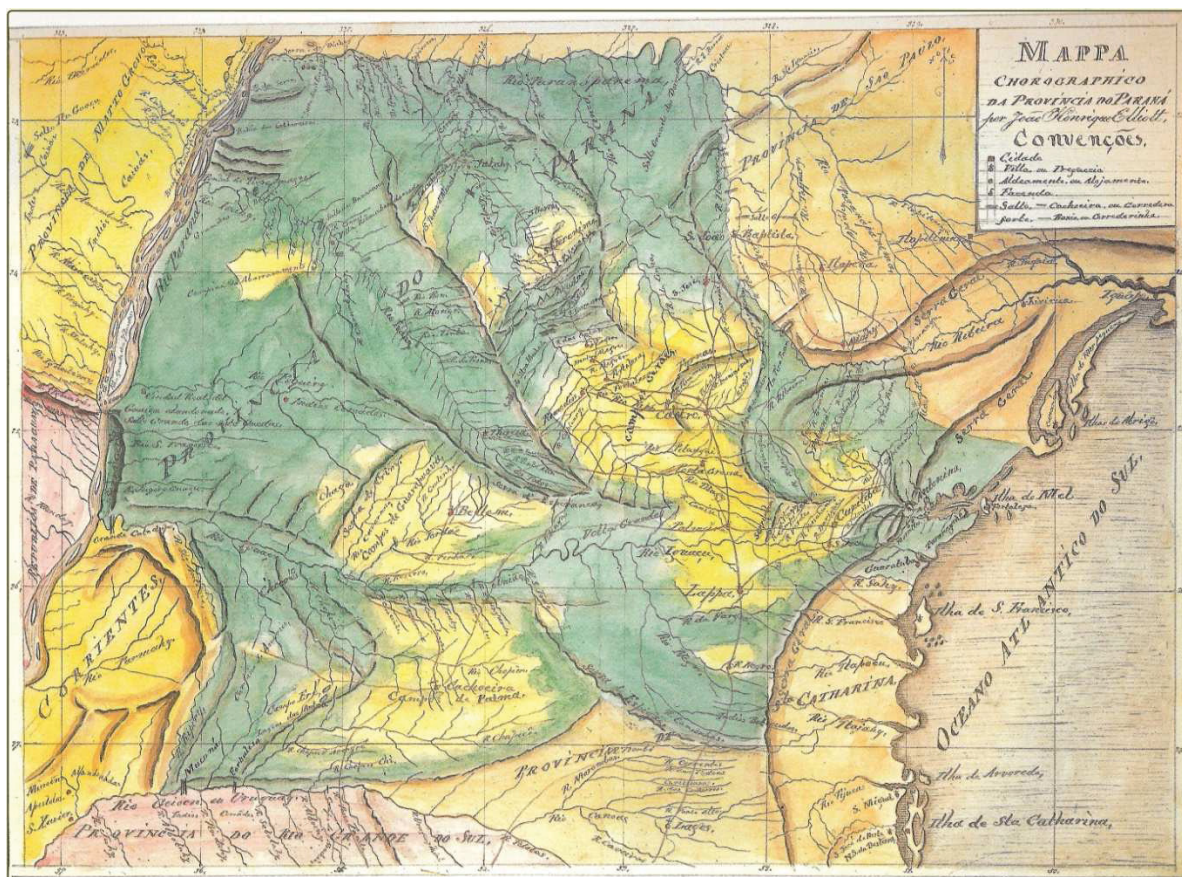
das Tropas, as vilas e fazendas dos Campos Gerais e sua interconexão com este mesmo planalto, já se desenhavam como domínios paisagísticos e geográficos reconhecidos e pretendidos pelos políticos e cidadãos das principais comarcas, que lutavam para a criação de uma província independente. Vieira dos Santos (1951 [1850]) informa, por exemplo, sobre a representação, onde a noção de um território “paranaense” já é manifesta, que fez a Câmara Municipal da cidade de Curitiba à Assembléia Geral Legislativa argumentando e solicitando a elevação da 5ª Comarca à província, ao mesmo tempo em que também reivindica o status de futura capital da nova unidade federativa:

A extensão desta comarca, contando se da barra do Rio Itararé no Paranapanema até o rio Uruguay nos Campos de Palmas, he de 120 legoas, e sua largura mais de cem desde a barra de Paranaguá ao Paraná. He esta comarca limítrofe com as repúblicas do Paraguay, e Argentina, para onde já se dado começo á abrir estradas, existe hum grande numero de selvagens indigenas em suas extensas florestas, as quaes havendo huma cathequização bem regulada, podem com facilidade ser trazidos ao estado social [...]. (VIEIRA DOS SANTOS, 1951 [1850], p. 360).

Portanto, o que se verifica é que entre os habitantes das comarcas ao Sul dos rios Itararé e Paranapanema quando ainda do domínio paulista já existia um sentimento de pertencimento a um território próprio, que se estendia até os campos de Palmas e o Rio Paraná, atravessando o imponente maciço da Serra do Mar e chegando às mais ricas comarcas portuárias do litoral. Antes da oficialização como província já existia um sentimento cultural e uma percepção geográfica “paranaense” – antes ainda de o território receber o nome oficial de Paraná. Essa toponímia referia-se ao grande rio e existirá como denominação provincial somente a partir de 1853⁷³, mas o território cultural já era *coritibano*, *parnanguara*, *antoninense*, *castrense*, etc. E serão os mapas corográficos de J. H. Elliott (FIGURA 13) os primeiros no século XIX a representarem iconograficamente essa morfologia do território independente paranaense, antes mesmo de oficialmente se tornar província, a partir já das entradas e bandeiras na década de 1840 e também nos anos posteriores a 1853.

⁷³ Ver: Lei n. 704 de 29 de agosto de 1853.

FIGURA 13: ELLIOTT, J. H. MAPA DA PROVÍNCIA DO PR, 1863.



FONTE: Coleção Álbum Cimitile. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ. Foto: J. L. Carvalho

Nas regiões dos *Sertões do Tibagi e Ivaí* as infraestruturas coloniais praticamente inexistiam, a abertura de vias, posseamentos e o estabelecimento das colônias militares e dos aldeamentos indígenas feitos pelas bandeiras do Barão de Antonina é que desencadearão o processo inicial e ininterrupto de colonização do Norte e Noroeste paranaense. E, por consequência, o desenvolvimento geográfico e econômico ulterior do território.

Apesar dessa ocupação significativa, todas essas regiões de infraestrutura colonial eram ainda muito pouco habitadas. Os indígenas se achavam afastados pelo interior dos sertões; muitos deles, como os Tupi-guarani, vagando pelo território, afastando-se da presença de grupos inimigos e dos colonizadores. E é neste sentido que o argumento ideológico do Segundo Reinado também se impõe, da qual resultarão as ações do Barão de Antonina. A vastidão “inabitada” dos sertões, a desconstrução presencial do indígena como legítimo dono do território e a

necessidade de definir fronteiras e estabelecer a civilização serão argumentos ideológicos fundadores desse processo de civilização ocorrido no período.

Das primeiras décadas do século XIX e até a criação da província autônoma não haveria mudanças significativas, pois após a instauração desta a agora mais importante localidade da região a capital Curitiba, por exemplo, visitada e descrita por Saint-Hilaire décadas antes, contava ainda com não mais do que alguns poucos milhares de habitantes.

No primeiro relatório oficial do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, com anexos, a descrição no *Anexo 14* traz as primeiras informações oficiais sobre a população de Curitiba e da província como um todo, que àquele momento contava somente com um ano de vida autônoma. O documento denominado *Mappa Estatístico da População do Paraná* (QUADRO 1), e que se constitui no primeiro levantamento demográfico do Estado, aponta uma população de quase 62.000 habitantes, com a maioria se concentrando naturalmente na região Leste do território.

Os grupos indígenas não constam do censo de 1854, onde são listadas as populações brancas e também os escravos – atestando, naturalmente, a invisibilidade e a desconstrução do indígena como componente humano da população, tornando difícil precisar o número destes ainda presentes no território neste momento.

QUADRO 1- RELATÓRIO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 15.07.1854.

LOCAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Paranaguá	3.124	3.409	6.533
Guaraqueçaba	1.740	1.735	3.475
Guaratuba	570	784	1.354
Antonina	2.098	2.052	4.150
Morretes	1.856	1.853	3.709
Curityba	2.433	3.358	6.791
São José dos Pinhais	2.301	2.359	4.660
Campo Largo	1.783	1.807	3.590
Palmeira	900	918	1.818
Yguasú	831	721	1.552
Votuverava	1.070	948	2.018
Príncipe	2.562	2.844	5.406
Rio Negro	957	927	1.884
Castro	2.893	3.005	5.895
Ponta Grossa	1.652	1.381	3.033
Jaguariahiva	638	385	1.023
Tibagy	750	890	1.640
Guarapuava	1.349	1.171	2.520
Palmas	447	287	734
TOTAL GERAL	30.954	30.834	61.788

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná – Documentos Históricos. Arquivo Público do Paraná.

Este, porém, abrigava ainda inúmeras nações indígenas, que mesmo já neste momento no século XIX resistiam aos avanços colonizadores – as iconografias de J. H. Elliott revelam essa situação presencial e sociocultural dos habitantes dos sertões. Dispersos após mais duzentos anos da destruição das missões espanholas pelas entradas e bandeiras paulistas no século XVII, os grupos Tupi e Jê, por exemplo, transitavam ainda pelas extensões não conquistadas do território – os

primeiros, praticantes da transumância, ainda circulavam pelas redes de caminhos ancestrais, os segundos também ao Sul no domínio dos imensos bolsões de matas de pinheiro araucária, que seriam praticamente devastadas nessa nova formação geográfica e social do Estado.

Os projetos governamentais de ocupação do território e a ocupação extensiva de terras impulsionaram a conquista das terras dos sertões redefinindo radicalmente as fronteiras agrárias do Brasil e as bandeiras e entradas colonizadoras para abertura de vias, estabelecimento de aldeamentos, colônias militares e colônia de imigrantes, como as que fizeram J. H. Elliott e J. F. Lopes, como partes integrantes desse mesmo contexto histórico, foram gradativamente metamorfoseando e ressignificando a paisagem e ajudando a construir o Paraná moderno no Oitocentos.

Esse cenário do período se caracteriza, portanto, como o momento histórico fundamental da construção territorial e da nova identidade da nação brasileira. Para Carvalho (2012) é com a vinda da família real em 1808 que realmente tem início esse processo de construção do Estado nacional brasileiro, já que a Corte ao estabelecer-se na Colônia se vê obrigada a criar condições políticas e institucionais para a estruturação e condução do país. Processo este que, segundo o autor, pode ser compreendido a partir de 1830 até a instauração da República em 1889. Assim, os reinados de D. Pedro I e seu filho D. Pedro II são os períodos em que realmente a nação, antes uma Colônia entre outras do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, adquiriria uma identidade própria. Mas, será com o Segundo Reinado efetivamente, já que D. Pedro I abdica em 1831, que aqueles que dirigiam a nação buscarão lhe dar uma identidade própria, sob a liderança do imperador que reinaria por 49 anos:

O período compreendido entre 1830 e 1889 foi para o Brasil, assim como para toda América hispânica, a continuação do longo e doloroso parto dos seus respectivos Estados-nação iniciado na primeira década do século. Nele forjaram-se os traços marcantes de cada país, a natureza da sociedade, do governo, da cultura [...]. (CARVALHO, 2012, p. 19).

Nesse contexto os povos indígenas dispersos nas vastas áreas dos sertões brasileiros ainda eram um estorvo para os novos projetos coloniais. Ocupar o território, delimitá-lo e mapeá-lo era fundamental para compreendê-lo, em razão dos

interesses capitalistas e dos fundamentos construtivos do Estado-nação, que a partir de 1838 passaria a ter no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB o modelo de construção da Geografia e da Historiografia brasileira. Dentro dessa lógica é que o instituto premiará, por exemplo, em concurso realizado sobre o tema “Como se deveria escrever a história do Brasil” em 1840 a monografia redigida por Carl F. P. von Martius (1794-1868) – o naturalista bávaro alemão da expedição Austro - Alemã de 1817–1821.

O modelo historiográfico proposto por Von Martius, que depois será alimentado pelo positivismo que penetrará em nossa história através dos intelectuais militares, segundo (CARVALHO, 2007), exercerá forte influência na ciência brasileira; gerando um modelo excludente de historiografia nacional. Oriunda das ciências naturais, sobretudo dos conceitos da História Natural, a tese do viajante alemão será calcada no conceito formativo de uma cultura híbrida das três raças miscigenadas – o português, o indígena e o negro – como elementos étnicos constitutivos da nação brasileira. Onde o europeu se apresentava como o elemento mais importante dessa fusão; sendo, portanto, apto a conduzir um país de homens miscigenados. Com os negros e os indígenas, embora apresentados muitas vezes em tintas de heroísmo e orgulho racial, ocupando os mais baixos estratos sociais e, conseqüentemente, não aptos à liderança, mas sim à condição de trabalhadores, construtores braçais de uma civilização que se projetava em grandeza no futuro. Os indígenas sob essa ótica, embora oscilasse de bom selvagem a asselvajado, como verificado por Schwarcz (1993), serão vistos geralmente como mera parte da paisagem, como as plantas e os animais.

A Geografia acaba tendo um papel fundamental nesse processo, pois as impressões naturalistas e pitorescas dos viajantes estrangeiros costumavam incluir nos seus relatos, entre descrições e aquarelas de viagens, o indígena no cenário exótico da paisagem americana, contribuindo para com uma visão pitoresca do homem americano⁷⁴ – que tem início no início do século XIX com a expedição geográfica de Friedrich W. H. Alexander von Humboldt (1769-1859) e o botânico

⁷⁴ Ver: SALLAS, Ana Luísa. **Ciência do homem e sentimentos da natureza**: viajantes alemães no Brasil do século XIX. Curitiba: Editora UFPR, 2013; e SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

francês Aimé J. Goujaud “Bonpland” (1773-1858) pela América entre 1799 e 1804⁷⁵. Conforme aponta Moraes (2008, p. 27) “nos países centrais, ao longo do século XIX, a Geografia passa a ser (ao lado da História) uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território”. Assim como era importante conhecer o território para ocupá-lo, devia-se também conhecer, experienciar e dominar suas paisagens e, ao mesmo tempo, civilizar seus habitantes pitorescos para que fossem incluídos nesse novo modelo de civilização. Que tinha como meta atingir, ou emparelhar-se, com o modo de vida dos Estados europeus, que se acreditava estavam numa escala evolutiva de desenvolvimento muito acima dos povos coloniais.

E é neste cenário histórico que também se depreendem as motivações econômicas e políticas, muitas vezes subjacentes, que motivaram as explorações do Barão de Antonina, que ao realizar os posseamentos e empreendimentos pelos sertões tanto imprimia um caráter desenvolvimentista e civilizatório pretendido pelo Estado quanto, ao mesmo tempo, levava a cabo um empreendimento particular de expansão das suas propriedades e fomento do próprio poder e riqueza. Condição esta que, concomitantemente, será amplamente favorecida pela Lei de Terras n. 601 de 18 de setembro de 1850, que ao estabelecer as “posses mansas” dos sertões acabou por contribuir com o desencadeamento do moderno latifúndio agrário via o fatiamento e domínio definitivo das terras indígenas no Brasil.

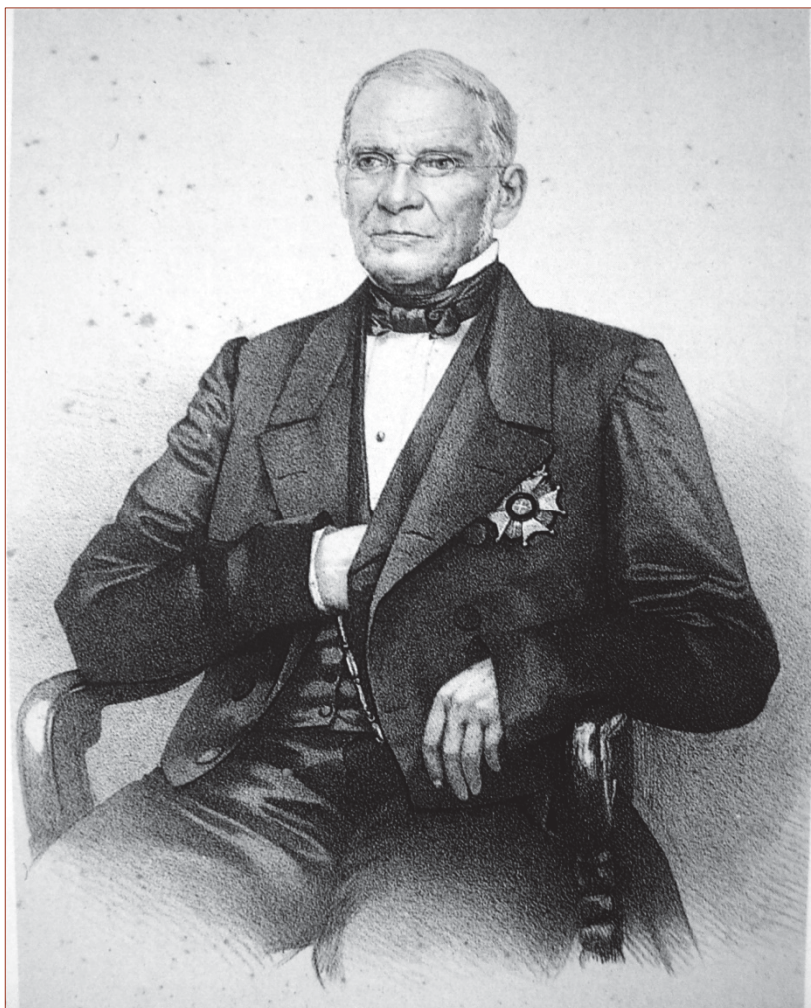
3.1.2 BARÃO DE ANTONINA: SENHÓRIO DOS SERTÕES

Nascido na pequena vila de Taquari no Rio Grande do Sul, João da Silva Machado (1782-1875) – o Barão de Antonina (FIGURA 14) - prosperou como negociante de tropas. Segundo Alves (2012), nas lidas tropeiras comprava animais no Rio Grande do Sul e nas repúblicas vizinhas e os revendia na grande feira de Sorocaba, na Província de Minas Gerais, na feira de Santana na Província da Bahia

⁷⁵ Embora, importante salientar, a obra cosmológica e as descrições cosmográficas da paisagem – pinturas da natureza - feitas por Humboldt nada tem de positivista. As influências filosóficas e científicas de Humboldt vêm de J. W. von Goethe, F. von Schelling e F. von Schiller (amigos pessoais do cientista) e, sobretudo, do idealismo transcendental de I. Kant; bem como de outros pensadores do idealismo alemão. Para isso ver: RICOTTA, Lúcia. **Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt**. Pref. Luiz Costa Lima. RJ: Mauad, 2003; BARBOSA, Túlio. **Estética romântica germânica e a paisagem em Humboldt**: percurso da geografia. Tese de doutorado, UNESP, 2011; DE TERRA, Helmut. **Alexander von Humboldt und seine zeit**. F.A. Brockhaus Wiesbaden, 1956 e POE, Edgar Allan. **An essay on the material and spiritual universe**. The works of the late Edgar A. Poe, poems and tales. New York: Redfield, 1857.

entre outras, contribuindo para o abastecimento de animais de transporte, carga e abate necessários às atividades econômicas da Colônia no período.

FIGURA 14: RETRATO DO BARÃO DE ANTONINA, SÉC. XIX.



FONTE: Imagens da Formação Territorial Brasileira (1993). Fundação Emílio Odebrecht, Rio de Janeiro, RJ.

Essa atividade permitiu a ele se relacionar com comerciantes, negociadores de tropas, investidores e grandes fazendeiros, além de autoridades públicas do Estado. Enriquecendo e aumentando seu patrimônio e influência na região sulina, passou a ser reconhecido e respeitado nas regiões do Sul e na ainda Capitania de São Paulo – que já despontava como uma das mais influentes regiões econômica e política do país. Com isso, em 1820, por exemplo, já havia sido escolhido pelo Governo de São Paulo para explorar minérios – sobretudo a prata – no Morro do Itayo, na Província de Santa Catarina. Por esse tempo, em torno de 36 anos de idade, já era também Sargento-Mor de Milícias.

De acordo com Brotero (1940), a influência de Silva Machado cresceu tanto que em 1821 seria escolhido pela Comarca de Curitiba como eleitor de deputado para a constituição portuguesa, um ano antes da insurreição independentista brasileira de 1822. Neste conturbado ano recebe a incumbência de ser o responsável pela conservação da Estrada da Mata, ramal que a partir de Rio Negro fazia ligação com a Estrada das Tropas (ou, também, Estrada real, Estrada do Sul, Estrada do Viamão, Caminho do Sertão). Caminho este que permitia o intenso comércio sulino de tropas com a feira de Sorocaba, passando pelos Campos Gerais paranaenses. E é nessa mesma década, mais precisamente em 1829, que Silva Machado funda também a Colônia Alemã de Rio Negro. Considerada até então a primeira colônia de imigrantes do século XIX no território do Paraná.

No trabalho *Tropas e tropeiros na formação do Brasil* Goulart (1961) revela cópias de recibos de compra e venda de tropas feitas por Silva Machado, contribuindo para que se melhor elucidem as origens e lidas tropeiras do barão. Em carta datada de 25 de maio de 1846, redigida na Fazenda Perituba, ou Perituba, informava Silva Machado a um comerciante chamado Francisco Ferreira Braga, a quem foi esta endereçada, sobre o recebimento de venda de tropas e que “havia recebido o extrato da nossa conta até 31 do corrente mês findo, a qual confere e está conforme”. Em outra expedida da Vila Nova do Príncipe (Lapa) em data muito anterior, 16 de março de 1829, endereçada ao mesmo destinatário, encontra-se o seguinte teor:

Pelo camarada João Carvalho recebi a sua de 16 de fevereiro, em que me participa ter-lhe dado 4\$000 que creditei em minha conta. Hoje é que pode fazer-se de volta o seu arreador Manuel Rodrigues, por quem lhe eu mando a minha bêsta vaqueana da estrada do Tinga, para andar de seu pagem quando aí for, o que lhe acontece não poucas vezes. Além de que as tropas vindas do sertão não puderam engordar por causa da grande seca, agora carrega sobre elas para pior um temporal desabalado, que me tem afligido. Porém são coisas que se não pode privar. Remeto seis surrões de congonha que repartirá conforme a relação inclusa. Apeteço-lhe tôdas as felicidade (sic), e ocasiões de mostrar quanto sou de Vossa Mercê amigo afetuoso e atento. João da Silva Machado. (GOULART, 1961, p. 253-254).

O autor informa ainda que neste momento, o ano de 1829, estava o tropeiro em Rio Negro, então distrito da Vila do Príncipe, reconstruindo a Estrada da Mata.

Esta é uma informação particularmente importante na biografia do barão, pois o próprio Vieira dos Santos (1950[1851]), cronista das memórias históricas de Paranaguá e Morretes – que neste momento ocupava o cargo de *Tesoureiro da caixa de contribuição voluntária da Estrada de Coritiba* –, escreveu ao então Sargento mor e Inspetor Geral das Estradas João da Silva Machado informando sobre a condição das estradas sulinas do reino e o valor que estas tinham no desenvolvimento da Colônia ao longo da história de conquistas dos paulistas. Ao enaltecer os nomes célebres do passado, e o fato de ter sido Silva Machado justamente escolhido para tal função, em um trecho da carta faz questão de exaltar que o tropeiro:

Bem ha de desempenhar esta tarefa tão importante afim de que brevemente possão os caminantes gozar d'aquelles beneficios e comodidades que offereçem a factura d'hua boa Estrada, vindo a ficar depois o seu nome memoravel, inscripto na historias a par d'aquelles honrados e antigos Brasileiros paulistas que tantos serviços prestarão nos seculos passados a sua patria, como forão Buenos, Britos, Laras, Correias, Pires, Antunes, Cabráes, Rodrigues e Subtis pois huns forão os descobridores da lagoa dos Patos no Rio Grande e outros o das Minas de Matto Grosso – Goiáz e Cuybá – Sertões de Cayté, em Minas Geraes Serro Frio e Sabará, os quaes animôzos, e impavidos atravessarão em maranhados Sertões, e abrirão caminhos por meio de longiquas mattas como foi a desse Sertão que foi ultimamente aberta pelo valor, animozidade, e direcção de hum forte – Machado – çertamente era nesseçario que, houvesse hum machado para se poder derrubar o espasso de tão immensas mattas! Sim, o ilustre Machado; a alma grande heroico cidadão prestativo e generôzo, tu tens feito grandes serviços á patria, ella, e a posteridade, te deve ser agradecida, sim nôvos serviços prestai a esta empreza qual hé a reedificação da matta da Serra de Coritiba, eu te imploro este importante serviço em nôme de todos os pôvos como Thesoureiro da Caixa da Contribuição da mesma Estrada. (VIEIRA DOS SANTOS, 1950 [1851], p. 178).

Como político Silva Machado foi eleito suplente da primeira Assembléia Provincial Paulista nos anos de 1835 e 1836, até que por fim assumiu em definitivo uma das cadeiras de deputado nos anos seguintes. Nos anos de 1837 e 1838 foi eleito Vice-Presidente da já então Província de São Paulo.

O poder e a influência de João da Silva Machado eram cada vez maiores. Quando então a milícia foi transformada em Guarda Nacional ascendeu ao posto de

Tenente-Coronel, Chefe de Legião e Comandante Superior da Guarda Nacional de Curitiba, Lapa e Rio Negro. Quando irrompeu a Revolução Farroupilha, em 1835, no Rio Grande do Sul, foi ativo na defesa da “legalidade e da unidade imperial” (BROTERO, 1940). E por essa atuação recebe o título de Coronel Honorário do Exército. Em 1842, contribui para a repressão e apaziguamento da Revolução Liberal Paulista, cujos revoltosos haviam inclusive estabelecido Sorocaba como sua capital.

Ainda conforme a biografia levantada por Brotero (1940), por todos esses serviços prestados à Corte já no Segundo Reinado, em 11 de setembro de 1843, então com 61 anos, por Decreto Imperial recebe o título de Barão de Antonina (que seria, por outro decreto, elevado a Barão com Grandeza em 13 de agosto de 1860). Em 1854, um ano após a criação da Província do Paraná, também já havia sido eleito senador pela mais nova província do Império (QUADRO 2).

Investido já de poder e riqueza na década de 1840 viria o barão a financiar as entradas e bandeiras, as explorações geográficas de seus contratados J. H. Elliott e J. F. Lopes. Cujas uma das primeiras se daria, segundo apontamentos de J. H. Elliott, já no ano de 1844, alguns meses depois de recebidas as honras imperiais do baronato. A sua fazenda de Perituva, nas imediações da Vila de Itapeva, será o lugar geográfico e geopolítico irradiador das conquistas pelo Sertão do Tibagi e afins. Fazenda esta que foi visitada também por Auguste de Saint-Hilaire em 1820, que passando pela região antes de adentrar para o território dos Campos Gerais paranaenses relatou:

Antes de alcançar a fazenda de Perituva, onde fiz alto (24 de Janeiro), passei, por uma ponte de madeira, estreitíssima, o rio do mesmo nome (rio Perituva), o qual, como me informaram, deságua no Taquari. A fazenda de Perituva pertencia a um indivíduo muito rico de São Paulo, que ali nunca aparecia, deixando seus escravos ocuparem-se com a criação de animais; não se deve, por consequência, ficar admirado de só existirem na fazenda algumas cabanas miseráveis e em péssimo estado de conservação. Foi numa dessas cabanas que me alojei. (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 298).

QUADRO 2: CANDIDATOS E VOTOS A SENADOR NO PARANÁ EM 1854.

CANDIDATO	PARTIDO	RESIDÊNCIA	IDADE	PROFISSÃO	TOTAL
João da Silva Machado Barão de Antonina	Liberal	São Paulo	72	Tropeiro Político	120
Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	Liberal	S. J. Pinhais Curitiba	54	Fazendeiro	115
Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro	Conservador	Morretes	56	Comerciante	95
Dr. José Gaspar dos Santos Lima	Liberal	Vila do Príncipe	?	Advogado	37
Conselheiro Bernardo De Souza Franco	Liberal	Vila do Príncipe	49	Advogado	13
Desembargador Agostinho Ermelino De Leão	?	Paranaguá	56	Advogado	5
Dr. João da Silva Carrão Curitiba	Liberal Político	São Paulo	44	Advogado	2
Raphael Tobias d'Aguiar Sorocaba	Liberal Político	São Paulo	59	Fazendeiro	2

FONTE: Jornal O Dezenove de Dezembro (Curitiba, 1854, várias edições); Lista de votantes das vilas de Curitiba, Morretes, Paranaguá, Vila do Príncipe (Arquivo Público do Paraná, 1854). In: ALVES, Alessandro Cavassin. João da Silva Machado, Barão de Antonina: estudo biográfico e seu contexto histórico. **Anais VII semana nacional de história: política e cultura & política e sociedade**. Rio de Janeiro, UERJ, 2012.

O relato de Saint-Hilaire é relevante, pois informa a precariedade das instalações da fazenda e que, possivelmente, nesse período, 1820, não possuía ainda instalações condizentes que pudessem permitir infraestrutura adequada para as bandeiras de J. H. Elliott e J. F. Lopes, que ocorrerão um pouco mais de vinte anos depois da passagem do cientista e naturalista. No entanto, no decorrer das suas descrições informa Saint-Hilaire que depois da estada na Perituvá continuou a sua excursão passando pelas fazendas Rio Verde e São Pedro. Que também, segundo informações colhidas pelo viajante, pertenciam ao mesmo proprietário – *um indivíduo muito rico de São Paulo* – e estavam igualmente em péssimas condições de habitação e alojamento. Essas fazendas juntas, nas observações do viajante, se constituíam numa extensão enorme de terras e tinham “um território mais extenso do que muitos principados” (SAINT-HILAIRE, 1978 [1851] p. 298). Disso, conclui-se

que por essa época, as primeiras décadas do Oitocentos, já havia o barão adquirido sob sua propriedade imensas áreas de terras em virtude da riqueza adquirida com as tropas e da influência econômica e política que exercia.

Com esse poder adquirido e quando deu início as entradas e bandeiras pelo Paraná, conforme Alves (2012), tinha pleno conhecimento o barão das mudanças que se avizinhavam e que se consolidariam com a Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de 1854, que garantiria a revalidação das antigas sesmarias e as chamadas “posses mansas”. Com a lei, porém, ao exigir títulos de terras posseadas, ou mesmo a compra, como forma de firmar a propriedade da terra, o Governo Imperial acabou por legitimar a expropriação de terras ancestrais indígenas e de camponeses iletrados, incapazes de compreender e se relacionar com aspectos novos da regulação fundiária; desencadeando a expansão do latifúndio moderno pelo desalojamento e deslocamento de áreas ancestrais de povos indígenas e camponeses que faziam uso tradicional do meio-ambiente.

O Barão de Antonina em muito ampliaria suas terras e solidificaria ainda mais seu poder com as explorações e os posseamentos, feitos em seu nome e sob o comando de J. H. Elliott e J. F. Lopes. Ao ceder a Fazenda de São Jerônimo, posseada nos antigos campos do Cacique Inhonhô, para o governo implantar o Aldeamento Indígena de São Jerônimo (1859) o barão agiu como nobre benemérito, em um típico processo de intercâmbio de poder entre Estado e senhorios de terra no Brasil do período – a terra, que era dos povos autóctones, após a expropriação fundiária e o despojamento uma porção dela a eles retorna, fragmentada e ressignificada.

Monteiro (2001), entretanto, atribui que as atividades do Barão de Antonina nas explorações do Paraná e Mato Grosso convergiam para um interesse específico do Estado e ocorriam numa espécie de “filantropia privada” que visava o abrigo, civilização e educação dos indígenas nos territórios do Império. Afirmando que essas filantropias não atingiram o sucesso desejado, mas que o barão em seu empreendimento de interesse “estatal” teria auferido sucesso em seus projetos; devido, sobretudo, ao altruísmo em resolver o problema dos indígenas errantes nos sertões:

A filantropia privada não chegou a decolar, salvo em momentos muito pontuais e sobretudo no abrigo que alguns indivíduos e

algumas famílias davam a órfãos e a pequenos grupos desgarrados, às vezes como expressão humanitária, porém muitas vezes para se valer da mão-de-obra. Já o altruísmo dos cidadãos preocupados com o destino dos índios flagelados e itinerantes estava amarrado ao pressuposto de que cabia ao Estado resolver o problema indígena. Assim era o caso do Barão de Antonina, cujos empreendimentos em terras que hoje abrangem partes consideráveis dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul convergiam com os interesses do Estado, inclusive e, sobretudo, no que diz respeito à civilização e catequese dos índios. (MONTEIRO, 2001, p. 144).

Mota (2007, p. 1-31), por seu turno, afirma, por exemplo, que na luta para readquirir seus antigos territórios (a *Tekoha*, a aldeia sagrada) na região Leste do Rio Paraná os guarani Kayová teriam aceitado fazer uma aliança com o Barão de Antonina, em razão do seu projeto de “abrir um via comunicação fluvial até o Mato Grosso e de apossar os campos ao longo desta via”. E, em razão disso, vieram habitar as proximidades de suas terras nas imediações do vale dos rios Verde e Itararé. Neste momento as terras guaranis estariam sendo ocupadas pelos Kaingang e à margem direita do Paraná estavam eles cercados por tribos inimigas, como os Terena e os Guaicuru. Já na passagem de Saint-Hilaire em 1820 pelas terras do barão o viajante informava sobre a presença de indígenas nas imediações que eram alojados pelo Barão de Antonina. No relato a “Emigração dos Cayuaz” o próprio J. H. Elliott discorre sobre a presença desses indígenas na região da Vila de Itapetininga em 1830:

Ao correr do anno de 1830 (si a lembrança me não falha) appareceu nas vizinhanças da villa de Itapetininga uma porção de indios desconhecidos; eram Cayuaz vindos d’allem do Paraná. Pelo dizer d’estes indios atravessaram elles o Paraná abaixo da barra do Ivahy, remontaram este rio até as ruinas de Villa Rica, e d’ahi, transpondo-se para a sua margem direita, dirigiram-se para o tibagy, que passaram pouco abaixo dos Montes Agudos, entrando em territórios da comarca de Coritiba; e ao subirem essa cordilheira avistaram uma parte dos Campos Geraes, que d’ali se estendem para o nascente. Por sua qualidade de selvagens não deviam apparecer subitamente n’esses campos, pois que se assim o praticassem expunham-se a recontros com os brancos, e por isso inclinaram-se mais para o norte abeirando o campo, mais ou menos perto, e depois de annos de um viver errante, repassados de privações e vicissitudes, mostraram-se finalmente no municipio de Itapetininga onde permaneceram

algum tempo entretidos em comunicação com a população d'ali, sem que todavia se decidissem a um estabelecimento fixo. Passados mezes retrahiram-se ás matas, entrando pelos sertões da margem esquerda do Paranapanema, entreposto aos rios Taquary e Itararé. (ELLIOTT, RIHGB, 1898, p. 434-435).

No mesmo relato o viajante-artista afirma que também em 1844 apareceu novamente na Fazenda de Perituvá grupos de indígenas provavelmente Guarani e que foram acolhidos muito bem pelo barão que lhes distribuiu “roupa, ferramenta e aquillo que mais prendia sua cobiça” (ELLIOTT, 1898, p. 435). Portanto, é crível que os Guarani, errantes pelos territórios dos sertões do Paraná, já conheciam as instalações das fazendas do barão e lá recebiam acolhida e apoio, ao atravessarem para além do Rio Tibagi e pelo vale do Rio Paranapanema. No que se supõe fosse já uma “aliança” com João da Silva Machado no sentido de ganhar proteção contra os indígenas inimigos, além de abrigo e alimentos para matar a fome – costumeira entre os povos conquistados e que passavam a vagar, desterritorializados e deculturados, nos sertões brasileiros no século XIX.

João da Silva Machado, o Barão de Antonina, tropeiro, fazendeiro, militar, nobre-maçônico, entre tantos outros atributos, faleceu em São Paulo em março de 1875, em dia ainda controverso, assim como é controversa a sua data de nascimento. Para Brotero (1940), analisando notícia fúnebre veiculada no jornal Província de São Paulo de 29 de março de 1875, morreu o barão em 27 de março de 1875, com 93 anos incompletos, deixando numerosa prole de descendentes, além de valioso espólio. Já Ayrosa (1931), em seus apontamentos sobre a biografia do barão citando também outros biógrafos, afirma que a data correta do falecimento foi a 18 de março do mesmo ano, por ser esta a inscrição em sua lápide tumular:

O Barão de Antonina, João da Silva Machado, nasceu na Villa Taquary, Provincia do Rio Grande do Sul, segundo Azevedo Marques a 17 de Junho de 1782 e segundo Jacintho Ribeiro a 11 do mesmo mez e anno. Parece-nos que a data exacta deve ser 11 e não 17, pois sobre o tumulo do Barão ha uma lapide consignando o dia 11 de Junho de 1782, como o do seu nascimento. Falleceu a 18 de Março de 1875, ainda conforme Jacintho, e a 19 segundo Azevedo Marques. O illustre autor dos Apontamentos está por certo enganado aqui tambem, pois a mesma lapide tumular confirma a data de 18 de Março de 1875. Filho de familia humilde, por seu proprio esforço consegue fazer carreira nas letras e na politica, tornando-se um

dos mais dignos de seu tempo. Ao fallecer, com 93 annos de idade, era: Barão de Antonina, com grandeza, Vereador da Casa Imperial, Tenente Coronel de Milicias, Chefe de Legião, Commandante Superior da Guarda Nacional, Grande Signatario da Ordem da Rosa, eleitor para a Constituinte Portugueza na Parochia de Curityba, Supplente do Conselho do Governo, Coronel Honorario do Exercito e Senador pela Provincia do Paraná. Além desses titulos, outros juntou ao seu nome respeitavel. Era socio correspondente do Inst. Historico Brasileiro, fundador da colonia allemã do Rio Negro, dos aldeamentos de Jatahy, no Paraná e S. João Baptista do Rio Verde, na Provincia de S. Paulo e Director da Estrada do Apiahy. Foi tambem incumbido pelo Governo da abertura de uma estrada que, partindo do litoral do Paraná, fosse terminar em Matto Grosso. (AYROSA, 1931, p. 222-223).

A cidade de Rio Negro, onde o nobre instalou a primeira colônia de imigrantes em 1829, certa feita o homenageou com uma placa em bronze gravada pelo importante gravador José Peón enaltecendo as realizações feitas em prol do Paraná (FIGURA 15).

FIGURA 15: HOMENAGEM AO BARÃO DE ANTONINA, RIO NEGRO - PR.



FONTE: Revista Ilustração Paranaense, 4. Ed. (1929).

As entradas e bandeiras do século XIX do Barão de Antonina comandadas por J. H. Elliott e J. F. Lopes, como já frisado, possuem diferenças fundamentais quando comparadas com as bandeiras paulistas dos séculos anteriores para precha de indígenas pelos sertões para a escravatura nas fazendas e vilas nas regiões litorâneas ou nos planaltos circunvizinhos, ou mesmo para consolidar o avanço geopolítico português nas áreas em disputa com os espanhóis e a descoberta e apropriação de minas de ouro e prata. Na segunda metade desse século efetivava-se de fato a nação, já que a partir da independência em 1822 a antiga colônia teria que passar a decidir o próprio destino. No entanto, ainda se processava o avanço secular para os sertões sobre as antigas terras indígenas americanas, ainda não totalmente expropriadas, conquistadas e colonizadas. Que num sistema geopolítico radicular, partindo das regiões litorâneas para os sertões do Oeste, na busca do ouro, da prata, do indígena e da terra, ia abrindo fronteiras e desenhando um perfil histórico-geográfico como o que, metaforicamente, expressou o poeta Cassiano Ricardo no poema ufanista *Metamorfose*⁷⁶. Moreira (2011), como já citado, quando analisa os fundamentos do desenvolvimento da sociedade e do espaço geográfico no Brasil observa:

A forma de organização geográfica da sociedade brasileira atual tem sua origem na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiário, territorial e político. Terra, território e senhorio político, num tripé, formam, desde então, a estrutura de espaço sobre a qual se ergue a sociedade no Brasil. (MOREIRA, 2011, p. 11).

Como já havia também previamente indicado Schwarcz (1999) no *Brasão de Armas* do barão (FIGURA 16), recebido em 17.09.1859, o simbolismo típico do senhorio colonial imperial brasileiro pode ser identificado⁷⁷. Na sua configuração é encimado por uma coroa imperial de Conde – honraria que somente poderia ser concedida aos barões, quando esses recebiam o título nobiliárquico de *Grandeza*,

⁷⁶ “Meu avô foi buscar prata, mas a prata virou índio. Meu avô foi buscar índio, mas o índio virou ouro. Meu avô foi buscar ouro, mas o ouro virou terra. Meu avô foi buscar terra e a terra virou fronteira. Meu avô, ainda intrigado, foi modelar a fronteira: e o Brasil tomou a forma de harpa”. In: RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis**. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1983, p. 127.

⁷⁷ Ver também: BARÃO DE VASCONCELLOS; BARÃO SMITH DE VASCONCELLOS (Orgs.). **Arquivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lousanne: Imprimiere La Concorde, MLCCCXVIII.

e maçanetas, com guirlanda ornamentada com ramos de fumo e café, no centro destaca-se um brasão azul-celeste com a inscrição “Benemeritum Praemium”; e no reverso a efígie de D. Pedro I com a legenda “Petrus I – Brasilae Imperator D”.

Em destaque no centro do brasão em campo de prata um indígena, em atitude subalterna e resignada, depõe suas armas, seu arco e sua flecha. E se inclina para receber de um leão altivo e em cor púrpura as benções de um catecismo e um rosário de ouro. Nesta atitude de completa aquiescência do indígena, o “asselvajado dos sertões”, pode se ler a visão e atitude colonialista das elites políticas e senhoriais no processo de construção do Estado-nação no Segundo Reinado. Nesta simbologia se destaca a completa submissão do território e dos seus habitantes autóctones e a predominância e hegemonia das elites brasileiras, do capital e do consórcio religioso que elas representavam, através da imposição simbólica da língua portuguesa, das leis coloniais e da religião católica institucionalizada pela Igreja e o Estado. O barão, portanto, neste cenário se mostra como típico senhorio político do Brasil setecentista e oitocentista; o tropeiro que ascendeu ao mais alto poder econômico, tornando-se senhor de terras e gentes. Láureas obtidas pelas riquezas auferidas com o comércio das tropas, mas também, concomitantemente, pelo trabalho político junto à Corte portuguesa e depois brasileira, na medida em que essa inevitavelmente “ia se impondo enquanto sistema de governo no Brasil e buscando consolidar seus limites territoriais, na qual as fronteiras ao Sul do Império eram bastante confusas, tendo o governo que contar com estes desbravadores para consolidar estas conquistas” (ALVES, 2012, p. 54). Os avanços e as conquistas dos sertões do Paraná feitas pelos seus esforços são, fundamentalmente, parte integrante desse processo que se desenvolveu especialmente no Segundo Reinado – e que se consolidará em sua fase “moderna” com Lei de Terras de 1850 – de construção territorial do país e de um ideário de civilização e pátria modernas.

4 A NAÇÃO NO SERTÃO – SEGUNDO REINADO

O período da Regência (1831-1840) e Segundo Reinado no Brasil (1840-1889) têm início num evento histórico carregado de drama. Nos primeiros meses de 1831, especificamente em 7 de abril de 1831, o imperador D. Pedro I (1798-1834) abdica do trono do Império e retorna para Portugal, instado pelos conflitos internos e a incapacidade de governar. Com a independência e a fundação do Império do Brasil em 1822, e a partir da outorga da Carta Constitucional de 1824, estruturou-se na outrora Colônia um regime monárquico centralista que confrontava interesses já de viés republicano e independentista de algumas das províncias, entre estas algumas províncias do Nordeste. Entre os movimentos separatistas mais significativos D. Pedro I teve que enfrentar e sufocar a Confederação do Equador em 1824, que tendo se alastrado a partir da Província de Pernambuco tinha entre seus pressupostos revolucionários a criação de um Estado Confederado independente que se separando geograficamente do território do Império uniria, além de Pernambuco, as Províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraíba.

O imperador enfrentava um constante desgaste político junto às principais lideranças políticas e as elites nacionais descontentes e a fragmentação geográfica do território estava sempre na pauta dos inúmeros movimentos revolucionários que abalavam a integridade política e territorial da jovem nação que se formava. A Guerra da Cisplatina (1825-1828), conhecida como *Guerra del Brasil* na historiografia argentina, que fora anexada ao território brasileiro em 1820, já havia também desgastado demais a imagem do monarca como o patriarca de uma unificação nacional. Além disto, durante o conflito o envolvimento e a pressão inglesa, em razão dos prejuízos comerciais que lhe causava as circunstâncias da guerra, contribuiriam para gerar ainda mais imensos desgastes na Corte.

Com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1828 o Império do Brasil, embora recuperando geograficamente o Território das Missões, perde a Província da Cisplatina onde se formaria o atual Uruguai. A grande vantagem comercial e geopolítica estratégica de controle de dois dos principais rios da porção meridional da América do Sul, o Paraguai e o Paraná, havia sido perdida com a derrota brasileira.

A constituição da nação brasileira, desde a transformação das antigas capitanias em províncias em 1821, ainda antes da independência, e com a criação na primeira Constituição de 1824 do Conselho Geral das Províncias, embora instituisse um sistema centralizador controlado pelo imperador havia pela primeira vez estabelecida uma relação de acesso direto entre o Rio de Janeiro e as distantes províncias de um território imenso que se queria geograficamente preservado.

A Assembleia Geral instituída no Brasil tornara-se o centro irradiador das disputas políticas nacionais⁷⁸. Para a história futura dos povos indígenas e dos demais brasileiros pobres a construção da nação se faria pelo controle do Estado Imperial com o consórcio da igreja e dos “homens bons” das províncias, os senhores de terra. Terras essas que em sua maioria seriam adquiridas com os posseamentos.

Com o advento da partida do primeiro imperador deixou entre seus filhos D. Pedro de Alcântara⁷⁹, o futuro monarca, então com apenas 6 anos de idade. Durante o período da Regência o país, embora envolvido ainda em inúmeros conflitos internos, se vê inserido ao mesmo tempo no contexto mundial do avanço das ciências e assiste, por exemplo, a passagem do naturalista C. Darwin com o Beagle pelo território nacional. Após sua passagem por Fernando de Noronha e Salvador o naturalista chegaria ao Rio de Janeiro em 05 de abril de 1832 causando alvoroço entre os intelectuais e as elites da Corte. Após sua estada de cerca de quatro meses na capital do Império⁸⁰ as impressões do naturalista sobre a nação e o seu legado científico criaria nos intelectuais locais um interesse ainda mais renovado, desde a chegada da Corte e as primeiras expedições naturalistas estrangeiras no começo do

⁷⁸ A Constituição de 1824 consolidou o sistema de *Padroado* no Brasil. Nas eleições censitárias realizadas nas paróquias, controladas pela Igreja Católica (já que o catolicismo fora declarado a religião oficial do Brasil), só votavam os homens acima de 25 anos e com posse de no mínimo 100 mil réis. As mulheres, os índios, os trabalhadores, os soldados (e os escravos obviamente) eram excluídos da vida política nacional. E eram esses *homens bons* votantes de primeiro grau paroquiais que escolhiam os votantes de segundo grau, os eleitores das Províncias (os homens mais ricos e poderosos, os grandes representantes do *Senhoriato*), que por seu turno escolhiam os deputados que representariam os interesses locais na Assembleia Geral na capital do Império; sendo os senadores escolhidos pelo próprio imperador. No *padroado* brasileiro (que será extinto somente com o laicismo estabelecido pela República) a associação entre Igreja e Estado Monárquico se torna evidente, exercendo a igreja não só o poder religioso como participando do poder político; na monarquia lusitana brasileira o monarca escolhia os bispos, controlava os dízimos e pagava os sacerdotes como se fossem funcionários públicos da Coroa.

⁷⁹ Em favor de quem abdicou em carta de renúncia entregue ao major Miguel de Frias e Vasconcellos. Além de D. Pedro II, ficaram no Brasil D. Januária Maria de Bragança, com 9 anos de idade; D. Paula de Bragança, com 8 anos de idade e D. Francisca Carolina de Bragança, com 7 anos de idade – todos filhos do imperador com a primeira esposa a imperatriz Maria Leopoldina da Áustria (1797-1826).

⁸⁰ C. Darwin chegou ao Rio de Janeiro em 05.04.1832 e partiu em 05.07.1832.

XIX, em desenvolver as ciências no país e produzir um conhecimento mais apurado do território da nação e das suas gentes.

Com nomeação de D. Pedro II (1825-1891), o primeiro ocupante de trono desce do ramo Orleans e Bragança de nacionalidade brasileira de nascimento, e com a coroação oficial em 18 de julho de 1841, se desenvolveria com mais clareza a construção de uma imagem simbólica do imperador como líder político e espiritual do povo e governante dedicado ao conhecimento. Estudioso desde a infância D. Pedro II, em seus quase 50 anos de reinado, gostava de afirmar que havia nascido para consagrar-se às letras e às ciências, conforme Carvalho (2007). Tanto que quando conheceu o filósofo alemão F. Nietzsche, conforme este mesmo autor, causou ótimas impressões pelo conhecimento e a eloquência que possuía (FIGURA 17).

FIGURA 17: D. PEDRO II - 22 ANOS, 1848 (FOTO DE DAGUERREÓTIPO).



FONTE: LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX. Rio de Janeiro: Capivara (2008).

Entre as inúmeras representações iconográficas do imperador no período era comum ser retratado junto a paisagens naturais, que buscavam ressaltá-lo como o representante de uma nação tropical permeada pelas paisagens exuberantes e um território selvático a ser dominado e unificado. Era a representação de um líder *pé no chão e cabeça na ciência*, um homem de Estado e conhecimento que preservaria a unidade territorial do Império através da pacificação das províncias, da luta contra as agressões das nações vizinhas como o Uruguai, as Províncias Unidas do Prata e, sobretudo, o Paraguai com a futura Guerra do Paraguai (1864-1870). Ao mesmo tempo em que desenvolveria a nação através da arte, do conhecimento e das ciências.

E será através desta assunção simbólica de homem de ciência e de conhecimento que imperador toma para si a tarefa de conduzir a construção de uma identidade para o Brasil. Como patrono, ainda muito jovem, da fundação do IHGB, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, o imperador, que passará a frequentar quando assume definitivamente o trono quase todas as sessões do instituto, será o maior incentivador da construção de uma identidade nacional, representada de fato pelas novas elites dominantes. Na construção dessa memória geográfica e histórica ufanista que será desenvolvida, sobretudo, através das inúmeras expedições geográficas de conhecimento e mapeamento do território nacional e das publicações periódicas patrocinadas pelo instituto, velava-se por seu turno outras que não faziam parte desse grande projeto nacionalista, como a tentativa de “apagamento” da memória afro-brasileira da escravidão com a destruição do Mercado da Enseada do Alongo, porto de recepção dos navios negreiros e dos escravos africanos no Rio de Janeiro⁸¹. Ou a invisibilidade do indígena nos grandes projetos de integração do Império.

Quando da fundação do IHGB e do desenvolvimento ulterior do seu trabalho vivia a intelectualidade brasileira ainda sobre a influência das descrições, pesquisas e narrativas propiciadas pelas grandes expedições científicas naturalistas estrangeiras que percorreram, e percorriam, o Brasil desde as primeiras décadas do século. Não era, portanto, ainda a história natural positivista, embora já eugênica e evolucionista em razão dos avanços da Biologia e do conhecimento naturalista, que

⁸¹ Subsistiu esse mercado de escravos no Rio de Janeiro de 1758 a 1831, aterrado posteriormente em 1843.

tem início com o trabalho de A. Humboldt em razão da sua viagem à América espanhola entre 1799-1804 e que, posteriormente, receberia a influência do evolucionismo darwiniano com a publicação do trabalho do naturalista inglês em 1859. Com a penetração do positivismo na ciência brasileira se dará, sobretudo, somente mais tarde através das castas de oficiais militares⁸².

D. Pedro II, portanto, se caracterizou por uma imagem construída como o imperador viajante e cientista, ao mesmo tempo em que era também um defensor de causas internacionais importantes, como sua posição contrária ao antissemitismo e defesa da causa judaica. Segundo Carvalho (2007, p. 189) e Barman (1999, p. 194) o imperador, embora governasse sob o regime da escravocracia, não possuía escravos. Para alguns historiadores, no entanto, isto não significava que o monarca fosse um abolicionista de convicção; antes, porém, teria “obrigatoriamente” adotado as teses dos abolicionistas como um contingência natural do desenvolvimento do pensamento político e social da época, contra o qual um monarca esclarecido não poderia se posicionar contra. Ao mesmo tempo em suas viagens se utilizava do próprio soldo de monarca para não onerar o tesouro do Império.

Entre as suas inúmeras viagens⁸³ percorreu em 1859, ano da publicação da grande obra de C. Darwin e da morte de A. Humboldt, a região Norte do Império encantando-se com os elementos da paisagem que buscou retratar em seus desenhos⁸⁴. Extasiado com as paisagens que ia encontrando durante o trajeto produziu inúmeros desenhos a lápis, com comentários e observações. Na viagem realizada em companhia da imperatriz ao Paraná (entre 17 de maio e 07 de junho de 1880) depois do litoral, a subida da serra e a passagem por Curitiba, adentrou nos Campos Gerais onde em Tibagi descreveu “molhei a mão direita nas águas do Tibagi e trago lembranças de suas margens – alguns raminhos e branca e fina areia onde não acharei diamantes, apesar de dizer o Dr. Murici – escorre suas águas por

⁸² Será inicialmente entre estas que, influenciadas pelo Sistema da Filosofia Positiva de Auguste Comte, 1848, se dissimulará mais fortemente o positivismo no Brasil. Entre aqueles que mais abraçariam a ideologia positivista estava Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), engenheiro militar que havia participado da Guerra do Paraguai, incentivador da fundação da igreja positivista do Brasil em 1881 e um dos líderes do golpe militar de 1889. Ver: VALENTIM, Oséias Faustino. **O Brasil e o positivismo**. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

⁸³ Certamente deve ter causado profunda influência no imperador as viagens e descrições de paisagens dos viajantes-cientistas e viajantes-artistas do XIX. O monarca imbuí-se deste espírito da aventura, descobertas e conhecimento. O Museu Imperial (Minc/Iphan) conserva seus *diários e cadernos de viagens*, onde, constam também os esboços e desenhos feitos pelo monarca nessas viagens.

⁸⁴ In: MINC/SECRETARIA DO PATRIMÔNIO, MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS/IPHAN/MUSEU IMPERIAL. **O imperador viajante**: D. Pedro II redescobre o Brasil. s/d.

cima deles” (D. PEDRO II, 2008, p. 27). E entre as tantas visitas e encontros com nobres e políticos encantava-se, sobretudo, o imperador voltado para o conhecimento, com as habilidades nas leituras que possuíam os pequenos alunos e com a abnegação dos professores que os ensinavam.

Desta viagem à Província do Paraná, já no dia 5 junho no retorno da comitiva imperial, em Antonina, durante o jantar pode conversar com o então presidente, Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, sobre os relatórios de uma província jovem que crescia enormemente com o desenvolvimento econômico crescente e o sucesso das colônias de imigrantes, aproveitou a oportunidade para protestar veementemente contra os negócios ilícitos de terra que estavam sendo feitos no Paraná para assentamento destas colônias. Pois soubera que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, então vice-presidente, ocupara-se em vender terras a ele pertencentes e de seus familiares a preços exorbitantes para o Estado para o estabelecimento das colônias⁸⁵. Sugeriu que Jesuíno Marcondes por ocupar-se de estar traficando terras não deveria mais continuar a ocupar o cargo público que detinha. Pouco adiantaram as queixas do imperador, pois Jesuíno Marcondes, o especulador de terras, se tornaria mais tarde após a instauração da República um dos presidentes da província republicana.

No decorrer do imperariado e com a cada vez mais crescente insatisfação das elites agrárias brasileiras e o avanço das teses abolicionistas e republicanas o imperador se via cada vez mais acuado e viaja para a Europa em 1888 para tratar da saúde. Para para alguns pesquisadores do tema, no entanto, uma viagem estratégica para não ter que assinar a Lei Áurea, que libertaria os escravos. Deixando, portanto, para a princesa Isabel Cristina a tarefa de fazê-lo. Por fim, receberá a notícia na Europa do fim do regime oficial de escravidão e também ao mesmo tempo de um país em estado de quase insurreição. O descontentamento das elites agrárias que exigiam reparações do Estado pela “perdas” com a libertação dos escravos estava entre as mais ruidosas crises que o Império enfrentava em seus estertores. Para essas elites, principalmente os latifundiários do café, o escravo tinha o valor de um bem material, um ativo, com o qual também não gastava um centavo

⁸⁵ In: D. PEDRO II. **Diário da visita à Província do Paraná**. Francisco Marques dos Santos (Org.). Ponta Grossa: UEPG, 2008, p. 46.

com salários a não ser a manutenção com insumos básicos como assim também se fazia com os animais e demais acessórios de uma típica fazenda brasileira escravista, portanto com o fim do trabalho forçado se viam essas elites pressionadas pelo novo sistema trabalhista que se anunciava, o trabalho livre e assalariado.

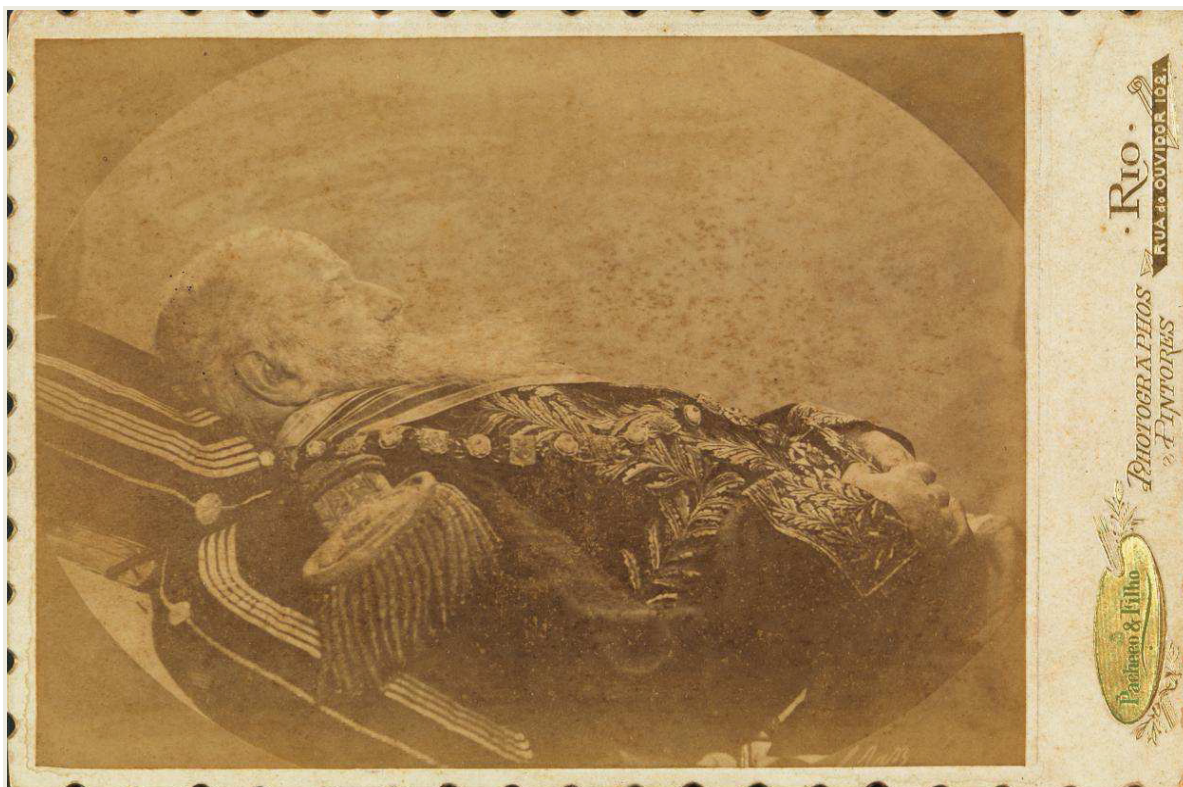
Em meio a esse cenário histórico o imperador retorna da Europa em 22 de agosto de 1888 e é recebido com grande entusiasmo pelo povo. Entre as estratégias desesperadas de um monarca já extremamente desgastado por quase 50 anos de reinado e de um regime que enfrentava um derrocada histórica em quase todo o mundo ocidental D. Pedro II, e que também no caso específico da monarquia brasileira não possuía um filho homem de ascendência direta que pudesse herdar o trono, passa a distribuir títulos de nobreza para grandes proprietários de terra e empresários (na sua viagem ao Paraná já havia feito isto com a concessão do título de Barão do Serra Azul a um dos senhores do mate da província, Ildefonso Pereira Correia). Diante da crise instaurada, resolve o imperador restaurar a antiga Guarda Nacional provocando um enorme descontentamento entre os líderes republicanos e os militares positivistas. Estes finalmente arquitetam o golpe militar de 1889.

Seria um fim melancólico para um regime que parece ter sido vencido pelas contingências históricas, pelas pressões das elites agrárias nacionais que agora se juntavam aos interesses liberais e republicanos, pelo novos interesses do capital estrangeiro e pela exaustão. O figura entusiasta do grande *Imperador viajante*, líder do grande projeto de construção do Brasil-nação, que entre outros atos de grandeza fora o primeiro, quando eclodiu o conflito com o Paraguai em 1864, a alitar-se como primeiro Voluntário da Pátria e marchar à frente das tropas contra os paraguaios na expulsão da invasão de Uruguiana em 1865, sucumbia frente ao golpismo republicano-positivista. Expulso do país e mandado para o exílio já em 17 de novembro de 1889, apenas dois dias após o golpe, foi levado para a Europa. Abandonado pelo novo regime nacional o último imperador do Brasil passou a viver pauperrimamente em Paris ajudado somente por alguns amigos nobres como o Conde de Alves Machado, Manuel Joaquim Alves Machado (BARMAN, 2012).

No seu inseparável diário, conforme Carvalho (2007, p. 237-238), registrou os momentos de melancolia e tristeza e as saudades do seu país, falecendo em 05 de dezembro de 1891 (FIGURA 18) com apenas 66 anos de idade, mas bastante envelhecido. No quarto do Hotel Bedford, onde morreu na capital francesa, foi

encontrado o famoso e controverso pacote que levava do Brasil e guardava consigo; era terra. Junto um pedido: “é terra do meu país; desejo que seja posta no meu caixão, se eu morrer fora da minha pátria” (SCHWARCZ, 1998, p. 489).

FIGURA 18: D. PEDRO II MORTO. 66 ANOS. 6.12.1891 (POSTAL).



FONTE: fotografia de Félix Nadar (1820-1910). In: VASQUEZ, Pedro. D. Pedro II e a fotografia no Brasil. Rio de Janeiro: Index (1985).

O Brasil, a sua pátria, lhe negou um funeral com paramentos monárquicos, tentaram os republicanos brasileiros inclusive convencer os franceses a não realizar um funeral com todas as pompas a que tinha direito o imperador. Temia-se, certamente, que isso pudesse atizar o sentimento do povo brasileiro e dos movimentos monarquistas que emergiam pela nação; temiam-se as reações populares, de um povo que ainda o admirava e não havia esquecido o imperador (SCHWARCZ, 1998, p. 493).

Deu-lhe a França, porém, a revelia dos interesses brasileiros, um funeral de Estado digno de um monarca importante e respeitado em quase todo o mundo. As homenagens contaram com uma multidão de participantes entre os dias 8 e 9 de dezembro de 1891, com velório na Igreja de Madeleine. O povo o aplaudiu, pinturas

e desenhos foram tirados desse grande momento histórico⁸⁶. Transladado para Portugal aonde chegou em 11 de dezembro foi sepultado em São Vicente de Fora no Panteão dos Bragança em Lisboa. Os seus restos mortais foram trazidos ao Brasil somente em 1921 por ocasião das preparações para o centenário da independência em 1922.

O Segundo Reinado durou 58 anos se se aceita a tese controversa de alguns historiadores do incício a partir de 1831, quando da abdicação de D. Pedro I, ou quarenta e nove anos a partir da declaração da maioridade em 24 de julho de 1840. Com o longo imperiado de D. Pedro II e o projeto nacional de consecução do Estado-nação consolidou-se de fato um país em sua conformação territorial e geográfica moderna, inclusive com a formação de sua última província, a Província do Paraná.

4.1 O IHGB E A ESCRITA DA GEO-HISTÓRIA NACIONAL

A ciência moderna chega ao Brasil com as viagens de explorações geográficas, após a instalação da Corte. Entre essas a Missão Artística Francesa em 1816 que trouxe ao país o pintor Jean-Baptiste Debret, um dos primeiros pintores do XIX a retratar as paisagens e costumes culturais e sociais da antiga colônia, a missão motivou também a criação da primeira instituição moderna dedicada às artes e ciências no país, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816-1822). Instituição esta que depois com a independência se transformaria na Academia Imperial de Belas Artes em 1822 e que sobreviveria até 1889, com a República.

Entremeio 1817 e 1820 percorreu também o país a grande expedição de exploração, investigação e mapeamento do território brasileiro e de pesquisa científica patrocinada pela Academia de Ciências da Baviera. Nela vieram o botânico Friedrich Phillipp von Martius (1794-1868) e o zoólogo Johann Baptist von Spix

⁸⁶ “No final do dia 8 de dezembro de 1891, o corpo de D. Pedro foi transferido algumas centenas de metros do hotel até a igreja de Madeleine [...] . Seu vasto interior era decorado com um tecido preto emoldurado em prata. O ataúde, coberto com a bandeira imperial brasileira, repousava em um catafalco elevado, instalado na nave da igreja. A missa de réquiem celebrada ao meio-dia de 7 de dezembro de 1891 foi um evento comovente e magnífico [...]. A igreja estava lotada. Além da realeza, da nobreza e dos diplomatas, a congregação incluía uma multidão de cientistas, artistas e escritores, além de uma delegação de seis academias [...]. In: BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão: e a construção do Brasil**. Trad. Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Editora da UNESP, 2012, p. 559 (Morrer no Exílio, 1889-1891). Para iconografias ver entre outros: Le Petit Journal, 26.12.1891. Fonte digital.

(1781-1836). Entre os objetivos geopolíticos da expedição coube a ela também trazer ao Brasil a grão-duquesa austríaca Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena (1797-1826), filha de Francisco I da Áustria e primeira esposa do primeiro imperador, mãe de D. Pedro II. O botânico Von Martius, por seu turno, exercerá grande influência no país ao legar à nação o seu modelo historiográfico de narrativa da Geo-História nacional no período. As explorações geográficas que serviram para construir a hegemonia científica e as narrativas dos europeus sobre os países visitados alimentavam também por outra via cada vez mais o imaginário dos estrangeiros sobre essas regiões pitorescas e exóticas do mundo⁸⁷.

Durante o período regencial as ciências fervilhavam na América e a intelectualidade brasileira ligada à Corte imbuída desse espírito de viagens e descobertas do período propõe a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1838. Inspirado no iluminismo e enciclopedismo francês com o *Institute Historique* criado em Paris em 1834, esses elites de “homens bons” e intelectuais passaram a ver nas ciências tanto um suporte para a criação de uma Geo-História nacional quanto, ao mesmo tempo, a possibilidade de enaltecimento histórico de seus próprios feitos e dos heróis nacionais⁸⁸.

Para os Estados colonialistas europeus, por seu turno, entre os elementos de construção da modernidade importava cada vez mais o conhecimento científico da terra e com isso a expansão do capitalismo industrial e financeiro. Exportar ciência e conhecimento era, portanto, uma questão estratégica. Já para países colonizados como o Brasil ser moderno trazia consigo a necessidade de cada vez mais “parecer” com a Europa. Por isso, não só as mercadorias importadas inglesas passaram a adentrar no país após a chegada da família real e a abertura dos portos em 1808, mas também a superestrutura política, ideológica e científica: para se edificar o Estado moderno brasileiro com sua burocracia e paramentos legais, ainda inexistente devido à longa herança colonial, foi primeiro necessário construir

⁸⁷ Outras explorações geográficas de investigação e conhecimento do vasto território e dos recursos brasileiros também são importantes, como a expedição do príncipe Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied 1815-1817, que teve contato com os índios brasileiros, especialmente os Botocudos. E a expedição Langsdorff (Barão russo Georg Heinrich von Langsdorff 1824-1829). O pintor Johann Moritz Rugendas (1822-1825), inicialmente integrante da Expedição Langsdorff, também percorreu o país e deixou importante registro das nossas paisagens culturais em sua *Viagem Pitoresca pelo Brasil*, primeiramente editada em 1835.

⁸⁸ Ver entre outros: GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, 1988, p. 5-27.

previamente o Brasil-nação⁸⁹. E o IHGB fará parte desse processo com destacado protagonismo. Para Lazzari (2007) o papel desempenhado pelo IHGB junto ao projeto da Corte assim pode ser definido:

Ao IHGB caberia, em analogia com a relação do governo da Corte com o conjunto do território, estabelecer uma política centralizadora e unificadora dos esforços dos homens de letras do país, conferindo o sentido e a unidade que uma história nacional necessitaria. Por outro lado, a prioridade das histórias regionais era defendida principalmente por sócios oriundos da administração imperial, conhecedores do aparato burocrático e militar que mantinha a unidade do país, e que já tinham experimentado a difícil tarefa de conduzir administrações provinciais e operações militares a grande distância da Corte. Os trabalhos publicados na revista ao longo do século XIX evidenciam o prestígio dessa diretriz voltada para um conhecimento mais apurado da geografia e história das províncias e com a integração do vasto território. (LAZZARI, 2007, p. 3).

O imperador D. Pedro II, patrono do instituto, a partir de 1840 frequentaria regularmente as suas sessões. Ter a figura do imperador como maior incentivador e benemérito fazia com que os membros da elite, inclusive do senhoriato rural e entre esses o Barão de Antonina, se associassem ao IHGB. E dele faziam o grande centro irradiador dessa construção moderna da nação. O barão se associa ao IHGB já na década de 1840 e será justamente pelos seus feitos de conquistas pelos sertões, “civilização e amansamento” dos indígenas que receberá o seu brasão de nobreza.

Quando o instituto inaugurou em 1849 sua sede no Paço Imperial praticamente tornou-se uma extensão da Corte. D. Pedro II orgulhoso de ser o imperador das letras e do saber, entre os anos de 1849 a 1889 diligentemente irá presidir praticamente todas as sessões dominicais do instituto. Os debates acalorados, as leituras dos escritos enviados pelos seus sócios, brasileiros e estrangeiros, relatando viagens, expedições pelos lugares mais recônditos das províncias, descobertas geográficas, etnográficas e arqueológicas tencionavam, como afirma Losada (2007), “derramar luzes sobre um Brasil inculto”. Buscando desvelar um território bravo e ainda desconhecido em sua totalidade, contribuindo para a construção de uma identidade nacional. E ao imperador D. Pedro II cabia

⁸⁹ Ver: CARVALHO, José Murilo. (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. V. 2, História do Brasil nação (1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

naturalmente liderar e patrocinar esse grande projeto geo-historiográfico de desenvolvimento nacional. De certa maneira, no imaginário da maioria desses intelectuais e dessas elites econômicas e políticas subsistia um projeto fundante: de que uma colônia espoliada por cerca de quatrocentos anos de colonização extrativista entraria da noite escura da miséria colonial para o clube de dias claros das “nações ilustradas e civilizadas”.

Para atingir suas finalidades o instituto ao estabelecer o seu estatuto, definindo os princípios que deveriam nortear todo esse projeto e que até os dias atuais vigoram, estabeleceu no Artigo 1.º os métodos de cunho enciclopedista pelos quais seria realizada essa monumental construção de uma Geografia e uma História brasileira, donde para isso se deveria *“coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”*. No discurso de fundação o 1º secretário perpétuo Januário da Cunha Barboza clamou aos seus membros fundadores pela execução desses fundamentos institucionais que visavam precipuamente *“reunir e organizar os elementos para a historia e a gegraphia do Brasil, espalhados por suas provincias, e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada historia”*⁹⁰.

Para cumprir estes objetivos o instituto realizava em sua revista periódica publicações em Geografia, História, Etnografia e Linguística que eram regularmente divulgadas. Os relatos e documentos produzidos de expedições pelo Brasil eram lidos e destinados pelos nobres aos arquivos da instituição – a nação passava a constituir sua narrativa geo-histórica através da ação benemérita dos nobres e intelectuais ligados à Corte, a saga exploratória com os relatos e mapeamentos dos viajantes e sertanistas e o enaltecimento dos feitos e símbolos pátrios. Von Martius, que havia se associado como estrangeiro e se tornado um intelectual muito atuante junto à instituição, por fim, com sua vitoriosa monografia deixaria como legado aos primeiros historiadores brasileiros no conjunto dessas pesquisas e publicações o primeiro modelo historiográfico de escrita oficial da história nacional.

Como consequência dessa narrativa geo-histórica que se construía com a contribuição das inúmeras expedições de exploração geográfica e pesquisas patrocinadas pelos sertões das províncias, os objetivos oitocentistas do instituto

⁹⁰ In: **Revista do IHGB**. Tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1908, p. 9.

foram, no contexto de suas próprias teses e propósitos, muito bem sucedidos e a construção da Geografia e História pátria oficial e positivista finalmente ganharia no período uma das suas primeiras grandes obras de síntese: a *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen⁹¹.

Neste contexto, as categoriais geográficas de paisagem, sertão e fronteira ganham enorme importância, pois a partir das publicações do instituto inúmeros registros iconográficos gerados como pinturas de paisagem, documentos cartográficos, relatos de viagens, tratados e leis, etc. passaram a emanar de maneira inequívoca as paisagens do período, entre estas as dos sertões dos viajantes⁹². Os indígenas, os negros e demais brasileiros – o Brasil das paisagens e mentalidades coloniais – e as suas contradições num cenário que gradativamente se transformaria pelo advento das estradas, das colônias estrangeiras, vilas e depois cidades no decorrer da República. Numa mobilidade de transformação e formação socioespacial com tal dinamismo que a nação já adentraria as primeiras décadas republicanas do século XX com grande parte dos territórios ocidentais completamente transformados pela “civilização moderna”: latifúndios agropastoris, estradas de ferro, avanço das cidades, intensas migrações do campo para as cidades orientais da costa e início de suas metropolizações descontroladas.

O tema da fronteira, ou da paisagem cultural da fronteira, em sua porosidade, degradação, espaço social de conflito entre “civilizados” e “não civilizados”, intercurso de culturas e visões do mundo que se conflitam e que etnicamente se transfiguram como apontam Ribeiro (1968) e Martins (2012) perpassa a vivência social, as iconografias e as narrativas dos viajantes do século XIX – como a obra e as iconografias de J. H. Elliott no Paraná. O legado iconográfico das instituições imperiais oitocentistas é imenso e o IHGB se encontra entre as principais delas, tendo sido uma das principais instituições basilares desse processo de construção nacional.

O decreto que autorizará a vinda dos capuchinhos em 1843 para a evangelização dos indígenas também será parte importante dessa geopolítica

⁹¹ Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**: isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, MLCCCLIV.

⁹² O sertão em seu categorial sociogeográfico, no contexto do pensamento social brasileiro. In: MORAES, op. cit.

nacional, já que visava fundamentalmente resolver o “problema do índio”, o habitante dos sertões onde as explorações penetravam, retirando-o da sua condição de “selvagem”. Portanto, civilizar o indígena e os sertões e estabelecer o domínio sobre os vastos territórios das províncias eram condição essencial para se modernizar o Estado e construir essa Geografia e História pátrias. Os aldeamentos, assim como ocorrera com as missões jesuíticas séculos antes no Brasil Espanhol, se tornariam fundamentais para o “civilizamento” e esvaziamento geográfico desses territórios palmilhados pelas expedições geográficas patrocinadas pela Corte através do IHGB e pelos nobres nas distantes províncias. A Província do Paraná neste cenário será a última a ser criada no Império do Brasil e a sua formação política e definição de fronteiras geográficas serão devidas em grande parte às explorações financiadas pelo Barão de Antonina, um dos membros mais respeitáveis do instituto. Os relatos de viagens de J. H. Elliott e J. F. Lopes e os mapas corográficos produzidos pelo viajante-artista eram regularmente remetidos pelo barão e divulgados pelo IHGB.

Par e passo com todo o conhecimento gerado sobre os sertões e o início de todo esse processo de modernização e colonização da nação, surgiria, por consequência, a legislação imperial de 1850, a Lei de Terras. Esta que pretendia dar adequação moderna à posse e uso da terra no país, ao revalidar o sistema colonial corrompido das sesmarias e reconhecer os posseamentos sobre as grandes extensões desses territórios indígenas e de neobrasileiros, agora geografados e historicizados, ajudou a formar a nação-continente republicana no decorrer do século XX.

Nação esta profundamente marcada pelos conflitos sociais no campo e que verá futuramente uma intensa metropolização e periferização das cidades ocasionada entre outros fatores pela migração e exclusão social urbana e pela constante penetração da *ideia de modernidade* oriunda dos países hegemônicos como propõe Martins (2013). Os institutos históricos e geográficos precedem em quase um século a instalação das universidades no Brasil, a primeira a ser instalada ocorrerá somente na República em 1912, já no século XX. E foi com eles e com outras instituições imperiais, como os museus etnográficos, que se desenvolveu inicialmente a divulgação da ciência, da pesquisa e do conhecimento científico no Brasil. E certamente o país herdou já desde esse período essa recorrente *ideia de*

modernidade entre nós; tão presente no Segundo Reinado e que ainda permanece viva na mentalidade social brasileira até os dias atuais.

4.1.1 TERRA INCULTA: PAISAGENS DO SERTÃO

Lugar sertão se divulga: é onde os
pastos carecem de fechos; e onde
criminoso vive seu cristo-jesus,
arredado do arrocho de autoridade.
O sertão está em toda a parte.

João Guimarães Rosa⁹³

Já nos primeiros tempos da conquista portuguesa do território meridional da América aparece a referência ao sertão: “um outro geográfico” (MORAES, 2003). Definição então territorialmente vaga, no entanto indicadora de uma região além do lugar. Do lugar da chegada, do marco inicial da submissão de uma terra em disputa e que começava a ser explorada pela empresa colonizadora europeia – a região litorânea; às bordas do Atlântico.

No estabelecimento dos símbolos coloniais e nas descrições iniciais da terra, das suas vicissitudes, riquezas e, por conseguinte, do potencial exploratório – e também das suas gentes exóticas – os conquistadores portugueses do início do XVI lançam um futuro Brasil de dissensões históricas profundas: uma região Leste das primeiras ocupações e infraestruturas coloniais e da escravização do indígena; e outra das regiões adentro – a Oeste. Regiões ainda desconhecidas, mas já lugares de dispersão e fuga de indígenas escravizados e degredados e de intensas disputas territoriais e fronteiriças com a Coroa espanhola.

O escrivão Vaz de Caminha na sua correspondência ao rei fez as primeiras referências ao sertão. Territórios divisados da costa e onde muito havia para se explorar e onde tantas outras riquezas poderiam ser buscadas, sobretudo o ouro e a prata:

Esta terra S^{or} me parece que da pomta q mais contra o sul
vimos ataa out^a ponta que contra o norte vem de que nos deste
porto ouuemos vista, sera tamanha que auera neela bem xx ou
xxb legoas per costa. traz ao lomgo do mar em algũas partes
grandes bareiras delas vermelhas e delas bramcas e a terra

⁹³ ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Ficção completa, vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1995, p. 11.

per çima toda chaã e mujto chea de grandes aruoredos. de pomta a pomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa pelo **sartaão** nos pereceo dom mar mujto grande porque a estender olhos ño podiamos veer senõ tera e aruoredos que nos parecia muy longa tera. neela ataagora ño podemos saber que aja **ouro** nem **prata** nem nhuia cou sa de metal nem de fero, nem lho vjmos. pero a terra em sy he de muito boos aares asy frios e tenperados coma os dantre doiro e mjinho por que neste tenpo dagora asy os achauamos coma os de la. agoas sam muitas infimdas. Em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem. pero o mjlhor fruto que neela se pode fazer me parece que sera saluar esta jemte e esta deue seer a principal semente que vosa alteza em ela deue lamçar. (VAZ DE CAMINHA, 1500, s/d).

O sertão, assim, já se desenvolve na formação brasileira mais do que um lugar geográfico, donde se define um conjunto paisagístico singular, pois é desde o princípio também uma representação, formado a partir do imaginário que os europeus possuíam da América e que já se vê expressado na carta de Caminha. Em cujos objetivos estavam tanto explorar riquezas como ao mesmo tempo “salvar” os nativos da sua ingênua selvageria, incutindo-lhe a fé cristã. Cosgrove (1998), p.ex., diz que na formação social americana dos primeiros séculos essas representações herdadas dos ideais renascentistas europeus de paisagem podem ser claramente identificadas.

Em outro documento importante, a carta de Paolo Toscanelli de 1474 enviada ao rei de Portugal dando conta do mapa encomendado pelo monarca ao cartógrafo, se vê também o mesmo gênero de informação.

Eu estou enviando a Vossa Majestade o mapa feito com minhas próprias mãos, onde estão demonstradas suas praias e ilhas, de onde poderia iniciar sua viagem para o oeste, e as terras que poderá alcançar [...]. Você poderá alcançar a mais fértil terra com todas as especiarias e gemas, e o senhor não se surpreenda que eu chamo essas regiões onde as especiarias são encontradas de “oeste” [...]. (COSGROVE, 1998, p. 163, tradução nossa).

A América, portanto, como representação resulta em grande parte do sonho europeu de grandeza e riqueza; em cujas imagens estavam o delírio pelo ouro e a prata, alimentado pelo comércio das especiarias, o exotismo da paisagem selvagem e visão idílica que permanecia dos valores cristãos medievais de paraíso terrestre.

Nessa visão, o indígena, que num primeiro momento será visto como o “bom selvagem”, livre das impurezas morais medievais, passará gradativamente – à medida também que o interesse comercial e a colonização avançam, a escravização se torna a mão de obra conveniente e a confronto cultural se intensifica – à condição de “asselvajado” (SCHWARCZ, 1993).

Esse “sertão” brasileiro de Vaz de Caminha já era no Dezesseis mais que simplesmente um lugar empírico, mais do que uma obra da natureza ou de deus. Obviamente compunha-se de matas, rios, cachoeiras, montanhas, animais bravios, formações vegetais estranhas. Mas essas paisagens estavam recheadas de lugares recônditos, lonjuras incontáveis, seres telúricos e misteriosos; escondia coisas que interessavam aos europeus, além dos olhos curiosos e vigilantes dos indígenas que por certo perscrutavam os conquistadores entre as ramadas. Guardava, sobretudo, as riquezas dos metais preciosos que a Europa tanto desejava. E o que estava lá, escondido ou guardado passou a interessar aos colonizadores desde o princípio: riquezas e indígenas para a escravidão. O sertão é desde o princípio da formação do Brasil a região do estranho, do penoso, do incivilizado, onde o colonizador através das entradas e bandeiras “ia buscar o seu remédio”⁹⁴ – mais do que um ente geográfico, do que a mera materialidade das paisagens, o sertão se tornou uma realidade simbólica. Moraes (2003), a propósito dele, assim se refere:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. (MORAES, 2003, p. 2).

Apesar, porém, de símbolo imposto, o sertão também ao longo do tempo se imporá, porque desenvolverá culturas próprias. As culturas das comunidades tradicionais que ficaram isoladas, devido à fuga secular do constante processo de incorporação cultural, inicialmente pela metrópole portuguesa, depois pela nação brasileira que se desenvolve no século XIX. Culturas feitas desses indígenas

⁹⁴ Eufemismo colonial utilizado para designar a preia de índios nos sertões para escravidão. O índio escravizado era o “remédio” para os “problemas” dos bandeirantes paulistas. In: TAUNAY, Afonso D’Escagnolle. **História das bandeiras paulistas**. Seleção e introdução Antonio Paim. Brasília: CDPB, 2012, p. 40.

transfigurados, de descendentes de escravos e de povos isolados que construíram em diferentes lugares, onde a natureza rude e o isolamento os mantiveram, linguagens e modos próprios de vida; oriundos da mestiçagem colonial. E que a cada novo ciclo de um processo econômico torna-se foco de interesse de um projeto de desenvolvimento.

Mas, para atingir o sertão sempre foi preciso desconstruí-lo, caracterizá-lo como lugares “vazios de gente”, ermos e sem civilização. Em geral as entradas e bandeiras para os sertões, como as do Barão de Antonina no Oitocentos, iam ainda ocupar “vazios demográficos” ou “terras despovoadas”, alargar e estabelecer fronteiras, possuir terras ou buscar riquezas. As bandeiras e entradas tardias desse século naturalmente em muitos aspectos diferem das bandeiras portuguesas dos séculos precedentes. J. H. Elliott e J. F. Lopes não foram aos sertões escravizar os indígenas para o trabalho nas lavouras e nos engenhos das vilas prósperas, ou exterminá-los para o estabelecimento de povoações. O objetivo era reduzi-los aos aldeamentos, libertando os últimos dos sertões; no entanto, ainda trazia no seu bojo fundamentalmente a mesma ideologia geográfica dos primeiros tempos coloniais: os selvagens eram os outros!

J. H. Elliott, inclusive, nutria simpatia pelos indígenas e inúmeras vezes os elogia e os protege, suas aquarelas os descrevem, em sua maioria, altivos e como povos quase míticos dos sertões. A sua novela é também um libelo que denuncia as crueldades que eram praticadas contra eles nos sertões. Monteiro (2001), assim se refere ao viajante-artista e a sua presença entre os indígenas nos sertões ao Sul da província de São Paulo:

Dentre os relatos mais interessantes escritos no sertão durante este período, figura o informe sertanista de João Henrique Elliott, um aventureiro norte-americano a serviço do Barão de Antonina, cujo manuscrito foi oferecido pelo mesmo barão ao Instituto Histórico em meados da década de 1840. O “Resumo do Itinerário de uma Viagem Exploradora” descrevia, sumariamente, o caminho e o sentido da civilização por meio do modelo da filantropia privada. Longe das sentenças sumárias que rebaixavam todos os índios a partir de teorias sobre a degeneração, o “Resumo” seguia os rastros de Bonifácio e Marlière ao demonstrar uma clara percepção não apenas da humanidade dos índios como da sua diversidade e, ademais, ao sublinhar a distância entre os retratos usuais da fereza indígena e o comportamento “dócil” dos índios diante de

tratos humanitários e decentes. De fato, para Elliott, as únicas espécies “infestando” aqueles sertões do sul da Província de São Paulo eram as “muitas mutucas, bernes, mosquitos e outros insetos daninhos” (Elliott, 1847, 18). (MONTEIRO, 2001, p.144-145).

Teles (2009) diz que a palavra sertão está presente em quase todos os cronistas e viajantes que visitaram o Brasil nos séculos XVI ao XVIII. Épocas, para o autor, das entradas e bandeiras, das descobertas de minas e fundação de povoados. Inicialmente assentados no litoral a maioria desses viajantes mesmo antes de se aventurarem pelo interior ouviam histórias vindas do “mato”, ou do sertão, o que alimentava o imaginário sobre esses lugares distantes. Entre os cronistas franceses, ingleses ou espanhóis dos primeiros séculos, como Jean de Léry⁹⁵ ou André Thevet no Dezesseis, por exemplo, a palavra não aparece, somente expressões equivalentes em significado. Mas, entre os cronistas portugueses ela está sempre presente. A palavra sertão é uma toponímia portuguesa.

A propósito da sua origem e significado, Barroso (1947), diz que derivaria da corruptela de *desertão*, ou deserto grande, com a qual os portugueses se referiam as vastas áreas desertas da África equatorial. Já Silva (1950) aborda os vários estudos que buscam elucidar a origem toponímica da palavra. Como o adjetivo latino *sertus* (*um*): entrançado. Dicionários latinos antigos, segundo o autor, registram a palavra *sertum*: coroa de flores, grinalda. Porque estas se faziam de muitas flores e folhas entrelaçadas. *Sertã ou sartão*, da variante latina *sertanum*, podia ser também, segundo o mesmo autor, uma região portuguesa antiga da Beira Baixa, ao Norte do Tejo, a qual os portugueses se referiam como região afastada do mar e que depois teriam utilizado a expressão ao se referirem às regiões afastadas da costa nas colônias. *Sertã* era, pois, um povoado; e *sertão* – ou *sartaão* como escreveu Vaz de Caminha – o primitivo terreno. Afastado do mar, onde o povoado se assentou.

Independente, porém, das variantes ocorridas ao longo dos séculos no significante, escrito ou falado, quer seja *sartaão*, como o antigo de Vaz de Caminha, *çartão*, *certam*, *certão* ou *sertão* (TELES, 2009, p. 72), fato é que o sertão incorporou-se como um patrimônio geográfico tanto tangível quanto intangível

⁹⁵ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. 3. ed. Trad. e notas Sérgio Milliet, seg. ed. Paul Gaffarel. Colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas Plínio Ayrosa. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960. (Coleção Biblioteca Histórica Brasileira).

brasileiro: o “deserto de mestiços” da literatura dos viajantes do século XIX, como afirma Miranda (2009).

Quer seja também como uma potencialidade paisagística num domínio específico da natureza – *as caatingas: domínio dos sertões secos* – como afirma Ab’Sáber (2003); ou o “outro geográfico” como denomina Moraes (2003); ou o lugar “onde manda quem é forte, com as astúcias” como disse Riobaldo, o herói sertanejo de Guimarães Rosa (1994) em Grande Sertão Veredas; ou o lugar onde “a civilização avançará, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” como disse Euclydes da Cunha (1940) em Os Sertões; ou ainda o lugar das “terras virgens, onde o selvagem é um obstáculo” como afirmou Couto de Magalhães (1876), penetrou de tal forma na cultura brasileira – na música, nas artes, na literatura, nas trovas e contos populares, nas lendas e contos interioranos, etc. – que como afirmou o mesmo Riobaldo: *o sertão está em toda a parte*.

Seria, num certo sentido, quase impossível falar das entradas e bandeiras do Dezenove no Paraná, feitas por J. H. Elliott, J. F. Lopes e patrocinadas pelo Barão de Antonina, sem também abordar os sertões. O sertão ainda estava materialmente presente no período e o objetivo delas era ainda domesticar e possear essas vastidões de *terras incultas*. Nos relatos de J. H. Elliott a toponímia está constantemente presente. Na terceira entrada, por exemplo, realizada para possear os Campos do Inhonhô em 1846, escreveu que “[...] nesta ocasião tornaram a queimar o campo, mas por causa de ser pequeno (tendo apenas uma legua de comprido e menos de uma de largura, dependente de atravessar nove leguas de **sertão inculto**), deu-lhe pouca importância [...]”. (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 157, grifo nosso). Já em outra das bandeiras, a quinta realizada em 1847, relatou:

A descoberta das campinas de S. Jeronimo tinha despertado a ambição de algumas pessoas que moravam visinhas a este **sertão**, as quaes entrando pelo lado de Cachambú (treze leguas E.N.O da villa de Castro) fizeram explorações ás ditas campinas [...]. (ELLIOTT, 1847/1870, p. 159, grifo nosso).

Os sertões do Paraná estavam ainda presentes no território paranaense no Oitocentos. Nos primeiros séculos da colônia, especialmente no XVII e no XVIII, com Paranaguá como cabeça de comarca, todos os sertões no planalto acima da serra eram também referidos como Sertão de Paranaguá. Depois esses sertões e as partes mais interioranas receberam também a denominação de Sertão de

fugidios nos quilombos e neobrasileiros pobres vivendo em pequenas propriedades agregadas aos latifúndios, eram comumente chamadas de sertões – nas representações e narrativas colonizadoras “vazios demográficos”. Paisagens belas, mas rudes, e lugares de incivilização. Sertões incultos como os denominavam J. H. Elliott.

5 EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS E PAISAGENS VIVENCIADAS

Você sabe, eu tinha visto aquelas montanhas altas tantas vezes de bordo do navio, que comecei a ficar curioso de saber o que existia detrás delas e por isso resolvi ir ver.

John Henry Elliott, 1874.⁹⁶

E a partir, portanto, da década de 1840 já iniciam em nome do Barão de Antonina J. H. Elliott, e aquele que será seu companheiro inseparável nas empreitadas, J. F. Lopes, as explorações geográficas definitivas do território paranaense e das províncias circunvizinhas, em razão do grande projeto do barão de realizar as entradas e aberturas de caminhos fluviais e terrestres, denominado de maneira geral como *Via de Comunicação Entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo Paraguay* através do território do Paraná.

Ao barão e ao Império do Brasil – sob o projeto de expansão e integração de D. Pedro II –, no contexto das ideias geopolíticas defendidas no IHGB, eram ainda prementes o conhecimento da terra e dos homens para a construção nacional e, nesse contexto, a civilização dos indígenas e dos sertões era fundamental. O período, porém, em meio à década de 1840, trazia algumas mudanças no Segundo Reinado e entre elas o reordenamento agrário da nação. Embora tivesse sido extinto em 1821, com a criação das províncias, o sistema das capitanias hereditárias e das sesmarias deixou uma herança trágica para o Brasil: altíssima concentração de terras e a propriedade por herança ou apadrinhamento. Mesmo que em 1759 a transmissão por hereditariedade tenha sido abolida pelo Marques de Pombal, o processo político e cultural se mantinha com grandes extensões de terra em mãos de poucas famílias e empresas coloniais. O barão, portanto, muito próximo e atuante como político do Império certamente acompanhava de perto as mudanças que se processavam e que viriam se consolidar com a Lei de Terras de 1850.

Ademais, as questões de fronteira eram preocupações constantes do Império, principalmente em relação à República do Paraguai no cenário geopolítico

⁹⁶ BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil meridional**: a Província do Paraná – três anos em suas florestas e campos (1872/1875). Rio de Janeiro/Curitiba: Livraria José Olympio Editora e Universidade Federal do Paraná, 1974, p. 380.

do Cone-sul. O Paraguai, que entre 1846 e 1849 já terá à frente do seu exército o jovem general, de não mais de 18 anos, Francisco Solano López – filho do ditador Carlos Antonio López e que já havia se destacado nesse período nos combates travados contra os argentinos de Juan Manuel de Rosas – representava um perigo geopolítico para as preocupações brasileiras de manutenção das fronteiras e hegemonia regional. A geopolítica dos caminhos, das vias de acesso a lugares longínquos e a colonização moderna é que, no contexto do período, garantiriam uma nação territorialmente indivisível e forte. Na formação da nação brasileira do período, primeiro se formou e se assegurou o território e somente depois se foi dar conta do povo.

São incertas as circunstâncias de como o Barão de Antonina contratou os serviços de J. H. Elliott e J. F. Lopes para a realização de seus empreendimentos sertanistas. No que diz respeito ao sertanista, este já devia ser bastante conhecido, pois vinha uma importante casta de exploradores dos sertões. Quanto à sua história precedente não existem muitas informações. As fontes documentais, porém, têm demonstrado que antes mesmo de empregar-se com o barão e participar dessas entradas em companhia do viajante-artista já era, portanto, um experiente explorador dos sertões. Nascido, segundo aponta por enquanto parte da documentação existente, em Minas Gerais, na localidade de Piumhi, então distrito de São Roque de Minas, em 1805, vinha de uma família de “mateiros” e exploradores dos sertões. Cujos serviços eram frequentemente contratados para entradas e bandeiras por essas regiões do interior do Império do Brasil.

Taunay (1874) nos informa que seria seu irmão o afamado “Guia Lopes”, José Francisco Lopes, famoso batedor do exército brasileiro na Guerra do Paraguai⁹⁷. Diz o cronista que este após ter sua família sequestrada por tropas paraguaias em 1864, quando da invasão dos paraguaios ao Mato Grosso, alistou-se às tropas brasileiras e participou da incursão à região mato-grossense de Coxim e Miranda, nos limites do território, no coração fronteiriço Mato Grosso do Sul e Paraguai em 1867 – região esta atingidas pelas entradas de seu irmão e o viajante-artista na década de 1840. O avanço foi um completo fracasso, segundo o cronista, e atormentado pela fome e doenças os brasileiros tiveram que bater em retirada,

⁹⁷ Ver: BIGG-WITHER, op. cit., p. 382.

fugindo das forças paraguaias. Guiados por Lopes, as divisões brasileiras se retiraram da região então paraguaia de Laguna, hoje o município brasileiro de Bela Vista, acossados pelo ataque cerrado dos inimigos.

Grande parte desta documentação dá como data de nascimento de José, o Guia Lopes, o ano de 1811, e de Joaquim, o companheiro inseparável de J. H. Elliott, 1805. Portanto, ao que tudo indica era Joaquim Francisco Lopes o irmão mais velho. Tinham os dois ainda outro irmão de nome Gabriel Francisco Lopes, que participou com Joaquim de muitas bandeiras pelo Mato Grosso. Já em 1829, ainda muito jovem J. F. Lopes teria organizado uma de suas primeiras bandeiras pelo Sertão do Paranaíba. Em 1830, 1831 e 1835 conduziria outras bandeiras de exploração dos sertões do Mato Grosso⁹⁸.

Pela documentação consultada realizou J. F. Lopes, depois, em 1836, a abertura de um caminho por ordem do governo provincial mato-grossense de Paranaíba a Miranda. E em 1837, sob os auspícios do presidente da Província do Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, montou outra expedição que tinha como objetivo abrir uma picada por dentro do sertão de Santana do Paranaíba até o Forte de Miranda e estendê-la da Província do Mato Grosso, cruzando o Rio Paraná até a Vila de Piracicaba. Chegando à vila, deveria entregar um ofício ao juiz de paz local e refazer a picada no retorno, mapeando-a. E, por fim, dando o relato das condições da via ao governo da província. J. F. Lopes, pelas fontes consultadas, cumpriu diligentemente essas ordens designadas, realizando esta bandeira entre março e abril de 1837 a janeiro de 1838⁹⁹.

Quando, portanto, empregou-se com o barão e começou a trabalhar com J. H. Elliott já era um guia e explorador experiente e, seguramente, em virtude de suas bandeiras anteriores pelos sertões do Mato Grosso e São Paulo, um grande conhecedor das vias de acesso para o Oeste – especificamente a região do Baixo Paraguai. É crível, por conseguinte, que fora empregado pelo barão para trabalhar com o viajante-artista justamente por causa desse conhecimento e a capacidade que possuía de levar a efeito os projetos das entradas e bandeiras antoninenses.

⁹⁸ Ver: As Derrotas de Joaquim Francisco Lopes, **IHG-MS**, 2007, Introdução e atualização de Hildebrando Campestrini.

⁹⁹ Edição dos “mapas” originais (relatos) de Joaquim Francisco Lopes no Boletim do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, 1943.

Depois de empregado com o barão, realizariam os exploradores as inúmeras entradas de reconhecimento e conquista territorial, mapeamento dos sertões, aberturas das vias terrestres e fluviais, chegando aos domínios do Baixo Paraguai, conforme o grande o objetivo traçado. E neste contexto também o estabelecimento das colônias militares e os aldeamentos indígenas. Embora já iniciem incursões para os sertões do Paraná desde 1844; entre 1845 e 1847 realizaram J. H. Elliott e J. F. Lopes em torno de seis entradas principais, somadas a demais explorações ocasionais. Cujos relatos, em geral, passaram a ser feitos pelo viajante-artista na condição de piloto e mapista. Os relatos, ou mapas como então chamados, eram devidamente apresentados pelo barão ao IHGB, como membro ativo que era do instituto nacional.

Quando, por fim, da instalação dos aldeamentos indígenas nas províncias brasileiras, especialmente nas Províncias do Paraná e Mato Grosso através de Regulamento de 25 de abril de 1857, J. F. Lopes foi nomeado para a direção do Aldeamento de São Jerônimo de Jataí, criado por Aviso Imperial de 27 de junho de 1859. Onde também se estabeleceria também como piloto e mapista J. H. Elliott. O aldeamento e as suas lidas diárias marcariam grande parte do restante da biografia de J. F. Lopes. Quando então será demitido do cargo de diretor em 09 de outubro de 1867, conforme ofício do Ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas, ao vice-presidente da Província do Paraná Carlos Augusto Ferraz de Abreu, que o destitui e nomeou em seu lugar o capuchinho Frei Luiz de Cimitile¹⁰⁰. Os momentos finais da vida de J. F. Lopes foram vividos em grande pobreza e a data exata da sua morte ainda necessita ser mais bem precisada. Uma pequena nota com o título *Sertanejo* foi assim publicada na Revista Trimestral do IHGB, Tomo LI, ano de 1888:

No dia 8 de maio de 1874, na Vila de Jatuhi, Paraná, segundo escrevem dali, faleceu o cidadão Joaquim Francisco Lopes, na idade de 78 annos. Era casado em terceiras nupcias, deixando viuva e seis filhos de menor idade, sendo a mais moça de dous annos. A sua prole eleva-se a 22 filhos. Joaquim Francisco Lopes foi o sertanejo, que no tempo do finado barão de Antonina abriu, acompanhado do engenheiro João Henrique Elliot, este sertão, e fez exploração de todo este terreno até o

¹⁰⁰ Fontes podem ser encontradas no Arquivo Público do Paraná, especificamente nos Catálogos Referentes aos Indígenas do Paraná Provincial (1853-1870) e (1870-1889). Documentação primária conservadas em rolos de microfilme e disponíveis para cópia, conforme regulamentação do APP.

Mato Grosso. Prestou, durante a vida, relevantes serviços a pátria. Vivia ultimamente entregue aos seus minguados recursos e esquecido de todos, morrendo em extrema pobreza. Nasceu a 7 de setembro de 1805. Era filho de Piumhi em Minas Gerais. *7 de janeiro de 1884.*

Uma melhor análise desta nota do IHGB, porém, percebe-se que alguma coisa está equivocada. Os números não conferem. Se se considerar que J. F. Lopes nasceu em 1805 e como diz a nota fúnebre morreu em 1874, não poderia contar nesse momento com 78 anos; como diz também o texto. Deveria estar sim, a julgar pelos dados apresentados, com 69 anos de idade. Porém, nos documentos do Arquivo Público do Paraná, no entanto, consta no conjunto de fontes de várias comunicações enviadas a destinatários na capital da província um ofício do Chefe de Polícia da Província do Paraná, Luis Barreto Correa de Menezes, ao presidente da província, Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, comunicando que J. F. Lopes, num ato impensado, havia incendiado a casa de um morador da região por este requerer pagamento por alegar ter trabalhado no extinto Aldeamento de São Thomaz de Papanduva, outrora dirigido também pelo sertanejo. O ofício é datado de dezembro de 1879. Portanto, não procede a informação de falecimento de morte do explorador em 1874. Em 1879, porém, ainda estava vivo, cinco anos depois da alegada data de morte.

Quanto às entradas e bandeiras, ao se embrenharem em definitivo os dois pelos sertões quando da execução das determinações do barão, suas realizações modificaram por completo a paisagem do território do Paraná, com o projeto de exploração em áreas ainda não modernamente mapeadas e delimitadas. Ao adentrarem pelos rios, abrindo vias fluviais, envolvendo-se com os povos indígenas e ferrenhamente trabalhando sob os interesses do Império no território, J. H. Elliott e J. F. Lopes foram protagonistas, enfim, de uma saga moderna em terras paranaenses.

5.1 ENTRADAS E BANDEIRAS DE J.H.ELLIOTT E J.F.LOPES

A partir de 1844 J. H. Elliott e J. F. Lopes protagonizaram, por conseguinte, as suas destemidas, aventureiras e impressionantes entradas e bandeiras – ou

entradas e derrotas – pelos sertões. O manuscrito intitulado *Itinerario*¹⁰¹ oferecido ao IHGB pelo Sr. João da Silva Machado que relata seis das principais entradas e bandeiras, mapeadas e relatadas pelo viajante-artista, traz o seguinte cabeçalho:

Itinerário. Das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na provincia do Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. (ELLIOTT, RTHG/IHGB, 1870, p. 153-177).

O documento relata as seis entradas principais, apesar das incursões a partir de 1844, com a primeira grande entrada do projeto de exploração geográfica definitivo do barão sendo realizada em 1845. Existindo ainda outra grande bandeira realizada entre 1848 e 1849, mas cujo relato foi feito por J. F. Lopes e não J. H. Elliott¹⁰². Após esta primeira fase das explorações muitas outras ainda foram realizadas nas décadas de 1850 e 1860, quando então ambos já estavam estabelecidos nos aldeamentos, mais especificamente no Aldeamento de São Jerônimo. Embora, essas primeiras, tenham sido realizadas não só pelo território do Paraná, mas pelo Mato Grosso, São Paulo e outras províncias, e possivelmente para países vizinhos, elas tinham como um objetivo geopolítico inicial descobrir uma via de comunicação entre o porto da *Villa de Antonina* e o *Baixo Paraguay*. Isto é bastante significativo, pois reforça a grande necessidade que se tinha à época de interligar a nação, tanto em razão de questões socioeconômicas como estratégicas. E o porto da Villa de Antonina, então ainda na Província de São Paulo, era um dos importantes portos do Império. Ao consultar-se o primeiro relatório do presidente da Província do Paraná em 1854 – nesse momento quando já era independente de São Paulo – pode-se verificar a importância que tinham os portos de Antonina e Paranaguá na economia nacional.

A *Primeira Entrada e Bandeira* (MAPA 1), portanto, relatada tem início em suas preparações em 16 de agosto de 1845, partindo do Rio Verde – planejada a partir da Fazenda Peritua do barão. O itinerário de em torno de 200 léguas¹⁰³ foi

¹⁰¹ In: ELLIOTT, J. H. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. IHGB, RJ, tomo X, 2. ed., 1870.

¹⁰² In: LOPES, J. F. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. IHGB, RJ, tomo XIII, 2. ed., p. 315-335, 1872.

¹⁰³ Uma légua brasileira antiga equivalia a 6,6 quilômetros.

PARANÁ EM 1847
5ª COMARCA DE SÃO PAULO

ENTRADAS E BANDEIRAS DE
JOHN HENRY ELLIOTT, JOAQUIM FRANCISCO LOPES
Sob as ordens do Barão de Antonina
(1844 - 1847)

ESCALA APROX. 1:2.000.000

0 20 40 60 km

FONTE: PARELLADA & CARVALHO (2009), PARELLADA (1992), CENSO DO IUPERQUÊ (1992), BRACCIO (1981), CHMZYK (1996), GLASI (1963), ECKHART (1943-1949). ADAPTADO DE J. F. MERCER (1978).

LEGENDA:

- VILAS DE PROVEDIÇÃO
- ▲ CÍRCULOS ESPANHÓIS (SÉC. XVI)
- EDIFICAÇÕES JESUÍTICAS (1610 - 1632)
- FAZENDAS

→ J.H.E. e J.F.L.
→ B. - Agosto/Dezembro-1845

NOTA: REVISTA TRIMESTRAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO SINC
TOMO IV - 29 DEZ. 46 - 1847
TOMO X - 4 DE JULHO - 1849

EL CARVALHO - 2015

FONTE: O autor, adaptado de Parellada & Carvalho et al. (2009).

Uma publicação suplementar da revista do IHGB também relata especificamente esta primeira grande bandeira, cuja finalidade principal determinada pelo barão era dar início ao reconhecimento geográfico do território pelas imediações dos campos dos Kaingang do Cacique Inhonhô nas imediações do Rio Tibagi e, além disso, fazer varreduras ao longo do Paranapanema de do Ivaí¹⁰⁴. Esta seria a primeira grande exploração de reconhecimento das paisagens ao longo dos

¹⁰⁴ In: ELLIOTT, J. H. **Revista Trimestral de Historia e Geographia**. IHBG, RJ, tomo IX, 2. ed. p. 17-42, 1869.

grandes rios para o estabelecimento de uma via de comunicação e posicionamento dos marcos iniciais de domínio e posseamento nos sertões paranaenses.

J. H. Elliott relata que em 20 de agosto chegou o barão, em companhia de três missionários capuchinhos que o acompanhavam, ao alojamento que haviam montado perto do Rio Verde, onde existia uma aldeia de indígenas situada à margem esquerda do rio e que viviam sob a sua proteção. O viajante-artista relata que tão importante era a presença do barão junto aos indígenas que esses lhe prepararam uma recepção calorosa com uma “casa ornada com ramos, flores silvestres e jerivás, e enfeitando-se com turbantes e penachos de lindas penas, apresentaram muitos passaros domesticados; mostrando d’es’arte grande prazer pela presença de seus hospedes, principalmente de seu bemfeitor, a quem parecem amar em extremo” (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 18). Após esta recepção, relata ainda que o barão distribuiu entre os indígenas, para grande alegria destes, aguardente, fumo, rapadura, sal, roupas e missangas. Pelas descrições do viajante-artista o barão era muito respeitado pelos indígenas que já há muito buscavam sua proteção e nas aldeias situadas nas imediações da Vila de Itapeva e dos rios Verde e Itararé estes já viviam sob o beneplácito e a “caridade” do nobre.

Depois de levantada uma cruz na aldeia pelos capuchinhos, a expedição tomou rumo e entre os dias 23 e 29 de agosto já adentrou pelos rios Verde e Itararé chegando à foz deste último com o Paranapanema. A partir do imenso Paranapanema a exploração então seguiu em direção Oeste buscando traçar a via fluvial através do grande rio, que mais tarde após o imenso trabalho do viajante-artista e do sertanista, seria a fronteira norte da Província do Paraná. Ao adentrar nos domínios paisagísticos do grande rio em 31 de agosto e nos primeiros dias de setembro (entre dia 1 e 5) chegaram e transpuseram a então Cachoeira do Crystal, onde também encontraram panelas de barro deixadas pelos “bugres”, como cita no relato. A beleza e a dificuldade em transpor essa região do rio encantou J. H. Elliott, em cujo relato ali diz terem encontrado inúmeras pedras de formação diferenciada como “crystal, cornalinas (sic), pingos d’água, e outras pedras de formação singular” (ELLIOTT, 1869 [1845], p.20). A riqueza da paisagem e das águas foi descrita em seu relato, inclusive a abundância de peixes Dourado que encontraram na região:

Era tanta a abundancia de dourados, e tão grande a sua voracidade, que pegavam em anzoos iscados com trapos. Pelas 10 horas da manhã seguimos por corredeiras e cachoeiras, e por entre ilhas, das quaes uma tinha seis braços de comprimento, contendo em si grande abundancia de Gonçalo-alves, e o rio alargava-se cem braços. As 5 horas pousámos com quatro leguas de marcha a rumo geral de O.S.O. (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 21).

Sempre e ao mesmo tempo tirando suas *Vistas*, aquarelas, muitas vezes feitas no transcurso da exploração, outras tiradas em outros momentos ou mesmo em retornos posteriores, o viajante-artista aqui produziu suas primeiras representações da paisagem paranaense. Já no processo de ressignificação da paisagem rebatizando o complexo de cachoeira como Cachoeira dos Dourados, em função da grande quantidade e fartura deste peixe que ali encontraram (FIGURAS 20 e 21).

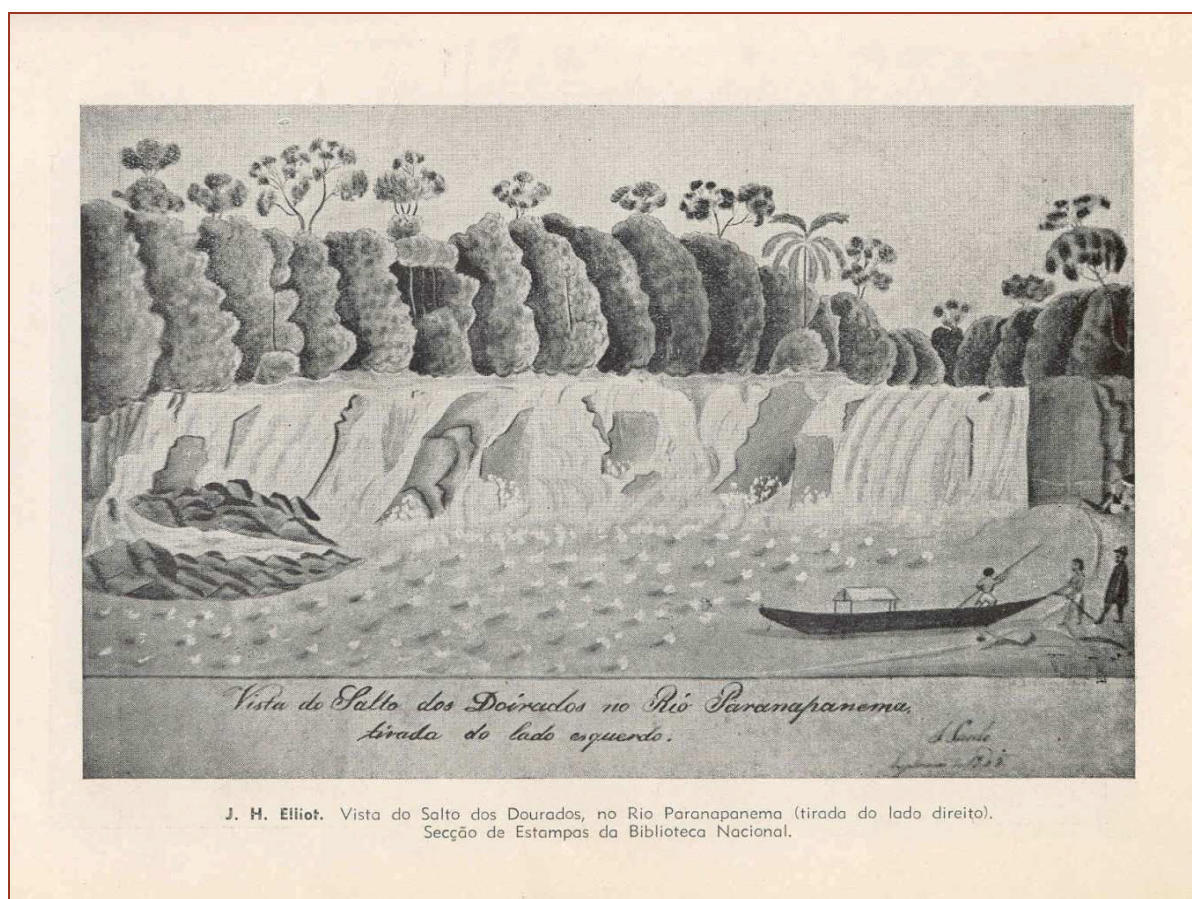
FIGURA 20: ELLIOTT, J. H. CACHOEIRA DOS DOURADOS, 1855. AQUARELA.



FONTE: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE-PR (1982).

Nas aquarelas, inclusive, é possível ver que o artista busca reproduzir na paisagem estes peixes na tentativa de subir a cachoeira, provavelmente para desovas. Em geral uma destas aquarelas tem sido datada pelos pesquisadores de 1855, podendo ser, é claro, que a tenha produzido posteriormente, ou haja um equívoco na datação e o viajante-artista já a tenha esboçado nesta primeira entrada. O fato é que ao longo das explorações o viajante-artista vai produzindo as primeiras e mais significativas iconografias – seus relatos, mapas e aquarelas – do território do Paraná já em ressignificação e construção.

FIGURA 21: ELLIOTT, J. H. VISTA DO SALTO DOS DOURADOS NO RIO PARANAPANEMA. DESENHO AQUARELADO.



FONTE: CARNEIRO, Newton. Iconografia paranaense: anterior à fotografia. Curitiba: Impressora Paranaense (1950).

Navegando pelo Paranapanema a bandeira do viajante-artista e do sertanejo chegam à barra do Rio Cinzas em 9 de setembro; rio este que também era de grande importância para os mapeamentos de J. H. Elliott, pois os objetivos eram, além de circundar o grande Rio Paranapanema, mapear todos os grandes afluentes da bacia do Tibagi. Já que o Tibagi e o Congonhas serviriam de portos para

bandeiras que iriam para o Mato Grosso ou explorar mais internamente o território. Na descrição destas paisagens são salientes os relatos sobre a vivacidade das águas, a existência de grandes corredeiras e cachoeiras e os domínios das matas em geral sempre cerradas margeando as águas.

Era um território ainda não largamente explorado e somente conhecido em sua grande parte pelos indígenas e ou habitantes dos sertões longínquos. Depois de quase quinze dias navegando e traçando vias a bandeira chega à foz do Tibagi com o Paranapanema, cumprindo um dos seus primeiros objetivos. Neste momento da exploração, quando da parada em uma pequena ilha do rio para descanso, relata J. H. Elliott que dois indígenas que faziam parte da expedição fugiram em meio às matas: “D’aqui fugiram dois camaradas índios, em cuja procura voltámos já noite à ilha. Falhámos n’esta ilha; capturamos os fugidos, que foram severamente repreendidos”. (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 23).

No início do relato desta primeira bandeira J. H. Elliott cita a presença de cerca de 19 componentes. Nem todos embarcaram para a empreitada, mas o que fica evidenciado é que era composta além da liderança do viajante-artista e de J. F. Lopes, e alguns fazendeiros que também participavam das explorações, também de indígenas e outros brasileiros e que eram estes de fato os grandes conhecedores dos territórios nos quais os exploradores penetravam. O indígena, especialmente, era o grande conhecedor das paisagens e ao monitorar e direcionar os exploradores passava seu conhecimento para o domínio futuro do território.

No Tibagi outra curiosa situação é relatada pelo piloto e mapista norte-americano, diz ele que enquanto a expedição seguiu mais lentamente com J. F. Lopes adentrou pela margem esquerda do Tibagi à procura das ruínas da Redução de S. Xavier (sem dúvida a Redução, ou Missão, de São Francisco Xavier) que, segundo seus próprios apontamentos, existira nessa margem a uma légua e meia de distância da foz do rio¹⁰⁵. Queria situá-la nos seus mapeamentos, pois eram famosas as histórias e as lendas; contadas, sobretudo, pelos indígenas sobre as

¹⁰⁵ A geo-historiografia em geral também utiliza o conceito de *Missão* para as governanças políticas e religiosas espanholas da região no período. No entanto, no trabalho utilizamos o conceito de *Redução*, como assim é inicialmente descrito nas leis reais espanholas do século XVI. Para isso ver: **Recopilacion de las leyes de lo Reino de las Indias**: mandadas imprimir y publicar por la magestad católica del Rey Dom Carlos II nuestro señor. Tomo I, 5. ed. Madrid: Boix Editor, 1841.

reduções espanholas no antigo território do Guairá que neste momento há séculos haviam sido destruídas pelas bandeiras dos “mamelucos” paulistas.

A paisagem aqui, portanto, é portadora como demonstra Cosgrove (1998) de muitas representações, em razão das diversas ocupações humanas e dos mais diversos usos da paisagem. Outrora grande parte do território fora totalmente indígena, depois em sua porção Oeste dominado pelos espanhóis e ali estabelecidas as reduções indígenas comandadas pelos padres jesuítas, após seriam essas destruídas pelas constantes invasões das primeiras grandes entradas de bandeiras dos séculos XVI e XVII. E naquele momento pelas entradas e bandeiras tardias do XIX, com o concurso do grande projeto colonialista do barão e a catequese agora dos capuchinhos. Cada uma destas ocupações deixando seus mais diversos vestígios na paisagem e suas próprias representações simbólicas.

J. H. Elliott, por fim, com uma escolta de quatro homens procurou sem sucesso os vestígios da antiga redução, restando somente continuar a jornada. No caminho encontraram muitos sinais de “bugres”, como sempre cita no relato, e no dia 26 de setembro depois já de longa exploração do Paranapanema chegam à barra do rio Pirapó. Onde lembra o viajante-artista existiu também a importante redução de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó. O viajante-artista se surpreende por haverem muito poucos resquícios destas antigas e afamadas reduções de Loreto e Santo Inácio (Santo Inácio Mini), esta última situada na foz do rio Santo Inácio em sua confluência mais a montante com o Paranapanema.

Nos primeiros dias de outubro de 1845 chegaram enfim a embocadura do Paranapanema com o Rio Paraná e entraram por ele, neste ponto da paisagem o narrador se vê extasiado com a exuberância da natureza, diz J. H. Elliott que “entrámos no Paraná, rodando em vista de muitas ilhas grandes e pequenas cobertas de relva e poderosas arvores, entre as quais havia jaboticabas, jatobás, jenipapos, guavirovas, e de outras fructas saborosas; muitos passaros, como mutuns, jaós, patos, ganços, marrecos, socós, anhumas e enormes tuiins”. (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 27). O viajante-artista em todos os momentos dos seus relatos se mostra um explorador interessado nos aspectos cênicos das paisagens, seu texto longe de somente relatar ao barão as atividades e procedimentos técnicos da exploração, com a tomada de medidas, mapeamentos e estabelecimento das vias, mostra interesse nos aspectos históricos ligados ao território, descreve a

potência dos grandes rios e a riqueza da flora e fauna. Seus relatos permitem reconstituir as potências cênicas da paisagem e penetrar no universo pretérito da história e dos simbolismos a ela atribuídos através do registro iconográfico. O espírito de marinheiro, aventureiro, artístico e de viajante de J. H. Elliott nunca o abandonou desde sua chegada ao Brasil ao Rio de Janeiro ainda muito jovem.

No dia 7 de outubro deste ano chega a bandeira à barra do Rio Ivaí e os exploradores entram pelo rio. Neste momento da exploração, a bandeira já há quase dois meses em marcha de exploração havia vencido todo o trajeto em sentido da jusante do Paranapanema, descido o grande Paraná e começava, portanto, a retornar para o Leste, porém com o trajeto agora pelo interior do território, margeando o Ivaí. No percurso do Ivaí relata J. H. Elliott que começaram a encontrar muitos vestígios de “bugres”. No dia 21 em marcha observou: “Sahimos as 7 horas da manhã, viram-se ranchos, flechas velhas, e outros objetos de pouco deixado pelos Bugres; pousámos pelas 10 horas da manhã junto á barra de um arroio, que denominamos Ribeirão-fundo, com meia legua de marcha a rumo geral S. E.” (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 30).

Os exploradores, portanto, vão palmilhando o território, ressignificando e nominando rios e outras formações geográficas. No dia 28 encontraram, por fim, um conjunto de aldeias maiores de indígenas recentemente abandonadas, provavelmente em razão da presença dos exploradores, pois certamente esses já os observavam e os acompanhavam acobertados nas matas:

Seguimos ás 8 horas da manhã; ás 2 da tarde vimos no lado esquerdo do rio um trilho, e a poucas braças da barranca tres grandes ranchos, tres menores, e outros pequenos com pissamas, cuias, pequenos pilões, e diversas outros utensílios deixados por cerca de duzentos e cincoenta Bugres (a julgar-se pela palha do palmito que servia de cama); então cimos alguns pés de milho e morangos, nascidos ao acaso havia poucas semanas. Pelo fabrico encontrado nos ranchos, julgámos serem Coroados ou Dorins, que em grupos por aqui fazem caçadas e pescarias durante o inverno, e se retiram a seus alojamentos com a entrada do calor [...]. (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 31).

Durante a noite desse dia após a avistada dos ranchos indígenas o viajante-artista relata que rondaram a noite inteira o acampamento dois “tigres” fêmeas com um séquito de filhotes, espreitando e urrando noite adentro; e deixando

em alerta todos no acampamento. No dia 7 de novembro de 1845 chegou a exploração à barra do Rio Corumbataí. Como um dos objetivos de J. H. Elliott era também encontrar e mapear as ruínas das antigas reduções, se detiveram por mais de uma semana acampados nas imediações do Ivaí com o Corumbataí, procurando vestígios da antiga povoação espanhola de Vila Rica do Espírito Santo. Por várias vezes, cita o cronista, além das explorações pelos sertões adjacentes, desceram as margens o rio procurando resquícios da povoação, no entanto sem sucesso. Porém, nessa região passaram a encontrar novamente vestígios deixados pelos indígenas.

Continuaram, porém, fazendo varreduras com explorações nas imediações do Corumbataí e no dia 19 finalmente encontraram com os “bugres”. O encontro se dá de maneira surpreendente, pois narra J. H. Elliott que os indígenas foram surpreendidos em um pequeno acampamento pelos exploradores e, inicialmente acuados e muito assustados, levaram um tempo para acomodarem-se com as boas intenções do grupo. Do encontro e das primeiras tratativas narrou o viajante-artista:

Seguimos cedo, e navegando em um quarto de legua, vimos fumaça a poucas braças da barranca esquerda, fronteando a qual os Srs. Vergueiro, Lopes e um camarada saltaram em terra desarmados e munidos de missangas; seguindo trilhos ouviram vozes e bem depressa avistaram porção de Bugres em um limpado, rodeando o fogo, com uma enorme panella de palmitos, muitos jacús, e porcos mortos ao pé, sem ser percebidos saltaram, como surgidos da terra, os Srs. Lopes e L. Vergueiro no meio d’esta assembleia, que ficou estupefacta, e cujo instante aproveitaram os invasores para darem a uns e atirarem aos mais distantes missangas de cores e douradas; aparecendo ao mesmo tempo por todos os lados do limpado o restante da nossa gente, que com velocidade do raio, supondo em grave perigo os primeiros corria bem armada. Á esta aparição simultânea sucumbiram os Bugres pelo aspecto das armas e ignorancia do nosso pequeno numero: de joelhos, e levantando as mãos ao céu, patenteavam seu temor, que acolhemos com alegria e abraços, largando as armas de fogo em alguma distancia, cuja acção parecia-lhes conhecida com exageração. Demo-lhes muitos machado, foices, facas, anzóis, missangas, espelhos e outras miudezas. Eram quinze mulheres, muitas crianças de ambos os sexos, e cinco homens, dos quaes um de cabellos todos brancos, conservando em seus movimentos e acções a destreza de um jovem de dezoito anos, gozava as honras de cacique [...]. Todos altos e bem feitos, as mulheres antes bonitas que feias, e uma até mui linda. Os homens trazem o lábio inferior furado, e no orificio botoques de resina com apparencia de fino alambre; tanto os

homens como as mulheres, cobrem com tangas de fibras d'ortiga as que o pudôr manda esconder; por isso e pelo velho querendo fumar e dizer em mão hespanhol *cingarró amigo*, os julgámos *Botocudos*, descendentes das extinctas reduções de jesuitas hespanhoes. (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 35-36).

Esta narrativa do viajante-artista demonstra como o contato com os colonizadores era traumático para esses povos; acossados pelos sertões temiam os homens brancos em razão da memória acumulada das frentes anteriores de contatos, feita por mortes, doenças, preta para a escravidão e catequização forçada.

Na viagem de T. P. Bigg-Wither pelo Paraná, 1872-1875, décadas após as explorações do Barão de Antonina, o engenheiro que também encontrou com esses grupos indígenas discorre em seu relato a sua participação numa “caçada” de bugres, comum entre os brasileiros, ocorrida em companhia do guia da sua expedição, um indígena Caiuá chamado Luco. Depois de capturarem um “Botocudo” no alto de um pinheiro nas imediações do Rio Ivaí, que o engenheiro ao vê-lo admirou-se da figura a sua frente num misto de “espanto e nojo”, mantiveram-no cativo e este levou o grupo da expedição ao rancho de seus irmãos. Lá capturaram cerca de 12 indígenas e os levaram ao acampamento que mantinham próximo da Serra da Ariranha nas proximidades da Colônia Thereza Cristina. Alimentaram-nos por dias e depois os remeteram à própria colônia. No entanto, acometidos pela desinteria morreram todos em razão da doença a caminho da colônia, restando somente uma menina e um menino que mantiveram no acampamento. A menina, porém, dias depois também morreu por causas desconhecidas e enterraram-na numa cova rasa às margens do rio nas cercanias do acampamento. O engenheiro inglês, no entanto, conservou consigo entre as coleções de espécimes e artefatos brasileiros que arregimentava um adorno labial que ganhara do chefe botocudo dias antes¹⁰⁶.

O projeto de esvaziamento, abertura de vias e colonização pelos sertões do Barão de Antonina obteve sucesso certamente porque os exploradores a seu serviço não praticavam a violência explícita com os indígenas; J. H. Elliott, antes, os respeitava e até admirava a vida silvestre e livre que levavam. Por isso que, quando

¹⁰⁶ In: BIGG-WITHER, op. cit., p. 280-312.

das bandeiras futuras que realizará em busca dos indígenas, como a grande empreitada entre os Caiuá nas imediações dos rios Paraná e Paranapanema e regiões do Mato Grosso, em 1852, o viajante-artista obterá enorme sucesso em fazer migrar os esses povos para os aldeamentos do Paraná. Pois esses o respeitavam, assim como ao Barão de Antonina a quem haviam passado a ter como protetor. E quem seriam realmente esses “bugres” afinal relatados pelo viajante-artista como indígenas ressabiados e difíceis de contatar que usavam botoques de resina, diferentemente já dos demais grupos Tupi-guarani e dos Kaingang da região Sul ou da região do Tibagi? Seriam eles possivelmente os Xetá também do tronco Tupi-guarani?¹⁰⁷.

Voltaram no outro dia os exploradores para parlamentar com os indígenas, que J. H. Elliott julgava serem Botocudo ou Dorin, no entanto esses não se encontravam no acampamento. Por sugestão do viajante-artista e de J. F. Lopes deixaram mais presentes para os indígenas e para animá-los e para ajudar a alimentá-los deixaram também como um gesto de boa vontade “uma anta gorda bem amarrada na barranca do rio” (ELLIOTT, 1869 [1845], p. 37). A relação, por conseguinte, que se depreende das páginas da narrativa é que, em que pese terem como projeto desterrar os indígenas dos sertões promovendo o esvaziamento geográfico, levando-os para a catequese nos aldeamentos, as entradas e bandeiras de J. H. Elliott e J. F. Lopes jamais usaram de violência física para com eles; pelo menos é o que se emana das narrativas feitas sobre as essas explorações geográficas.

Durante o restante do mês de novembro a bandeira palmilhou o Ivaí, navegando com as canoas, atravessando-as nos baixios dos rios para as partes mais elevadas das águas e conduzindo-as por terras em regiões de águas turbulentas. Em todos esses momentos o piloto e mapista norte-americano tirava as medidas e calculava as distâncias para efetivar esta via de comunicação fluvial. Em

¹⁰⁷ Os índios Xetá seriam “encontrados somente na década de 1950” nas imediações do Ivaí, próximo a Serra dos Dourados, como grupo isolado e foram registrados em filme pelo cineasta Vladimír Kozák. Se forem, no entanto, esses índios Os Xetá, então J. H. Elliott e sua bandeira terão sido os primeiros modernos a contatá-los já no século XIX antes das expedições sob o comando do SPI e do Museu Paranaense na década de 1950. Ver: PARELLADA, Cláudia Inês. Plumária, peles, lascas e cerume de abelha: diálogos entre arqueologia Gurani e povos Xetá. **Pesquisas, Antropologia**, n. 73, p. 213-234. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2017; e KOZÁK, Vladimír. Os índios Hétá: peixe em lagoa seca. **Boletim do IHGE-PR**, Curitiba, v. 38, p. 11-120, 1981.

princípios de dezembro a exploração deixou o Ivaí e adentrando para o interior do território chegou à barra do Ribeirão da Campina, onde possuíam um rancho para abrigo e todas as boas condições de alojamento, pois neste local já existia uma fazenda aberta com instalações bastante adequadas, também de propriedade do Barão de Antonina. De lá migraram para a região de Campinas Belas e abrigaram-se em outro rancho também em área já pertencente ao barão. Desta região com apenas cinco léguas de marcha chegaram aos Campos do Amparo em casa de um senhor por nome de Aurélio da Costa Portella. E este já os esperava com animais de montaria e suprimentos enviados pelo barão. Entre 16 e 19 de dezembro do ano de 1845 rumaram em direção à fazenda Perituva, onde os recepcionou o Barão de Antonina.

A primeira das bandeiras terminava, portanto, e J. H. Elliott e J. F. Lopes puderam entregar ao nobre todas as informações da exploração. Além do relato do piloto e mapista com as descrições dos fatos da viagem e das paisagens encontradas, constavam as distâncias e pontos mapeados no estabelecimento da primeira grande via fluvial de comunicação pelos sertões do Paraná, em um resumo apenso ao documento produzido pelo viajante-artista¹⁰⁸. Até então, sertões esses, desde os séculos anteriores com as reduções jesuíticas abandonadas, modernamente desconhecidos e não mapeados. Além destas informações produziu também o viajante-artista uma descrição geográfica sucinta, porém bem completa, do Rio Ivaí anexa ao relato remetido pelo barão ao IHGB.

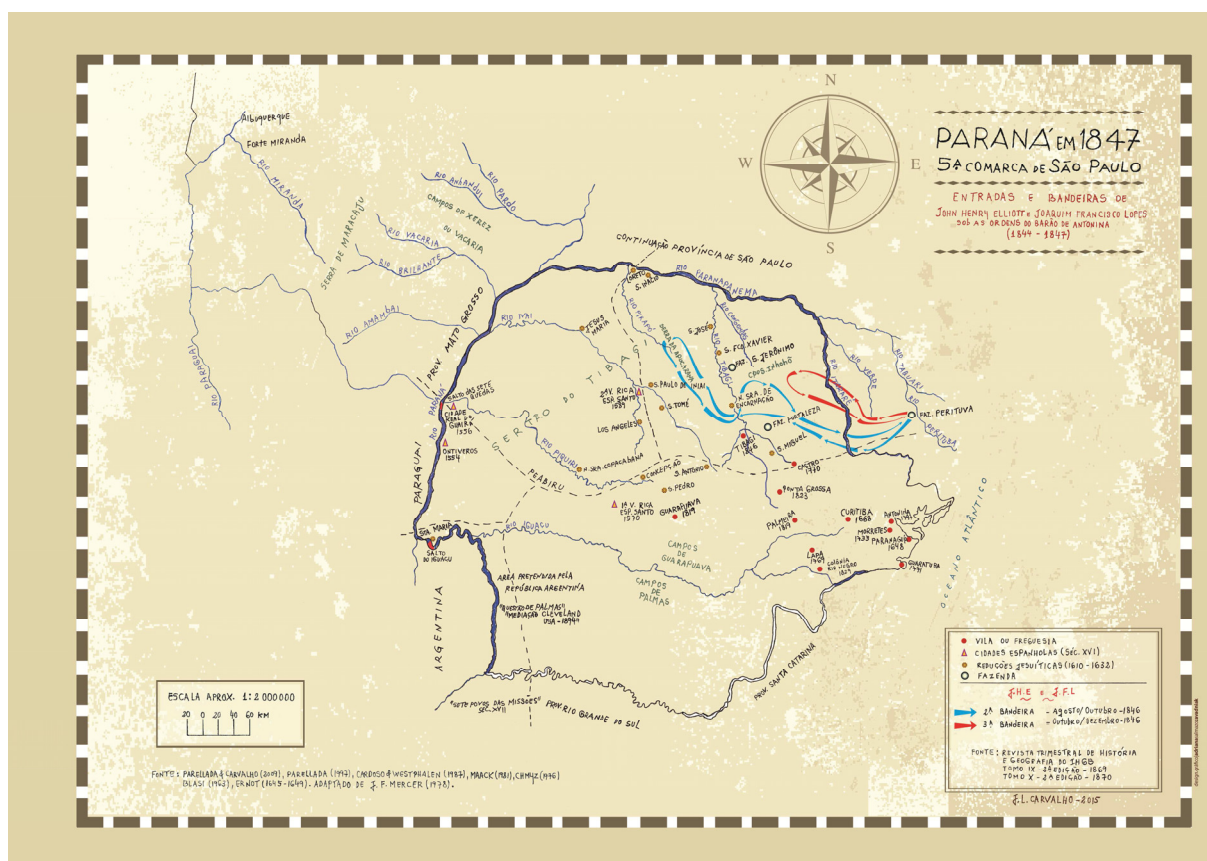
A *Segunda Bandeira* (MAPA 2) tomou empreitada em agosto de 1846 e destacou-se pela exploração da mítica paisagem da Serra da Apucarana. É nesta entrada que o viajante-artista esboçou também em aquarelas duas *Vistas* da imponente serra. A bandeira foi posta em execução, conforme os planos do barão, em agosto de 1846, portanto somente sete meses após a bandeira que percorreu os rios Paranapanema e Ivaí e tinha como objetivo conhecer e mapear os sertões para além do Rio Tibagi, chegando até a Apucarana e no cume desta estabelecer um marco que permitiria reconhecer todo território nos domínios do Tibagi.

Quanto a esses primeiros objetivos J. H. Elliott deixa claro na narrativa de seu relato quando logo após todos os preparativos, ao entrar pela Fazenda de Monte

¹⁰⁸ Pelos cálculos de J. H. Elliott constante do relato, na página 41 da publicação do IHGB, nesta primeira entrada e bandeira os exploradores percorreram em torno de 200 léguas antigas, o que totaliza 1.320 quilômetros.

Alegre do rico fazendeiro Sr. Manoel Ignácio de Canto e Silva, diz: “d’alli demándamos o rio Tibagy com o fim de ir a serra de Apucarana, que azulando a grande distancia, calculou o Sr. barão ser uma sufficiente atalaia (e não se enganou) para reconhecer-se todo sertão circumvizinho”. (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 154). Esta bandeira, portanto, visava mapear e conhecer os sertões bravios do Tibagi e tem especificamente a característica de uma bandeira de posseamento; pois, e isto fica claro na terceira bandeira, tencionavam conhecer a região onde estabeleceria novos domínios posteriores, como a futura fazenda de São Jerônimo que seria traçada pelos explorados nos campos Jê do Tibagi.

MAPA 2: 2ª E 3ª BANDEIRAS (AGOSTO/OUTUBRO E OUTUBRO/DEZEMBRO DE 1846).



FONTE: O autor, adaptado de Parellada & Carvalho et al. (2009).

Depois de chegarem ao Tibagi, em cuja marcha não percorreram muitas léguas, atravessaram-no sempre em rumo O.N.O. conforme os relatos. Nos apontamentos, o viajante-artista informa que depois de vencerem matas cerradas e cumes, inclusive nominando rios, chegaram ao Ribeirão da Fartura, que distava do Tibagi em seis léguas, ou seja, em torno de 39,6 quilômetros. Vencidas essas grandes formações de serranias e de matas cerradas e capoeirões, abrindo uma via

terrestre, avistaram ao longe a serra buscada (FIGURA 22). J. H. Elliott assim narrou:

Descendo uma serra coberta com mato de capoeirão, avistámos pela primeira vez (depois da nossa entrada) á distancia de tres leguas O. N. O. a celebre Apucarana, tão decantada nos aranzeis dos antigos paulistas do decimo setimo seculo, cujo alto cume defendido por enrugados e escarpados rochedos parecia inacessivel. (D'este lugar **tirei uma vista** da serra). (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 154, grifo nosso).

FIGURA 22: ELLIOTT, J. H. SERRA DA APUCARANA, 1846. AQUARELA.

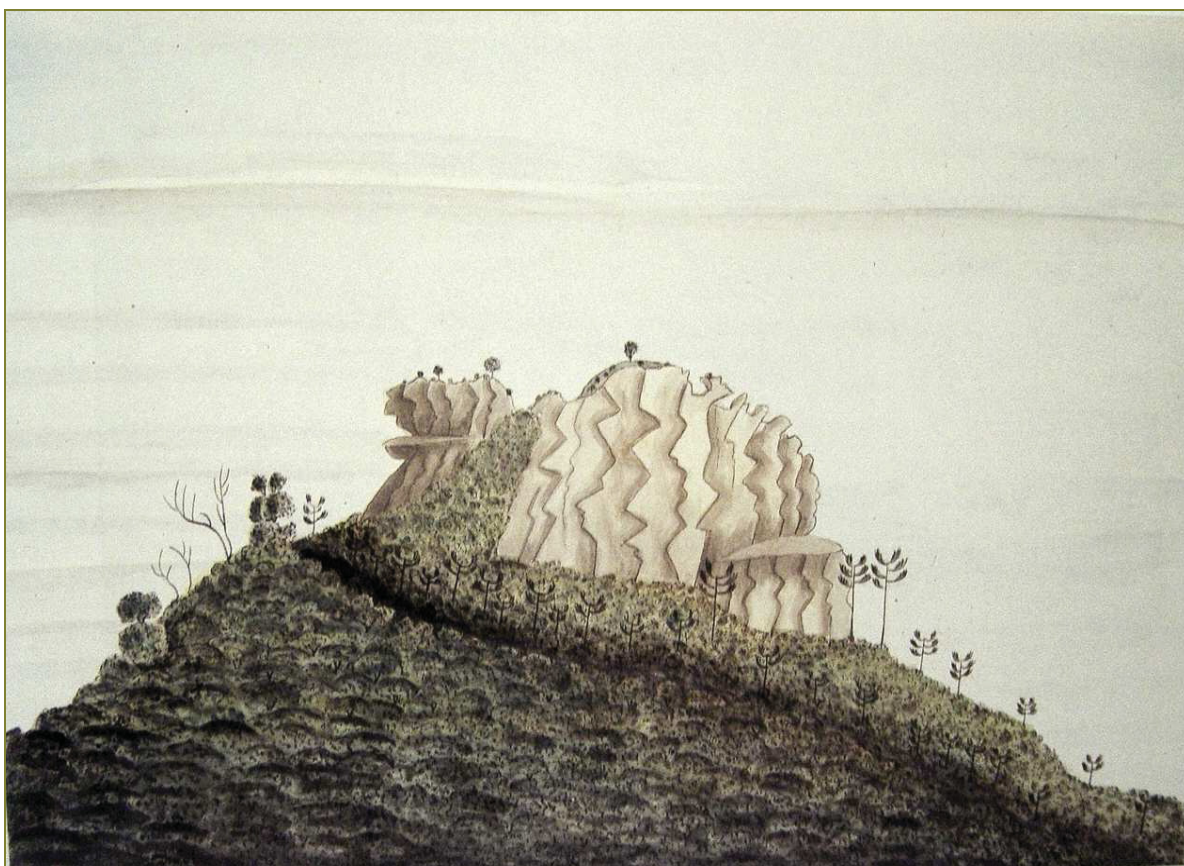


FONTE: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE-PR (1982).

Como tem sido argumentado nesse trabalho o viajante-artista, concomitantemente aos trabalhos de mapeamento e delimitação das vias nos sertões e a produção dos relatos oficiais e dos mapas que deveriam ser entregues ao barão, dedicava-se a esboçar as aquarelas. Neste momento da exploração quando avistaram a serra J. H. Elliott, conforme indicado em seu próprio relato, produziu um dos primeiros registros iconográficos em pintura desta formação

geográfica. Embora já conhecida, e famosa entre os cronistas antigos como também aponta, desde as incursões precedentes pelos sertões das bandeiras paulistas e da penetração de outras frentes de colonização. E decantada pelos antigos viajantes e tropeiros, como fora o Barão de Antonina, como uma referência geográfica no território, a serra seria desta feita especificamente explorada e documentada por uma exploração geográfica colonialista. Das iconografias do viajante-artista são conhecidas duas pinturas retratando a Serra da Apucarana (FIGURA 23).

FIGURA 23: ELLIOTT, J. H. SERRA DA APUCARANA, 1846. AQUARELA.



FONTE: MAPPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Fundação Emílio Odebrecht, Rio de Janeiro (1993).

Na sequência da exploração chegaram em 15 de setembro de 1846, após cerca de um mês de viagem, ao Ribeirão da Apucarana que banha a fralda da serra e deságua no Tibagi logo acima da Serra dos Agudos. Neste momento da bandeira J. H. Elliott narra que começaram a faltar provisões, com isso dois dos camaradas da expedição desanimaram e deixaram o grupo que ficou reduzido a sete pessoas. Acamparam e no dia seguinte após encontrarem uma fonte de água cristalina o

piloto e mapista e J. F. Lopes começaram os preparativos para a subida da serra, procurando uma vereda que pudesse permitir alcançar o cume da montanha. Já na primeira tentativa com tempo bom e sem a ocorrência de chuvas alcançaram o cume da Apucarana:

A serra em cima é um taboleiro de trezentos e tantos passos de comprido, e quase outros tantos de largura; tem pouca vegetação, e aqui e alli se viam grandes e isoladas pedras de todos os tamanhos e fórmãs. Por causa de se estarem queimando os campos, tanto em Curitiba como em Guarapuava, a atmosfera estava enfumaçada de tal maneira, que não foi possível distinguir coisa alguma na distancia de duas leguas em torno. Vendo perto de nós, no lado do acidente, um pinhal, determinou o Sr. Lopes ir com quatro camaradas áquelle logar, ficando eu com uma pessoa para tornar a subir a serra quando se desassombrasse da fumaceira. A gente encontrou uma vara de porcos no pinhal, e do alto da serra eu apreciei a bella caçada: o alarido dos cães, os gritos dos caçadores, os tiros que de vez em quando estrondavam aqui e alli, respondidos por mil echos das concavidades do sertão, era um espetáculo selvagem sim, mas interessante e sublime na altura em que eu me achava! (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 155).

O costume da *coivara*, a queima dos campos após o período do rígido inverno para cultivo e plantio sempre foi uma tradição entre os indígenas e sertanejos brasileiros, provavelmente herdado dos primeiros. Diz o cronista que agora acampados no local somente para explorar a serra chegaram a subi-la três vezes; e por três vezes falharam no projeto de identificar e mapear a paisagem devido à imensa quantidade de fumaça que se espalhava no horizonte. Resolveram que deviam esperar as chuvas para que se dispersasse a má visibilidade provocada pelas queimas. E assim por cerca de cinco dias foram então explorar uma cordilheira que ficava a Oeste da Apucarana, ao escalá-la cita o viajante-artista, puderam a não mais que seis ou sete léguas ver a paisagem exuberante do rio Ivaí correndo para o interior.

Depois de cinco dias finalmente o tempo melhorou e J. H. Elliott e J. F. Lopes sozinhos, pois depois de tão extenuante empreitada nenhum dos indígenas ou dos camaradas da bandeira quiseram escalá-la novamente, começaram a escalada da montanha. Quando, por fim, atingiram o cimo da mítica Apucarana com um tempo muito bom os dois viajantes se viram maravilhados com a paisagem que se descortinou aos seus olhos. J. H. Elliott assinalou:

O dia estava bello, a atmosfera limpa, e fomos amplamente compensados de todas as nossas fadigas no instante em que chegámos ao cume. Que lindo e magestoso quadro! O mais bello céu do universo brilhava sobre nossas cabeças, e estendidos como um mappa a nossos pés viamos rolar caudalosos rios, atravessando as mais pittorescas e magnificas florestas do Brasil. Eminencia encantadora, eu d'aqui mesmo ainda te saúdo! (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 156).

O narrador aqui expressa todo seu encantamento com a imponência e o largo domínio que a natureza selvagem exerce. As paisagens do sertão e a terra brasileira ante o olhar ainda predominantemente estrangeiro do viajante-artista se mostra em toda sua potência e características exóticas; diversa em sua formação, rica em flora e fauna e com formações geográficas de proporções gigantescas. Essas impressões de deslumbramento imortalizou o viajante nas páginas do seu relato. E tornou perene seu registro iconográfico, nele reside na Geo-História da paisagem um legado material e simbólico das representações do outrora território pitoresco.

Mas, para cumprir o objetivo principal da missão que era mapear, a partir de um lugar panóptico, e dar conhecer ao seu senhorio as vastas terras a serem colonizadas J. H. Elliott tirou todas as medidas cartográficas necessárias para o devido mapeamento da região, observando os rumos dos principais pontos geográficos como o Rio Tibagi, que estendia até o Paranapanema e cortava o sertão de Leste a Oeste e também “lá no extremo do horizonte uma linha apenas visível, que se estendia de N. E. a S. O. mostrava o curso do gigante Paraná” (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 156).

Mas o mais importante do mapeamento tirado do cimo da Apucarana foi definir claramente o posicionamento geográfico do Rio Tibagi e da Campina do Inhonhô, distante oito ou nove léguas do rio, e a partir disso verificar que este era navegável e que a região, portanto, poderia abrigar instalações do barão para futuras entradas para abertura de vias em direção ao Oeste do território e ao Mato Grosso¹⁰⁹. Após cumprirem os objetivos da exploração, a expedição, seguindo a via aberta para encontrar a serra, inicia o retorno para a Fazenda Perituva; quando

¹⁰⁹ “D’estas indagações concluímos que o Tibagy devia ser navegável logo para baixo da campina do Inhohô; que era necessario explorar taes campos que tinhamos visto, afim de ver se eram sufficientes para estabelecer um deposito, acomodar algum gado, e servir de pastagem para as tropas que tivessem de conduzir mantimentos.”. In: **Revista Trimestral de História e Geografia**. IHGB, RJ, tomo X, 2. ed., p. 156, 1870.

então ambos resolvem na barra do Rio Congonhas gravar numa pedra as iniciais dos seus nomes e o ano de passagem pelo local. No relato o viajante-artista asseverou que como já havia sido cumprido o objetivo principal da viagem voltaram “depois de ter gravado em uma pedra a éra, e as iniciaes dos nossos nomes **J. F. L. J. H. E 1846**” (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 156, grifo nosso). A inscrição deixada pelos viajantes se constitui em memória iconográfica e sítio arqueológico importante da ocupação moderna e ressignificação dos sertões no XIX (FIGURA 24)¹¹⁰.

FIGURA 24: ICONOGRAFIA “J.F.L J.H.E 1846” GRAVADA PELOS EXPLORADORES.



FONTE: Arquivo do Prof. Dr. Ângelo Spoladore, UEL.

O registro gravado dos dois viajantes na pedra, que ainda permanece em meio à paisagem atual, é um dos mais significativos registros iconográficos das entradas e bandeiras pelo Paraná, deixa uma marca indelével da conquista do território, da ressignificação perpetrada pela nova frente colonizadora que ajudou a formar a província, baseada nos projetos colonialistas do Império. Tendo à frente o

¹¹⁰ Imagem fotográfica pertencente ao acervo do Prof. Dr. Ângelo Spoladore, Departamento de Geologia, UEL. Gentilmente cedida para este trabalho.

barão como seu grande empreendedor e os viajantes, com suas bandeiras compostas por dezenas de sertanejos e indígenas batedores, conhecedores dos caminhos antigos em meio à natureza abertos pelos seus ancestrais e acostumados com o complexo ambiente e as dificuldades a ser enfrentada na “rusticidade” dos sertões, como os grandes realizadores dessas empreitadas. A imagem possui uma narrativa própria como um vestígio dos acontecimentos ali havidos. É um sítio arqueológico importante e, ao mesmo tempo, um signo que desencadeia um entrelaçamento com a totalidade da história pretérita dessas explorações geográficas. Encerra um discurso próprio da vivência dos viajantes e a possibilidade de uma leitura da história da própria paisagem.

No dia 13 de outubro de 1846 a segunda grande bandeira de exploração do Paraná chega à Perituva, depois de cinquenta e quatro dias de viagem. J. H. Elliott narra que deram a exata informação ao barão que naturalmente os esperava e que este determinou expressamente que deveriam “continuar as explorações até conseguir o que havia projectado, ou ter um desengano total da comunicação que queria abrir da Comarca de Curitiba com o Baixo Paraguay da provincia do Mato Grosso” (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 156).

A *Terceira Bandeira* (MAPA 2) deu-se logo na sequência desta segunda. A urgência das explorações fez com que os viajantes já no mesmo mês a 21 de outubro de 1846, numa bandeira composta de trinta pessoas, tomassem pé em então explorar os Campos do Inhonhô¹¹¹ acima da Vila de Castro, que tinham sido visualizados e mapeados na expedição anterior do alto da Apucarana. À testa desta exploração iriam novamente os sertanistas e um parente do barão um senhor chamado Luiz Vergueiro. Na narrativa o viajante-artista relata que após haver mostrado o mapa e o itinerário que apresentou ao barão, este depois de analisá-lo e convencido dos apontamentos e dos mapeamentos feitos “determinou fazer n’este

¹¹¹ “O campo do Inhonhô ou (pelo nome mais moderno) de Santa Barbara, situado sobre a margem occidental do rio Tibagy, vinte e sete leguas N. O. da villa de Castro, foi descoberto ha muitos anos pelo falecido tenente coronel João Felix da Silva, pai da proprietária actual da fazenda da Fortaleza Sra. D. Anna Luiza da Silva, que se contentava de mandar de anos a anos fazer um ligeiro pique de facão para queimar unicamente. Oito anos antes da nossa entrada o Sr. Manoel Ignacio do Canto Silva, neto do sobredito coronel, tinha mandado abrir um pique que admitia cargueiros, e n’esta ocasião tornaram a queimar o campo, mas por causa de ser pequeno (tendo apenas uma legua de comprido e menos de uma de largura, dependente de atravessar nove leguas de **sertão inculto**), deu-lhe pouca importância”. In: Revista Trimestral de História e Geografia do IHGB, op. cit. p. 157, (grifo nosso).

lugar o ponto das operações que tinha encetado para descobrir a via de comunicação com a cidade de Cuyabá” (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 157).

J. H. Elliott relata que já no mesmo dia da partida começaram a abrir um “picadão” e em 20 de novembro, após quase um mês de trabalhos, saíram no campo tão almejado. Deixaram os viajantes os demais preparando uma “roça” e saíram, narra, com mais quatro camaradas e dois indígenas conhecedores do lugar e foram explorar as campinas que tinham visualizado da Serra da Apucarana.

Para demarcar toda a região e localizar mais precisamente todas as campinas circundantes, enviaram os indígenas à busca das demais. E, assim, como estratégia, iniciaram a queima do Campo do Inhonhô ao que, imediatamente, os indígenas respondiam com fogos em diferentes distâncias, permitindo ao viajante-artista determinar com maior precisão os demais pontos a serem cartografados. Tinham, porém, certa urgência nas explorações, pois em prazo mais curto o Sr. Vergueiro devia retornar à Perituva. Demarcadas as demais campinas, puderam então melhor explorá-las. No dia 21 de novembro os sertanistas iniciaram picadas e explorações a partir do Inhonhô e J. H. Elliott mapeou todas as localidades que circundavam o campo, outrora de toponímia somente indígena, após a mais completa determinação geográfica do local. No retorno ao marco geográfico inicial de onde traçou todos esses demais rumos consignou no decorrer do seu relato:

No dia 4 de Dezembro chegámos no Inhonhô convencidos de que estas campinas (as quaes demos o nome de **São Jeronimo**) eram suficientes para o deposito que o Sr. Barão projectava a fim de continuar o seu plano de explorações até esgotar as ideas que tinha concebido. Voltámos com a escolta a dar-lhe conta exacta de tudo, e aguardar as suas ordens, por estarmos convencidos de que os obstaculos o não fariam recuar e abandonar sua calculada empreza. (ELLIOTT, 1870 [1846], p. 158, grifo nosso).

Após o reconhecimento do Inhonhô e a demarcação dos campos circundantes estabeleceram os viajantes a posse dessas terras ainda devolutas em nome do barão, agora as denominando de Campos de São Jerônimo. E será nesta região vicinal aos rios Congonhas e Tibagi que os exploradores estabelecerão, por conseguinte, a Fazenda de São Jerônimo do Barão de Antonina. Fazenda esta que depois será doada ao governo do Império para a implantação do Aldeamento de São Jerônimo do Jataí, que o viajante-artista e J. F. Lopes inaugurarão em 1859, sob a

direção deste último. Após percorrerem na primeira grande bandeira toda extensão do que seria o marco geográfico setentrional do território futuro da província, o Rio Paranapanema, e mapearem a Serra da Apucarana para além do Tibagi, os exploradores agora começavam, com a bandeira ao Inhonhô, a implantar a colonização estatal e antoninense definitiva do território. Com a instalação da fazenda, dos depósitos de suprimentos, das picadas e vias de acesso ao local e um futuro porto de embarque para as investidas para o Mato Grosso, que construiriam no Rio Tibagi, esta geopolítica de abertura do território, conhecimento e mapeamento propiciará também, já entre 1851 e 1855, a implantação por parte do Império da Colônia Militar do Jataí, como posto avançado oficial que daria “segurança” à ocupação dos sertões e aos aldeamentos.

Importante ressaltar que nestes antigos campos agora conquistados viviam muitos grupos dos indígenas que em geral denominavam de Coroados, que serão os primeiros a serem reduzidos no Aldeamento de São Jerônimo conforme informações do próprio J. H. Elliott. O viajante-artista comumente os descreve e encontrava muitos dos seus “arranchamentos” espalhados pela região. Deles também produziu uma *Vista* mostrando uma cena de caçada (FIGURA 25).

FIGURA 25: ELLIOTT, J. H. ÍNDIOS CAINGANGUE OU COROADO EM CORRERIA DE CAÇADAS, 1863. AQUARELA.



FONTE: MAPPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira, Fundação Emílio Odebrecht, Rio de Janeiro (1993).

A *Quarta Bandeira* (MAPA 3) visava consolidar esta estratégia do barão de ocupação total das imediações do Tibagi e do Congonhas, visando saídas seguras de exploração pela via fluvial do Paranapanema. Nela, conforme determinação escrita do barão aos exploradores em Perituvá foi estabelecida que abrissem uma estrada dos Campos do Inhonhô, agora os renomeados Campos de São Jerônimo, seguindo sentido Norte até quase o Rio Paranapanema e que então esta descesse paralela ao Rio Tibagi. O objetivo desta via era o estabelecimento de uma rota que ligasse esses campos até a confluência do Rio Tibagi com o Paranapanema.

No dia 9 de dezembro de 1846 partiram com uma escolta, como em geral assim também denomina J. H. Elliott as bandeiras, de 12 pessoas de Perituvá e no dia 16 adentraram novamente pelos sertões Nordeste do território. Pelas descrições do viajante-artista seguiram rumo N. N. E aproveitando as campinas que já haviam limpo e queimado na expedição anterior, chegando até o Ribeirão de Santa Bárbara, três léguas e meia de São Jerônimo. Dali seguiram sentido Norte até o Ribeirão das Congonhas (Rio Congonhas), que nasce somente cinco léguas rumo E.N.E do Inhonhô. E este rio, que é cercado por uma pequena cordilheira, na confluência das águas com o Rio das Cinzas deságua no Rio Tibagi, cinco léguas antes da junção deste último com o Paranapanema. No mapeamento do piloto e mapista e no relato ele ofereceu estas coordenadas do local. No relato, enfim, o viajante-artista depois de todos os procedimentos de abertura e mapeamento da estrada que teria em toda sua extensão cerca de 66 km, e no retorno às instalações da Fazenda de São Jerônimo, escreveu:

Todo o terreno de mato compreendido entre as campinas de S. Jeronimo e a foz do Tibagy (que terá dez léguas) é o melhor possível para a factura de uma estrada permanente, que nunca precisará aterrados nem estivas, e (com exceção da pequena cordilheira das Congonhas) é uma continuada planície. No dia 13 de janeiro chegámos de volta ao Inhohô, gastando n'esta exploração vinte e cinco dias. (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 159).

Importante observar pela leitura do itinerário que após o estabelecimento dos domínios do barão nos antigos campos indígenas, tiveram início ocupações esporádicas de pessoas interessadas na posse de faxinais nas imediações, cujo avanço tornou-se então mais fácil em virtude das vias de acesso abertas pelas explorações. Esses “invasores” vinham, ou se concentravam, segundo relatado por

J. H. Elliott da região de Cachambú, próxima da Vila de Castro. O viajante-artista dá esta localidade como distando treze léguas de Castro, cerca de 85 km, na embocadura dos sertões. Isto permite naturalmente concluir que as instalações do barão e as vias abertas pelos sertanistas, nas imediações uma das principais vilas do território paranaense à época, passaram a permitir constantes frentes de ocupação pelo Sertão do Tibagi a partir de Castro.

Em razão de todos estes avanços nos projetos do barão e das notícias das ocupações de faxinais desde as imediações da Vila de Castro mandou este que seus homens preparassem uma *Quinta Bandeira* (MAPA 3). E em 15 de março de 1847, não mais do que dois meses da expedição anterior, partiram com uma caravana de apenas quatro pessoas da Fazenda de São Jerônimo:

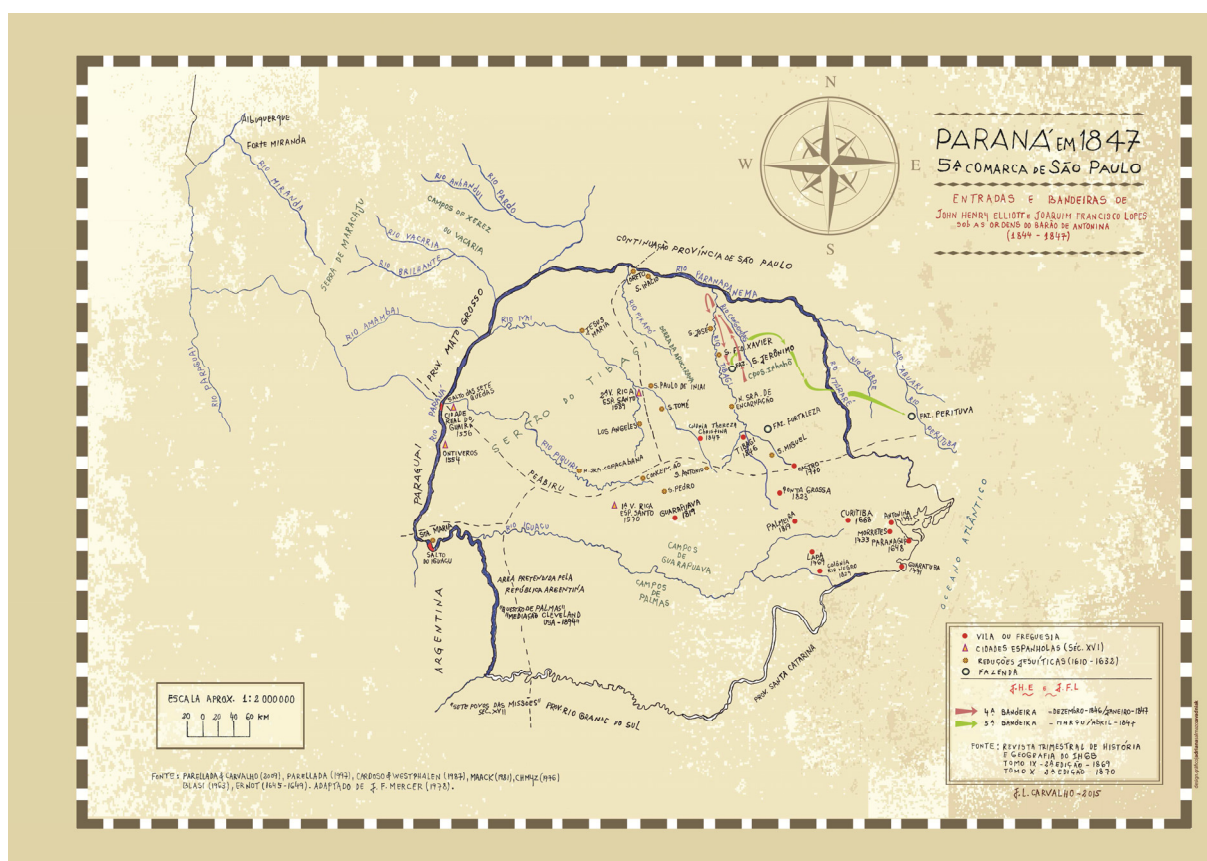
As fadigas, privações e perigos inseparáveis da vida de sertanista tinham intimidado de tal maneira a gente que nos havia acompanhado que não foi possível arranjar camaradas suficientes para esta **quinta entrada**: com dificuldade achámos dois companheiros, e com esta pequena comitiva, constando de quatro pessoas, no dia 15 de Março saímos da campina do Inhohõ, e entrámos no sertão. (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 159, grifo nosso).

O objetivo desta missão era verificar se já havia a ocorrência de faxinais nas imediações dos Campos de São Jerônimo e se esses permitiam uma ligação viária com Cachambú. Se verificada a não existência de pessoas no local, e a impossibilidade dessa via terrestre invasora, deviam demarcar a área da Fazenda São Jerônimo a Cachambú. Com isto se evitariam incursões em áreas adjacentes e até aquela região – onde houvera os homens do barão instalado a Fazenda São Jerônimo.

Nesta entrada conforme a narrativa do viajante-artista continuaram os exploradores a renomear os elementos da paisagem, os acidentes geográficos e os rios que encontravam para que essas informações fossem utilizadas nos mapeamentos. No retorno desta expedição à Fazenda de Peritua é que deram em definitivo o nome do Rio Congonhas: “Passamos novamente o ribeirão das Congonhas (chamámos assim por causa da abundancia de herva mate que ali tem)”. (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 160).

Em 10 de abril de 1847 chegaram à Perituvá para dar conhecimento dos feitos ao Barão de Antonina. Todas essas entradas e bandeiras foram muito bem sucedidas, em virtude da extrema capacidade de sertanista de J. F. Lopes e os conhecimentos técnicos do “Geógrafo” J. H. Elliott. E com o auxílio importante dos sertanejos acostumados com a lida nas matas e dos indígenas como professores das paisagens dos sertões, além da ferrenha pré-disposição política do barão em executar seus projetos.

MAPA 3: 4ª E 5ª BANDEIRAS (DEZEMBRO 1846 A JANEIRO 1847 E MARÇO/ABRIL 1847).



FONTE: O autor, adaptado de Parellada & Carvalho et al. (2009).

Desde as primeiras investidas pelo território já em 1844, os anos de 1845 a 1847 foram de intenso trabalho para os exploradores e no território meridional da Comarca de São Paulo já se delineavam as frentes e ocupações propiciadas por estas bandeiras: como “*veias abertas*” pelo território da futura Província do Paraná. A instalação da Fazenda São Jerônimo e o conhecimento dos rios Congonhas e Tibagi, em confluência com o Parapanema, como pontos estratégicos dentro do território paranaense permitiram, enfim, que o barão pusesse em prática uma das

contribuíram decisivamente nesse contínuo e irreversível processo geohistoriográfico de formação do Paraná.

Esta sexta entrada durou exatamente seis meses e treze dias, com J. H. Elliott e J. F. Lopes retornando à Fazenda de Perituva, segundo dados dos relatos do viajante-artista no Itinerário, em 27 de dezembro de 1847. As agruras da viagem eram tantas que o piloto e mapista narrou:

Em 14 de Junho de 1847 embarcámos o Sr. Lopes, eu e tres camaradas, uma legua para baixo da campina do Inhohõ, e démos principio á viagem, jogando a vida em uma empreza desaprovada por todos; pois que jámais alguém se persudia que se pudesse conseguir a via de communicação que o Sr. barão tinha premeditado: porém ele, firme no plano que havia concebido, não recuava a obstaculos e despesas, e d'esta maneira que remédio senão avançar? (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 160).

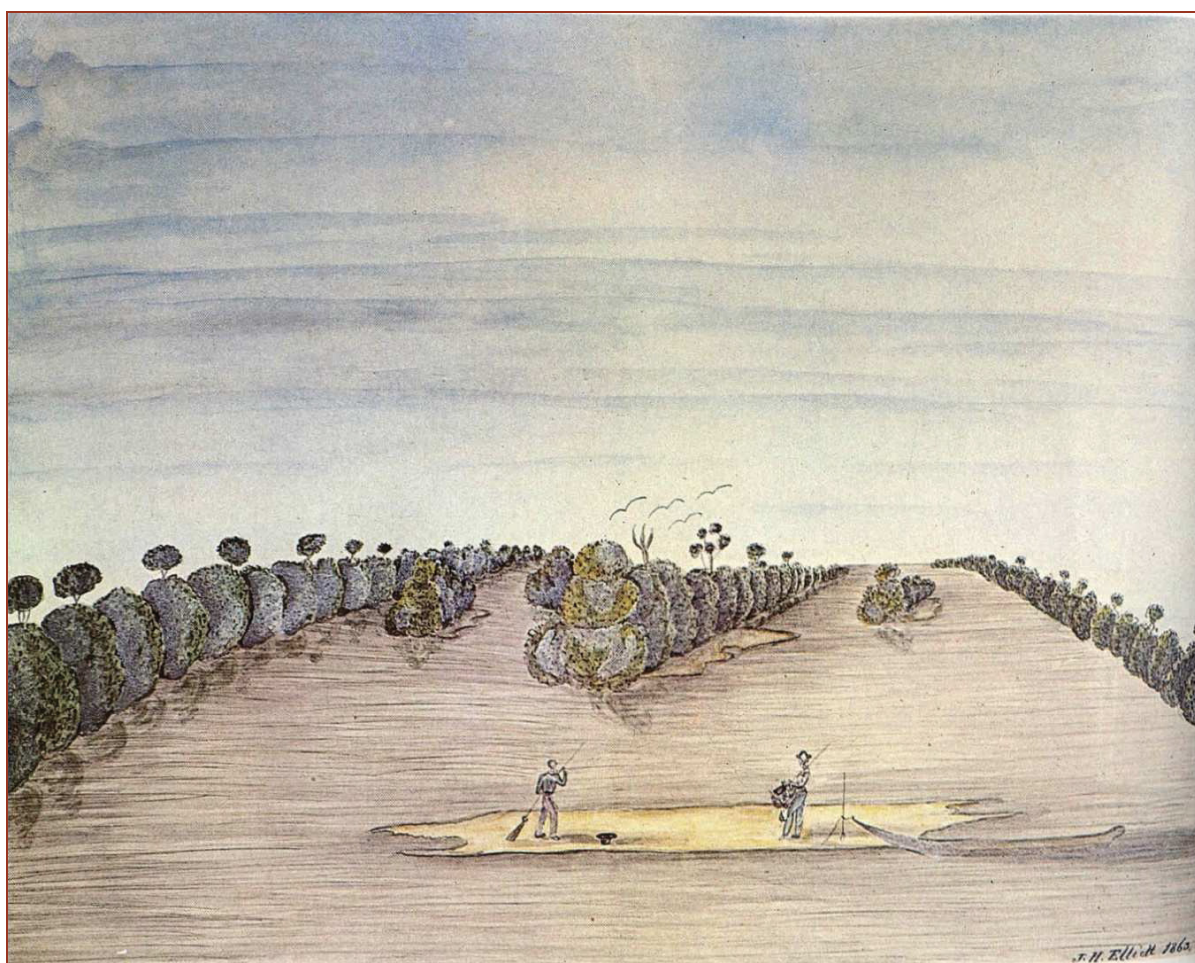
Partindo, portanto, do porto do Rio Tibagi a bandeira já começou a enfrentar grandes dificuldades, embora não fosse o período chuvoso, choveu bastante naqueles dias e o Tibagi encheu, ficando com as águas revoltas e dificultando a navegação. Gastaram dois dias da expedição esperando as águas baixarem. No relato J. H. Elliott dá importantes descrições da paisagem desta parte do rio: “n’este lugar os matos são magnificos, palmital entravado com gigantescas perobas, páo d’alho, figueiras e outras árvores soberanas das florestas: via-se tambem muitas jaboticabeiras, umas com flôr e outras com fruta madura”. (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 161). A narrativa é demonstrativa da exuberância das matas de então numa natureza ainda muito pouco explorada pelo homem moderno.

Continuaram descendo o Tibagi e muitas vezes, devido à turbulência das águas, tinham que descarregar as canoas e seguir por terra e depois carregá-las novamente nas áreas navegáveis. Após nomearem vários pontos pelo trajeto como a Ilha dos Pássaros que fica um pouco antes do deságue do Congonhas naquela parte do Tibagi, a Ilha das Araras, a Ilha dos Fugitivos (local que recebeu esse nome por ser o lugar onde se estabeleceram dois indígenas fugidos da exploração de 1845) e passarem pelas ilhas de S. Francisco Xavier, que já haviam explorado também na bandeira de 1845, saíram no Rio Paranapanema. Neste ponto J. H. Elliott procurou fazer apontamentos mais precisos das distâncias, das paisagens e aptidões desta

parte do Tibagi, como os locais próprios para cultivo e instalações de infraestrutura, além de citar a abundância de caça, peixes e frutas silvestres.

Entre os dias 5 a 7 do inverno de julho de 1847 em constante navegação pelo Paranapanema chegaram à região do Rio Pirapó onde J. H. Elliott lembrou que “alli houve em outro tempo a redução de Nossa Senhora do Loreto que foi abandonada em 1631”. (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 163). Seguindo ainda pelas águas imensas do Paranapanema, no dia 10 do mesmo mês narra que ao verem aparecer inúmeras gaivotas, “colheireiros” e outros pássaros aquáticos sabiam que estavam na confluência do grande Rio Paraná. Deste ponto, da grande paisagem do encontro dos dois rios o viajante-artista produziu mais uma de suas *Vistas*, eternizando iconograficamente a narrativa desta exploração (FIGURA 26).

FIGURA 26: ELLIOTT, J. H. VISTA DO RIO PARANÁ, 1863. DESENHO AQUARELADO.



FONTE: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE-PR (1982).

A aquarela na historiografia do Paraná tem sido datada pelos historiadores como de 1863. Considera-se, no entanto, que estes momentos singulares, incluso o já havido na primeira bandeira, despertou no viajante-artista a vontade de imortalizar a singularidade da paisagem.

Novamente neste ponto da exploração o piloto e mapista fez os apontamentos de todos os rumos até então tirados na viagem. Acamparam na ponta superior da Ilha da Meia Lua rio acima, onde o Paraná é semeado de ilhas pitorescas, segundo relatou; e após inúmeras pequenas explorações acampados pela região, no dia 29 narrou a seguinte situação acontecida com a bandeira:

Matámos um tigre, que nos ia seguindo pela margem do rio; era fêmea, e tinha tres pequenos no ventre inteiramente perfeitos e já pintados: menciono esta circumstancia porque parece-nos que raríssimas são as vezes que ellas tem mais de duas crias de um parto. (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 164).

Seguiram, por fim, ao interior do Mato Grosso em direção aos Campos de Xerez ou Vacaria. Marcando trilhas e seguindo vias já abertas acabaram encontrando um grupo de Caiuá, composto por algumas mulheres e seus pequenos filhos; tentaram fugir os indígenas apavorados com a presença dos brancos, mas os viajantes conseguiram segurar uma índia com uma criança de colo e mais três pequenos meninos, quais “magros galgos, a quem a fome havia tirado as forças” (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 165). Estes ficaram em total estado de aflição pensando que a morte pela prenha ou bugrismo, ou cativeiro forçado, os tinha encontrado. Levados ao rancho dos indígenas deram-lhes os exploradores presentes e por gestos e mímicas, relata o narrador, lhes explicaram que não queriam lhes fazer nenhum mal, deixando a índia e seus filhos em paz. Embora lembra o viajante-artista na narrativa que quanto a estes “podíamos tomar conforme o uso e costume dos sertanistas se não fora nossas convicções, mas o barão, porém, havia dado expressas recomendações de que seus sertanistas deveriam ter toda brandura com esta gente a fim de pôr em practica seu plano de catechese, o que já em parte tem conseguido” (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 165).

Depois de encontrar muito mais Caiuá pelos campos e matas chegaram a terras de fazendeiros conhecidos do barão nos domínios do Rio Vacaria, cita J. H. Elliott os senhores Francisco Gonçalves Barbosa e Antonio Gonçalves

Barbosa. Este último, narra ainda o viajante-artista, foi o primeiro povoador da região depois da retirada dos espanhóis que antigamente habitavam a cidade chamada de Xerez. Quando este entrou na região contava que encontrou centenas de cabeças de gado vacum abandonadas pelos espanhóis desde o ano de 1648.

Da fazenda deste último seguiram em montaria para o Forte de Miranda e a 6 de setembro chegaram ao forte, dali em canoas seguiram pelo Rio Mondego, passaram o Rio Negro ou Aquidauana e em 12 de setembro de 1847 chegaram ao Rio Paraguai, na povoação de Albuquerque. Onde os viajantes como signatários da carta do barão a entregaram ao comandante local. O viajante-artista em nenhum momento, porém, fala de demais conteúdos geopolíticos da bandeira e nem o que provavelmente deveria informar o barão em carta ao comandante brasileiro da região do baixo Rio Paraguai, região vicinal de fronteira com a Província do Paraguai.

Ali tiveram contato com os indígenas Kadiwéu (que ele atribuiu pertencer à família Guaicuru) e J. H. Elliott narrou muito dos seus costumes e hábitos, além da relação tida entre esses indígenas e os fazendeiros locais. Os exploradores tiveram contato também com os Guaná. Muitas das paisagens depois descritas em aquarelas de J. H. Elliott retratam esses grupos indígenas além das outras paisagens da Província do Mato Grosso. Do contato com os Guaná que o viajante-artista visitou especialmente em 15 de setembro, causaram-lhe estes uma grande impressão e em sua narração, assumidamente em tom poético, fez constar no Itinerário:

A agua aqui em tempo de secca é longe, e varias vezes encontrei com jovens indias conduzindo cantaros, alguns de fórmas extravagantes e ornados com uma especie de baixo relevo, vestidos unicamente com suas julatas, que deixam parte do seio descoberto: seus compridos cabellos (pretos como o ébano), arrançados com gosto e ornados com flores e outros enfeites, me fez recordar os tempos classicos da antiga Grecia. Imaginei por um momento que estava na ilha de Chypre encontrando algumas as nymphas de Venus quando iam buscar agua ás fontes da Idalia. Tudo aqui respira languidez e a voluptuosidade do clima: o mesmo rio Paraguay parece que participa de taes sentimentos, rolando lentamente suas aguas pacificas, por entre meio de campos cobertos de uma eterna verdura. (ELLIOTT, 1870 [1847], p. 171).

A 20 de setembro J. H. Elliott e J. F. Lopes e mais os camaradas companheiros de viagem partiram do Mato Grosso em retorno para o território do Paraná, depois de todos os preparativos necessários. No retorno encontraram novamente indígenas dispersos, reputando o viajante-artista serem eles da etnia Cainá, da mesma família dos que encontraram nas margens do Ivaí em 1845. Julgaram que seriam fáceis de reduzir em razão da “boa índole” que esses apresentavam.

No dia 31 de outubro já nos sertões do Paraná entraram pelo Paranapanema; e a 10 e 11 chegaram ao Tibagi e a barra do Congonhas, regiões já bem conhecidas e mapeadas pelos sertanistas. Da barra do Congonhas escreveu J. H. Elliott:

Escolhemos para o porto de embarque do commercio da villa de Antonina com Cuyabá, tendo gasto dezoito dias de marcha desde os campos da Vaccaria até alli. Em consequencia de acharmos que este pequeno rio era o melhor lugar para fazer-se o mencionado porto do embarque, por causa do abrigo que prestará as canoas, a fim de não serem arrebatadas pelas enchentes do rio Tibagy, seguindo por terra a sahir nas campinas de S. Jerônimo, pertencentes ao Sr. barão de Antonina. (ELLIOTT, 1870 [1845], p. 174.).

A 27 de dezembro de 1847, depois de mais de seis meses de bandeira, chegaram à Peritua onde J. H. Elliott apresentou o “*mappa*” e o “*Itinerário*” da viagem. E que segundo o viajante-artista o barão determinou que “os tirasse a limpo para remeter; o que cumpro com custo por escrever fora do meu idioma inglez, mas a indulgencia do Sr. barão relevará as imperfeições do seu creado e piloto mapista” (ELLIOTT, 1870 [1845], p. 175). Em 18 de abril de 1848 J. H. Elliott finalizou a documentação para que o barão a remetesse ao Império e para informação junto ao IHGB. No anexo J. H. Elliott fez um roteiro comparativo das distâncias possíveis, em rumos, localizações e cálculos, para se concretizar a via de comunicação da Vila de Antonina ao baixo Rio Paraguai e a Vila de Cuiabá. Foram exitosas, portanto, as entradas de 1845 a 1847 do Barão de Antonina que consolidariam as ocupações modernas dos sertões do Paraná e formariam a última província do Império, sob a saga das entradas e bandeiras tardias do Oitocentos nas regiões meridionais do Brasil.

Outras tantas entradas e bandeiras foram realizadas por J. H. Elliott e J. F. Lopes, com uma de 1857, cujo mapa pictórico desenhado pelo viajante-artista foi oferecido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Domiciano Leite Ribeiro. Esta foi realizada pela mesma via de comunicação, reafirmando a ligação geoespacial já aberta pelos sertanistas entre as Províncias do Paraná e do Mato Grosso. No entanto, partindo no Paraná da Colônia Militar de Jataí até o Presídio de Miranda e com detalhadas explorações feitas nos rios Paraná, Ivinhema, Amambahy e Iguatemy. Neste itinerário J. H. Elliott fez ainda uma comparação entre o seu roteiro e outro de J. F. Lopes. Este realizado anos antes com o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, porém tomando como ponto de partida o Porto de Santos. Prova o viajante-artista que da Vila de Antonina, por fim, a distância era menor e mais adequada para se chegar à Província do Mato Grosso. Nesse mesmo itinerário deteve-se também a esmiuçar os caminhos e as distâncias para se chegar à Província do Paraguai.

Outra singular bandeira foi a realizada somente pelo viajante-artista, o piloto e mapista do Paraná, em julho de 1852, quando lhe solicitou o barão que buscasse centenas de indígenas Caiuá nas regiões do Mato Grosso e imediações do Rio Paraná que haviam já contatado nas explorações de 1845-1847 para os aldeamentos do Paraná, como se verá adiante. Em 1857 e 1862 o barão novamente solicitou aos sertanistas, através de ofício datado de 11.08.1862¹¹², novas explorações pelo território. As entradas e bandeiras, portanto, ainda se sucederam até alguns anos posteriores à instalação da província. Na que realizaram em 1857 novamente pelo Mato Grosso o viajante-artista produziu novamente inúmeras aquarelas retratando a região, como tinha desenvolvido uma afeição pelos indígenas e pelas paisagens descreveu em muitas os Caiuá que aprendera a gostar, mostrando seus costumes, vestimentas, técnicas de caçadas, entre outras (FIGURA 27). Retratou também os Guaicuru, exímios cavaleiros, entre tantos outros. Além do Paraná, as paisagens pretéritas do Mato Grosso foram muito representadas na obra do viajante¹¹³. Quando da implantação das ferrovias pelo Império as bandeiras já tinham diminuído, mas os

¹¹² In: **Catálogo Seletivo de Documentos - Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1853-1870)**. Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

¹¹³ In: ELLIOTT, op. cit. Ver também: **MAPPÁ – IMAGENS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA**. Op. cit.

caminhos que elas abriram seriam os veios a partir dos quais as vias modernas se estabeleceriam. E, em 1874, quando T. P. Bigg-Wither, o engenheiro inglês que viera para a implantação da malha ferroviária do Paraná, encontra J. H. Elliott em São Jerônimo encontrara de fato um dos personagens que deram início e que esteve plenamente envolvido com toda essa transformação do território e da paisagem.

FIGURA 27: ELLIOTT, J. H. ÍNDIOS CAIUÁ NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO, 1857. AQUARELA.



FONTE: MAPPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira, Fundação Emílio Odebrecht, Rio de Janeiro (1993).

5.2 ALDEAMENTOS INDÍGENAS E COLÔNIAS MILITARES

A borboleta que esperando encontrar algum prazer se atira ao fogo, vendo-o luzir, acaba por ser vítima de outra qualidade que o fogo tem: a de tudo queimar (diz o poeta Lucano).

Étienne de La Boétie¹¹⁴

O Decreto Imperial nº. 426 de 24 de julho de 1845 instituiu o “*Regulamento Acerca das Missões de Catechese, e civilização dos Índios*”, conforme descrição de seu próprio caput. No Artigo 1º mandou criar um cargo de Diretor Geral dos Índios em cada uma das províncias do Império, cuja precípua função já se estabelecia no parágrafo primeiro desse mesmo artigo:

Examinar o estado em que se achão as Aldêas actualmente estabelecidas; as ocupações habituaes dos Índios, que nellas se conservão; suas inclinações, e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originaria, como mística; e as causas, que tem influído em seus progressos, ou em sua decadência.

Pela redação do parágrafo é possível verificar as preocupações que se abatiam à época com relação às populações indígenas e aos brasileiros mestiços em geral. Por esta visão, atribuíam-se que o estado de primitivismo desses brasileiros eram causas do atraso e um empecilho para o desenvolvimento da nação. Verificar as causas de sua decadência ou progresso, suas aptidões e a possibilidade de “desenvolvimento industrial” destes significava averiguar suas reais condições de serem “civilizados”. Ou seja, em que medida poderiam sair do estado primitivo, aceitando em definitivo a fé cristã e doutrinando-se em alguma atividade de trabalho.

Os indígenas e os brasileiros mestiços, livres pelos sertões e dispersos pelas terras da nação criavam entraves ao projeto moderno nacional. Em razão disto, mesmo após mais de duzentos anos do tempo das missões espanholas, a catequese ainda era vista como o mais indicado instrumento ideológico de transfiguração cultural. Desterrar esses brasileiros era de extrema importância para

¹¹⁴ LA BOÉTIE, Étienne de (1530-1563). **Discurso sobre a servidão voluntária**. Cultura Brasil, 2004.

o sucesso do processo de ocupação territorial e expansão colonialista que estava em curso.

A criação dos institutos históricos e dos museus etnográficos, como demonstrado, nesse período com base na assunção dos modelos teóricos raciais evolutivos e deterministas europeus consolidava esse pensamento político-científico: pesquisar o homem – as raças tropicais – e a paisagem e entendê-los sob o cânone desses modelos adequados para trazê-los à civilização. Como havia ensinado Von Martius, a nossa identidade híbrida baseada nas três raças: o europeu português, o indígena e o negro. Interessante observar, no entanto, que no caso específico do indígena essa representação foi se transformando conforme os projetos de nação foram se sucedendo até o Segundo Reinado e que evidentemente também seria modificado após 1889, com os ideais republicanos.

As análises propiciadas por Buarque de Holanda (1994) discutem as razões edênicas existentes no “descobrimento” do Brasil. A região era vista como um paraíso na terra e os indígenas como inocentes sem mácula, gentios – os bons selvagens rousseauianos. Esses não tinham, porém, a consciência da sua relação intrínseca com o criador e precisavam ser cristianizados. Mas esse mesmo indígena, no entanto, no Oitocentos, com a tese de Von Martius e também com os românticos na literatura, passará também a ser representado como o herói-mítico do projeto de Estado-nação: um ícone pátrio de onde provinha grande parte do poder da “raça” brasileira.

No entanto, apesar dessas contradições na representação do papel social atribuído ao indígena, o problema permanecia, pois embora ora servisse como representante de uma pátria quase mítica, ainda em seu estado primitivo criava entraves à civilização moderna. Por isso, gradualmente no decorrer desse mesmo século e, especialmente, quando se viam fracassadas as tentativas de civilização na visão antropológica das elites e dos institutos históricos, e em seu pioneirismo o IHGB e seus intelectuais e burocratas do Estado, o “índio” passaria gradualmente da condição de “bom selvagem a asselvajado” (SCHWARCZ, 1993, p.130).

Com mais rigor, entretanto, isso seria tratado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHG/SP, já em período republicano, onde passaria a se pensar inclusive um modelo de civilização paulista, herdeira da grande tradição do bandeirantismo prenhatório dos séculos passados e que serviria para toda nação. Já

com a releitura republicana das três raças de Von Martius na obra de intelectuais como Silvio Romero, por exemplo. Muitos intelectuais na famosa revista do instituto chegaram mesmo a propor até o extermínio do indígena como solução para a integração nacional. Esse, porém, era um processo que ainda se gestava quando da implantação da catequese capuchinha na década de 1840. Por outro lado, com relação aos negros a visão era ainda pior. Se aos indígenas – os “negros da terra” – se atribuía uma possibilidade de civilização, os africanos ocupavam o estrato social mais baixo devido à condição de escravo¹¹⁵.

A catequese dos aldeamentos tinha um objetivo diferente daquela dos primeiros tempos, não era mais somente a conversão forçada. Para dar sentido a essa nova nação que se queria construir era necessário redefinir o “selvagem”, domesticando-o e civilizando-o, assim como a própria paisagem e o território, para que aquele – vivendo no que se pensava um primitivismo manifesto – atingisse a condição de cidadão pátrio e a paisagem dominada em sua potência natural para que a civilização avançasse. Quanto ao tema no livro *Território e História no Brasil* Moraes (2008) infere:

O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção estrutura-se em torno do conceito de “civilização”, atribuindo portanto à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se autodefine como “representante das idéias de ilustração”. Nesse entendimento, a submissão das populações locais aparece como decorrência natural do processo, um resultado tido como de alta positividade. “integrar o índio” – ao se apropriar da sua terra – era parte do projeto civilizatório imperial. Povoar as áreas pioneiras com colonos brancos também contribuía para os objetivos almejados, num quadro que se acelera conforme avança a consciência acerca da extinção do tráfico negreiro. (MORAES, 2008, p.95).

E os aldeamentos indígenas do século XIX naturalmente fizeram parte desse projeto de nação. Além do Regulamento Imperial de 1845, duas outras legislações são fundamentais para se analisar o contexto histórico do período: o Regulamento de 25 de abril de 1857, que estabeleceu as diretrizes dos aldeamentos nas

¹¹⁵ Embora em período posterior, aos abrangidos pela Lei do Ventre Livre, pudesse ser concedida a liberdade. Em ofício de 15.03.1865 J. H. Elliott envia à sede da província uma lista dos africanos livres, 10 homens, de São Jerônimo que receberiam da presidência suas cartas de emancipação. In: Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

Províncias do Paraná e do Mato Grosso. E o Decreto Imperial nº. 285 de 24 de junho de 1843, que autorizou a vinda dos capuchinhos da Itália e se apresenta como o documento fundante do regulamento de 1845. Pois será a partir da vinda dos capuchinhos que se estabelecerão em definitivo os aldeamentos no Paraná. A ordem para realizar os propósitos institucionais que lhe fora atribuído estabeleceria no território do Paraná suas sedes paroquiais nas Vilas de Castro, Tibagi e Jataí.

Como consequência no território paranaense foram criados vários aldeamentos no período como Nossa Senhora do Loreto do Pirapó (1855-1862); Santo Inácio do Paranapanema (1862-1878); São Pedro de Alcântara (1855-1895) e São Jerônimo do Jataí (1859-1920). Sendo estes dois últimos os que mais duraram. São Pedro de Alcântara sob a direção de Frei Timóteo de Castelnuovo e São Jerônimo, que será inicialmente dirigido por J. F. Lopes e num segundo momento por Frei Luiz de Cimitile. Sendo que São Jerônimo, assim como a Colônia Militar de Jataí, foi fundado por esforços políticos especiais do Barão de Antonina através do Aviso Imperial de 27 de junho de 1859, em terras da fazenda estabelecida nos outrora Campos do Inhonhô e doada pelo próprio barão ao governo imperial¹¹⁶.

Situava-se a Colônia Militar de Jataí defronte ao aldeamento de São Pedro de Alcântara, na margem oposta do Rio Tibagi. Criada pelo Decreto nº. 751 de 2 de janeiro de 1851 foi instalada em 18 de agosto de 1855 pelo major do exército Thomaz José Muniz, portanto concomitante ao vizinho aldeamento. Afora a Colônia Militar de Jataí, outras foram instaladas como Chopim, criada pelo Decreto nº. 2.502 de 16 de novembro de 1859, e instalada definitivamente somente em 27 de dezembro de 1882 pela expedição enviada pela presidente da já então Província do Paraná Dr. Carlos de Carvalho; Chapecó, criada pelo mesmo decreto e estabelecida em 14 de novembro de 1881 pelo General José Bernardino Bormann e Iguassu, fundada em 1888 pelo engenheiro militar José Joaquim Firmino.

Além dos citados acima, e que funcionaram com mais efetividade sob a catequese capuchinha, foram também criados em diferentes momentos os aldeamentos de São Tomás de Papanduva, Palmas, Chopim, Chagu e Marrecas.

¹¹⁶ In: ofício do Ministro dos Negócios do Império, Repartição Geral das Terras Públicas, para o presidente da Província do Paraná. Autorizando a criação do aldeamento na Fazenda São Jerônimo, doada pelo barão. 27.06.1859. Indicando J. F. Lopes como Diretor e J. H. Elliott como ajudante. FONTE: **Catálogo Seletivo de Documentos - Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1853-1870)**. Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

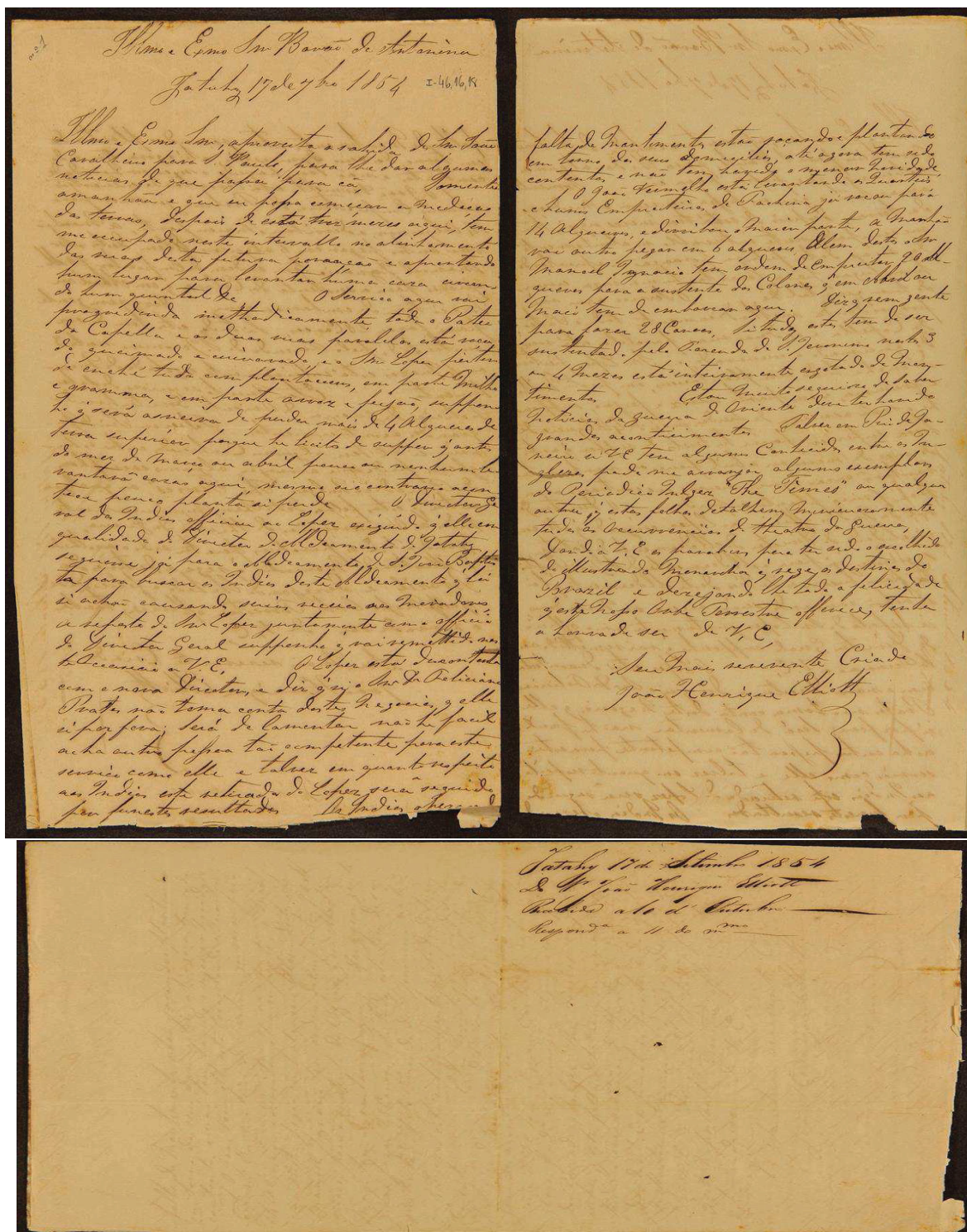
Chagu, p.ex., foi criado por Aviso Imperial de 21 de outubro de 1858 e instalado em 1859, porém já extinto em 1862. Todos estes, porém, não tiveram como os primeiros uma catequese regular e padeceram com grandes dificuldades de funcionamento. Para o Aldeamento de Guarapuava - Atalaia, embora nunca realmente estabelecido, foi nomeado, após a experiência em São Jerônimo, Frei Luiz de Cimitile em 1882. A Vila de Guarapuava a partir de 1853 passaria também a ser sede da então Diretoria Geral dos Índios. O fato dos aldeamentos da região Sul do Paraná terem sido de tão difícil desenvolvimento obrigou, inclusive, o estabelecimento do órgão gestor na região, em face das dificuldades havidas com os indígenas e a conquista colonizadora tardia dos campos de Palmas e Guarapuava, em razão da ferrenha resistência dos povos Jê, habitantes da região.

No caso específico dos aldeamentos e o registro iconográfico da paisagem paranaense do viajante-artista dois se destacam, São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Pois foram os aldeamentos que mais perduraram dentro do projeto do Barão de Antonina e a consequente formação do Paraná. Ambos são criados pelos esforços diretos de J. H. Elliott e J. F. Lopes na década de 1850, portanto já no processo crescente de ocupação moderna do território, propiciada pelo sucesso obtido pelas entradas e bandeiras antoninenses que realizaram na década anterior.

Os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo foram de fato aqueles em cujo trabalho dos capuchinhos mais se desenvolveu e nos quais J. H. Elliot e J. F. Lopes mais tiveram envolvidos. Quando da expedição para busca dos Caiuá em 1852 para a colônia militar os exploradores já trabalhavam arduamente na constituição destes. O viajante-artista com seus conhecimentos de mapeamento e cartografia era o responsável direto pelos levantamentos topográficos necessários para a edificação das residências e demais alojamentos.

E o barão acompanhava diligentemente o desenvolvimento dos trabalhos, solicitando informações constantes sobre o andamento das obras, quer estivesse em Perituba ou em São Paulo onde residia. Em carta a este endereçada, em 1854, J. H. Elliott informa sobre o andamento dos trabalhos no local, dando conta de que já haviam iniciado a medição das terras e definido áreas e tipologias de construções e com J. F. Lopes já tendo iniciado uma área específica de cultivo. Ao mesmo tempo em que já estavam erigindo parte da capela, sugerindo também que tão logo mais indígenas poderiam ser remanejados para aquela localidade (FIGURA 28).

FIGURA 28: CARTA DE J. H. ELLIOTT AO BARÃO. INFORMA SOBRE TRABALHOS NO ALDEAMENTO DE JATAÍ, 17.09.1854.



FONTE: Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Informação Documental, Rio de Janeiro.

Após a inauguração em 1859 o aldeamento seria um dos que mais receberia indígenas e como também ali foram construídas casas para colonos, muitos deles prestando serviços assalariados, a convivência nem sempre pacífica é que

ocasionará no futuro a sua desestruturação e fatiamento por reivindicações de posses. Aos poucos a região geográfica do Tibagi com os aldeamentos e agora já mapeada e com vias fluviais e terrestres já definidas tornar-se-ia no Paraná aquilo que os geógrafos costumam denominar de *Zona de Difusão* em uma frente colonizadora, um núcleo difusor inicial que serve de base para o espalhamento da frente colonizadora, criando uma *Região Colonial* a partir da qual se expande todos os processos de ocupação colonialista.

Na aquarela datada de 1863 J. H. Elliott reproduziu aspectos da paisagem de São Jerônimo (FIGURA 29). A pintura, além da pequena igreja no centro da paisagem com uma provável edificação de um alojamento ao lado e da mata ao fundo, exhibe um campo aberto já com pastoreio de gado bovino, duas estradas de acesso direto à igreja e por uma delas um frei capuchinho conduzindo um pequeno grupo de indígenas, seguido por um pequeno cão.

FIGURA 29: ELLIOTT, J. H. VISTA DO ALDEAMENTO DE SÃO JERÔNIMO, 1863. AQUARELA.



FONTE: Coleção Álbum Cimitile, Mapoteca do Itamaraty, RJ. Foto: J. L. Carvalho

Na base da pintura o viajante-artista fez uma descrição escrita de próprio punho da história da fundação do aldeamento (Capítulo 2 – p. 49-52). Além do aspecto formal da obra, iconologicamente se pode nela ler inúmeros aspectos, entre esses o domínio colonial dos sertões com a remodelação das paisagens e a submissão dos indígenas aldeados. Na inscrição na sua base, porém, o viajante-artista lembra que inicialmente fora criado para receber os indígenas Coroados (Kaingang); no entanto no decorrer da sua existência alojaria os demais grupos e colonos brasileiros, como já abordado¹¹⁷.

Interessante observar que em geral o brasileiro de origem norte-americana em muitas de suas aquarelas – como as de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara – costuma reservar sempre uma amplidão na parte superior da pintura para a paisagem celeste, a paisagem terrena não ocupa a maior parte da cena, pois o céu imenso sobre ela parece “oprimi-la”, tomando a maior parte do quadro. Em J. H. Elliott as paisagens celestes quando representadas têm proeminência sobre as terrestres. Que motivações psicológicas poderiam existir no coração e na consciência de um “aventureiro” como J. H. Elliott; traços de uma grande fé também nas dimensões intangíveis da existência?

Será em São Jerônimo que J. H. Elliott fixará residência após o período das primeiras grandes explorações e onde também constituirá família e é lá que o encontrou o engenheiro inglês quando da passagem deste para visitá-lo em companhia de Frei Luiz Cimitile e Telêmaco Borba. Será também o único aldeamento que ultrapassará o século dezenove existindo até as primeiras décadas da República e no qual os conflitos agrários típicos resultantes da colonização do território no Brasil se expressarão de maneira contundente, como se analisará adiante.

Similarmente o Aldeamento de São Pedro de Alcântara (FIGURA 30) também seria longo, existindo até quase o final do Oitocentos em virtude da direção segura e obstinada do Frei Timóteo de Castelnovo. O aldeamento entrará em decadência somente após a morte do frei – de fato o aldeamento teve início com

¹¹⁷ São Jerônimo em sua infraestrutura possuía, conforme relatório do Frei L. Cimitile em 1876, além da igreja e instalações administrativas também um monjolo e um engenho de moer cana em pleno funcionamento e uma cadeia. Ver: MOTA, Lúcio Tadeu. **A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi**. v. 2. n. 1, 1997.

a administração do frei e terá seu fim quando da morte deste em 1895. Geopoliticamente foi um dos mais importantes aldeamentos, pois estava situado em posição estratégica à margem esquerda do Tibagi defronte à Colônia Militar do Jataí. Além da segurança dada ao aldeamento contra as invasões, possuía um bom porto, de onde J. H. Elliott partiu para muitas explorações, entre elas a de 1852 para fazer migrarem os Caiuá.

FIGURA 30: ELLIOTT, J. H. SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 1859. AQUARELA.



FONTE: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE-PR (1982).

Analisando a pintura percebe-se que era um aldeamento muito bem estruturado e planejado. Com a maioria das edificações ocupando a parte mais alta de uma colina, com plantações e as formações de floresta ocupando as partes mais baixas, nos vales; outras estruturas colina abaixo, o Rio Tibagi com canoas circulando e, em destaque, vê-se a plantação de café que Frei Timóteo de Castelnuovo e os aldeados tocavam com extremo zelo. Na parte baixa da aquarela estão representadas três pessoas, um aldeado com um remo e duas pessoas

conversando, um frei capuchinho e um senhor alto de chapéu, com um guarda-chuva em suporte no chão.

Em um dos seus mapas corográficos – analisados no Capítulo 6 – resultantes das entradas e do mapeamento do território J. H. Elliott interpõe no canto esquerdo do mapa uma *Vista* do local, localizando, por conseguinte, cada uma das estruturas existentes¹¹⁸. É uma informação valiosa sobre a paisagem cultural, pois se pode identificar com mais clareza a estrutura socioeconômica básica ali existente e, com isso, também verificar quais tipos de trabalhos deveriam exercer os aldeados para a manutenção local, bem como dados sobre sociabilização, etc.

Na identificação de J. H. Elliott na legenda do mapa, que ele denomina “Explicações do Dezenho”, na parte mais alta onde estão as principais construções ficavam a casa do Diretor, que servia inclusive de Celeiro – uma estratégia de segurança, talvez, no armazenamento dos alimentos – e a casa do Administrador. Na parte mais baixa à direita na paisagem ficavam uma olaria, um forno e um engenho. Um das produções que foram muito bem sucedidas nos aldeamentos foi o fabrico de cachaça. Em São Pedro de Alcântara, em especial, este item da produção era bastante relevante e a aguardente tornou-se um produto não só de consumo interno, mas de importante comercialização.

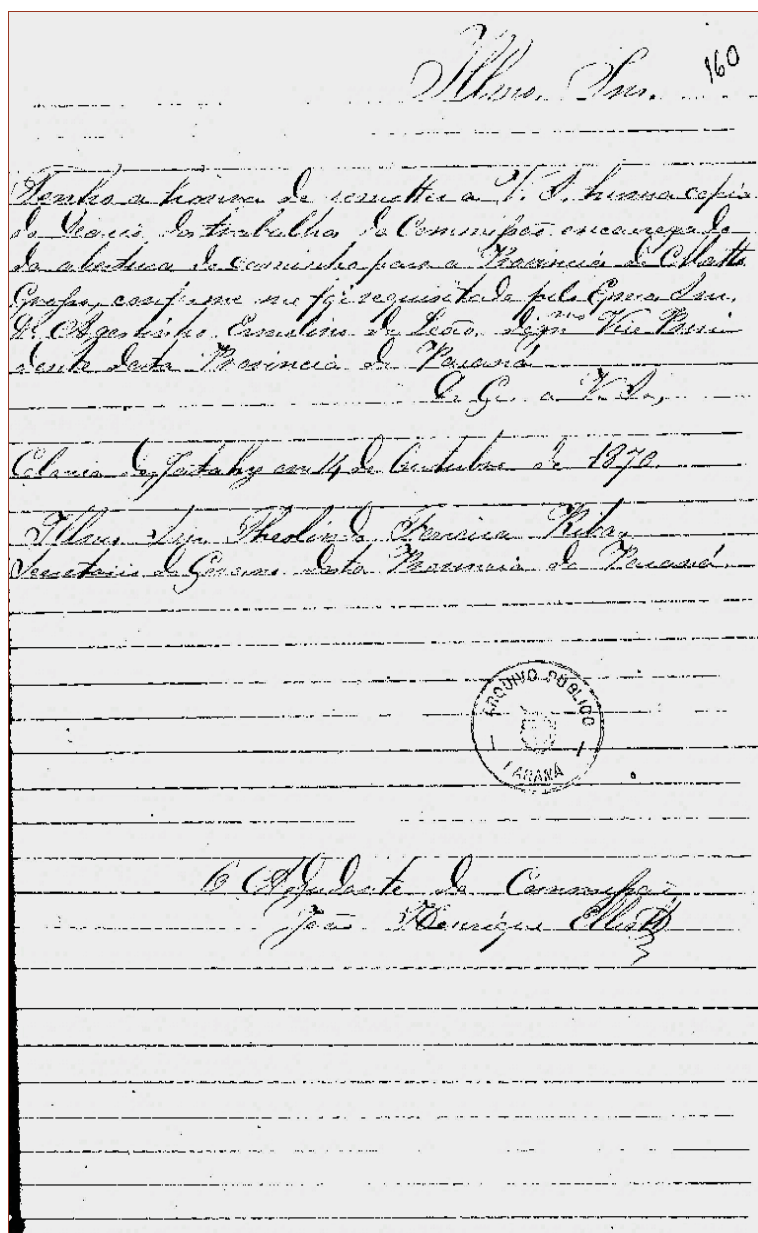
Avançando na análise da aquarela no mapa, J. H. Elliott identifica ainda um piquete próximo a estes três últimos itens. Na parte esquerda alta da pintura identifica uma área de campo alto. E mais ao centro a lavoura de café. Na parte baixa localiza o Rio Tibagi. Um detalhe que sobressai na aquarela do mapa é que também na parte baixa representou três indígenas, dois caminhando portando arcos e flechas e um de costas para o grupo tranquilamente pescando. Descendo a partir da colina com as principais edificações se pode ver uma pequena estrada que, passando pela área do forno, do engenho e da olaria, sai direto no porto. E novamente na parte inferior da pintura representou mais duas pessoas conversando: o senhor alto de chapéu com o guarda-chuva novamente na mão direita e um frei capuchinho. Neste último caso, acaso teria J. H. Elliott em ambas as aquarelas feito uma representação de si mesmo?

¹¹⁸ Pela análise da pintura anexa ao mapa corográfico verifica-se que não se tratam da mesma aquarela, embora ambas sejam datadas de 1859 J. H. Elliott produziu provavelmente duas Vistas distintas; incluindo uma delas anexa ao mapa que é datado de 1863.

Os aldeamentos do Tibagi receberam maior atenção por parte do governo imperial não só em virtude da administração célere que lhes davam os capuchinhos e J. F. Lopes em São Jerônimo; antes de tudo, porém, por se localizarem no curso médio do rio, permitiam todo o avanço via navegação fluvial e pelas rotas terrestres já criadas em direção ao Paranapanema. Ao mesmo tempo, em razão desta posição geográfica privilegiada, permitia tanto uma conexão com as antigas comarcas, tendo Castro como a localidade primeiramente alcançável para trânsito em direção a Curitiba e ao litoral, quanto com as vias que chegavam às instalações do Barão de Antonina na Fazenda Perituva. Nos mapas corográficos de J. H. Elliott estudados neste trabalho (1847 a 1863), ele traça os caminhos e vias então existentes. No mapa de 1847 se pode ver claramente como ainda era exíguos os caminhos e rotas, além da a grande estrada das tropas, a mais importante via econômica até então, que cortava toda região em sentido Sul-Norte, havia apenas algumas estradas vicinais levando a Curitiba, Antonina e aos sertões de Tibagi e Campos de Guarapuava.

E é neste contexto que se verifica a importância geopolítica das instalações no Tibagi para a conquista dos sertões. A partir do estabelecimento em São Jerônimo J. H. Elliott e J. F. Lopes ainda realizariam outras entradas, como uma exploração que o primeiro fez em 1862, quando então o barão solicita que se verificasse a condição da via de comunicação com o Mato Grosso a partir de Jataí. Outras explorações do viajante-artista são comprovadas pelos registros do envio de diários das expedições à presidência da Província; como o ofício no qual informa que foram remetidas as informações de explorações feitas entre abril de 1869 e julho 1870 (FIGURA 31). Comprovando que, mesmo após o estabelecimento definitivo dessas infraestruturas, outras entradas ainda se sucederam à cata de indígenas para os aldeamentos, abertura, manutenção, reparação e mapeamento das infraestruturas de vias. Para as quais a província recorria constantemente aos serviços especializados do viajante-artista e do experiente sertanista.

FIGURA 31: J. H. ELLIOTT. DIÁRIOS. EXPLORAÇÕES DE ABRIL-JULHO 1870.



FONTE: Catálogo Seletivo de Documentos - Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1853-1870). Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

5.2.1 “A EMIGRAÇÃO DOS CAYUAZ”

O manuscrito “A Emigração do Cayuaz”¹¹⁹ de J. H. Elliott, que foi à época da sua divulgação junto ao IHGB apresentado em nome do barão pelo Brigadeiro

¹¹⁹ ELLIOTT, J. H. A emigração dos Cayuaz. *Revista do IHGB*, RJ, tomo XIX (Tomo VI da terceira série), Imprensa Nacional, 1898.

J. J. Machado de Oliveira, se constitui em importante documento para analisar a situação dos indígenas brasileiros no contexto das explorações geográficas feitas pelas entradas e bandeiras tardias, dos posseamentos e do estabelecimento dos aldeamentos e das colônias militares no Oitocentos. O relato demonstra como era imensa a dispersão a que estava submetida a maioria dos povos indígenas. Premidos pela colonização, a redução e as mortes por doenças. Com o domínio cada vez maior dos territórios e das paisagens sertanejas se encontravam esses povos já quase que totalmente dominados pela civilização agressiva que os envolvia e pela cada vez maior transfiguração cultural.

Nele o viajante-artista inicia relatando que em sua análise os Caiuá descendiam das tribos do Guairá depois da destruição “pelos Mamelucos d’esta grande missão jesuítica que tanto avultou no começo do século XV” (ELLIOTT, 1898 [1852], p. 434). E que após ficarem dispersos, tornaram-se errantes e passaram a habitar as matas fronteiriças do Paraná com o Mato Grosso. Matas essas que se estendiam desde o Rio Iguatemy, imediações do Ivinheyma ou Yguary, passando pelos Campos de Xerez até o grande Rio Paraná. Isolados e já pacificados nas antigas reduções viviam vagando pelos sertões, sendo acossados também por outras tribos indígenas inimigas. Ao Sul os “Paraguaios”, a Oeste pelos Guaicuru, Terena e Lalhana e pelos Coroados que circulavam ao Norte do território. Além disso, nas imediações do grande Rio Paraná e mais para o interior do território eram atemorizados pelas “hordas ferozes” dos sertões dos rios Ivaí e Iguaçu.

Por volta já da década de 1830 aponta J. H. Elliott grupos de Caiuá já haviam penetrado pelo território dos sertões paranaenses e chego à Vila de Itapetininga em São Paulo à procura de víveres e “proteção” (Capítulo 3). E em 1841 apareceu na Fazenda Peritua o Cacique Liguajurú, também conhecido como Libanio, com um grupo de Caiuá solicitando proteção ao Barão de Antonina e iniciando negociações para trazer seu povo para aldeamentos. Em razão disso, o barão enviou uma bandeira a cargo de um sertanista paraguaio de nome Simão Sanches que dominava a língua guarani para buscar os Caiuá na região do Mato Grosso e Rio Paraná. O empreendimento, porém, foi mal sucedido e os indígenas acometidos pela fome e maltratados por componentes da expedição se dispersaram novamente pelos sertões. Na expedição o próprio sertanista paraguaio acabaria morrendo afogado em uma tentativa de travessia do Rio Paraná.

Em 1844 outros grupos apareceram na Fazenda de Peritua do Barão de Antonina sabendo da proteção que o nobre oferecia aos indígenas¹²⁰. Acolhidos novamente pelo barão e este, já informado onde estavam acampados na embocadura das matas, solicitou que se abrisse uma estrada para acesso à localidade onde permaneciam e também apoio do governo para que um capuchinho viesse ministrar-lhes a catequese. Fundou-se, então, a Capela de São João Baptista, próxima à Vila de Itapeva, uma das pioneiras tentativas de implantação efetiva de aldeamentos feita neste momento do Império nas regiões entre São Paulo e Paraná.

J. H. Elliott, portanto, desde esse período já havia estabelecido razoável familiaridade com esses grupos e o barão, por seu turno, também financiava esses contatos e incentivava a aproximação e um conhecimento cada vez maior deles, certamente neste momento histórico também já nas preparações do seu projeto das explorações geográficas que solicitaria a J. H. Elliott e J. F. Lopes. Assim, depois de realizadas as grandes bandeiras e com o conhecimento cada vez maior adquirido pelo viajante-artista, inclusive por ter aprendido a se comunicar basicamente na língua Tupi-guarani, solicitou-lhe o barão que preparasse uma grande expedição de busca dos Caiuá naquelas regiões. Para trazê-los à colônia militar do Jataí e, posteriormente, alocá-los nos aldeamentos nos quais o próprio viajante-artista e o sertanista trabalhavam em suas implantações. Não esmorecendo o nobre do seu projeto de busca dos indígenas pelos sertões apesar da malfadada expedição de S. Sanches em 1841.

Em 24 de julho de 1852 deu início o viajante-artista aos preparativos desta empreitada, contando com ajuda de quatro indígenas *Linguará*¹²¹ já moradores de São João Baptista e que o ajudariam na expedição, na comunicação com os

¹²⁰ Segundo J. H. Elliott, o Barão de Antonina inclusive já havia recebido dos índios a alcunha de “Pahy Guassú”, **Pai Grande**, pelo trato gentil que este dava aos indígenas: “Em 1841 o cacique Libanio, que entre eles era conhecido com o nome de Liguajurú, enviou a seu filho Iguajú na comitiva do negociante Baptista Prestes a visitar o bom **Pahy Guassú** e a conhecer si era exacto quanto se divulgava do estabelecimento projectado no Tibagy. O hospede do sr. ex. foi bem tratado, como era de esperar, e ao retirar-se para os seus, o sr. barão aproveitou o ensejo para dirigir-lhes o convite de virem-se aldear no porto de Jatahy n’aquelle rio, onde se começava a erigir a colônia militar que serviria de ponto de partida do transito fluvial para a provincia do Matto-Grosso e a republica do Paraguay, e assim principiar-se um novo aldeamento de índios d’essa raça, á imitação de S. João Baptista”. In. ELLIOTT, op. cit., p. 436 (grifo nosso).

¹²¹ Diz J. H. Elliott no relato que este vocábulo não representa um grupo indígena, mas é uma designação para “intérprete”. À época, relata, essa designação costumeira se dava pela junção do português “Língua” com o guarani “Íará” que seria “Senhor”, “Dono”.

indígenas e o auxílio nas necessidades que certamente teriam. Partindo no dia 25 de setembro do Porto de Jataí no Tibagi e seguindo as vias já abertas por eles nas explorações geográficas chegaram ao Pirapó no dia 27 do mesmo mês, região onde já iniciou o contato com os caciques locais para a reunião do maior número possível de grupos Caiuá. Para isso enviou os linguarás para estabelecer contato esses grupos em quaisquer arranchamentos onde estivessem reunidos, inclusive os grupos que em 1841 haviam iniciado a migração com o guia paraguaio. Na estratégia de convencimento dos indígenas J. H. Elliott explicava aos caciques e seus grupos como viveriam melhor nos aldeamentos e da “abundância que encontrariam nas margens e florestas do Tibagi, cheias de palmitos, ricas em fruta, caça e mel, e o rio sobejando em peixe, e por fim que iriam ali deparar com a mão protetora e generosa do Pahy Guassú, que os defenderia de seus inimigos, e lhes socorreria em suas necessidades” (ELLIOTT, 1898 [1852], p. 441).

Premidos pela fome e cada vez mais pela destruição dos seus habitats e modo de vida, naturalmente os indígenas se encantavam com as possibilidades de viver num lugar que, aparentemente, lembraria seus antigos domínios e suas paisagens originais. A fome, além da preta e da caça bugreira¹²², era uma estratégia que os grandes fazendeiros e os governos locais já utilizam para premir os grupos indígenas para cada vez mais longe das terras, outrora deles, agora posseadas. O discurso de J. H. Elliott certamente criava uma imagem idealizada que lembrava os tempos passados, de coleta, pesca e caça abundante. Com sua sensibilidade de artista e viajante, o antigo marinheiro, escritor e geógrafo experimental das paisagens sabia como convencê-los. Embora nos tempos do sertanismo do XIX era avesso à violência e, por isso, J. H. Elliott se tornou respeitado pelos indígenas e seus líderes. Cumpria diligentemente as funções que o barão lhe designava e seguramente acreditava, quanto aos autóctones da terra, e isso se evidencia pela sua própria novela de inspiração indígena, que esses encontrariam melhor vida nos aldeamentos, a despeito de estar à frente de um grande projeto colonizador.

¹²² Caçada de índios para escravização, “pacificação” ou extermínio. Comum nos processos coloniais brasileiros.

Mesmo assim, sempre ressabiados com as promessas dos brancos, os *Juruá*¹²³, os Caiuá tiveram que ser convencidos por seus caciques de que Pahy Guassú cumpriria suas promessas.

Assim ajuntou o viajante-artista e seus dois indígenas companheiros dezenas de Caiuás, entre esses um número muito grande de mulheres, crianças e idosos. E J. H. Elliott, sempre cioso com o planejamento das expedições, como tinha somente três canoas disponíveis na expedição decidiu transportar por elas, por via fluvial, as mulheres e as crianças, enquanto os homens margeavam por terra seguindo a orientação dos Linguará. Detalhe interessante que estabeleceu o viajante-artista durante a migração, e que demonstra como sabia se relacionar com indígenas, foi o de sempre ele e seus homens acamparem à noite na outra margem do rio: “Eu e os homens da minha comitiva pernoitávamos sempre no lado oposto ao em que ficavam os índios, para evitar alguma desavença, visto que são estes muito zelosos de suas mulheres” (ELLIOTT, 1898 [1852], p. 442). O respeito demonstrado pelo viajante-artista pelas crianças e as mulheres indígenas é um dado singular do brasileiro de origem norte-americana, visto não ser um comportamento comum à época tido com as mulheres e crianças indígenas, em geral submetidas a todo tipo de violência pelos brancos. Nestas noites, relata ainda, sempre observava os indígenas se dedicarem quase noite adentro com cantos e danças em homenagem a seus deuses¹²⁴.

Quando chegaram ao Rio Pirapó já no Paranapanema mandou uma canoa à busca de víveres, como já diminuía demais os mantimentos resolveu também que deveriam parar para caçar e pescar, para que assim não faltasse alimentação ao grupo. E foi neste momento que o viajante-artista encontrou em definitivo as ruínas da redução jesuítica de Nossa Senhora do Loreto (FIGURA 32), cujos vestígios já haviam procurado na primeira bandeira de 1845:

Este proposito deu-nos a descoberta das ruinas da redução jesuítica da Senhora do Loreto, que por vezes fora tentada pelo sr. barão de Antonina, e cuja povoação fazia parte da grande missão do Guairá. Uns índios andando a cata de mel e fructas, em sua retirada trouxeram duas telhas que acharam no mato, e

¹²³ Em Tupi-guarani: “Boca Grande”, “Bocado”, “Falador”; por corruptela, “Mentiroso”.

¹²⁴ Ainda hoje a herança desses rituais é praticada entre os Guarani nas Casas de Rezas; numa mistura sincrética de tradições ancestrais com a influência principalmente do catolicismo catequista das missões jesuítas espanholas e dos aldeamentos capuchinhos.

pesquisando-se o lugar onde as encontraram, ali estavam ainda bem visíveis vestígios d'essa povoação indiana que era procurada abaixo da foz do Rio Pirapó. (ELLIOTT, 1898 [1852], p. 443).

FIGURA 32: ELLIOTT, J. H. ALDEAMENTO DE N. SENHORA DO LORETO, 1857. DESENHO AQUARELADO.



FONTE: Pintores da Paisagem Paranaense, SECE-PR (1982).

Neste momento da exploração tirou também uma *Vista* e, embora nas datações das poucas publicações até agora realizadas conste a data da expedição de 1857, se reitera que certamente já neste momento o viajante-artista produziu o esboço da paisagem de uma das lendárias reduções nos confins do território quase já na desembocadura do Paranapanema com o Paraná.

Pela aquarela do viajante-artista é possível ver que a redução ainda possuía algumas pequenas construções, mas essas e o pequeno porto para atracar as embarcações seriam remodelados pelos viajantes, porque aí depois o barão também mandaria instalar um dos aldeamentos, fundado para esse fim em 1855, três anos

depois da migração dos Caiuá. Além das canoas atracadas que se vê na pintura, no canto esquerdo baixo da paisagem retratada é possível também visualizar um pequeno grupo de homens descansando em uma pequena construção somente com cobertura, provavelmente o grupo explorador quer seja nesta viagem de 1852 ou posteriores. Ali, portanto, nas ruínas da antiga redução se estabelecerá um dos aldeamentos, que embora de curta duração (1855-1862) era uma base no extremo Oeste do Paraná para entradas para a Província do Mato Grosso e catequese dos grupos indígenas dispersos pela região dos rios Paranapanema, Pirapó e Paraná. O viajante-artista produziu também das ruínas uma planta topográfica, um dos primeiros registros cartográficos de uma área das antigas reduções.

Ao longo do trajeto J. H. Elliot estava sempre determinando que seus tradutores e os demais caciques arregimentassem grupos dispersos e os convencesse a aderir à migração em direção ao Tibagi. Vieram chuvas copiosas e, muitas vezes, os indígenas desanimaram da empreitada, mas o viajante tinha a consciência do contínuo convencimento dos indígenas e da superação das dificuldades impostas pela natureza: “As chuvas eram incessantes, o Paranapanema encheu a ponto de transbordar em muitos lugares; mas, como não ha risco em navega-lo por mais volumoso que fique, não deixei por isso de continuar em minha viagem” (ELLIOTT, 1898 [1852], p. 445).

Depois das enormes agruras da viagem, após terem inclusive achado cadáveres indígenas numa parte do rio o que desanimou e entristeceu demais os indígenas e superado dias de intensas chuvas, finalmente a 21 de novembro de 1852, após quase dois meses de expedição, chegaram à Colônia Militar de Jataí, já em franca operação. O desembarque do grupo, segundo a narrativa do viajante-artista, foi extremamente festivo e motivou festejos e ovações:

O desembarque dos indios em Jatahy foi uma completa ovação; ao porem eles pe em terra ouviu-se de todos os lados um continua detonação de fuzis, como em aplausos aos recém-chegados, e recebiam-se vivas felicitações de que muito se lisonjeou o gentio. Esta festiva recepção foi retribuida com toques de cornetas, clarins e pifanos que trazia comigo, e com outros tangeres indianos que produzia uma estrondosa fanfarra, o que muito deleitava aos indios. (ELLIOTT, 1898 [1852], p. 446).

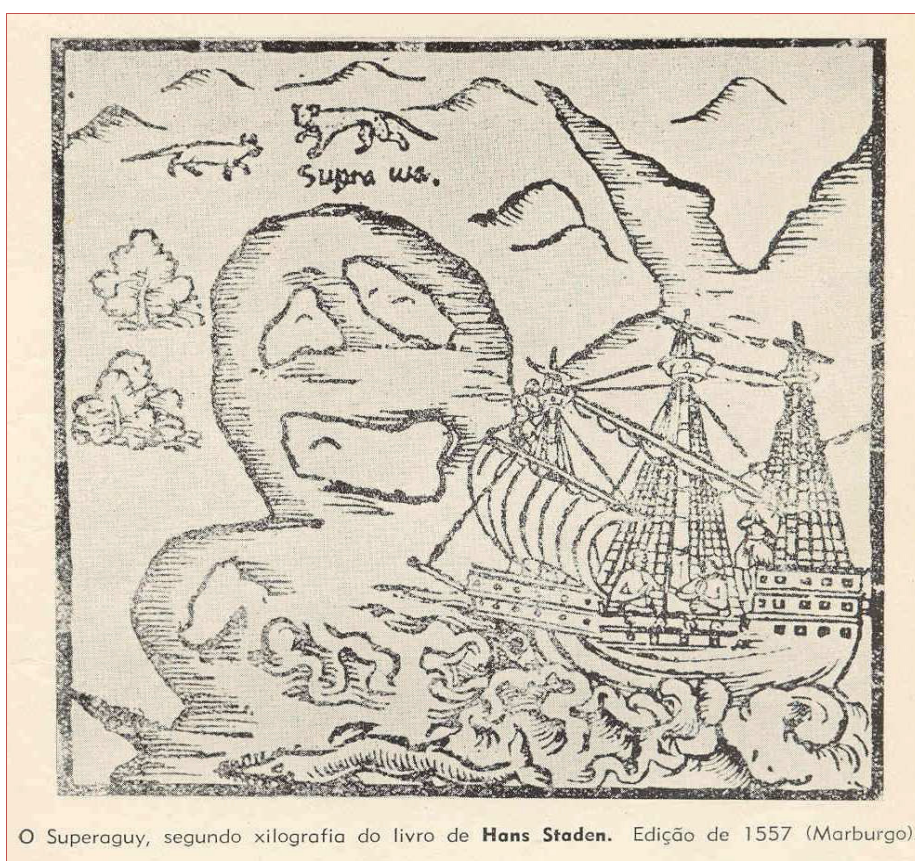
E foi nesta calorosa recepção que este grupo de indígenas pela primeira vez viu gado bovino de corte e ficaram muito assustados e impressionados com tal cena. Na aquarela em que retrata o Aldeamento de São Jerônimo J. H. Elliott recompôs parcialmente essa cena na qual aparecem os indígenas e gado presentes na paisagem, porém ali ele não os retratou tão felizes quanto no relato da chegada à colônia militar na migração de 1852, analisada na Seção 5.2.

Como arguido, as explorações geográficas nos sertões brasileiros para os projetos de nação sempre tiveram esse viés, o esvaziamento geográfico dos habitantes autóctones, dos povos indígenas em especial. A narrativa do vazio demográfico, conforme, por exemplo, Moraes (2003, 2008), compunha uma narrativa fundamental do Estado e dos empreendimentos colonialistas e colonizadores na conquista do território e colonização das paisagens. Nesse processo geo-histórico de formação territorial brasileira ainda no Oitocentos se construía o Estado-nação, Carvalho (2007, 2012), com esses pressupostos e em cuja base estruturante sempre estiveram, conforme também Moreira (2011), a terra, o território e o senhorio político. Em que pesem as explorações geográficas de J. F. Lopes e J. H. Elliott primarem pela não violência contra os povos indígenas e outros e, além disso, terem deixado um legado iconográfico importantíssimo como documentação do período, acabaram também por cumprir papel semelhante ao das entradas e bandeiras predecessoras de pilhagem e escravização: o esvaziamento da presença indígena e a transfiguração cultural dos sertões.

6 J. H. ELLIOTT: PRECURSOR DA CARTOGRAFIA DO PARANÁ

Como tem sido argumentado neste trabalho as plantas e os mapas corográficos de J. H. Elliott evidentemente não são as primeiras representações do território e da paisagem do Paraná. Como ressaltado anteriormente o território desde os primeiros tempos coloniais tem sido largamente representado através de inúmeras iconografias, entre essas umas das primeiras alegadas, a xilogravura do naufrago alemão Hans Staden (1525-1576) no século XVI mostrando a Ilha do Superagui (FIGURA 33), ou a planta corográfica da Baía de Paranaguá de 1653 com a localização das minas de ouro da região da baía publicada pela primeira vez por Moysés Marcondes em *Documentos para a história do Paraná* e estudada por Moreira (1972)¹²⁵.

FIGURA 33: ILHA DO SUPERAGUI - PR, SÉC. XVI.



FONTE: CARNEIRO, Newton. Iconografia paranaense: anterior à fotografia. Curitiba: Impressora Paranaense (1950).

¹²⁵ Ver também: SOARES; LANA. op. cit. (No trabalho destes autores, inclusive, constam algumas iconografias de J. H. Elliott).

Mesmo porque desde os primeiros tempos da expansão colonial europeia o território do Paraná foi bastante visitado e explorado. Uma das pioneiras incursões foi a do português Aleixo Garcia, náufrago na Ilha de Santa Catarina da expedição espanhola de Juan Dias de Sólís ao Rio da Prata em 1516, que junto com indígenas Guarani cruzou o território paranaense por rotas indígenas, o mítico Caminho do Peabiru, entre 1521 e 1525, para saquear ouro e prata nos Andes e no retorno foi morto pelos Paiguá¹²⁶ no Rio Paraguai. Por essas mesmas rotas passou Alvar Núñez Cabeza de Vaca (1490-1557) em direção a Assunção, Paraguai, e ele e seus homens estiveram entre os primeiros europeus a vislumbrarem as Cataratas do Iguaçu, em 1541-1542.

Cosgrove (1998) em suas considerações infere que a paisagem moderna é uma construção emanada do modo como o europeu passou a “ver” e a “idealizar” o mundo a partir da transição do feudalismo para o capitalismo, assim as representações da América, as narrativas, as cosmografias e cartografias, pressupõe uma *Ideia de Paisagem* que se desenvolve mais concretamente a partir da colonização. Neste sentido, quanto ao território do Paraná, Cabeza de Vaca em seus *Naufragios y Comentarios* – redigido em seu nome pelo seu secretário e escrivão da Província de La Plata Pero Hernández – oferece uma das narrativas pioneiras do território paranaense, onde o imaginário europeu já se mistura com as paisagens e as representações dos autóctones da terra:

De aqueste río llamado Iguazu, el gobernador y su gente pasaron adelante descubriendo tierra, y a 3 días del mes de diciembre llegaron a un río que los indios llaman **Tibagi** [...]. De dos leguas cerca de este río vinieron los indios con mucho placer a traer a la hueste bastimentos para la gente; por manera que nunca les faltaba de comer, y aun a veces lo dejaban sobrado por los caminos[...]. Llegados que fueron al río de Iguazu, fué informado de los indios naturales que el dicho río entra en el río del Paraná, que asimismo se llama el río de la Plata; y que entre este río del Paraná y el río de Iguazu mataron los indios a los portugueses que Martín Alfonso de Sosa envió a descubrir aquella tierra: al tiempo que pasaban el río en canoas dieron los indios en ellos y los mataron [...]. (CABEZA DE VACA, 1922 [1541-1542], p. 168, grifo nosso).

¹²⁶ Grupo da família dos Guaicuru que J. H. Elliott conheceu e retratou em aquarelas na Província do Mato Grosso.

Pelo trecho do relato de Cabeza de Vaca uma parte da rota que seguiam chegava ao Tibagi, portanto o grupo pode ter sido o primeiro também a explorar parte do rio, até chegarem ao Iguaçu e cruzarem o rio Paraná (que dará o nome a futura província em 1853) para chegar a Assunção. Além disso, o governador espanhol, que havia partido da Ilha de Santa Catarina com mais de 26 cavalos e éguas, que tanto assustavam os indígenas, cerca de 200 homens arcabuzeiros e balesteiros, dois franciscanos e os indígenas que lhes guiaram pelas rotas, fala da boa relação com os nativos e descreve as imensas e ricas paisagens, como a abundância de pinhões e de como os indígenas subiam nessas grandes árvores para derrubar as pinhas, da qual faziam uma farinha que muitas vezes ofereciam aos espanhóis como parte da refeição.

Os caminhos que Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca utilizaram foram também rotas de retorno, entre 1552 e 1553, do explorador alemão Ulrich Schmidel (1510-1581) depois da sua expedição ao Rio da Prata (1534-1554). Maack (1981) tendo consultado a documentação de U. Schmidel e suas antigas representações cartográficas estudou o itinerário por ele seguido no Paraná e, em apenso, em seu livro *Geografia Física do Estado do Paraná* incluiu um mapa por ele elaborado com esboço cartográfico detalhado dos caminhos percorridos. Mesmo Martim Afonso de Souza, após naufrágio no Rio da Prata, atribui-se retornou em 1532 para a Vila de São Vicente por essas antigas rotas indígenas.

Ao longo dos séculos coloniais posteriores, por conseguinte, inúmeras expedições pelas matas e rios do Oeste e projetos científicos e topográficos coordenados em geral por oficiais militares penetraram e transitaram território adentro. Nos boletins históricos da Câmara Municipal de Curitiba, organizados por Francisco Negrão (1871-1937) na série *Documentos para a história do Paraná*, estão publicadas muitas das expedições feitas nos séculos XVIII e XIX para conhecimento e conquista definitiva dos sertões interioranos. Como a Expedição de Guarapuava (1769-1775), comandada Tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, cujo objetivo fundamental era estabelecer os marcos de posse estatal, “pacificar” e “civilizar” os povos Jê donos daqueles campos¹²⁷.

¹²⁷ Da qual restaram, por exemplo, as inúmeras aquarelas de Joaquim José de Miranda.

Ou a grande exploração do Rio Tibagi, tendo como comandante geral o mesmo Tenente-coronel, entre os anos de 1768 e 1772. Esta foi, por certo, uma das maiores explorações da época e mobilizou um grande número de membros e oficiais do exército brasileiro para reconhecimento e mapeamento do Tibagi e mais a Oeste o Paraná; as muitas explorações percorrem grande parte dos Campos Gerais e navegaram pelo rio e seus afluentes, identificando marcos geográficos referenciais e visitando as fazendas da região. Todas essas explorações eram muito bem organizadas e contavam com um número grande de componentes militares, além dos padres que os acompanhavam para celebrar as datas santificadas e fazer o contato catequizador com os nativos. Destas explorações do Setecentos muitas plantas e mapas foram produzidos, como a planta das explorações de Bruno da Costa, ou dos capitães Estevão Ribeiro Bayão e Francisco Nunes ao Tibagi. E a importante carta corográfica dos Campos de Guarapuava e Palmas retratando as áreas visitadas e mapeadas na região nos últimos anos das explorações de A. Botelho nos anos de 1771-1772. Entrada esta na qual o Tenente-coronel adentrou ainda mais no território e teve os contatos definitivos com os indígenas Jê Xokleng¹²⁸.

Estas explorações e as guerras levadas aos indígenas definiriam a conquista definitiva das dessas regiões de campos no Sul do Paraná¹²⁹. E já nas primeiras décadas do Oitocentos quando o Padre Francisco das Chagas Lima, que também entre 1809 e 1810 acompanhou uma bandeira do Sargento-Mor Diogo Pinto de Azevedo Portugal à região, em seu mapa de 1821 apresenta o mapeamento das novas possessões na então Freguesia do Belém, nos domínios dos rios Iguaçu e Jordão e no entorno da Aldeia de Atalaia, último refúgio dos povos autóctones vencidos, a região está “pacificada” com as novas significações dada pelos brasileiros colonizadores (FIGURA 34).

Em todo esse contexto, porém, existiu ainda um Paraná colonial ainda mais antigo que o da Segunda metade do Setecentos e do Oitocentos, o Paraná espanhol. As regiões além do Tibagi que como parte da Coroa da Espanha até o

¹²⁸ Ver entre outros: MOREIRA, Julio. E. **Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá até a emancipação da Província do Paraná**. 3 v. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1975.

¹²⁹ Assinalando também que a bandeira curitibana de Zacarias Dias Cortês, entre 1720 e 1726, foi uma das primeiras a entrar pelos Campos de Palmas, chegando até o Rio Uruguay, à busca de ouro e promovendo marcos povoadores.

estrangeiros e nacionais após o início do período colonial; e, com isso, a paisagem e a terra já estavam sendo constantemente mapeadas¹³⁰. No contínuo processo da aficção moderna em representar o mundo e terras “descobertas” e conquistadas, segundo o *modo de ver* desencadeado pelo pensamento colonialista europeu, naquilo que Cosgrove (1998, p. 254-271) define como a nova forma de uso do mundo como natureza e território instituídos pelos Estados modernos. Onde a paisagem extremamente perceptiva, conquanto mítica, dos povos antigos cede lugar à paisagem “atrofiada” pelas representações cartográficas e artísticas dadas pelo renascimento das ciências e das artes no Ocidente desde os séculos XV e XVI europeu.

O contexto dessas novas territorialidades e representações desencadeadas pela colonização acabou por velar, porém, outras representações da paisagem que foram então suprimidas pelas narrativas colonizadoras europeias, as representações iconográficas e simbólicas dos povos primitivos, indígenas, “originários” do território. Nas estruturas de caminhos, na astrologia destes regulados por ciclos astrais, nos rituais e pinturas corporais, nas inscrições em artefatos do cotidiano, nas pinturas rupestres e nos idiomas elas estavam representados. São estas, pois, de fato as mais antigas cosmografias e cartografias do território cujas ciências constantemente têm revelado em novas pesquisas.

No entanto, todas essas cartografias do Paraná ocorreram quando ainda não se tinha constituído a província independente. As grandes explorações, sobretudo do século XVIII, se davam ainda no âmbito das primeiras divisões político-administrativas portuguesas, desde as Capitanias Hereditárias, passando pela instituição das Províncias a partir de 1821. Esta era a região meridional da Província de São Paulo com seus sertões adentro cortados pelos grandes rios ainda onde não tinha se estabelecido o domínio integral do Estado.

No capítulo 3 foram abordadas as questões políticas já do início do XIX ressaltando a vontade das comarcas do Leste e de Curitiba da constituição de uma província independente. Porém, esta ainda não existia como unidade política-administrativa, e uma das províncias do Império, e somente existirá após 1853. E será com as explorações geográficas do barão a partir da década de 1840 e

¹³⁰ Este trabalho não tem abordado pesquisas sobre representações do território feitas por outros visitantes não indígenas autóctones do território, anteriores à colonização europeia do XVI, por não ser este o foco da pesquisa.

com a produção cartográfica corográfica de piloto e mapista de J. H. Elliott, decorrente das entradas e bandeiras, que se desenvolverá a representação morfológica moderna conhecida da nova província.

6.1 A COROGRAFIA DO TERRITÓRIO

O termo *Chorographia*¹³¹ no século XIX em geral era utilizado na edição de compêndios, onde estavam inclusas tanto as descrições históricas quanto geográficas, etnográficas, paisagísticas e biológicas de uma determinada região. Não havia no período uma distinção especialmente entre Geografia e História; as duas ciências eram tratadas juntas, como conhecimentos que expressavam uma totalidade da representação, portanto eram complementares entre si.

Em muitas dessas primeiras edições se utilizava uma dupla definição: *Corographia*, *Chorographia*; ou *Descrição, Relação Histórico-Geográfica*. Muitos eram compêndios de caráter geral que descreviam desde a formação e desenvolvimento histórico de um país, ou nação, ou uma região, até as suas vicissitudes paisagísticas e de fauna. Por isso, tanto os mapas quanto os relatos escritos recebiam a mesma denominação. Em geral, utilizavam-se da ufanía em suas narrativas, exaltando as origens, os heróis e alegorizando, ou realçando, mesmo através de desenhos e ilustrações as características exóticas e pitorescas das paisagens e dos habitantes. Muitas das corografias, por vezes, exaltavam os mitos ou procuravam dar forma iconográfica a seres fantásticos saídos de lendas locais e regionais. Num mapa corográfico se misturavam tanto a busca da acuidade técnico-científica, em função já das técnicas científicas em desenvolvimento na cartografia, quanto às técnicas da pintura e do desenho. Descrições escritas eram na maioria das vezes permeadas pelo uso de uma linguagem técnica com descrições de cunho literário. Na obra clássica *Geografia* Ptolomeu recomendava que na Corografia o uso da pintura e da ilustração, que valorizassem as vicissitudes

¹³¹ Derivada dos conceitos gregos de *Kóros* (lugar) e naturalmente *Grafia*, a descrição escrita, sua definição remonta à aurora da Geografia com os geógrafos Pomponius Mella (?-43 AD), autor de inúmeros mapas descritivos do Mediterrâneo e da Europa e Cláudio Ptolomeu (100-170 AD) que em sua obra *Geografia* lhe definiu os conceitos fundamentais; a Geografia deveria se ocupar em descrever os macros territórios, o mundo, enquanto a Corografia cabia descrever os lugares, portanto, deveria ela com riqueza de detalhes descrever as pequenas partes do mundo.

do lugar, deveria prevalecer sobre as técnicas, cujo principal objetivo deveria ser se ocupar das largas escalas. Cosgrove em *Geography & Vision* ao recuperar a visão corográfica no campo de estudo da paisagem iconográfica oferece uma abordagem:

Na *Geografia* Ptolomeu caracterizava a Corografia como a descrição das regiões particulares da terra sem a necessidade de suas precisas relações de escala ou localização com padrões geográficos acurados. De principal importância na Corografia é ressaltar as características do lugar. Ptolomeu estimulava o desenho e a pintura como habilidades da Corografia, em vez da matemática e das mensurações, porque o objetivo desta é dar uma impressão visual da situação atual da paisagem. (COSGROVE, 2012, p. 24, tradução nossa).¹³²

Cosgrove, inclusive, resgata a *visão de pássaro* de corografias da Itália renascentista (um dos seus temas) do século XVI mostrando como nelas é impossível se distinguir a pintura de paisagem dos mapeamentos: “cada corografia é uma visão de pássaro de uma pequena parte da superfície da terra, artisticamente combinando diferentes posições observadas” (COSGROVE, 2012, p. 25, tradução nossa)¹³³.

A Corografia no XIX certamente recebeu também a influência da Pictografia dos mapas pós-medievais dos séculos precedentes nos quais os cosmógrafos e cartógrafos dos reis europeus representavam as terras descobertas em ultramar, principalmente a partir do XVI. Onde os relatos de viagens, a descrição de povos e animais exóticos, propiciadas em parte pelas visões edênicas do achamento da América em especial, levava o cartógrafo a ilustrar o mapa com as frotas se deparando com seres fantásticos saídos das imensas vagas marinhas e tudo quanto mais se dava na sua imaginação. O imaginário europeu, em sentido cosgroveano a *paisagem idealizada*, perpassado por mitos greco-romanos antigos e europeus e pelas visões de inferno e paraíso da teologia medieval misturava-se às técnicas já

¹³² “In the Geography, Ptolemy had characterized chorography as the description of particular regions of the earth without concern for their precise relationship in scale or location to larger geographical patterns. Of primary importance in the chorography is rendering the character of a place. Ptolemy emphasized drawing and painting as skills in chorography, rather than mathematics and measurement, because its goal is to give a visual impression of the actual look of the land”.

¹³³ “Each chorography is a bird’s eye view of a small part of the earth’s surface, clearly combining different viewing positions”. Neste sentido os mapas corográficos são mais ricos que os mapas contemporâneos, pois como um pássaro (um Ícaro) o mapa corográfico busca reproduzir a tridimensionalidade, o volume, as cores e a perspectiva da paisagem como se fosse vista de cima, diferentemente do mapa contemporâneo feito de linhas retas e planos, substituindo a paisagem olhada por símbolos geométricos e matemáticos. Não sem razão D. Cosgrove em seus trabalhos remonta a origem dos mapas a essas dimensões da imaginação humana.

em pleno avanço científico da navegação marítima e da ciência astronômica e cartográfica. Assim, com as descrições já bem precisas das descobertas de minas de ouro e prata e dos trajetos marítimos e terrestres mapeados se representavam também cenas de lugares e dimensões habitadas por monstros, cheios de tormenta, oscilando entre mitos infernais e paradisíacos. Os inúmeros relatos dos viajantes que percorreram a América recheados de descrições fantásticas, como Hans Staden e Jean de Léry no Brasil, por exemplo, contribuíam ainda mais para alimentar o pictorismo das representações.

No Brasil um dos primeiros livros do tema escrito herdou naturalmente esse ufanismo fantástico e detalhada precisão nas descrições do território, de suas paisagens e habitantes, à moda de um registro literário e sempre enfatizando as características notáveis dos lugares. Leva o seguinte título: *Corografia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil, Composta e Dedicada a Sua Magestade Fidelissima por Hum Presbitero Secular do Gram Priorado do Crato*. Escrito por Manoel Ayres de Casal e editado na Impressão Regia do Rio de Janeiro, em 1817, possui vários tomos dedicados à nação brasileira. No Tomo I, por exemplo, no índice estão tematizados o descobrimento da América e do Brasil, a grandeza do país, a fauna e a flora (descritas com riqueza de detalhes), as províncias e os “*Quadrupedes Indigenas*”. Interessante que mesmo no começo do século XIX aparecem narradas as Províncias de São Paulo e Paraná. Sobre o Paraná diz nos parágrafos iniciais:

N.º II, Provincia do Paranná. Tem esta Provincia ao Norte a de Matogrosso; ao occidente, e Meiodial o Rio Paraguay; ao oriente o Uruguay e o Paranná, que lhe dá o nome, e a divide em duas partes, pouco desiguaes, Septentrional e Meridional. Esta em zona temperada entre os vinte e quatro graus, e os trinta e tres e meio, com cento e noventa leguas, de comprimento N. S. e para mais de oitenta na maior largura L. O. O inverno, que começa em Mayo, e dura até Outubro, he frigido: o vento reina nesta estação do Sudoeste. O clima he temperado, e sadio, depois d'exceptuarmos os sitios pantanosos, e alagadiços, onde as febres reinam periodicamente em certos mezes. He paiz quasi geralmente plano, e baixo com poucos montes, e serras, e estas sem elevação considerável. O terreno, em grande porção substanciozo, he apropriado para quasi todas as producções da zona torrida, e da nossa Peninsula. Vem-se seáras de trigo e milho, plantações de canas de assucar, d'algodoeiros, de

madioca: as mais lucrozias sam as do matte. Tambem nenhuma destas produções prospéra geralmente em todos os districtos: o trigo quazi só se dá na parte meridional; o matte na septentrional: os pecegueiros tão multiplicadissimos nas derradeiras Ilhas do Paraguay, e terrenos vizinhos, que se decotam frequentemente, para aquestrar os fórnos com os seus ramalhos, não se encontram de S. Fé para o Norte. (CAZAL, 1817, p. 155).

Tem-se, portanto, nesta descrição um exemplo de uma típica narrativa corográfica e, ao mesmo tempo, uma interessante descrição geográfica do possível território do Paraná no começo do século XIX. Especificamente no Paraná uma das conhecidas corografias é a *Chorographia do Paraná* de Sebastião Paraná de 1899.

No século XIX, portanto, a Corografia era a técnica e arte mais utilizada, os mapas do período em sua maioria têm essa forma de apresentação, com as representações entremeadas pelo desenho e a pintura, com realçamento de cores, acresções de informações e narrativas no próprio mapa ou planta e, embora já bastante precisos tecnicamente, sem ainda a utilização das convenções técnicas de mapeamento, legendas, etc. que virão com a evolução da cartografia como ciência no século XX. J. H. Elliott inclusive acrescentava a pintura da paisagem aos seus mapas, a aquarela. O intuito que se depreende aqui da mentalidade do cartógrafo era dar uma visão integrada e completa do lugar e do território retratado, apelando mais para a identidade visual que técnica. A própria designação genérica dada ao profissional da área *Mapista* traz consigo, inclusive no aspecto semântico, esse fluir espiritual que se deveria ter ao retratar os lugares.

Quanto à formação de J. H. Elliott, em específico, como *mapista corográfico* têm-se poucas informações. Possivelmente já tinha talento para o desenho e passou a dominar as técnicas mínimas do desenho e do mapeamento a partir de seus aprendizados na marinha norte-americana e depois brasileira¹³⁴. Pois quando surge na cena paranaense já dominava as técnicas da topografia e cartografia e certamente aprendera técnicas de navegação nas viagens marítimas, mantendo consigo instrumentos de medição e aferição do espaço e do tempo. E possivelmente foram essas razões que o fizeram ser contratado pelo Barão de Antonina como *piloto e mapista* para trabalhar com J. F. Lopes nas explorações geográficas. No século

¹³⁴ Não se tem informações ainda por outro lado do tipo de formação que teve nos EUA antes de ficar sob os cuidados do seu parente e ter se juntado à marinha norte-americana, como já abordado no Capítulo 3.

XIX, no entanto, embora a larga utilização do mapeamento corográfico, a cartografia estava em franco desenvolvimento e já era bem profissionalizada, inclusive com os grandes avanços técnicos na área da agrimensura.

É possível que J. H. Elliott não usasse o teodolito, essencial para medir ângulos horizontais e verticais, pois este instrumento terá um grande avanço mais nas últimas décadas daquele século e ele, possivelmente, não o utilizava. A agrimensura, porém, como um ramo já da topografia, era largamente utilizada nas medições de terra e nas expedições com essa finalidade, com o uso naturalmente de conhecimentos de outras áreas como a matemática, a geometria, a trigonometria, etc. para cumprir suas finalidades. Existem registros históricos e arqueológicos de mais de 5.000 anos da utilização desses saberes para todo tipo de edificação, medição de terrenos, execução de estradas, etc. Na construção das pirâmides do Egito, por exemplo, pesquisas têm confirmado que os egípcios já dominavam há mais de 2.000 anos com perfeição as técnicas da agrimensura.

No entanto, não se podem precisar ainda, por falta de fontes, quais eram os instrumentos que J. H. Elliott utilizava; tornando difícil conjecturar se possuía um teodolito, ou outro instrumento típico do quadro de agrimensor como níveis e sextantes. J. H. Elliott estava em formação na marinha norte-americana quando ficou no Rio de Janeiro, podendo ser que possuísse instrumentos utilizados na navegação marítima. No século XIX para se exercer a função de agrimensor, topógrafo e mapista era comum a utilização do semi-transferidor artesanal e da bússola. Utilizava-se também uma espécie de corrente de 66 pés de comprimento para medir distâncias, existiam também as varas, bastões com algo em torno de 16,5 pés – em torno de 5,5 metros – de comprimento. É possível que J. H. Elliott os tivesse e utilizasse alguns destes instrumentos. Nos seus relatos geralmente descrevia os cálculos, relatava as distâncias e tomava os rumos e, por fim, fazia os mapas dos lugares e distâncias e as plantas e mapas corográficos, mas não cita quais instrumentos utilizava.

Algumas fontes da pesquisa lhe atribuem a execução de planos urbanísticos como o de Tibagi, São Jerônimo e Santa Bárbara; portanto, é certo que detinha um bom equipamento para realizar um trabalho tão especializado à época, inclusive para o Império no contrato com o barão. São inúmeros as plantas e mapas corográficos produzidos por J. H. Elliott no processo de representação da Província

do Paraná que puderam ser levantados e das demais províncias brasileiras e estrangeiras circunvizinhas, o que atesta o grande profissionalismo, o intenso trabalho que realizou também como geógrafo e cartógrafo, além do elevado espírito artístico que possuía (QUADRO 3). E isto se ressalta de suas elaboradas corografias, pois seus trabalhos possuem um apelo artístico muito elevado, distinguindo-se pouco das próprias aquarelas, como se fossem umas complementaridades dos outros¹³⁵.

J. H. Elliott mais do que cartografar, desenhava e pintava seus mapas. Por isso, além do valor histórico-geográfico, possuem também grande valor artístico. Sá de Carvalho (1920) diz que conversou com uma nora de J. H. Elliott quando visitou São Jerônimo e Santa Bárbara pesquisando sobre o viajante-artista na década de 1920 e que esta lhe relatou que seus “*instrumentos de engenharia*” tinham sido vendidos para um prático em agrimensura de Curitiba. No contexto da obra de J. H. Elliott são distinguíveis naturalmente as aquarelas dos mapas e das plantas, pois cada uma destas representações atentava a um objetivo específico e com a pesquisa se demonstrou que o viajante-artista era um profissional cuidadoso e cioso do trabalho que tinha que realizar. No entanto, são indissociáveis do ponto de vista estético e estilístico; elas contêm traços característicos comuns, foram elaboradas nas circunstâncias de um contexto histórico muito singular e suas dimensões simbólicas dialogam profundamente com seu tempo, com os lugares, paisagens e pessoas com as quais conviveu e representou.

¹³⁵ Quanto às aquarelas, a técnica da aguada, em geral, era a mais utilizada, principalmente quando a pintura era tirada *à vista*. E sugere uma série de facilidades que outras técnicas de pintura não permitiriam numa situação em que se estava em trânsito, como no caso de J. H. Elliott viajando por estradas, campos, vales e montanhas rústicas, submetido aos rigores do clima de momento. A aquarela, portanto, pelas suas simplicidades técnicas, era a maneira mais cômoda de se produzir uma pintura. A simples diluição da tinta adequada em água – conforme a técnica com a inclusão de cola, gomas e até mel na composição – para formar a base pronta para ir ao suporte não criava grandes dificuldades, sendo que a água, por exemplo, é um recurso que podia ser obtido com relativa facilidade nas explorações. Além disso, a pintura estava pronta simplesmente quando a água contida na base final evaporava e secava. Em clima mais seco e quente a pintura se consolidava muito rapidamente; o que em trânsito certamente facilitava o seu armazenamento e condução. Por outro lado, esteticamente, a aquarela dá uma leveza à pintura, realçando a luz, atenuando os pontos escuros, captando melhor o movimento da cena e as cores da natureza. Por isso, de certa maneira estudiosos da arte atribuem predominância de características impressionistas nas obras de muitos aquarelistas. Dada algumas características próprias do pintor impressionista, que geralmente pintava ao ar livre, procurando explorar as variações de luzes e as tonalidades dos objetos ao refleti-las.

QUADRO 3: PLANTAS E MAPAS COROGRÁFICOS DE J. H. ELLIOTT, SEGUNDO REINADO.

PLANTAS E MAPAS COROGRÁFICOS	ANO	TERRITÓRIOS REPRESENTADOS
Mappa chorographico de parte da província de São Paulo, incluindo parte das províncias circunvizinhas.	1844-1845	Província de São Paulo, Província de Santa Catarina, Província de São Pedro do Sul, Corrientes, Paraguai.
Mappa chorographico de parte das províncias de São Paulo e Matto Grosso	1844-1847	Província de São Paulo, Província do Mato Grosso, República do Paraguai, Oceano Atlântico do Sul.
Mappa chorographico de parte das províncias de São Paulo e Mato Grosso, aumentada pelas explorações feitas no Baixo Paraguay.	1850-1851	Província de São Paulo, Província do Mato Grosso, República do Paraguai, Província de Corrientes.
Planta das ruínas de N. S. do Loreto sobre o Rio Paranapanema	1852	Ruínas de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó e territórios adjacentes.
Mappa chorographico da Província do Paraná	1855	Província do Paraná, Colônia Militar do Jatahy, territórios adjacentes.
Mappa chorographico da Província do Paraná	1857-1859	Província do Paraná, Província de São Paulo, Província do Mato Grosso, Província do Rio Grande do Sul, Província do Paraguai, Confederação Argentina, Gran Chaco Independente, Oceano Atlântico do Sul.
Planta chorographica da Fazenda de Congonha	1861	Província do Paraná, Fazenda de Congonhas, Aldeamento de São Jerônimo.
Esboço que segue da cidade de Castro para o Porto de Jatahy	1861	Castro, Porto de Jatahy, Aldeamento de São Jerônimo, Fazenda de Congonhas, Colônia Militar do Jatahy, Aldeamento de São Pedro de Alcântara.
Planta chorographica de parte das províncias do Paraná e Matto Grosso	1863	Província do Paraná, Província de São Paulo, Província do Mato Grosso, República do Paraguai, Gran Chaco.
Mappa chorographico da Província do Paraná	1863	Província do Paraná, Província de São Paulo, Província do Mato Grosso, Província de Santa Catarina, Província do Rio Grande do Sul, República do Paraguai, Oceano Atlântico do Sul.
Planta do território do Paraná	1870	Território da Província do Paraná
Planta dos Campos de Xeres ou Vaccaria desde o Rio Paraná até a Vila de Miranda.	1871	Província do Paraná, Província do Mato Grosso, fazendas antes da invasão paraguaia.
Mapa chorographico do Brasil	Século XIX	Províncias do Brasil e Repúblicas vizinhas.

FONTE: Biblioteca Nacional; Mapoteca do Itamaraty; Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Um dos mapas corográficos de J. H. Elliott estudados no trabalho é o seu *Mapa Corográfico 1844-1847* (FIGURA 35). Mapa elaborado pelo viajante-artista como resultado das explorações geográficas de 1844 a 1847, sobretudo as seis entradas e bandeiras já analisadas e que mostra a *nova via de comunicação do porto da Vila de Antonina ao território de Cuiabá*, Mato Grosso. O projeto abrangente das expedições do Barão de Antonina. No canto parte superior esquerdo do mapa assim escreveu:

Mappa Chorographico – De parte das Províncias de São Paulo e Matto Grosso, mostrando a nova via de comunicação do Porto da Villa de Antonina ao territorio do Cuyabá, e Republica do Paraguay, em consecuencia das explorações feitas pelos Sertanistas Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott desde o anno de 1844 ate fins de 1847 em serviço do Barão de Antonina. Dezenhado por João Henrique Elliott.

O intuito principal dessa Corografia era mostrar a nova configuração morfológica do território meridional da Província de São Paulo na Comarca de Curitiba e das demais comarcas após os grandes empreendimentos do barão e, especialmente, os traçados das vias fluviais e caminhos terrestres abertos e mapeados pelos sertões. Neste momento o território, compreendido pela Planície Litorânea, a Serra do Mar e os planaltos interioranos entre os rios Paranapanema, Paraná e as terras mais ao Sul à margem esquerda do Rio Iguaçu, ainda era terras provinciais de São Paulo, portanto não aparece a denominação da Província do Paraná já que ainda não tinha sido efetivamente criada.

Nele se veem nominadas as então Províncias do Mato Grosso e São Paulo e a República do Paraguay. Os caminhos eram ainda exíguos e as vias escassas, já que a maioria das rotas antigas para os sertões do Tibagi e do Ivaí eram indígenas e somente conhecidas por esses, em geral os povos Jê e Tupi-guarani, entre estes últimos os inúmeros grupos dispersos outrora reduzidos nas antigas reduções jesuíticas espanholas.

Pelos traços de J. H. Elliott vê-se que o mapa apresenta uma grande via principal que era a antiga Estrada das Tropas, partindo da Vila de Rio Negro no Sul, passando em sentido Norte por Lapa, Ponta Grossa e Castro. O que se percebe pelo desenho é que a Vila de Castro praticamente concentrava e dispersava uma rede de caminhos. A partir dali a Estrada das Tropas seguia em direção às

Um pouco antes na mesma Estrada das Tropas próxima a região de Faxina o que se percebe também é que havia uma rota Sul que cruzando o Rio Assungui chegava à Vila de Curitiba. E outra em sentido Norte próxima ao Rio Verde onde se localizava a Fazenda Perituva¹³⁶ do barão que seguia em direção ao Aldeamento de São João, onde primeiramente se aldearam os Caiuá e cujo relato é feito por J. H. Elliott na “Emigração dos Cayuaz”. Neste ponto está assinalado no mapa: “*Aldéa de S. João fundado pelo Barão de Antonina com índios reduzidos da nação de Caiuás. 1863*”¹³⁷.

Dos demais caminhos que partiam de Castro, um rumava em sentido leste no território paranaense seguindo para a Vila de Curitiba e outro, mais ao Norte, se estendia para o litoral em direção à Vila de Antonina, onde J. H. Elliott assinalou: “*Nova estrada para a Villa de Antonina*”. Esta via, portanto, foi certamente aberta em razão das novas explorações. Já que um dos objetivos era fazer uma ligação geopolítica e também comercial com um dos principais portos da então Província de São Paulo.

A partir da Vila de Castro se vê também outros dois grandes caminhos. Um deles rumando para o Sul em direção aos domínios do Rio Iguaçu chegando aos Campos de Guarapuava e Palmas. E o outro em sentido Norte seguindo o Rio Tibagi pela sua margem direita. Este último um dos mais importantes certamente nesta análise em razão de ter sido nos domínios dos rios Tibagi e Congonhas que as explorações geográficas realizaram os primeiros reconhecimentos e onde J. H. Elliott e J. F. Lopes estabeleceram também os primeiros posseamentos em nome do barão.

Nas imediações de Castro essa via aberta pelas bandeiras seguia chegando até o até a foz do Rio Congonhas com o Tibagi. Na parte mediana do trajeto uma rota perpendicular mapeada à margem do Rio Lajeado cruza o Tibagi e passando

¹³⁶ No mapa o viajante-artista não nomina a Fazenda Perituva, porém há um ponto marcado entre os rios Verde e Perituva. Seria a fazenda que “esqueceu” de nominar?

¹³⁷ Importante observar que J. H. Elliott pôs a data de 1863 junto à informação do aldeamento. Mas como este mapa trata das explorações de 1844-1847 possivelmente já havia esboçado o mapa anos antes e, posteriormente, foi acrescentando outras informações. Não somente esta, mas inúmeras outras que complementam o mapeamento. Em 1863 foi também o ano que finalizou seu *Caderno de Desenhos e Plantas* e o doou aos capuchinhos, especialmente ao Frei Timóteo de Castelnuovo. Embora este mapa em específico não conste do caderno, talvez neste momento tenha “organizado” e buscado dar uma destinação ao seu trabalho.

pelo Rio das Pederneiras e o Ribeirão de Apucarana chega à Serra da Apucarana, destino da segunda bandeira realizada por J. H. Elliott e J. F. Lopes em 1846¹³⁸.

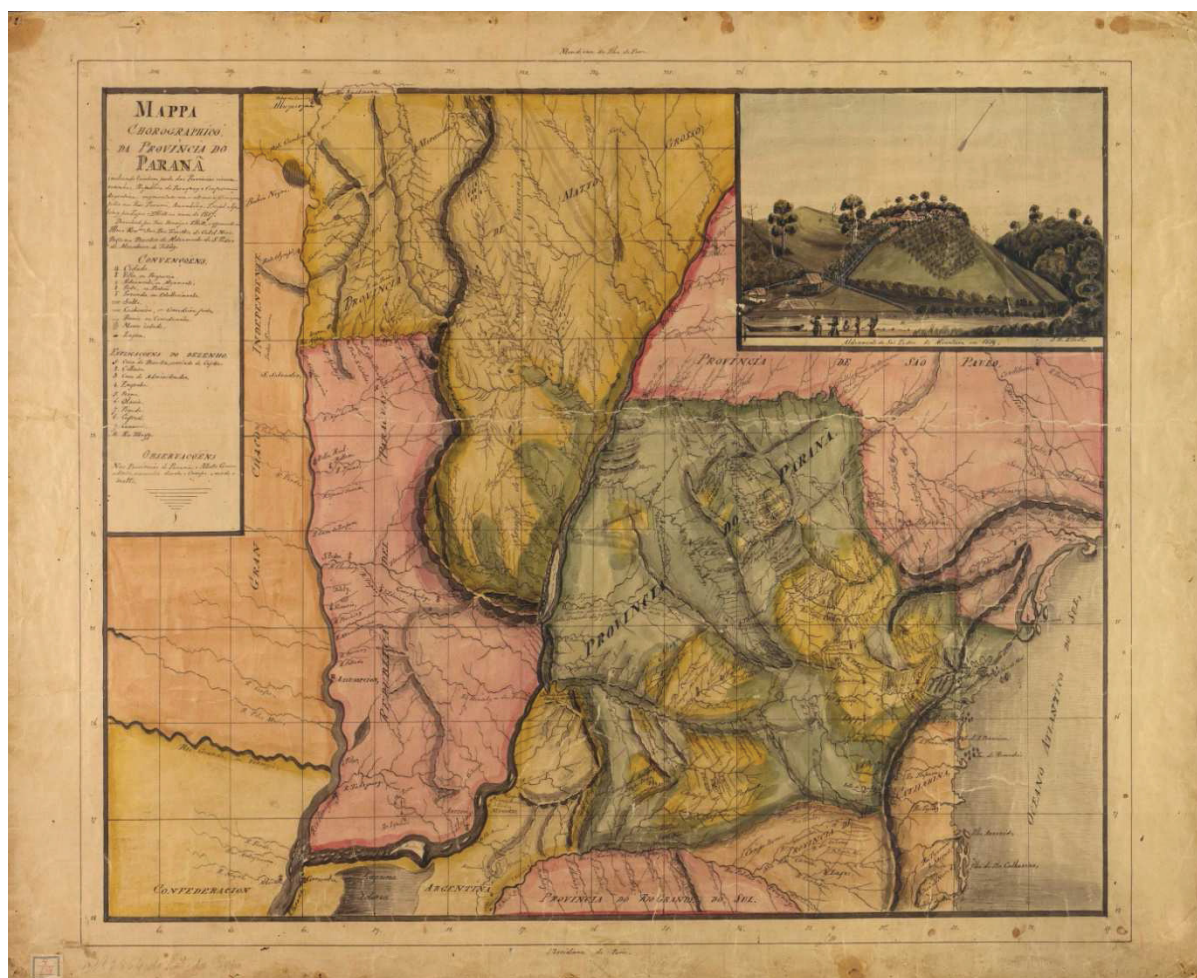
O mapa também assinala o porto à margem esquerda do Tibagi, que ficava nas proximidades do Aldeamento de São Pedro de Alcântara. E justamente a partir deste ponto em seu mapeamento, de onde partiram para as explorações da Província do Mato Grosso, que J. H. Elliott traçou uma grande linha pontilhada seguindo o Rio Paranapanema pela sua margem esquerda até o Rio Paraná, entrando então na Província do Mato Grosso. De lá seguindo pelo Rio Brilhante, atravessando a Serra de Maracaju e entrando pelo Rio Mondego até o Forte de Miranda. A partir do forte o tracejado segue pelo mesmo rio até a Vila de Albuquerque no baixo Rio Paraguai. Este foi o destino final da sexta bandeira em 1847. Deste ponto a rota segue mostrando o trajeto já conhecido à época pela margem esquerda do Paraguai, entrando pelo Rio Cuiabá até a cidade de Cuiabá.

Uma das características dos mapas do viajante-artista é seu extremo pictorismo e o volume muito grande de informações que assinalava. Nele registrava grande parte dos rios então já conhecidos e os demais acidentes geográficos e interpelava informações sobre as áreas de “sertões desconhecidos”, os povos indígenas e, ao mesmo tempo, como eram pintados, com tracejados indicando as serras e as cores determinando áreas de campos abertos e as demais formações geográficas, o mapa ganha um apelo artístico também muito grande, parecendo uma pintura. Essa excessiva informação corográfica, no entanto, permite se analisar detalhes específicos, principalmente quando eles são confrontados com os relatos, que os complementam. De certo modo fornecendo informações específicas que se queiram pesquisar no mapa. Embora exija um exame cuidadoso os mapas de J. H. Elliott são extremamente ricos, não só do ponto de vista da arte corográfica, mas também por essa riqueza de informações geográficas que apresenta do período.

¹³⁸ No relato da segunda bandeira de 1846, J. H. Elliott diz que chegaram ao Rio das Pederneiras, cujo nome foi dado por eles, e um pouco mais adiante desse ponto após subir uma elevada colina é que tirou a Vista da Serra da Apucarana. Neste período também em 1846 começa a surgir a Vila de Tibagi e, também como consequência do projeto de colonização do Paraná, é fundada a Colônia Thereza Cristina em 1847 às margens do Rio Ivaí, cujo líder Dr. Jean-Maurice Faivre foi retratado por J. H. Elliott em uma das poucas pinturas óleo s/ tela que realizou.

Outro mapa importante produzido por J. H. Elliott é o *Mapa Corográfico da Província do Paraná com a reprodução da Vista do Aldeamento de S. Pedro de Alcântara*, 1863 (FIGURA 36). Este mapa já apresenta a Província do Paraná com os principais limites geográficos definidos.

FIGURA 36: ELLIOTT, J. H. MAPA COROGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1863. (COM REPRODUÇÃO DA VISTA DO ALDEAMENTO DE S. PEDRO DE ALCÂNTARA).



FONTE: Biblioteca Nacional, Divisão de Cartografia, RJ.

E é neste mapa que ele acrescentou a aquarela do aldeamento com informações sobre a estrutura da localidade, localização de infraestruturas de produção, portuária, habitações, etc., dispostas e indicadas na legenda do mapa. Na análise já propiciada desta aquarela, datada de 1859, ressalta-se novamente a lavoura de café no alto da colina do aldeamento, o que pode indicar que a disseminação do cultivo do café no Norte Pioneiro do Paraná tenha tido seu início também nos aldeamentos e não somente na expansão das fazendas cafeeiras

paulistas, ou após a chegada dos colonos mineiros, como em geral se descreve na historiografia corrente sobre a formação e o desenvolvimento econômico do Norte paranaense. E esta é uma informação valiosa que o mapa também propicia a partir desta pintura de J. H. Elliott. No título dado ao mapa J. H. Elliott escreveu:

Mappa chorographico da Provincia do Paranã – incluindo tambem parte das Provincias circumvizinhas, Republica de Paraguay e Confederação Argentina, aumentado com as ultimas explorações feitas nos Rios Paranã, Amambay, Escopil e Iguatemy por Lopez e Elliott no ano de 1857. Dezenhado por João Henrique Elliott, e offerecido ao Ilmo. E Revmo. Snr. Frei Timotheo de Castel Novo, dignmo Director do Aldeamento de S. Pedro de Alcantara no Jatahy.

Pelas informações da legenda do viajante-artista fica claro que ele “aumentava” o mapa já desenhado com novas informações; neste, em específico, acrescentou informações das explorações feitas em 1857. Esta exploração ocorreu apenas alguns anos depois que o barão determinou a J. H. Elliott que fizesse a bandeira da grande migração dos Caiuá em 1852, tornando lícito concluir que a cada nova exploração o artista e viajante colhia mais informações sobre o território e a paisagem, novas localidades também surgiam e pontos geográficos eram nominados e renomeados e, assim, cada vez mais o território ia se transformando morfológicamente a partir das representações geográficas que constantemente se produziam sobre ele.

Muitos detalhes novos, portanto, aparecem neste novo mapeamento. A rede de caminhos é aumentada, a Vila de Palmeira que não foi representada no primeiro mapa já aparece no trajeto da Estrada das Tropas com dois ramais perpendiculares, um levando aos Campos de Palmas e outro em sentido a Curitiba. Ao mesmo tempo, observa-se com mais clareza a rota marcada de Castro até a Vila de Itapeva, passando por Itapetininga e Sorocaba e chegando a São Paulo. As cidades de São Paulo e Curitiba neste momento já se mostravam como as principais localidades da região.

Nos campos sulinos já aparece também bem acentuada na Corografia a Povoação de Belém, futura cidade de Guarapuava. E um caminho traçado a partir do Aldeamento de São Pedro de Alcântara, a partir do porto do Tibagi construído nas primeiras bandeiras, leva quase em linha reta às ruínas das antigas reduções de Santo Inácio Menor e Nossa Senhora do Loreto, na confluência dos rios Santo

Inácio e Pirapó com o Paranapanema. E foi nesta última depois das explorações do Mato Grosso que J. H. Elliott lhe encontrou os vestígios em 1852 e onde o barão estabeleceu um aldeamento que levou o mesmo nome da velha redução; que apesar da pouca duração (1855-1862) tinha como objetivo aldear os Caiuá e outros grupos por aqueles sertões. E a sua posição geográfica privilegiada servia de entreposto para as entradas para a Província do Mato Grosso. Neste mapa o viajante-artista localizou também a Colônia Thereza Cristina, uma das mais prósperas até então no território, inaugurada nesse período de intensa colonização. A colônia homenageando a imperatriz fez parte desse grande projeto que em si também encerrava tanto a utopia estrangeira de habitar novas terras em países estrangeiros quanto o ideário de desenvolvimento socioeconômico da nação, via a mão de obra mais especializada do europeu e com o consequente “branqueamento” da população mestiça brasileira.

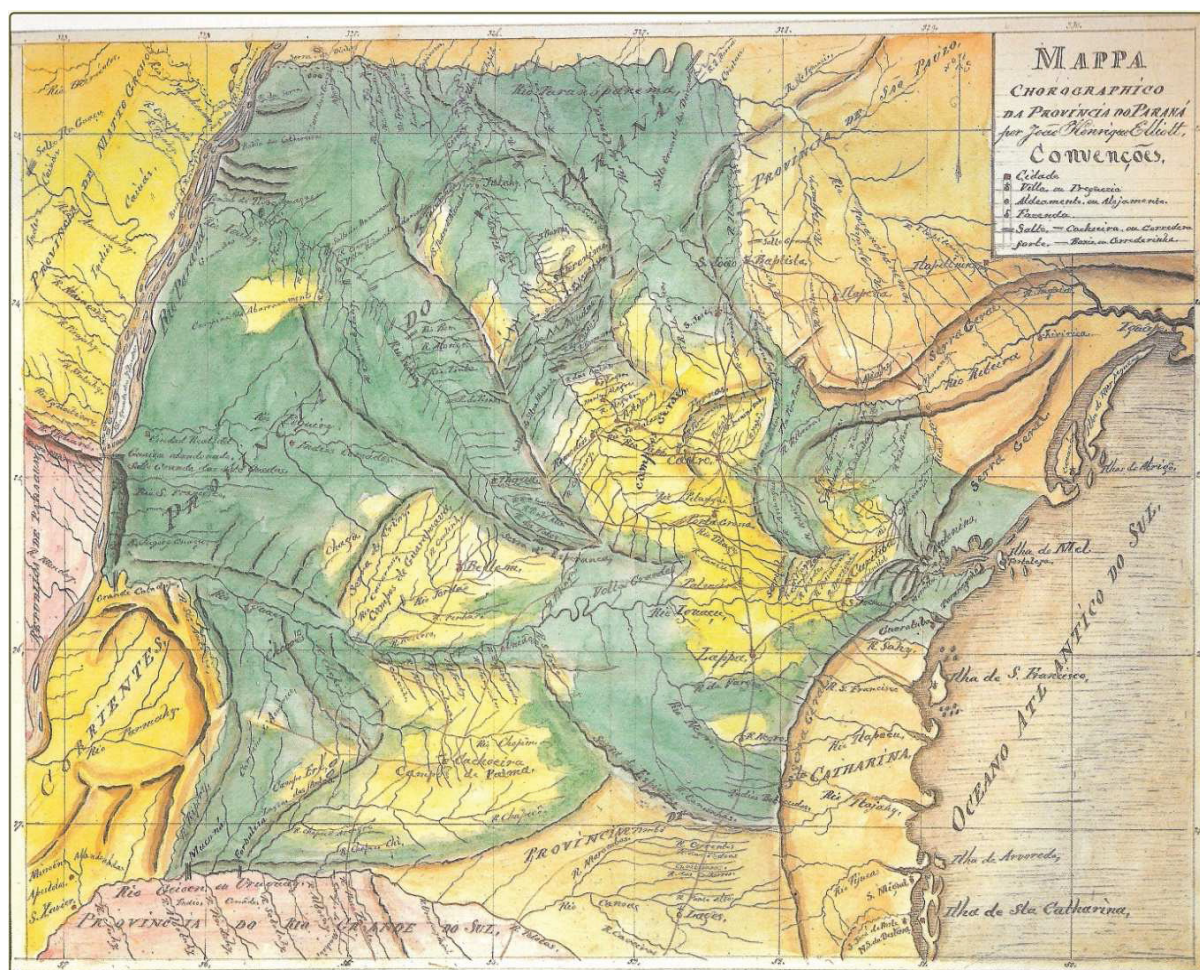
Em ambos os mapas corográficos, o de 1844-1847 e este, em suas porções Norte aparece bem destacado o Salto Grande, ou a Cachoeira, dos Dourados, região pela qual a primeira bandeira de J. H. Elliott e J. F. Lopes entrou em 1845, quando fizeram o trajeto fluvial por todo o Paranapanema, entrando pelo Rio Ivaí, buscando as reduções e tendo contato com os “bugres” e retornando pelo interior do território até a Fazenda de Perituva. Nesta Corografia, por conseguinte, as fronteiras geográficas do território da Província do Paraná já estão praticamente formadas na representação do viajante-artista a partir da expansão colonizadora do Barão de Antonina, iniciada nos domínios dos rios Tibagi e Congonhas. Ao Norte a divisa com a antiga província donatária, a Província de São Paulo, com o Rio Paranapanema e a Oeste o grande Rio Paraná, fazendo fronteiras com a República do Paraguai, a Confederação Argentina e o Território das Missões, ali também representado. Ao Leste, a rede de caminhos e a povoação cada vez mais acentuada junto às antigas comarcas.

Na porção meridional o território se estendendo até a Serra do Espigão fazendo a divisa com a Província de Santa Catarina; e ao Rio Uruguai, divisando com a Província do Rio Grande do Sul. Porções do território paranaense que depois seriam objetos de disputa e litígio com a Argentina na Questão de Palmas em 1894 e na Guerra do Contestado em 1912-1916. O *Mapa Corográfico da Província do Paraná* e a *Planta Corográfica de Parte das Províncias do Paraná e Mato Grosso*

são os dois mapas que J. H. Elliott incluiu no seu caderno de desenhos e plantas que doou aos capuchinhos em 1863 (FIGURAS 37 e 38). O primeiro possui o mesmo padrão estilístico do mapa anterior onde apresentou também o Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Neste J. H. Elliott modificou somente alguns padrões de cores para representar, sobretudo, as regiões circunvizinhas ao Paraná.

O circuito geral de caminhos e rotas estão traçados, preponderando, sem dúvida, os novos caminhos gerados pelas explorações geográficas e o estabelecimento dos aldeamentos na porção Nordeste do território, acima da Vila de Castro, nas imediações do Tibagi e do Congonhas. Com comunicação direta com a Vila de Itapeva, localidade sede nas proximidades da Fazenda Perituvá do barão, entre os domínios dos rios Verde e Perituvá.

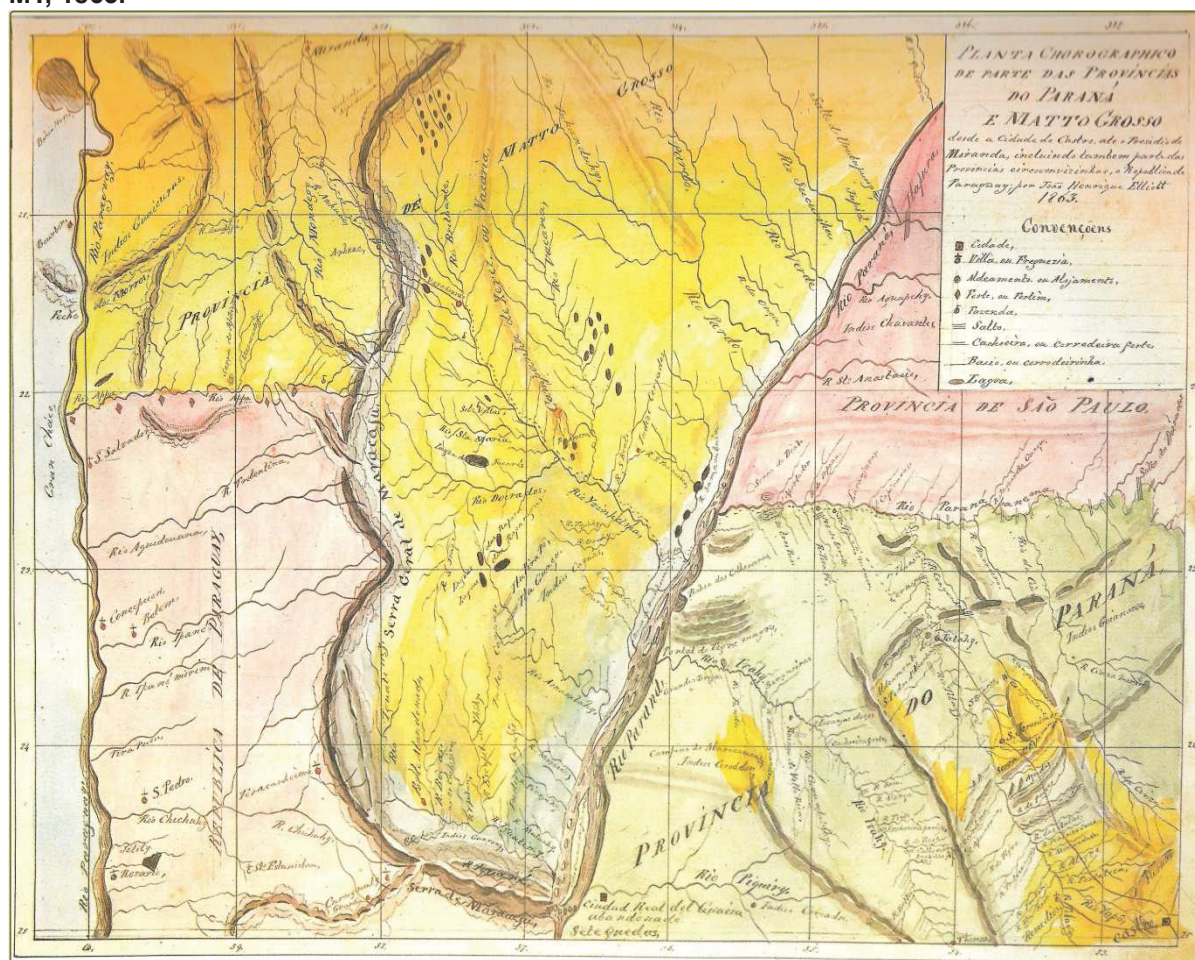
FIGURA 37: ELLIOTT, J. H. MAPA COROGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1863.



FONTE: Coleção Álbum Cimitile, Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Foto: J. L. Carvalho

Como no mapa anterior com a reprodução do aldeamento aparecem também destacadas as ruínas, além de algumas das reduções, das antigas vilas espanholas da *Província do Guairá* nos tempos do domínio espanhol. J. H. Elliott localiza a Ciudad Real del Guairá, antiga capital do Guairá, quase à foz do Rio Piquiri em sua margem direita com a inscrição “Ciudad Real de Guaira abandonada”. Já a cidade de Vila Rica del Spiritu Santo o corógrafo a localiza também a margem esquerda do Rio Corumbataí, quase na sua foz com o Ivaí também com a notação “Villa Rica abandonada”.

FIGURA 38: ELLIOTT, J. H. PLANTA COROGRÁFICA DE PARTE DAS PROVÍNCIAS DO PR E MT, 1863.



FONTE: Coleção Álbum Cimitile, Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Foto: J. L. Carvalho

Desde a primeira expedição geográfica, em 1845, era quase uma obsessão para o viajante-artista e também para J. F. Lopes a localização das antigas reduções jesuíticas e cidades espanholas e isso fica claro pelo relato da primeira bandeira,

quando ficaram dias nas imediações do Tibagi tentando encontrar a redução de São Francisco Xavier; e mesmo o barão tinha também dado ordens expressas de que estas também deveriam ser encontradas. E isto certamente se devia ao fato de que, além de serem antigas possessões já conhecidas da história relatada pelos antigos cronistas, sobretudo paulistas e pelos indígenas, elas seriam também marcos geográficos importantes para se delinear o mapeamento de todo o território. Como marcos referenciais topográficos nos territórios dos sertões. Nestes três últimos mapas também já aparece mapeado o Salto Grande das Sete Quedas no Rio Paraná, logo abaixo das ruínas de Vila Rica do Espírito Santo.

No segundo mapa J. H. Elliott destacou mais a porção Noroeste do Paraná, buscando demonstrar mais as Províncias do Mato Grosso, São Paulo e República do Paraguai. Procurando mostrar também as definições claras de fronteira com o Paraguai, estabelecendo a fronteira Norte deste país com o Mato Grosso no Rio Appa, que nascendo na encosta Oeste da Serra de Maracajú segue para o Rio Paraguai, estabelecendo a fronteira Norte do Paraguai com o Império do Brasil¹³⁹.

O que se pode observar com nítida clareza nos mapas corográficos de J. H. Elliott é que a partir do empreendimento colonizador do barão, o Paraná começa a se expandir para o Oeste a partir da sua porção Nordeste em direção ao Rio Paranapanema, a colonização moderna da região Sul será muito posterior, embora ali já instalada a Freguesia de Belém pelo Padre Chagas Lima no começo do século XIX e as inúmeras possessões já dadas aos colonizadores. A região Noroeste e extremo Oeste nos domínios do curso do Paranapanema, Ivaí e Piquiri e nos sertões do Rio Paraná ainda eram “vazios demográficos”.

E a primeira grande rota moderna de penetração que se estabelecerá em direção ao Mato Grosso, de acordo com as corografias de J. H. Elliott, é o *Caminho dos Aldeamentos Indígenas*, que partindo da Vila de Itapeva, depois de 1853 território da Província de São Paulo, chegava a Castro. E desta localidade, uma dispersora de caminhos, seguia à margem direita do Rio Tibagi¹⁴⁰ passando pelo Aldeamento de São Jerônimo, à margem direita do rio, pela Colônia Militar de Jataí,

¹³⁹ Esta era uma das questões geopolíticas que já preocupavam o Império do Brasil desde a década de 1840, a questão da fronteira com o Paraguai. Em cujos projetos estratégicos de integração do país para garantir os territórios fronteiriços nesta região fizeram parte também as entradas e bandeiras do Barão de Antonina.

¹⁴⁰ O Rio Tibagi neste contexto tornou-se o grande referencial geográfico junto com o Rio Paranapanema para a abertura da via para a Província do Mato Grosso, o Baixo Paraguai e a cidade de Cuibá.

também à margem direita do mesmo rio e o Aldeamento de São Pedro de Alcântara, à margem esquerda. Dali seguindo até as antigas reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio Menor e depois entrando pelo Paranapanema seguia até o Mato Grosso, conforme os planos inicialmente traçados pelo Barão de Antonina. Em uma planta corográfica feita em 1870 (FIGURA 39) J. H. Elliott esboçou justamente essa conformação geográfica de caminhos e ocupações, buscando mostrar o trajeto desde essa região até o Mato Grosso. Na inscrição identificatória da legenda fez a seguinte demonstração:

Planta da 1ª secção da estrada que segue da Província do Paraná para a do Matto Grosso, desde a Fazenda do Vorá (8 legoas , N.N.O da Cidade de Castro) até a Colonia Militar do Jatahy; incluindo tambem parte das propriedades particulares, e terras nacionais circunjacentes; pelo ajudante da Comissão João Henrique Elliott, 1870.

Saindo da Fazenda de Vorá, perto do Rio da Faxina, imediações da antiga rota para a Serra da Apucarana, o caminho passa pela Fazenda Fortaleza, segue pela margem do Tibagi, corta a Serra da Esperança, encontra outros caminhos que tem vindo do Sul nele se bifurcam e chega à colônia militar, passando por ela e depois cruzando o rio para o Aldeamento de São Pedro de Alcântara. E de lá segue para as reduções do Paranapanema, neste ponto J. H Elliott assinala “Estrada para S. Ignacio Menor”, a região dos vestígios das reduções no Paranapanema. Nela estão traçados também os rios Congonhas e das Cinzas e propriedades adjacentes que se desenvolviam na região. Esta via, pois, tornara-se o veio pelo qual após 1844-1847 muitas das explorações agora utilizavam. O fato de assinalar na identificação da planta “pelo ajudante da Comissão”, pode significar que neste momento participava de mais alguma entrada para manutenção ou ampliação nos domínios dessa rede de caminhos.

Muitas das plantas e mapas corográficos de J. H. Elliott, especialmente os mapas, passaram a ser copiados e reproduzidos. No Arquivo Histórico do Exército no Rio Janeiro, entre outras instituições, encontra-se um acervo muito rico de mapas, muitos corográficos, representando as muitas incursões de exploração pelos sertões da antiga Capitania e depois Província de São Paulo. Muitos com as explorações geográficas na 5ª Comarca, o futuro território do Paraná, mas com a conformação geográfica moderna do território até então os mapas de J. H. Elliott têm

6.2 MAPAS E AQUARELAS DO PARANÁ

A Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, dentre seu importante acervo cartográfico tem sob sua guarda o conjunto de mapas e desenhos em aquarela, encadernados em um álbum intitulado *João Henrique Elliott – Desenhos e Planta de Parte das Províncias do Paraná e Matto Grosso*. Esse conjunto raro de iconografias sobre o Paraná e o Mato Grosso se constituía em acervo pessoal de J. H. Elliott e foi doado por ele ao Frei Timóteo de Castelnovo no Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Na mapoteca o documento é também cadastrado como “Coleção Álbum Cimitile”; uma alusão ao Frei Luiz de Cimitile, que dirigiu o Aldeamento de São Jerônimo depois de J. F. Lopes. Datado de 1863, reúne parte de sua produção desde as primeiras incursões pelo território a serviço do Barão de Antonina nas décadas precedentes.

O raro álbum possui ao todo dezoito iconografias (QUADRO 4). Entre estas a maioria delas são de aquarelas originais do viajante-artista, muitas das quais utilizadas neste trabalho. Outras tantas são as aquarelas representando também a Província do Mato Grosso, suas paisagens e indígenas com os quais ele conviveu também durante as explorações geográficas. Constam apenas dois mapas corográficos da Província do Paraná que foram aqui estudados na seção anterior; o *Mapa corográfico da Província do Paraná, 1863* e a *Planta Corográfica de Parte das Províncias do Paraná e Mato Grosso, 1863*.

Como todos os trabalhos foram datados por J. H. Elliott verifica-se que a iconografia mais antiga é de 1845 e as mais recentes de 1863. Portanto, o documento compreende obras do viajante-artista num período de 18 anos, desde as primeiras entradas e bandeiras realizadas junto com J. F. Lopes, passando pela criação da Província em 1853 e a fundação do Aldeamento de São Jerônimo em 1859. O material é bem encadernado e conservado, embora não se tenha ainda a informação de que tenha passado por processo de restauração. O viajante-artista, certamente, o organizou e elaborou a tematização original do seu trabalho. Na capa inscreveu o título com o qual queria representar o material e fez dois belos desenhos aquarelados representando paisagens do Paraná, um representando os arredores da *Colônia Militar de Jataí* e outro os *Campos de Palmas* no Sul do Estado.

QUADRO 4: CONTEÚDO DO CADERNO DE DESENHOS E PLANTAS DE PARTE DAS PROVÍNCIAS DO PARANÁ E MATO GROSSO DE J. H. ELLIOTT, 1863.

ITEM	DESCRIÇÃO DO VIAJANTE-ARTISTA
Planta	Chorografica de parte das Províncias do Paraná e Mato Grosso, 1863.
Aquarela	Aldeamento de São Pedro de Alcantara, 1859.
Aquarela	Aldeamento de São Jeronimo, 1863.
Aquarela	Aldeamento de Nossa Senhora de Loretto do Pirapó, 1857.
Aquarela	Alojamento dos Indios Cayuás nas margens do rio Amambahy, Província do Matto Grosso, 1857.
Aquarela	Indios Cain-gangue ou Coroados em correria de caçadas: Província do Paraná, 1863.
Aquarela	Indios Guaicurus, que habitão os campos sobre o Rio Paraguay no Presidio de Miranda. Matto Grosso, 1863.
Aquarela	Indios Guatôs ou Canoeiros, 1863.
Aquarela	Alojamento de Cayuás, 1863.
Aquarela	Salto do Itu Guaçu no Rio Amambahy – Província do Matto Grosso, 1863.
Aquarela	Serra de Apucarana visto da distancia de 2 ¹ / ₂ legoas; ficando O.N. O 1863 “viagem exploradora de Lopes e Elliott em 1846”.
Aquarela	Vista no Rio Paraná, tirada ponta superior da ilha da meia lua, 1863 “viagem exploradora de Lopes e Elliott em 1847”.
Aquarela	Canal esquerda do Salto Grande dos Dourados no Rio Paranapanema – Província do Parana, 1863 “viagem exploradora de Vergueiro, Lopes e Elliott em 1845”.
Aquarela	Vista no Rio Iguatimy – Província do Matto Grosso, 1864 “viagem exploradora de Lopes e Elliott em 1857”.
Aquarela	Vista Serra da Graciosa. Tirado da chacara do Snr. Antonio Alves perto da Villa de Antonina em 1851 “Província do Parana, 1864”.
Aquarela	Serra da Apucarana vista da distancia de meio legoa ficando O.N. O – Província do Parana 1864 “viagem exploradora de Lopes e Elliott em 1846”.
Aquarela	Salto grande do Rio Verde – Província de São Paulo – J. H. Elliott, 1864 “viagem exploradora de Lopes e Elliott em 1845”.
Aquarela	Serra de Apitinga ou Margarida Quei – J. H. Elliott, 1864 “viagem exploradora de J. H. Elliott 1850”.
Aquarela	Fazenda Sete Voltas, 1864 “viagem exploradora de J. H. Elliott 1850”.
Mapa	Chorographico da Província do Parana (meridianos: ilha de ferro e meridiana de Paris).

FONTE: Caderno de Desenhos e Planta de Parte das Províncias do Paraná e Mato Grosso de J. H. Elliott – Coleção Álbum Cimitile. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

suas aquarelas, assim quase todas elas contêm uma descrição sucinta na base do desenho com a identificação escrita à mão da paisagem representada (no álbum, em especial, todas as pinturas estão informadas)¹⁴¹. Em razão disto, suas aquarelas e desenhos, assim como os mapas, possuem um estilo muito pessoal e podem ser identificados com clareza. Em 1863 vivendo em São Jerônimo e, por certo, com as explorações e a manutenção das vias já não mais tão frequentes, possivelmente J. H. Elliott quis organizar os trabalhos que ainda tinha consigo. E ao doá-lo aos capuchinhos também sabia que este seria conservado com zelo pela ordem religiosa¹⁴². Seguramente queria e sabia o viajante-artista que estava deixando um documento importante sobre o Paraná geo-historiográfico para a posteridade. E neste sentido, dada à importância deste material que esta pesquisa levantou e analisou, são suscitadas também duas novas indagações para a História da Geografia regional: não seria o Caderno de Desenhos e Plantas o primeiro “*Livro de Geografia*” do Paraná Província e J. H. Elliott realmente não poderia ser considerado também o primeiro *Geógrafo* do Paraná provincial? A partir deste trabalho, sim.

¹⁴¹ Em geral nas obras que foram publicadas sobre J. H. Elliott, geralmente álbuns e enciclopédias, os organizadores retiraram as suas descrições escritas das aquarelas; por motivos específicos da publicação, no entanto atentando quanto ao valor histórico, geográfico e corográfico da representação.

¹⁴² As fontes tem demonstrado que Frei Timóteo de Castelnovo entregou o material sob os cuidados ao Frei Gaetano de Messina, o Prior da Ordem no Rio de Janeiro, estes o conservaram com o devido zelo. Hoje acervo da Mapoteca do Itamaraty como parte da importante memória cultural do Paraná e brasileira.

6.3 TERRA, PERSONAGENS, PAISAGEM

Chegamos assim a uma decomposição da história; ou, se se quiser, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social e de um tempo individual. Ou ainda, se se preferir, à decomposição do homem num cortejo de personagens.

Fernand Braudel¹⁴³

Chega-se assim a inevitabilidade de um desenlace deste trabalho. Foi preciso, porém, percorrer um cenário geográfico e histórico mais longo e amplo para se chegar às paisagens pretéritas retratadas pelo viajante-artista, unindo de forma sistemática os elementos representacionais de sua obra. Nas inferências introdutórias se julgava que esses indicariam, num recorte de tempo histórico, uma conformação geográfica específica, o Paraná em formação no Segundo Reinado. E isto se vê comprovado. Com os relatos das explorações penetrou-se nos lugares dos sertões e através das pinturas e dos mapas foi possibilitada uma (re)composição dos cenários do passado. Com isso, prova-se também a tese de serem esses mapas, no período estudado, os precursores da representação cartográfica desta Província que então oficialmente se formava. Neste cortejo dado pela sobrevida iconográfica das paisagens, frutos da vivência de John Henry Elliott, foi preciso revelar e (de)compor, também inevitavelmente, a terra e seus outros personagens.

6.3.1 TERRA

A Lei Imperial nº 601 de 18 de setembro de 1850, ordinariamente conhecida como “Lei de Terras”, e o Decreto nº 1318 de 1854, que a executa, constituem-se em documentos fundamentais para se entender a moderna ocupação e posse territorial no Brasil, e no Paraná por consequência, e que vai estender-se por todo o século

¹⁴³ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na Época de Felipe II*. 1983, p. 26. (Prefácios).

XX, culminando com o modelo agrário que temos em nossos dias (AZANHA, 2001; FONSECA, 2005)).

Até esse momento já haviam se passado mais de trezentos anos de regime colonial baseado no sistema de capitanias hereditárias, cujo trabalho se sustentava na escravidão e a espoliação dos nativos era uma condição natural. As capitanias, porém, devido à imensidão continental do país e a ocupação litorânea acabaram por estabelecer a vida econômica da colônia nos territórios do Leste. “Abandonadas”, ou ainda não devidamente colonizadas, as vastas regiões do Oeste, os sertões, só serão definitivamente ocupados no século XIX, conforme Sposito (2006).

Regiões onde ainda se situavam a maioria dos povos indígenas, inúmeros deles num contínuo e constante processo de reocupação migrativa em razão da pressão colonial nas faixas mais próximas ao litoral. Muitos povos Tupis da costa já haviam sido exterminados no século XVI e os que não o foram estavam assimilados ou escravizados pela colonização lusa.

O caput da lei já explicitava qual realmente eram os propósitos fundamentais que continha, trazendo a seguinte redação: *“Dispoem sobre as terras devolutas no Imperio, e ácerca das que são possuidas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legaes, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas a titulo oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colonias de nacionaes, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na fórmula que se declara”*.

Portanto, o projeto subjacente era tanto organizar as sesmarias, principalmente aquelas que não se encontravam regularizadas, como diz o próprio texto. Urgia naquele momento regularizá-las, pois embora a maioria estivesse, obviamente, nas mãos das elites nacionais, entre esses muitos nobres, muitas vezes em consórcio com empresas nacionais e estrangeiras, grandes extensões contíguas, e descontínuas dessas terras eram constantemente “posseadas” por esses proprietários sesmeiros, ou seus agregados, e se encontravam sem nenhum amparo legal.

Muitas das terras ocupadas por esses “posseamentos”, anteriores à legislação, eram geralmente grandes extensões de áreas indígenas, em territórios onde ocorria o constante avanço colonizador imposto através das armas e da

catequização. É bastante exemplar o caso dos campos sulinos Jê do Paraná. Com a instituição dos aldeamentos e das colônias militares nas províncias, o constante “arrebanhamento” de indígenas naturalmente deixou grandes extensões de terra à disposição para exploração econômica, a maioria delas ainda não modernamente agriculturas ou pastoreadas.

Conforme Wissenbach (1955) as explorações através dos sertões como as que promoveram o Barão de Antonina foram casos típicos do processo. O conceito de “sertão” se aplicava justamente a esses lugares ermos, onde habitavam povos indígenas e brasileiros miscigenados iletrados, geralmente convivendo sob a forma agregada em pequenos lotes agrários. Com as entradas os empreendedores iam tomando posse desses territórios, que obviamente poderiam ser regularizados com tal legislação, ao mesmo tempo em que também alargavam as fronteiras, garantindo sua nacionalização na relação com os países vizinhos, um dos pressupostos da própria lei. Observado que nos limites do Império essas posses passaram a ser cedidas gratuitamente numa faixa de dez léguas, ou seja, 66 km. Por isso, muitos posseamentos praticados por grandes empreendedores nas faixas de fronteiras, que acabaram gerando conflitos posteriores que a história brasileira registra.

Imperava, portanto, duas lógicas: a lei mandava regularizar as sesmarias e as posses “mansas e pacíficas” e que então elas deveriam ser cedidas a título oneroso. Só possuiria terra quem poderia pagar, quer proviessem de herança sesmeira ou de posse, cuja designação *mansa e pacífica* em nenhum momento pode ser entendida como legal. Por outro lado, poderiam elas ser então vendidas, ou negociadas, para o estabelecimento das colônias, tanto de nacionais como de estrangeiros. As demais terras eram consideradas devolutas, ou pertencentes ao Estado.

Portanto, um dos mais importantes pressupostos da lei era a garantia de terras para a colonização estrangeira, disponibilizando áreas especialmente para as colônias de imigrantes. Pois, ao promover a imigração esperava-se nesse projeto nacional modernizar a nação com a vinda dos estrangeiros. É uma lei fundamental para se entender a definitiva apropriação das terras indígenas e dos pobres do campo, visando resolver especialmente o “problema do índio” no contexto da integração nacional e a modernização e europeização da nação com a moderna colonização.

Ao mesmo tempo em que também se buscava resolver o problema de mão de obra no país, toda ela sustentada até então na escravidão africana. Já que em 1845, a Inglaterra havia aprovado a *Slave Trade Suppression Act (Aberdeen Act)* proibindo o tráfico transoceânico de escravos africanos e exercia constante pressão sobre as nações escravocratas. Interessante observar que a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravos, foi aprovada em 4 de setembro de 1850 e a Lei de Terras em 18 de setembro do mesmo ano. Portanto, praticamente juntas. A partir da Eusébio de Queirós, o trabalho deveria ser assalariado e o Brasil se viu na emergência de garantir mão de obra para o seu desenvolvimento, na iminência de uma grave crise econômica pela perda do labor escravista¹⁴⁴.

No Artigo 1.º ficou estabelecido que ficassem proibidas futuras aquisições de terras devolutas que não fosse por compra. Desse modo, organizava-se o país agrariamente permitindo que somente os grandes proprietários pudessem adquirir novas terras, já que os pequenos não dispunham de capital para nenhum tipo de compra. É o processo de monetarização da terra no Brasil que naturalmente só passaria a ser acessível a quem pudesse pagar, capitalizando o Estado.

No Artigo 3.º, quando da definição do que seriam terras devolutas, Parágrafo 2.º, outra ceifa nos pequenos proprietários, determinando que mesmo terras que estivessem em domínio particular, mas não herdadas de sesmarias ou outras concessões do Governo, tornavam-se devolutas. Este artigo propiciava ao Governo Imperial tomar terras de pequenos proprietários brasileiros, que embora ocupassem a terra por longos anos não as tivesse legalizado. Muitas das colônias e empreendimentos urbanos no país foram feitos sob esse estatuto, o da desapropriação. No Artigo 12, isso fica bastante claro quando estatuiu: “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1.º, para a colonização dos Indígenas: 2.º, para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de Estabelecimentos publicos: 3.º, para a construção naval”. Ao mesmo tempo, estabelecia a lei prazos para medição e averiguação da situação dessas terras, aqueles que não obedecessem aos prazos perderiam porções de terras não cultivadas. Num país iletrado, a maioria dos ocupantes não

¹⁴⁴ Ver entre outros: GADELHA, Regina Maria D’Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do Século XIX. **1º Congresso Internacional de Escravidão**, Dep. História, FEA/PUC/SP, São Paulo, 1988.

teve acesso à lei e, obviamente, não procedeu à regularização, com isso perdendo suas terras. Terras que depois eram adquiridas junto ao Governo, pois se tornavam devolutas, pelos grandes fazendeiros que tinham influência junto à Corte e os únicos capazes de reconhecer tais procedimentos, pois tinham influência e condições materiais para cumprir a legislação (condição estabelecida no Artigo 14). As não adquiridas eram então destinadas para a infraestruturação da nação.

Para os desejados efeitos da colonização o Artigo 18 dizia: *“O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custas do Thesouro, certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em Estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de Colonias nos lugares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem”*. O projeto de modernização da nação estava em curso, passando pela expropriação das enormes porções de terra dos brasileiros pobres e dos indígenas¹⁴⁵.

Outro dado interessante estava no Artigo 11, que obrigava a partir de então que os posseiros titulassem suas terras, títulos que eram regularizados nas Repartições Provinciais, pagando-se o preço de cinco mil réis de *“Direito de Chancelaria”*, além de mais quatro mil réis de *“Feitio”*. Capitalizava-se a terra, criando totais impedimentos aos pequenos proprietários que viviam da subsistência e não auferiam lucro com suas criações e plantações. Ademais o Artigo 2, assim dizia: *“Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem matos, ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e demais soffrerão a pena de dous a seis mezes de prisão, e multa de cem mil réis, além de satisfação do damno causado. Esta pena porém não terá lugar nos actos possessorios entre heréos confinantes”*. Este artigo foi excessivamente cruel, sobretudo com os povos indígenas, agora migrando em busca de novos territórios, e grupos familiares que viviam do pequeno cultivo. Pois áreas de terra, antes de transumância e que agora fossem devolutas, se “invadidas” para pequenos

¹⁴⁵ Ver entre outros: CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao fim do século XVIII. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan./jun. 2008.

cultivos, coivaras ou pousios, com safras de subsistência, geravam um ato criminoso. Estando tais “invasores” sujeitos à prisão, multa e outras penalidades.

O Artigo 21 criou o órgão regulador de todo o processo: *“Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessario Regulamento, huma Repartição especial que se denominará – Repartição Geral das Terras Publicas – e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descrição das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalisar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonisação nacional e estrangeira”*.

Foi devido ao conhecimento da lei e à influência que possuíam junto à Corte, ou ao órgão regulador, que os grandes fazendeiros, ou pequenos que se tornaram grandes, os nobres, os empresários e empresas ligadas à colonização estrangeira, encontram meios para expandir e regularizar suas terras, ou ficarem ricos. Enquanto isso a colonização moderna do país se fazia, os povos indígenas se viam oprimidos em bolsões de territórios ainda não ocupados pela exploração capitalista e os pequenos proprietários brasileiros, que viviam da subsistência, não encontravam meios de regularizar-se, perdendo por fim suas posses. Esse processo é o que gerou no século XX os imensos latifúndios, com uma massa de brasileiros pobres vivendo de agregados em grandes fazendas.

O Barão de Antonina, portanto, com seu projeto das entradas, dos posseamentos e do desbravamento da nação, a despeito do seu espírito empreendedor, estava como todos os nobres e políticos influentes plenamente envolvido no processo histórico do qual era contemporâneo. Com suas explorações geográficas ajudou a formar o Paraná moderno com o avanço para o Oeste, com a abertura de vias e o auxílio na fundação dos aldeamentos e das colônias militares¹⁴⁶. Mas, ao mesmo tempo, aumentou substancialmente suas propriedades e riquezas. Wachowicz (2010) acrescenta que o Paraná em sua formação moderna, pós-pertencimento à Província de São Paulo, tem início com as explorações e com os aldeamentos e colônias do Norte do Estado. A contribuição do Barão de Antonina e a ação das entradas e bandeiras realmente corroboram tal tese.

¹⁴⁶ Ver também: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil meridional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1955.

6.3.2 PERSONAGENS

A política de catequese capuchinha entrou em decadência e agonizava quando então o Estado republicano se anunciava no final do século XIX. Propiciada pelo Ato Institucional de 1834 que estabelecia como atribuição das Assembléias Províncias a responsabilidade pela questão indígena, por isso a instituição dos aldeamentos.

Todo esse processo que se arrastaria até essas primeiras décadas da República, e com a contribuição da Lei de Terras de 1850, acabou por determinar a expropriação definitiva das terras indígenas, que se consuma com o estabelecimento crescente das colônias de imigrantes que visavam à expansão econômica, o “branqueamento” da nação e o reordenamento por parte do Estado - ou das elites ligadas à Corte - das terras públicas e privadas em função do projeto nacional de integração das Províncias:

Com o fim do tráfico de escravos, promulgado através da lei Eusébio de Queiroz, a substituição da mão-de-obra escrava teria que ser a longo e médio prazo, solucionado pela introdução de trabalhadores livres. Nesse mesmo ano, em 18 de setembro de 1850, foi aprovada a Lei de Terras, com a garantia que sesmeiros, posseiros, grileiros, agregados, dentre outros, não teriam sua propriedade confiscada, nem estariam sujeitos a outros riscos que envolvessem a perda de suas terras. Para a demarcação e o reconhecimento das terras não havia prazos imediatos, ficando a cargo do proprietário escolher quando ia fazê-lo. O intuito principal de legitimar as posses de terras era para que o governo tivesse um controle do que seriam as terras públicas e as terras particulares. (NISHIKAWA, 2007, p. 13).

Os conflitos que por fim seriam gerados entre esses novos colonos imigrantes e os indígenas alcançaram enormes dimensões. É nesse período que a atividade bugreira, por exemplo, foi bastante intensa. Nos Estados do Sul, embora seja um processo que ocorreu em todo país, a caça aos povos autóctones executada pelos bugreiros, caçadores de indígenas, financiados por colonizadores foi trágica. Em Santa Catarina os Xokleng foram quase exterminados através desse tipo de atividade colonizadora¹⁴⁷. A situação no final do século XIX chegou a

¹⁴⁷ Ver: SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos** – a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: EDEME, 1973.

tal extremo que no XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, Áustria, em 1908, o Brasil foi formalmente denunciado pelo constante processo de perseguição e massacre dos seus indígenas.

O trabalho catequista, no entanto, não conseguiu de fato em sua integralidade converter os indígenas à “civilização” e ainda mais, como no caso de São Jerônimo, até facilitando o posseamento futuro dessas áreas destinadas à catequização. Embora os enormes esforços dos freis capuchinhos na gestão dos seus aldeamentos. O caso de São Pedro de Alcântara é um dos mais emblemáticos, pois o aldeamento foi desde seu início administrado pelos esforços, às vezes solitário, do Frei Timóteo de Castelnuovo; que o fez florescer e praticamente o viu desaparecer com o Estado republicano. Quando então o laicismo se instaurou no país e gradativamente fez-se a separação da Igreja e do Estado (FIGURA 41).

FIGURA 41: FREIS TIMÓTEO DE CASTELNUOVO E LUIZ DE CIMITILE COM CRIANÇAS INDÍGENAS ALDEADAS, SÉC. XIX.



FONTE: Departamento de Antropologia, Museu Paranaense, Curitiba.

Com a instalação das ferrovias, por outro lado, os conflitos se acirraram ainda mais. A ferrovia representa nesse momento histórico da transição do século XIX para o XX tanto a consumação do projeto de modernidade nacional quanto à demarcação definitiva dos sertões. Com ela, se pode alcançar os mais recônditos lugares do país, intensificando as atividades econômicas, modificando em definitivo o mapa do território e permitindo cada vez mais os avanços conflituosos em terras indígenas. Conforme Trindade (2009) é por este viés que se ressalta a importância dos irmãos engenheiros André e Antonio Rebouças, empreendedores de muitas linhas rodoferroviárias na Província do Paraná durante o Segundo Reinado:

Também para os Rebouças, a Província do Paraná soava estratégica do ponto de vista de seu potencial econômico e geopolítico, e ambos ansiavam por elevá-la ao que de melhor a tecnologia e os métodos de gerenciamento europeus e norte-americanos pudessem oferecer. O tom por vezes utópico de André é compartilhado também por Antonio Rebouças, embora o último não tenha tido uma produção intelectual significativa, limitando-se à participação em empreendimentos rodo-ferroviários e à exploração fluvial e do território, engajando-se em expedições científicas, sendo a mais notória delas a expedição Christian Palm / William Lloyd, da qual falaremos adiante. Ademais, Antonio Rebouças faleceu prematuramente em 1874, aos 35 anos de idade, ao passo que André viveria até 1898. No entanto, muito da eloquência do abolicionista e reformista social André Rebouças, particularmente suas perspectivas de modernização material, foi feita à base da valorização das iniciativas profissionais e empresariais de ambos na província paranaense. (TRINDADE, 2009, não p.).

E é também nesse cenário que o engenheiro e viajante inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither se inseriu, pois quando encontrou J. H. Elliott nos sertões do Tibagi, em 1874, explorava o Alto e Baixo Ivaí a serviço da expedição *Christian Palm-William Lloyd* (este último, também engenheiro, e um importante artista e viajante e que também deixou pinturas de grande expressão sobre a paisagem paranaense) no projeto *Paraná And Mato Grosso Survey Expedition*. Projeto de exploração e estabelecimento de linhas rodoferroviárias, exploração fluvial e territorial, que tinha os irmãos Rebouças como importantes acionistas. T. P. Bigg-Wither assim relata no seu livro sobre a estada numa das serrarias da

Companhia Florestal Paranaense, em Borda do Campo, final da Estrada da Graciosa, empresa dos irmãos Rebouças:

O Sr. Antonio Rebouças era um *gentleman* de cor, homem de empresa e de grandes conhecimentos, gozando da alta estima do Imperador. Ele era também um dos concessionários da *Paraná and Mato Grosso Railway Surveys*. [...]. Fomos recebidos pelo próprio com grande cordialidade; ele insistia em abrir garrafas e mais garrafas de cerveja em nossa homenagem. Ficamos mais encantados com a amigável e hospitaleira recepção do que surpresos ao verificar não ter ainda saído da terra da cerveja. Muitos brindes e votos de felicidade foram trocados, tendo o Sr. Rebouças manifestado o maior interesse por todas e cada uma das alusões às nossas experiências individuais em seu país. Foi com grande pesar que soubemos da morte prematura desse cavalheiro uns dois anos depois. Não havia tempo para uma visita às serrarias, mas confesso que fiquei surpreso ao verificar que a força motriz era a vapor e não a água. A dificuldade e despesas conseqüentes da colocação de varias peças do engenho no alto da Serra tinham sido enormes e não me saia da cabeça a idéia de que a força hidráulica poderia ter sido aproveitada com a mesma eficiência e por muito menos. Mas, de qualquer forma, todo elogio é devido ao sr. Rebouças, o primeiro a utilizar sistematicamente a ótima madeira daquela região. (BIGG-WITHER, 1974, p. 74-75).

O *Mappa Geral “A Estrada de Ferro de Paranaguá a Corityba e seu Prolongamento até a Foz do Rio Iguassú – Nos Limites do Império com as Repúblicas Argentina e do Paraguay”*, de 1883, em escala 1:1.000.000, da *Companhia Geral de Estradas de Ferro Brasileiras*, mostra bem esse desenvolvimento da ferrovia no Brasil e no Paraná, fruto dessas constantes preocupações de integração nacional, desenvolvimento econômico e controle das fronteiras e da formação do Estado-nação.

Por fim, já na primeira década do Século XX, seria criado então um novo órgão gestor para lidar com a questão indígena face o declínio da gestão capuchinha. O Decreto n. 8.072 de 20 de junho de 1910 instituiu o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Criado, sobretudo, pelos esforços do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, primeiro diretor do novo órgão. O SPI seria extinto durante a ditadura militar em 1967, quando então foi criada a Fundação Nacional do Índio – FUNAI que permanece até os dias atuais.

O Aldeamento de São Jerônimo do Jataí, erguido e administrado por um bom tempo por J. F. Lopes e J. H. Elliott, serve como um referencial e possui um caráter exemplificador de todo esse processo que decorre da segunda metade do Século XIX a culminar até as primeiras décadas do XX. Foi um dos mais bem sucedidos aldeamentos, como São Pedro de Alcântara, no entanto passou por períodos de maior instabilidade do que este último e estas sucessivas crises de certa maneira são elucidativas dos conflitos inerentes ao período e ao posterior fatiamento das terras dos aldeamentos.

A primeira fase, administrada pelo sertanista J. F. Lopes, que vai até 1867 marcou o estabelecimento definitivo das novas ocupações dos sertões, período em que também já haviam se formado inúmeras colônias de imigrantes no Paraná. A segunda até 1882, quando estava sob a direção do Frei Luiz de Cimitile. Nesse momento, às portas da República, a configuração institucionalizada dos novos territórios já começa a mudar, pois neste mesmo ano pela Lei Provincial n.º 709, de 27 de novembro de 1882, o presidente Carlos Augusto de Carvalho criava a Freguesia de São Jerônimo, o germe do que seria um município moderno, como o seriam os demais paranaenses. Não à toa Frei Luiz de Cimitile foi transferido para Guarapuava, em regiões de tardia pacificação e onde o trabalho catequista ainda não se havia totalmente firmado.

Após a nomeação do padre José Juliani, São Jerônimo está praticamente fatiado pelos pedidos de posses – um desses pedidos feito pelo próprio J. H. Elliott, que reivindicava seu “pedaço de terra”¹⁴⁸ – e totalmente descaracterizada da sua conformação original. Terá depois mais quatro administradores civis até 1889, após padre J. Juliani. Quando então D. Pedro II, o patrono dos aldeamentos, das colônias militares e da busca de unificação territorial da nação através da modernidade importada é exilado e, em 1900, o Governador do Estado Francisco Xavier da Silva expede decreto criando agora a Reserva Indígena de São Jerônimo, o território paranaense já possui a conformação moderna, que verá frutificar no século XX com o avanço das cidades modernas e a expansão do café na economia regional e

¹⁴⁸ A partir de 1870, especialmente, começam a ser remetidos à presidência da província cada vez mais pedidos de posses de terras nas áreas do aldeamento, por pessoas que reivindicavam acesso a lotes por direito de uso, ou por serem assalariados no local. Grande parte desses pedidos é oficiada por Frei Luiz de Cimitile e muitos deles tendo a assinatura de J. H. Elliott “*a rogo de suplicante*”; ou seja, atestando a legitimidade do requerente. Sendo que o próprio J. H. Elliott, em 1871, oficia ao Presidente da Província requerendo para si a posse de terras no aldeamento.

brasileira¹⁴⁹. Concomitantemente, esse mesmo processo atingiria também o mais estável de todos os aldeamentos, São Pedro de Alcântara. Quando Frei Timóteo de Castelnovo que o dirigiu com ferrenha persistência de 1855 a 1895, por quarenta anos, após dirigir por um ano em 1854 a Colônia Militar de Jataí, falece neste último ano, entre seus indígenas aldeados e amigos, o Paraná já é uma província republicana.

Todo esse empreendimento e saga acabaram por contribuir com as modernas colônias e cidades que vicejariam no século XX, pois foi através dessas vias fluviais e terrestres abertas dos sertões, desses primeiros núcleos, com os indígenas “domesticados” e o perfil econômico traçado que se herdou um modelo definitivo de ocupação, colonização e formação do Paraná. Ao se verificar o *Mappa Topographico da Provincia do Paraná*, feito pela então *Inspetoria Geral de Terras e Colonisação*, em 1881, é possível verificar esse quadro: um território com uma geografia já redefinida e significativamente ocupado, com em torno de 63 colônias de imigrantes e migrantes já estabelecidas¹⁵⁰.

João da Silva Machado, o Barão de Antonina, já há muito havia falecido, no ano de 1875. E as explorações geográficas, as entradas e bandeiras (ou as entradas e derrotas), já haviam propiciado esse novo curso da história, com sua herança presente nos aldeamentos, nas colônias militares, nas colônias civis, nas nascentes cidades e nessa nova geografia física e humana do território. A paisagem de outrora, vivenciada e retratada por J. H. Elliott, desde as primeiras décadas do XIX, já havia há muito se modificado, restando os vestígios arqueológicos em suas novas conformações paisagísticas e na iconografia da paisagem legada pelo viajante-artista brasileiro de origem norte-americana. Joaquim Francisco Lopes, o sertanista e companheiro inseparável, cuja gravação em pedra na exploração da Serra da Apucarana de 1846 também lhe atesta a posteridade iconográfica, aos poucos vai submergindo na história.

E João Henrique Elliott, o piloto e mapista, o viajante-artista cuja vida se confunde com a obra, passa a viver em São Jerônimo com a família, onde o encontrou o engenheiro e viajante inglês. Mesmo assim, circulando ainda pela

¹⁴⁹ Ver: ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

¹⁵⁰ In: INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E FLORESTAS – ITCF. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. 2. ed. Curitiba: ITCF, 2006, p. 13.

província fazendo pequenos trabalhos oficiais, ou ainda fazendo algumas entradas. Porém, passara a beber frequentemente e muitas vezes se envolvia em alguns conflitos por causa da constante embriaguez. A comunicação oficial apontando a “constante embriaguez” de J. H. Elliott é um dado que em parte é corroborado pelo relato dado por T. P. Bigg-Wither nas visitas que fez ao já idoso viajante-artista durante as longas conversas que tiveram. Pois, o engenheiro num dado momento diz que deu ao “velho”, conforme suas próprias palavras, às escondidas para evitar da esposa as constantes reprimendas, uma garrafa de conhaque (FIGURA 42).

Inevitavelmente, anos depois do seu encontro com o engenheiro inglês, o viajante-artista falece de Uremia em 9 de maio de 1888¹⁵¹. Na aurora do golpe republicano de 1889 e do consequente fim do Segundo Reinado. E é sepultado no Cemitério de Santa Bárbara, onde também foi sepultado J. F. Lopes. Aqueles que haviam sido os responsáveis pela abertura e conhecimento dos sertões do Paraná oitocentista – e também das províncias circunvizinhas – e contribuído para a expansão geográfica da porção meridional do Brasil-nação foram companheiros inseparáveis nas explorações geográficas e por obra do destino também foram postos a descansar juntos.

Por fim um documento final, cabal sobre a situação de decadência dos aldeamentos e que tem São Jerônimo como um dos exemplos, é a exposição elaborada em processo oficial pelo Dr. José Bezerra Cavalcanti, diretor interino do SPI em 1924, que analisa tecnicamente a fundação do aldeamento e reporta a sua decadência¹⁵². O Documento 13, desse mesmo processo, traz o parecer do Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, R. Penido, datado de 14 de dezembro de 1923, deixando claro que a desestruturação causada pelas posses “ilegais” de terras e outros desvios da finalidade inicial dos aldeamentos indígenas tinham decreto seu fim.

¹⁵¹ Uremia: doença dos rins. Conforme apontamento de D. Carneiro que cita inclusive o acesso ao seu atestado de óbito, infelizmente não encontrado para esta pesquisa. In: CARNEIRO, op. cit., p. 32.

¹⁵² Ver: **EXPOSIÇÃO SOBRE AS TERRAS DA POVOAÇÃO INDÍGENA DE SÃO JERÔNIMO, ESTADO DO PARANÁ**. Apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Dr. José Bezerra Cavalcanti (Diretor Interino do SPI). Offício n.º 374, 25.11.1924, XXXVI da República e CII da Independência (com 13 documentos anexos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

passados mais de um século da ocupação moderna e da intensa transformação e desenvolvimento social do território, pois a paisagem é um ente em constante mutação. Na relação com a natureza as sociedades humanas a estão sempre modificando, no entanto não é ela um ente “sem vida”, sem uma historicidade própria, ou historicidades próprias, ela possui uma dinâmica interna, uma narrativa imanente que se projeta para além de sua aparência meramente fenomênica.

Na tese de Cosgrove (1998) a paisagem se constitui também consequentemente num discurso, uma estrutura narrativa que os grupos humanos produzem para identificar a si mesmos nesta relação com a natureza e os demais grupos sociais. No modo de ver, ou no conceito de *Way of Seeing* como define o geógrafo, os homens produzem narrações, impressões próprias sobre a paisagem, com sua maneira específica de concebê-la e descrevê-la. Evidentemente no uso constante da natureza, na vivência, no desenrolar da formação social e da história em desenvolvimento. Neste sentido, existe aqui um duplo: a paisagem tem algo a comunicar sobre si mesma e os diferentes grupos humanos, e evidentemente os seres humanos em sua individualidade, têm sempre algo a comunicar sobre ela, a narrá-la de acordo com os liames da sua cultura e consciência.

Este duplo não quer dizer aqui, naturalmente, que quaisquer paisagens possam existir sem a significação humana, antes sim que a significação nem sempre a toma em sua complexidade e na possibilidade das diversas narrativas históricas que ela encerra – e este é o desafio paradigmático e hermenêutico dos estudos da paisagem com os referenciais de uma Geografia das Representações no campo da Geografia da Cultura.

As paisagens exuberantes do território paranaense com seus rios caudalosos, sua imensidão de matas e campos, a riqueza da flora e da fauna e os vastos sertões, como percorrido no trabalho, também estavam envoltas neste duplo das representações. Para o colonizador e o civilizador era uma paisagem selvagem, rude, que devia ser conquistada, dominada, para que nela penetrasse a civilização colonialista; para os habitantes autóctones ela ainda cumpria outras finalidades, simbólicas e materiais. Nas representações simbólicas dos indígenas, p. ex., a paisagem ainda possuía características anímicas; cumpriam funções espirituais e místicas esses rios imensos, os córregos e as cachoeiras, as matas ora envoltas em mistério, os campos habitados ainda por seres misteriosos que compunham o

panteão imenso das suas mitologias. Os animais os alimentavam, porém faziam parte deste mesmo panteão como seres necessários e que partilhavam a coexistência com os homens.

Para o colonizador ela já havia se transformado também em uma intrusão excessiva de elementos biológicos complexos da natureza que faziam os homens “sofrerem” para sobreviver sobre a terra, para dominá-la e para nela implantar sua avançada tecnologia de conquista e ocupação das vastidões do planeta. Era, portanto, a paisagem, mesma que representada envolta em beleza e mistério como a maravilha pictórica da modernidade, agora predominantemente um estorvo para os empreendimentos materiais com fundamentos capitalistas.

Este estorvo, no entanto, era, ao mesmo tempo, sempre a possibilidade de lucro, já que para o colonialista e investidor capitalista, como o Barão de Antonina, o que se almejava também era a terra como capital. Ou seja, potencialmente em seu valor monetário e de negócio. O que se objetivava concomitantemente ao grande projeto de formar a nação era também auferir quantidades imensas de terras, mas como acúmulo de capital, retirando tudo que dela pudesse gerar algum lucro, aumento de patrimônio pessoal e familiar. Para o Estado-nação que se formava a conquista geopolítica da terra cumpria uma função principal de hegemonia civilizatória. Sem a terra um povo perde parte fundamental do seu universo cultural, sem um território “não existe” um povo.

Mas para o indígena, no entanto, esta mesma terra e a paisagem, embora possuísse papel similar de firmar também valores culturais, continha ainda uma gama imensa de valores espirituais. Assim, o que fundamentalmente se dava nesse encontro de colonialistas, colonizadores e colonizados era também um confronto civilizatório com representações de mundo antagônicas: um confronto e uma transfiguração simbólica¹⁵³.

A hegemonia da natureza dessacralizada se imporá na América. Neste contexto a do europeu conquistador como seu universo político-religioso de origem cristã, suas línguas e seus símbolos à força da conquista dos corações e mentes, com o uso da ciência, das armas e da fé. Neste confronto não estavam se

¹⁵³ Ver: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Pref. Jean Paul Sartre, Trad. Marcelo Jaques de Moraes. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

interpondo somente culturas em diferentes estágios civilizatórios, confrontavam-se, acima de tudo, as distintas representações de mundo, conseqüentemente as distintas representações das paisagens.

O mundo material do indígena e mesmo dos afro-brasileiros outrora desterrados da África para a escravidão ainda era retirado diretamente da natureza, numa relação inevitável de forças espirituais entre os homens, a paisagem e os recursos da terra. Enquanto o brasileiro colonizador, com origem na mentalidade e língua europeia e no modo de ver do europeu, já convivia com um mundo industrializado pré-moderno. Suas roupas, suas armas de fogo e grande parte dos seus utensílios já eram produzidos pela indústria da reprodutibilidade técnica. Pois, o mundo cotidiano já havia deixado de ser para as civilizações ocidentais em franco processo de industrialização uma experiência predominantemente mítico-religiosa, para tornar-se uma experiência material e espiritual manejável pelos regramentos sociais institucionalizados e as legislaturas de princípios filosóficos universais inicialmente herdados das experiências civilizatórias greco-romanas e religiosas cristãs medievais e que passaram a influir no caráter formativo do Estado moderno ocidental.

O universo cultural do indígena era ainda um universo cultural animista e politeísta, que mesmo a catequização das reduções jesuíticas espanholas anteriores ao XIX não conseguiu eliminar. O indígena oitocentista que habitava e vagava pelo território paranaense ainda cultuava misticamente a paisagem na qual se mimetizava¹⁵⁴. Já os colonizadores modernos precisavam abrir cada vez mais clareiras, vias fluviais e estradas e conquistar lugares elevados em meio à natureza, como na segunda exploração de J. H. Elliott e J. F. Lopes à Serra da Apucarana, não para predominantemente deixarem-se penetrar ainda pela imensidão das paisagens abrangentes criadas por deuses, mas para vislumbrar as vastidões de terras a demarcar, possuir e colonizar.

A paisagem cultural oitocentista pretérita paranaense que o viajante-artista vivenciou era radicalmente diferente. As matas densas cobriam quase que totalmente o maciço da Serra do Mar, depois da complexidade paisagística do litoral, entremeadas pelos campos vastos dos Campos Gerais e a densidade imponente

¹⁵⁴ Ver: CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: II – o pensamento mítico**. Trad. Cláudia Cavalcanti, rev. téc. e da trad. Moacir Ayres Novaes Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 263-432.

das matas de araucárias; no terceiro planalto imperava a complexa e rica mata pluvial que partia e chegava aos grandes rios, como o Tibagi, o Paranapanema, etc. A fauna selvagem era abundante e os grandes felinos caçadores desses domínios tropicais espreitavam e compunham o topo da cadeia alimentar silvestre. E as caçadas em território selvagem, tanto para sobrevivência como um “esporte” moderno, era um ofício que também já tinha se tornado corriqueiro entre os homens. Bigg-Wither (1974, p. 382-383) inclusive deixou interessante relato feito pelo viajante-artista em uma das inúmeras conversas que tiveram a volta de uma fogueira, tomando chimarrão em companhia também do Frei Luiz de Cimitile, sobre uma luta espetacular entre possivelmente uma onça e uma manada de porcos selvagens, numa das explorações que fizeram na região dos rios Ivaí e Tibagi.

Com o avanço colonial moderno essas paisagens passadas foram, portanto, sendo constantemente modificadas, cada vez mais manejadas e elas mesmas, naturalmente, como assim sempre ocorreu desde a aurora do homem, perpetrando a constante simbiose de vida e morte com as sociedades humanas. E aqui, pois, se situa a duplicidade alegada e, ao mesmo tempo, a sua historicidade. Pois nas paisagens remanescentes ficam gravados os vestígios deixados pelas culturas humanas, suas obras, objetos e seus simbolismos. Registrados nas rochas, nos caminhos pelo chão, nas águas, nos textos, nas pinturas ou relatos que essas produziram. Tornando a paisagem histórica, um ente vivo e atuante, não só pelas suas características biológicas, mas porque ela possui histórias, mensagens iconográficas e simbólicas.

Assim, podem as ciências como a Arqueologia, a Geografia, a História e a Sociologia resgatá-las das ruínas deixadas pelas ocupações, através das escavações e prospecções arqueológicas e pelos registros iconográficos. E a história, ou as muitas histórias, da paisagem surge do que ela de forma imanente guardava. Quanto mais grupos humanos com ela se relacionaram, tantas mais representações podem ser obtidas, superpostas e justapostas num diálogo com diferentes narrativas geográficas e históricas. Desta maneira, se evocam a paisagem ou as paisagens passadas. Como neste caso a paisagem paranaense a partir das iconografias de J. H. Elliott.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a vida de viajantes, e especialmente de viajantes estrangeiros no Brasil do Século XIX, se revela uma aventura árdua. Num certo sentido não sabemos se não estamos já desde o princípio imbuídos também de certo desejo de viagem – aquele espírito de Geógrafo que leva a querer conhecer lugares distantes, imergindo no espaço e no tempo das paisagens. Ficamos encantados com as mínimas fontes que vão sendo obtidas e começamos a avaliar que estamos próximos de tocar a indelével “alma do tempo”. Mas tão logo, na medida em que essas se tornam cada vez mais heterogêneas, se contradizem e começam a travar um diálogo ruidoso, percebemos que a tarefa não é tão simples.

Tão mais complexo se torna quando a despeito da metodologia bem encaminhada, ou do esforço muitas vezes cartesiano para organizar as fontes que vêm às mãos, quaisquer que sejam as iconografias, percebemos que precisamos do auxílio de outras áreas das ciências. A complexidade dos cenários do século XIX brasileiro requer o concurso de outros conhecimentos quando começamos a organizar e interpretar a documentação sobre o período. Nesse momento, percebemos o perigo de estarmos agindo como diletantes, penetrando em outros campos da ciência e com os quais não se tem a devida familiaridade.

Mas não há outro jeito, é uma trajetória a qual toda pesquisa num momento ou noutro terá que trilhar. Iniciamos uma viagem – abandonando a margem segura do rio do nosso tempo para construirmos uma visão de conjunto – e então só resta ser o mais dialético possível no trato das fontes, extraíndo delas, com visão crítica, o que realmente podem dar. Sabedores de que estamos construindo também um discurso possível, uma narrativa seletiva, dos personagens e do período estudado sob a perspectiva da *Iconografia da Paisagem* – e que para isso desde quando nossa pergunta inicial foi lançada foi sempre o nosso *modo de ver* que já esteve evocando as vivências dos personagens e da paisagem passada.

Os cenários que acabam se descortinando do Brasil no Segundo Reinado são complexos, mas também extremamente ricos em fontes iconográficas. Em razão de ser o momento histórico formador da nação que se queria moderna, independente e soberana, uma nação para qual se buscava oficialmente uma identidade territorial e histórica, sob o ponto de vista de suas elites dirigentes. Pois,

era uma nação ainda jovem. Não haviam se passado mais do que três décadas da chegada da família real portuguesa à colônia, em 1808, quando assume D. Pedro II – o imperador cientista e viajante. O país estava, portanto, em plena escrita da sua Geo-História moderna; por isso o enorme legado iconográfico.

E foi com D. Pedro II, em meio às turbulências políticas, que se buscou consolidar a construção do Estado-nação, buscando-lhe definir uma Geografia e uma História: um território e um “povo”. Com a fundação do IHGB e o desenvolvimento do método proposto por Von Martius procurava-se fazer emergir um passado geo-historiográfico para a *pátria* que se desenvolvia. E as gentes mestiças, os negros e os indígenas em meio a esse cenário constituíam tanto um estorvo como uma perspectiva maniqueísta de futuro: a constituição do povo, a democracia racial se faria pela ciência colonialista, pelo civilizamento e pela ocupação e “amansamento” da própria paisagem – bela, mas “rude e inculta” em seu exotismo tropical.

A paisagem e a representação da paisagem neste estudo ocuparam um papel central, pois o seu significado pitoresco e exótico, suas dimensões infundas, sua exuberância de cores – matizadas pelo sol tropical – e a imensa variedade de flora e fauna é um legado que em muito se deve às descrições representacionais dos viajantes europeus e depois dos brasileiros. Tanto em seus escritos quanto em seus desenhos, mapas e pinturas. Por isso, a assunção teórica principal na Geografia pelo trabalho do geógrafo inglês Denis Cosgrove (2012; 2008; 1998). Pois, um princípio geral que rege a abordagem cosgroveana é justamente a inferência de que os aspectos simbólicos da paisagem são representações da dinâmica complexa das formações sociais. E embora seja a paisagem uma categoria predominantemente física da ciência geográfica, só tem sentido se também compreendida no conjunto das demais atividades econômicas e culturais dos homens e das sociedades. E na perspectiva cassireriana-panofskiana utilizada por D. Cosgrove, dos valores simbólicos que também lhes são inerentes.

Com isso, se procurou verificar a pertinência da obra iconográfica e literária do viajante americano John Henry Elliott no contexto da formação da Província do Paraná, justamente em razão desse processo de construção do Estado nacional. Com isso em vista, ao longo deste foi demonstrada a trajetória do viajante-artista, personagem praticamente desconhecido da Geografia paranaense. Além das

pesquisas com viajantes do XIX serem centradas mais no campo da História, História da Arte e da Sociologia, poucos pesquisadores, sobretudo geógrafos, perceberam a dimensão desse momento histórico e da ação empreendedora do Barão de Antonina e dos “sertanistas” – especialmente do viajante-artista J. H. Elliott – em seu serviço. O território paranaense, embora muito percorrido e retratado desde o século XVI, ainda se caracterizava na segunda metade desse século como “sertões meridionais bravios” da Província de São Paulo.

À medida que se foi desvelando o personagem pela representatividade da sua obra, J. H. Elliott transpôs uma dimensão quase mítica desses sertões paranaenses, das paisagens de outrora e das pequenas vilas onde viveu para o retrato geo-simbólico. E isso só foi possível justamente pela diversidade de fontes deixadas por ele e porque sua *Vivência* pode ser recuperada de sua vida intensa e através da contextualização de sua obra até então multifacetada.

No entanto, aqui é justamente onde residuiu o maior perigo, pois acabamos por nos defrontar com uma espécie de *puzzle*, permeado de lacunas e abismos. Precisou-se realizar uma conexão entre as fontes estudadas para construir um quadro analítico possível do período – a obra de J. H. Elliott nesta abordagem “fala por ele”, mas que só tem sentido se for compreendida na sua trajetória, no seu tempo e na relação com seus contemporâneos. Assim, foi imprescindível estruturar os capítulos do trabalho visando também demonstrar a existência de outros personagens importantes como o Barão de Antonina e Joaquim Francisco Lopes, o sertanista. Pois, foi principalmente entre eles que J. H. Elliott conviveu e construiu sua trajetória quando das explorações geográficas pelos sertões – as entradas e bandeiras ou “entradas e derrotas” como definiam os próprios viajantes em seus relatos.

As iconografias de J. H. Elliott aqui dispostas e estudadas compõem, portanto, um *Corpus Discursivo* de um indivíduo e de um período histórico. E foi demonstrado como é representativa da formação geográfica e social paranaense na época recortada. Na disposição de capítulos inseriu-se também uma discussão sobre o “sertão”, que se julgou ser uma categoria geográfica que deve ser mais estudada no Paraná não somente pela classificação morfoclimática da Geografia Física, mas também no campo das representações na Geografia da Cultura. Pois, o sertão, ou o *lugar geográfico do outro*, nesta abordagem mostra-se tanto como região geográfica como signo social brasileiro desde os primeiros momentos da sua

formação. O sertão, ou os sertões, lugar onde as expedições dos exploradores penetraram – que o viajante-artista retratou – já antes estava neles retratado.

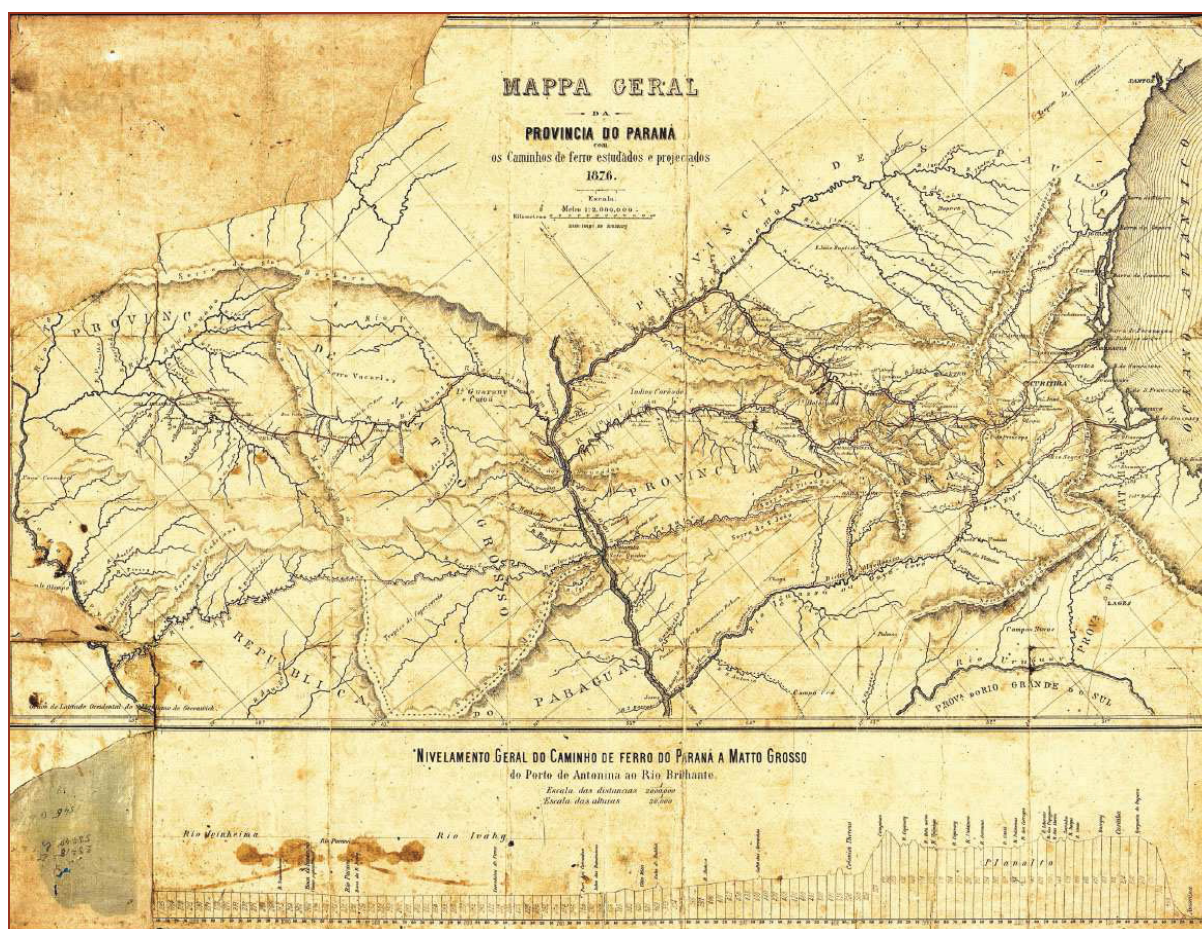
No campo específico da Geografia do Paraná e da História da Geografia inferimos em nosso último capítulo que J. H. Elliott se mostra como precursor da cartografia oficial da Província do Paraná depois da sua institucionalização em 1853. A morfologia oficial do território do Paraná começa a se definir com o advento das expedições colonizadoras do Barão de Antonina e com mapas corográficos que o viajante-artista produziu a partir da década de 1840. Até então as inúmeras representações do território do Paraná não estabeleciam essa conformação geográfica específica do território. Com as entradas e bandeiras financiadas pelo barão, a abertura de vias fluviais e terrestres, a fundação dos aldeamentos indígenas e colônias militares o Paraná começa a se formar como território independente.

As fronteiras geográficas vão se delineando, na parte setentrional o Rio Paranapanema – rota da primeira expedição de J. H. Elliott e J. F. Lopes em 1845 –, na parte meridional o Rio Iguaçu e a Oeste a definição de fronteiras a partir do Rio Paraná. E os mapas de J. H. Elliott são os primeiros a retratar o Paraná com essa morfologia específica – que alguns autores da História e da Geografia Regional positivista irão denominar Paraná moderno. Tanto que depois da atuação política empreendedora do barão e de estabelecida oficialmente a província um dos primeiros mapas oficiais, intitulado *Mappa Geral da Província do Paraná – Nivelamento Geral do Caminho de Ferro do Paraná ao Matto Grosso: Do Porto de Antonina ao Rio Brilhante*, datado de 1876, traz justamente cartografado para o projeto de implantação da malha ferroviária – e para a qual veio trabalhar o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither que encontrou o viajante-artista em 1874 em São Jerônimo – a descrição da *Via de Comunicação do Porto de Antonina ao rio Brilhante no Baixo Paraguai na Província do Mato Grosso* (FIGURA 43).

O mapa traz, desta forma, incorporado à geografia moderna do território o traçado do grande objetivo geopolítico de conhecimento, ocupação e mapeamento das paisagens do sertão determinado pelo Barão de Antonina e, conseqüentemente, via explorada e aberta por J. H. Elliott e pelo sertanista J. F. Lopes em suas explorações desde a década de 1840. Ele indica, de fato, a incorporação oficial por

parte do governo da nova província das vias abertas pelas entradas e bandeiras a serviço do barão. Portanto, cabe a J. H. Elliott, o viajante-artista de origem norte-americana, até onde as fontes pesquisadas e este o trabalho o demonstra, ser também o precursor da cartografia oficial da Província do Paraná – já que esta passa a existir como unidade federativa oficial somente a partir de 1853.

FIGURA 43: MAPA GERAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1876.



FONTE: Coletânea de Mapas Históricos do Paraná. Curitiba: ITCF – PR (2006).

Por fim, em face destas conclusões finais, convém reperguntar se as questões centrais a responder que foram suscitadas a partir das perguntas feitas à tese desde a introdução do trabalho foram suficientemente respondidas.

Quanto ao *Corpus Iconográfico e Simbólico* da paisagem de J. H. Elliott: é este representativo da formação geográfica e social da Província do Paraná e as explorações geográficas do Barão de Antonina, concomitantemente, contribuíram para a institucionalização da província no Segundo Reinado? E, nesse contexto, os

mapas corográficos do viajante-artista são os precursores da cartografia oficial da Província do Paraná? Nossa resposta para isto é sim.

Quanto aos referenciais da *Iconografia da Paisagem* aqui utilizados na perspectiva de uma Geografia da Cultura, no campo da Geografia das Representações e da Geografia das Formas Simbólicas: estes respondem às nossas questões centrais quanto à possibilidade de estudar a paisagem também como forma simbólica e, assim, esta podendo ser interpretada e reconstituída a partir da análise iconológica? Nossa resposta para isto é também sim.

REFERÊNCIAS

1. BIBLIOGRAFIA GERAL

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AICHELE, K. Porter. **Paul Klee's pictorial art**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2002.

ALMEIDA, Cândido Mendes. **Atlas do império do Brasil**: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias. Dedicado a sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II, destinado a Instrucção Publica no Império com especialidade a dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868.

AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos et al. **Manual de normatização de documentos científicos**: de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México - DF: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

ANDERSON, Kay et al. **Handbook of cultural geography**. London; Thousand Oaks and New Delhi: Sage Publications, 2003.

ANDREOTTI, Giuliana. **Paisagens culturais**. Trad. Ana Paula Bellenzier et. al. revisão da tradução Giuliana Andreotti e Iria Zanoni Gomes. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. Minc – IPHAN. **O imperador viajante**: D. Pedro II redescobre o Brasil. Fac-símile de desenhos do imperador de seus diários e cadernetas de viagens preservadas, s/d.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos**: referentes aos indígenas no Paraná Provincial (1853 – 1870). V. 03, Curitiba, 2007. (Coleção Pontos de Acesso).

_____. **Catálogo seletivo de documentos**: referentes aos indígenas no Paraná Provincial (1871 – 1892). V. 04, Curitiba, 2009. (Coleção Pontos de Acesso).

AVE-LALLEMANT, Robert. **1858 viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção Farol do Saber).

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Seleção e textos José Américo Motta Pessanha. trad. Joaquim José Moura Ramos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

BACKHAUS, Gary; MURUNGI, John (Eds.). **Symbolic landscapes**. USA: Springer, 2009.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.) **Un mazzolino de fiori**. V. II e III. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

BARÃO DE VASCONCELLOS; BARÃO SMITH DE VASCONCELLOS (Orgs.). **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lousanne: Imprimiere La Concorde, MLCCCCXVIII.

BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão**: e a construção do Brasil. Trad. Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. Translated by Richard Miller. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1989.

BARTHELMESS, Arthur. **Dr. Faivre**: ópera relâmpago em 2 Atos. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

BAXANDALL, Michael. **Patterns of intention**: on the historical explanation of pictures. Yale University Press: New Haven, 1985.

_____. **O olhar renascente**: pintura e experiência social na Itália da renascença. Trad. Maria Cecília Preto R. Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BELTING, Hans. **Antropología de la imagen**. Trad. Gonzalo Maria Veléz Espinosa. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Capitalism as religion**. Translated by Chad Kautzer. Fragment 74 "Kapitalismus als Religion", v. VI, Benjamin's Gesammelte Schriften, edited by Rolf Tiedermann and Hermann Schweppenhäuser, p. 100- 103.

_____. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

_____. **The work of art in the age of its technological reproducibility, and other writings on media**. edited by Michael W. Jennings, Brigid Doherty, and Thomas Y. Levin; translated by Edmund Jephcott [et al.]. USA: President and Fellows of Harvard College, 2008.

BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil meridional**: a Província do Paraná – três anos em suas florestas e campos (1872/1875). Rio de Janeiro-Curitiba: Livraria José Olympio Editora e UFPR, 1974.

BLACK, Jeremy. **Mapas e história**: construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005.

BOND, Rosana. **A história do caminho do Peabiru**: histórias e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico. V. 1. Rio de Janeiro: Ed. Aimberê, 2013.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. V. I e II. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1983.

_____. **La dinámica del capitalismo**. Trad. Rafael Tusón Calatayud. México – DF: Fondo de Cultura Económica, 2002.

_____. **Las ambiciones de la historia**. Barcelona: Editorial Critica, 2002.

BROTERO, Frederico de Barros. **Barão de Antonina**: apontamentos genealógicos. São Paulo: Salesianas, 1940.

CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. **Naufragios y comentarios**: Madrid: Calpe, 1902.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Trad. Nilson Moulin. 2 reimp. São Paulo: Cia. de Bolso/Editora Schwarcz, 2002.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta do escrivão da feitoria de Calicute ao rei D. Manuel, datada de 1º de maio de 1500**. Arquivo Nacional da Torre do Tombo; documento original digitalizado; código de referência: PT/TT/GAV/8/2/8. Lisboa, Portugal.

CARNEIRO, David Antonio da Silva. **A influência norte-americana nas artes plásticas do Brasil**. Curitiba: Rotary Club, 1943.

_____. **História da guerra cisplatina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

_____. **John Henry Elliott e outros pioneiros americanos no Paraná**. Curitiba: Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba e Editora Educa/PUC-PR, 1987.

CARNEIRO, Newton I. S. **Iconografia paranaense**: anterior à fotografia. Curitiba: Impressora Paranaense, 1950.

_____. **As artes gráficas em Curitiba**. Edições Paiol. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1976.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Dom Pedro II**. Élio Gaspari e Lilia M. Schwarcz (Orgs.). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. V. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação – 1808/2010).

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (Org.). **Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CASSIRER, Ernst. **Individuo y cosmos en la filosofía del renacimiento**. Buenos Ayres: Emecé Editores, 1951.

_____. **Substance and function and Einstein's theory of relativity**. Chicago: The Open Court Publishing, 1923/New York: Dover Publications Inc., 1953.

_____. **Antropología filosófica**: introducción a una filosofía de la cultura. 5. ed. México: FCE, 1968.

_____. **Kant's life and thought**. Translated by James Haden; Introduction by Stephen Körner. New Haven and London: Yale University Press, 1981.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria-editora Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAZAL, Manoel Ayres de. **Corografia Brazilica** ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil, Composta e Dedicada a Sua Magestade Fidelissima por Hum Presbitero Secular do Gram Priorado do Crato. Rio de Janeiro, Impressão Regia, MDCCCVII, N.º II.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Trad. Efraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **El presente del pasado**: escritura de la historia, historia de lo escrito. 1. ed. México - DF: Universidad Iberoamericana, 2005.

CHI, Lu. **Wen fu**: sobre el arte de las letras. Trad. José Luis Bobadilha Acevedo. México - DF: Editor José Luis Bobadilha Acevedo, 2010.

CHRISTLIEB, Federico Fernández. Geografía cultural. In: **Tratado de geografía humana**. Dirección de Alicia Lindon y Daniel Hiernaux: Anthropos Editorial; México-UAM, Div. Ciencias Sociales y Humanidades, 2006; 652 p. 220.

CLAVAL, Paul. **La fabrication du Brésil**: une grande puissance en devenir. Belin, 2004.

_____. **A geografia cultural**. 4ª ed. rev. trad. Luís Fugazzola Pimenta e Margaretth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CODMAN, John. **Ten months in Brazil**: with notes on the paraguayan war. Second Edition. New York: James Miller Publisher, 1872.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL (1827). Recife: Typographia Universal, 1854.

CRUZ, Ana Lúcia Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (Orgs.). **Curitiba e seus homens-bons**: espaço e sociedade da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Curitiba: FCC, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 15. ed. corr. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Paulo de Azevedo & C., 1940.

D. PEDRO II. **Diário da viagem ao norte do Brasil**. Prefácio e notas Lourenço Luiz Lacombe. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959. (Coleção Estudos Brasileiros, Série Marajoara).

_____. **Diário da visita à Província do Paraná**. Francisco Marques dos Santos (Org.). Ponta Grossa: UEPG, 2008.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Trad. Paulo M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1935.

D'ORBIGNY, Alcides. **Viaje a la America meridional**: Brasil, Uruguay, Argentina, Chile, Bolivia, Peru - realizada de 1826 a 1833. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1945.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. V. II (formação do Estado e civilização). Trad. Raul Jungmann; rev, apres. e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Elliott, Jesse D. **Address of Com. Jesse D. Elliott, U.S.N, delivered in Washington County, Maryland, to his early companions at their request, on November 34th, 1843**. Published by the Committee of Arrangement of Washington County: G. B. Zieber & Co., 1844.

EWBANK, Thomas. **Life in Brazil or a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1856.

EXPOSIÇÃO SOBRE AS TERRAS DA POVOAÇÃO INDÍGENA DE SÃO JERÔNIMO, ESTADO DO PARANÁ. Apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Dr. José Bezerra Cavalcanti (Diretor Interino do SPI). **Officio n.º 374, 25.11.1924**, XXXVI da República e CII da Independência (com 13 documentos anexos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 10. ed. V. 2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FEYERABEND, Paul Karl. **Contra el método**: esquema de una teoría anarquista del conocimiento. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.

FILHO, Luís Lopes Diniz. **Por uma crítica da geografia crítica**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013.

FILHO, Sylvio Fausto Gil. **Espaço sagrado**: estudos em geografia da religião. 2. ed. Curitiba: Editora IBPEX, 2012. (Série Ensino Religioso).

FOUCAULT, Michel. Questions on geography. In: **Power/knowledge** – selected interviews and other writings (1972-1977). Edited by Colin Gordon, translated by Colin Gordon, Leo Marshall, John Mepham and Kate Soper. New York: Pantheon Books, 1980, p. 63-77.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Selma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Segurança, território e população**. Trad. Eduardo Brandão. Ver. trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____; MISKOWIEC, Jay. Of other spaces. **Diacritics**, v. 16, n. 1 (spring 1986), p. 22-27, Johns Hopkins University Press.

FRIGO, Adelino Frei. **Memórias de um herói**: Frei Timóteo de Castelnovo. Londrina: Grafmark, 1995.

FROND, Victor; RIBEYROLLES, Charles. **Brazil pitoresco**. Rio de Janeiro-Paris: Lemerier Imprimeur Lithographie e Typographia Nacional, 1859-1861.

GOBINEAU, M. A. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris: Hanovre, Rumpler Libraire Éditeur, 1853.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1961.

GUILMORE, George W. **Animism or thought currents of primitive people**. USA: Boston Marshall Jones Company, 1919.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HABERMAS, Jurgen. **The inclusion of the other**: studies in political theory. Edited by Ciaran Cronin and Pablo De Greiff. Massachussets: The MIT Press, Cambridge.

_____. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70.

HAMBURG, Carl H. **Symbol and reality**: studies in the philosophy of Ernst Cassirer. Netherlands: Martinus Nijhoff, 1956.

HARDIN, Jerry W. **O cocar quebrado**: duas histórias indígenas de John Henry Elliott. Ed. bilíngue. Atlanta - USA: Ipê Alliance Press, 1994.

HARVEY, David. **Spaces of capital**: towards of critical geography. New York: Routledge, 2001.

HEIDEGGER, Martin. **Caminos del bosque**. Versión de Helena Córtes y Arturo Leyte. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

HERTZ, Heinrich. **The principles of mechanics**: presented in a new form. Introduction Herman von Helmholtz. Translation D. E. Jones and J. T. Walley. London-New York: Macmillan & Co., 1899.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983.

_____. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. e reimp. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

_____. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico, reações e transações. Tomo II, v. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUMBOLDT, F. W. H. Alexander von. **Kosmos**: a general survey of the physical phenomena of universe. Vol. 1. London: Hippolyte Ballière Publisher, 1845.

JARVIS, Russel. **Biographical notice of Com. Jesse D. Elliott; containing a review of controversy between him and the late commodore Perry; and a history of the figure-head of the U. S. frigate constitution**. Philadelphia: printed for the author, 1835.

JAMESON, Frederic. **Espaço e imagem**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

KLAGES, Ludwig. **Cosmogonic reflections**. Introductory note by Joe Price. S/d.

KLEE, Paul. **Theorie de l'art Moderne**. Genève: Gonthier, 1971.

_____. **Pedagogical sketchbook**. Intr. and Transl. Sybil Moholy-Nagy. New York: Praeger Publishers, 1972.

KNIVET, Anthony. **As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet**: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil entre os índios canibais e colonos selvagens. Organização, introdução e notas Sheila Moura Hue; tradução original de 1625 Vivian Kogut Lessa de Sá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

KOZEL, Salete; MENDONÇA, Francisco (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Revisão de texto Maria José Maio Fernandes Naime. 1ª edição revisada. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

LA BOÉTIE, Étienne de (1530-1563). **Discurso sobre a servidão voluntária**. Cultura Brasil, 2004.

LANGER, Susanne K. **Feeling and form**: a theory of art. New York: Charles Scribner's Sons, 1953.

_____. **Philosophy in a new key**: a study in the symbolism of reason, rite, and art. USA: A Mentor Book, 1954. (The New American Library).

_____. Language and thought. **Language Awareness: Readings for College Writers**. Eds. Paul Eschholz, Alfred Rosa and Virginia Clark. 8th ed. Boston: Bedford/St. Martin's, 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 456 p.

LAS CASAS, Bartolomé. **Brevíssima relação da destruição das Índias**. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. USA-UK, Australia: Blackwell Publishing, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEIGHLY, John (Ed.). **Land and life**: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1969.

LERY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. e notas Sérgio Milliet segundo ed. de Paul Gaffarel; colóquio de língua brasílica e notas tupinológicas Plínio Ayrosa. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
LOPES, José Carlos Veiga. **Aconteceu nos pinhais**: subsídios para as histórias dos municípios tradicionais do planalto. Curitiba: Editora Progressiva, 2007.

MAACK, Reinhard. **Sobre o itinerário de Ulrich Schmidl através do sul do Brasil (1552-1553)**. Curitiba: Universidade do Paraná – F.F.C.L / curso de geografia e história, geografia física, nº 1, 1959.

_____. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria José Olympio Editora-Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

MAGALHÃES, Couto de. **O selvagem**: trabalho preparatorio para aproveitamento do selvagem e do solo por elle occupado no Brazil (methodo a empregar para amansal-os por intermedio das colônias militares e do interprete militar). Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONDES, Moysés. **Documentos para história do Paraná**. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil, 1923.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Romário. **Curityba, estudo onomástico**. Curitiba: Livraria Mundial-França & Cia Ltda, 1926.

_____. **Bandeiras e bandeirantes em terras do Paraná**. Dir. Sérgio Milliet, De Plácido e Silva e Luis Martins. Curitiba-São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Guaíra Ltda, s/d. (Coleção Caderno Azul).

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Pref. Jean Paul Sartre, Trad. Marcelo Jaques de Moraes. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

MILL, John Stuart. **On liberty**. Ontário: Batoche Books, 2001.

MINKOWSKI, Hermann. **Space and time**: Minkowski's papers on relativity. Transl. by Fritz Lewertoff and Vasselin Petkov, Ed. Vasselin Petkov. Montreal: Minkowski Inst. Press, 2012.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert Moraes. O sertão: um outro geográfico, **Terra Brasilis**, 2003.

_____. **Território e história no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, Júlio Estrella. **Dicionário bibliográfico do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1960.

_____. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos.** Curitiba: Imprensa da UFPR, 1972. 148 p.

_____. **Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá até a emancipação da Província do Paraná.** 3 v. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1975.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo. Brasiliense, 1990.

_____. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A formação espacial brasileira:** contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOSSÉ, Benjamin. **D. Pedro II, o imperador visto pelo Barão do Rio Branco.** Brasília: FUNAG, 2015.

MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra:** índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889). São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **As colônias indígenas no Paraná provincial.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

NETO, João Cabral de Melo. **Obra completa.** Ed. e org. Marly de Oliveira com assistência do autor. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

NICOLAS, Maria. **Sertanistas do Paraná:** os esquecidos. Curitiba, 1981.

NIEMEYER, Ana Maria; GODOI, Emília Pietrafesa de. **Além dos territórios:** etnologia indígena, estudos rurais e urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Humano demasiado humano** – um livro para os espíritos livres. Trad. Carlos Grifo Babo. Brazil-Portugal: Editorial Presença-Livraria Martins Fontes Editora, 1973.

NITSCHKE, Robert Lehmann. **Ulrich Schmidel**: der erste geschichtschreiber der Rio de La Plata (1535-1555). München: Druck und Verlag von M Müller & Sohn, 1912.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

ORLEANS, Frei Casimiro M. de. **Pai dos Coroados**: biografia de Frei Timóteo de Castelnuovo – missionário capuchinho no Paraná. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1957.

ORTEGA Y GASSET, José. **Em torno a Galileu**: esquema das crises. Trad. e introd. de Luiz Felipe Alves Esteves. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

PAGLIA, Camille. **Imagens cintilantes**: uma viagem através da arte desde o Egito até Star Wars. Trad. Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2014.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço. Natal: EDUFRN, 2011.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: IHGEP, 1970. (Estante Paranista).

PLATÃO. **Sofista**. Tradução e notas de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PLATZMANN, Julius. **Aus der bai von Paranaguá**. Leipzig: Druck und Verlag von B. G. Teubner, 1872.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio del paesaggio** - elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

READ, Herbert. **As origens da forma na arte**. 2. ed. Tred. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **O significado da arte**. Lisboa: Editora Ulisseia, s/d.

RECOPIACION DE LAS LEYES DE LO REINO DE LAS ÍNDIAS: mandadas imprimir y publicar por la magestad católica del Rey Dom Carlos II nuestro señor. Tomo I, 5. ed. Madrid: Boix Editor, 1841.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: De Varnhagem a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

_____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Rev. D. P. Kidder, D.D., and Rev. J. C. Fletcher. **Brazil and the brazilians**: portrayed in historical and descriptive sketches, illustrated by hundred and fifty engravings. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857.

ROOSEVELT, Theodore. **Through the brazilian wilderness**. New York: Charles Scribner's Sons, 1931.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem da desigualdade (1754). Trad. Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores.

ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. 2 v. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas do café**: história, morfologia e paisagem urbana. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

RUGENDAS, Johan Moritz (1802-1858). **Viagem pitoresca através do Brasil**. Tradução Sérgio Milliet. V. 8. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998. (Coleção reconquista do Brasil).

SCHMIDEL, Ulrich. **Viaje ao rio de la Plata (1534-1554)**. Notas Bartolomé Mitre; prólogo, traducción y bibliografía Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires: Cabaut y Cia. Editores, 1908.

SAINT-HILAIRE. Auguste de (1779-1853). **Viagem a Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província de Cisplatina e Missões do Paraguai**. Trad. e pref. Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1940. (Biblioteca histórica brasileira).

_____. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Pref. Mario G. Ferri e trad. Regina Régis Junqueira: Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. **Ciência do homem e sentimentos da natureza**: viajantes alemães no Brasil do século XIX. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed., 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Trad. Sandra Lencioni. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município (1850)**. 2 volumes. Curitiba: Seção de História do Museu Paranaense, 1952.

_____. **Memória histórica da Villa de Morretes e do Porto Real (vulgarmente Porto de Çima)**. Tomo 1, 1851. Seção de História do Museu Paranaense, 1952.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos** – a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: EDEME, 1973.

SCHAMA, Simon. **Landscape & memory**. London: Harper Press, 2004.

SCHELLING, F. W. J. **The unconditional in human knowledge**: four essays (1794-1796). Translated and commentary Fritz Marti. Lewisburg, PA: Buckwell University Press, 1980, 271 p.

_____. **Ideias para uma filosofia da natureza**. Prefácio, introdução e aditamentos à introdução Carlos Morujão, Revisão da tradução José Miranda Justo. Ed. Bilingue: Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001.

_____. **System of transcendental idealism (1800)**. Transl. Peter Heach, Introd. Michael Vater. Virginia: The University Press of Virginia, 2001 (fifth printing).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SLOCUM, Joshua. **The voyage of the liberdade – 1890**. South Africa: Titterton & Associates, public domain, 2000.

SOARES, Olavo. **Uma mulher no caminho do Peabiru**: história de Dona Mencía Calderón de Sanabria. Curitiba: Editora do Chain, 2007.

SOJA, Edward W. **Postmodern geographies**: the reassertion of space in critical social theory. London-New York: Verso, 1995.

SPIX, Joh. Bapt. von; MARTIUS, Carl Friedr. Phil. von. **Reise in Brasilien**: in den Jahren 1817-1820. Stuttgart: F. A. Brockhaus, 1966.

STADEN, Hans. **Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2003. (Coleção Farol do Saber).

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TALBOT, Michael. **O universo holográfico**. Trad. Maria de Fátima S. M. Marques. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. **História das bandeiras paulistas**. Sel. e int. Antonio Paim. Brasília: CDPB, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichemberg, rev. téc. Antonio Negro, Cristina Meneguelo e Paulo Fontes. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

TREVISAN, Edilberto. **Viajantes estrangeiros no Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina Editora Ltda, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALENTIM, Oséias Faustino. **O Brasil e o positivismo**. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

VASCONCELOS, Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca. **Relatório do chefe do Serviço de Proteção aos Índios – SPI ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 30.12.1939, com os anexos**: extrata da documentação indígena, 23 documentos referidos no texto, esquema da organização do SPI em 1940, carta do Brasil com as populações e estabelecimentos indígenas em 1930.

VASQUEZ, Pedro. **D. Pedro II e a fotografia no Brasil**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert e IHGB, 1854.

VIAGEM INCOMPLETA: **A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: Histórias. Carlos Guilherme Mora (Org.). São Paulo: Editora SENAC - São Paulo, 2000.

VISÕES DO BRASIL. **Estudos culturais em Geografia**. Francine Barthe Deloizy e Ângelo Será (Orgs.). Salvador: EDUFBA e Ed. L'Harmattan, 2012.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010.

WESTPHALEN, Cecilia Maria. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Daurênio de Melo, 2. ed. e 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2008.

2. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

2.1 REREFENCIAIS TEÓRICOS

BURKE, Peter. **Formas de hacer historia**. Versión española José Luis Gil Aristu. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

_____. **Visto y no visto**: el uso de la imagem como documento histórico. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona: A&M Gràfic, 2005.

CASSIRER, Ernst. **An essay on man**: an introduction to a philosophy of human culture. New York: Doubleday Anchor Books, s/d. (Copyright of Yale University Press, 1944).

_____. **Language and myth**. Translated by Susanne Langer. New York: Dover Publications Inc., 1946.

_____. **The myth of state**. London-New Haven: Yale University Press, 1946.

_____. **El problema del conocimiento en la filosofía y en la ciencia modernas**. México: FCE, 1986.

_____. **Las ciencias de la cultura**. 2. ed. Trad. Wenceslao Roces. México: FCE, 2005.

_____. **A filosofia das formas simbólicas**. 3 volumes.: a linguagem; o pensamento mítico; a fenomenologia do conhecimento. Trad. Marion Fleischer, Cláudia Cavalcanti e Eurides Avance de Souza, rev. Moacyr Ayres Novaes Filho e Flávio Benno Viebneichler. São Paulo: Martins Fontes, (2001, 2004 e 2011).

COSGROVE, Denis E. Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea. **Trans. Inst. Br. Geogr.** N.S. 10: 45-62 (1985).

_____. **The palladian landscape**. USA: Pennsylvannia University, 1993.

_____. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo das paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998a [1989], p. 92-123.

_____. **Social formation and symbolic landscape**: with a new introduction. First Published in 1984. Madison, Wisconsin: The University Of Wisconsin Press, 1998.

_____. (Ed.). **Mappings**. London: Reaktion Books, 1999. (Critical views collection).

_____. Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista. **Boletín de la A.G.E.**, n. 34, 2002.

_____. **Apolo's eyes**. USA: John Hopkins University, 2003.

_____. Landscape and landschaft: lecture delivered at the “Spatial Turn in History”. **Symposium German Historical Institute**, February 19, 2004.

_____. Apollo's eye: a cultural geography of the globe. **Hettner Lecture I**. June, 2005.

_____. Art and mapping: an introduction. **Cartographic Perspectives**. N. 53, 2006.

_____. **Geographical imagination and the authorities of images**. USA: David Brown Book Co, 2006. (Hettner lectures).

_____; DANIELS, Stephen (Eds.). **Iconography of landscape**: essays on the symbolic representation, design and use of past environments. Cambridge–UK: Cambridge University Press, 2008.

_____. Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes. Editors Timothy S. Oakes and Patrícia L. Price. **The cultural geography reader**. London/New York: Routledge, 2008, p. 176-185.

_____; DELLA DORA, Veronica. **High places**: cultural geographies of mountains, ice and science. USA: Palgrave, 2008.

_____. Uomo universale. **Environment and Planning: Society and Space**, v. 26, 2008, p. 381-388.

_____; FOX, William L. **Photography and flight**. Chicago: Chicago University Press-Reaktion Books, 2009.

_____. **Geography & vision**: seeing, imagining and representing the world. New York: L. B. Tauris & Co. Ltd, 2012.

_____. **Modernity, community and the landscape idea**. USA: UCLA, s/d.

FILHO, Sylvio Fausto Gil. Espaço e representação: uma categoria chave para análise cultural em geografia. **1º Encontro Sul-brasileiro de Geografia, Mudanças Políticas e a Superação da Crise**, AGB, Curitiba, 2003.

_____. Notas para uma geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer, Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, **XVI Encontro Nacional de Geógrafos – ENG**, Porto Alegre, 25-31 jul. 2010.

_____. La géographie des formes symboliques chez Ernst Cassirer. **Géographie et Cultures**, V. 78, 2011, p. 41-58 (1-13).

_____. **Geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer**. In: BARTHE-DELOIZY, F., e SERPA, A., (Orgs). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia*. Salvador: EDUFBA; Edições L' Harmattan, 2012, p. 47-66.

PANOFSKY, Erwin. **Perspective as symbolic form**. New York: Zone Books, 1991.

_____. **Estudios sobre iconología**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

_____. **Significado nas artes visuais**. Trad. Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SIMMEL, Georg. A moldura: um ensaio estético (1902). In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, p. 121-128, 1998.

_____. **A filosofia da paisagem**. Trad. Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

2.2 OBRAS DE JOHN HENRY ELLIOTT

ELLIOTT, John Henry. Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina. **RIHGB**, Rio de Janeiro, (1869, 2. ed.), v. 9, n. 1, p. 17-42, 1847.

_____. **Mappa chorographico das Provincias de São Paulo e Matto Grosso**. 1844-1847.

_____. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 17-42, 1847.

_____. Itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Iguatemy, Amambahy, e parte de Ivinheima, com os terrenos adjacentes começado no dia 3 de agosto de 1857, por Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott. **IHGB**.

_____. **Mappa chorographico da Provincia do Paraná**. 1857-1859.

_____. **Desenhos e planta de parte das Províncias do Paraná e Matto Grosso**. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty. (Coleção álbum Cimitile -1863).

_____. **Mappa chorographico da Província do Paraná**. 1863.

_____. **Planta chorographica de parte das Províncias do Paraná e Matto Grosso**. 1863.

_____. Resumo do Itinerario de uma Viagem Exploradora pelos Rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. barão de Antonina. **Revista Trimestral de Historia e Geographia do IHGB**, Rio de Janeiro, 2. ed., tomo IX, Typographia de João Ignacio da Silva, 1869.

_____. Das viagens exploradoras emprehendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na Provincia do Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott.

Revista Trimestral de Historia e Geographia do IHGB, Rio de Janeiro, 2. ed, tomo 10, p. 153-177, 1870.

_____. **Relatório do estado actual do Aldeamento de S. Jerônimo até o 1º de janeiro de 1879**. Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

_____. A emigração dos Cayuaz. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, tomo XIX (Tomo VI da terceira serie), Imprensa Nacional, 1898.

_____. A Emigração dos Cayuãz. Narração coordenada sob apontamentos dados pelo Sr. João Henrique Elliot, pelo sócio effectivo o Sr. Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 19, p. 434-447, 1900.

_____. Planta das ruínas de N. S. do Loreto sobre o Paranapanema, logo acima da barra do rio Pirapó, descoberto em 22 de outubro de 1852. **Revista do IHGSP**, São Paulo, tomo 28, p. 802-803, 1930.

_____. Itinerario de huma viagem de exploração pelos Rios Verde, Itarare, Paranapanema e os sertões circunjacentes mandado fazer pelo Exo. Snr. Barão de Antonina em 1845. **Revista do IHGSP**, São Paulo, tomo 28, p. 230-267, 1930.

_____. **Aricó e Caocochée ou uma voz no deserto**: história fundada em factos, dedicada ao Illmº e Exmº Barão de Antonina. Rio de Janeiro: Vianna & Cia., 1852. (Edição fac-similar, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, Curitiba, 1980).

O JASMIM: PERIODICO LITTERARIO E RECREATIVO (set./out./nov. de 1857). Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – SECE, 1980. (edição fac-similar).

3 BOLETINS E REVISTAS

AYROSA, Plínio Marques da Silva. As “entradas” de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot [sic]: o Barão de Antonina. São Paulo: **Revista do Instituto Histórico e Geographico – IHG**, São Paulo, v. XXVIII, p. 219-267, 1930. (edição 1981).

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Eds.).

PAISAGEM, TEMPO E CULTURA. Paysage, milieu, Histoire. In: BERQUE, Augustin (Org.). Cinq propositions pour une théorie du paysage. **Seyssel: Champ Vallon**, 1994b, p. 11-29.

_____. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 [1984], p. 84-91.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba, v. XXXVII, 1980. (Coleção de Documentos de Frei Emílio de Cavaso OFM. Cap. Sobre a Atividade dos Capuchinhos no PR – Brasil).

_____. Fontes de pesquisa “Julio Moreira”, assuntos gerais, Curitiba, v. XXXIX, 1983.

BOUTIN, Leônidas. Colônias indígenas na Província do Paraná. **Boletim Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGE**, Curitiba, n. 36, p. 49-112, 1979.

CAMPESTRINI, Hildebrando (int. e notas). As derrotas do sertanejo. **Albuquerque - Revista de História**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 207-226, jan/jun. 2009.

_____. As derrotas de Joaquim Francisco Lopes. **IHG-MS**, v. II, 2007. (transcrição do Boletim do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, v. III, 1943). (Série Relatos Históricos).

CIMITILE, Frei Luiz de. Memória sobre os costumes e religião dos índios Camés ou Coroados que habitam esta Província. **Catalogo dos objectos do Museu Paranaense**, Impresso por ordem do Exmo. Sr. Presidente da Provincia Dr. Carlos Augusto de Carvalho, enviados à Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1888. Typ. A Pendula Meridional, Curitiba, 1882. (Acervo FBN).

DESCRIÇÃO GERAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ PELOS DRS. J. CÂNDIDO DA SILVA MURICY, F. A. MONTEIRO TOURINHO E J. LOURENÇO DE SÁ RIBAS. **Boletim IHGE – PR**, Curitiba, v. II, ano II, 1918.

FERNANDES, José Loureiro. Frei Luiz de Cemitille. **Separata da Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, v. III, 1956.

FONTES PARA A HISTÓRIA DO PARANÁ. Cronistas dos séculos XIX e XX. Curitiba: Governo do Paraná-CPC-SEEC, 1990.

LOPES, Joaquim Francisco. Itinerario de Joaquim Francisco Lopes: encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Província de São Paulo e a do Mato-Grosso pelo Baixo-Paraguay. **Revista Trimestral de Historia e Geographia do IHGB**, Rio de Janeiro, Typographia de João Ignacio da Silva, 2. ed., tomo XIII, 1872.

MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimestral de História e Geografia do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 389-411, jan./1845.

_____. O estado de direito entre os autochtones do Brasil. **Revista do IHGSP**, São Paulo, v. XI, 1906. (São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1907).

MINC/SECRETARIA DO PATRIMÔNIO, MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS/IPHAN/MUSEU IMPERIAL. O imperador viajante: D. Pedro II redescobre o Brasil. s/d.

MONTEIRO, John Manuel. “As ‘raças’ indígenas no pensamento brasileiro do Império”. In: Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996.

PANORAMA DA ARTE NO PARANÁ: 1 - dos precursores à Escola Andersen. Curitiba: Salão de Exposições do BADEP, 1975.

REVISTA ILUSTRAÇÃO PARANAENSE - 1926. Museu Paranaense, Curitiba, Paraná. (Acervo Biblioteca Romário Martins).

REVISTA TRIMESTRAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Tomo IX, 2. ed., Rio de Janeiro, 1869.

_____. Tomo X, 2. ed. Rio de Janeiro: IHGB, 1870.

_____. Tomo XIII, 2. ed. Rio de Janeiro: IHGB, 1872.

_____. Tomo XLVII, parte II. Rio de Janeiro: IHGB, 1884.

_____. Tomo LI, parte II (terceiro e quarto trimestres). Rio de Janeiro: IHGB, 1888.

_____. Sertanejo. Tomo LI, parte II. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a Vapor de Laemmert & C., 1888.

_____. Tomo XIX (Tomo VI da terceira série). Rio de Janeiro, IHGB, 1898.

_____. Tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1908, p.9.

SOBRE A ATIVIDADE DOS CAPUCHINHOS NO PARANÁ – BRASIL, COLEÇÃO DE DOCUMENTOS DE FREI EMILIO DE CAVASO OFM. CAP. **Boletim IHGE – PR**, Curitiba, vol. XXXVII, 1980.

VIAGEM DE EXPLORAÇÃO DE JOHN HENRIQUE ELLIOT EM 1845. **Boletim IHGE – PR**, Curitiba, v. 2, ano II, 1918.

4. TESES E DISSERTAÇÕES

CARVALHO, Marco Antonio A. **O conceito de representação na física de Heinrich Hertz**: uma abordagem histórica. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FERREIRA, Luciana. **Imaginárias topografias iconológicas e iconologias topográficas do litoral do Paraná de Alfredo Andersen (1860-1935)**. Tese

(Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FILHO, Sylvio Fausto Gil. **Igreja católica romana: fronteiras do discurso e territorialidade do sagrado**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Tese (Doutorado em História) – PUC, Rio de Janeiro, 2005.

LOSADA, Janaina Zito. **A paixão, a natureza e as idéias da história: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – CEDOPE, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MAC'TAGGART, John Mitchell. **The theme of transcendence in Georg Simmel's social theory**. Thesis (Master in Arts) – MacMaster Univerty, Ontario, 1989.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na Colônia Assunguy: Paraná, 1854-1874**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007, 158 p.

PAULINO, Sibeles. **Em tróp(ic)os, de Robert Müller, uma geografia**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e império: o tratado de 1825 e a guerra da Cisplatina na construção do estado no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

RAMOS, Luciana Maria de Moura. **Vénh jykré e ke ha han ke: permanência e mudança do sistema jurídico dos Kaingang no Tibagi**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul – séculos XVI a XIX**.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SALTURI, Luis Afonso. **Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites:** trajetória do artista-cientista. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. **As influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na gênese da Geografia moderna:** os conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander von Humboldt. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros. Índios na formação do estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845). Os caminhos da política indigenista:** a construção do Estado; indigenismo e indianismo: a construção da nação. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

5. ARTIGOS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. "Os Sertões: a originalidade da terra". **Ciência Hoje**, v. 3 (18), p. 43-52, 1985.

_____. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13 (36), 1999.

ADONIAS, Isa. **As aquarelas de John Henry Elliott.** O Jornal, 1965.

ALVES, Alessandro Cavassin. João da Silva Machado, Barão de Antonina – o estudo biográfico e seu contexto histórico. **Anais de política; IV semana nacional de história: política e cultura & política e sociedade**, Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação: uma categoria espacial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151.

AMOROSO, Marta. Crânios e cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX. **52º Congresso de Americanistas.** Dep. Antropologia, FFLCH/USP, Sevilha – ES, 17 a 21.07.2006.

ANDERS, Anelle. "O Plutarco brasileiro": a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. Trad. Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 41-62, 2000.

AZANHA, Gilberto. **A lei de terras de 1850 e as terras dos índios**. Julho, 2001.

BARBOZA, Jair. Polaridade, alma cósmica, graus de desenvolvimento da natureza: o nascimento da *Naturphilosophie* de Schelling. **Discurso**, n. 32, p. 249-287, 2001.

BARROS, José d' Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.460-476, jul./dez. 2006.

BARROSO, Gustavo. A origem da palavra 'sertão'. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 52, p. 401-403, jun.1947.

CAMPESTRINI, Hildebrando. As derrotas do sertanejo. **Revista de História**, Campo Grande, v. 1, n.1, p. 207-226, jan./jun. 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). Os direitos do índio: ensaios e documentos. **CPI-SP/EDUSP**, São Paulo, 1992. (Legislação indigenista no século XIX).

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao fim do século XVIII. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan./jun. 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove: a paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura-UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p.7-21, jan./jun. 2011.

COVOLAN, Fernanda Cristina; GONZALES, Everaldo Tadeu Quilici. Sesmarias, lei de terras de 1850 e a cidadania: sistema legal x sistema social. **Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI**, Brasília – DF, 20 a 22.11.2008.

DELLA DORA, Verônica. Mapping metageographies: the cartographic invention of Italy and the Mediterranean. **eScholarship University of Califórnia - California Italian studies**, p 1-25, 2010.

FERREIRA, Ângela Lúcia et al. Cartografia do (de) sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**.

FÍGOLI, Leonardo H. G. A paisagem como dimensão simbólica do espaço: o mito e obra de arte. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 29-39.

FILHO, Fadel David Antonio. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XV (1), jan./dez. 2011.

FILHO, Sylvio Fausto Gil. Formas simbólicas em Ernst Cassirer: ensaio para uma geografia da religião compreensiva. **IX ENANPEGE – Encontro Nacional da**

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Goiânia, 8-12 out. 2011.

_____. Conformação simbólica dos espaços da vida e da morte: uma aproximação teórica. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 6, p. 133-144, 2014.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A lei de terras e o advento da propriedade moderna no Brasil**. Dep. de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do Século XIX. **1º Congresso Internacional de Escravidão**, Dep. História, FEA/PUC/SP, São Paulo, 1988.

GIACOMANI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault: a arqueologia do saber e a formação discursiva. **Veredas on line/análise do discurso**, Universidade Federal de Juiz de Fora – PPG em linguística, Juiz de Fora, p. 119-129, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, 1988, p. 5-27.

LAHUERTA, Flora M. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218 (64), 01 ago. 2006.

LAZZARI, Alexandre. **A nação na província**: o IHGB, o Rio Grande de São Pedro e a história nacional. Associação Nacional de História – ANPUH, XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007.

LOWENTHAL, David. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 51, n. 3, p. 241-260, 1961.

MARCANTE, Maicon Fernando. A fronteira agrária extrema - a sociedade tibagiana em interação com os aldeamentos indígenas do rio Tibagi – Paraná: 1880. **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 13-15.05.2009.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem no início do século XIX. **História**, São Paulo, 28 (2): 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. **V Encontro Regional de História - ANPUH-PR**, Ponta Grossa, 10-13.07.1996.

_____. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na Bacia dos Rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquistas e relações

interculturais. In: **Fronteiras – Revista de História**, Dourados – MS, v. 9, n. 16, jan./jul. 2007.

_____. **Relações interculturais nas bacias dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX**, Departamento História, Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, Universidade Estadual de Maringá.

_____; CHAGAS, Nádia Moreira. **O Guairá nos séculos XVI e XVII: as relações interculturais**. Departamento História, Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, Universidade Estadual de Maringá.

MURRAY, Carl. Mapping terra incognita. **Polar Record**, UK, p. 103-112, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, jan./dez 2004.

PARELLADA, Cláudia Inês. Estética indígena Jê no Paraná: tradição e mudança no acervo do Museu Paranaense. In: **Revista Científica FAP**, Curitiba, v. 3, p. 213-229, jan./dez. 2008.

_____. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: Secretaria de Estado da Cultura (Org.). **Missões – conquistando almas e territórios**, Curitiba, Imprensa Oficial, p. 59-80, 2009.

POMBO, Rocha. Elliott. Castro: **Jornal Eco dos Campos**, 1884.

POZO, Antonio Gutiérrez. El arte como pensar metafórico em la filosofía simbólica de Cassirer. **Práxis Filosófica**, Nueva Série, n. 26, Enero-Junio, 2008, p. 169-188.

ROMARIZ, Dora Amarante. Mapa da vegetação original do Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, p. 597, out./dez.1953.

SÁ DE CARVALHO. Uma interessante viagem aos sertões do Paraná. São Paulo: **Jornal O Estado de São Paulo**, 1920.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia - AGB**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SILVA, Camila Borges da. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, Jul. 2011.

SILVA, Moacir M. F. A propósito da palavra sertão. In: **Boletim Geográfico**, Conselho Nacional de Geografia, ano VIII, n. 90, p. 637-644, set./1950.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. **Verbo de Minas – Letras**, Juiz de Fora, v. 8, n. 16, p. 71-108, jul./dez. 2009.

TRINDADE, Alexandro Dantas. Os irmãos Rebouças e as perspectivas da imigração espontânea no Paraná (1865-1875). **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil meridional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1955.

VALLE, Arthur. Releitura e análise das obras de arte. **Revista Democratizar**, Instituto Superior de Educação da Zona Oeste/FAETEC/SECT, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, set./dez. 2007.

VIDAL E SOUSA, Candice. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Editora da UFG, 1997.

_____. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 1(1), p. 55-61, jan./ jun. 1998.

_____. O sertão amansado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 101-110, jan./jun. 2010.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 3, ano III, jul./ag./set. 2006.

VITTE, A. C. O desenvolvimento do conceito de paisagem e sua inserção na geografia física. **Revista Mercator**, UFC, v. 6, n. 11, p. 59-70, 2007.

6. TEXTOS

BAUDELAIRE, Charles. Painter of modern life (1863). In: **Baudelaire - Selected writings on art and literature**, trans. P. E. Charvet (Viking 1972), p. 395-422.

CALDEIRA, Jorge. Brasil: primeiros olhares. In: **A história contada por quem viu**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica, 2008.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 97-113.

FERREIRA, Antonio Celso. Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional, Cap. 3. In: **Escrita Linguagem, Objetos: Leituras de História Cultural de Sandra Jatahy Pesavento**.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A construção do patrimônio: perspectiva histórica, Cap. 2. In: **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-MINC-IPHAN, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP-FAPESP, p. 11-29, 1999.

SILVA, J. T da. O paraíso perdido: descrição e negação da terra descoberta. In: **América barroca: tema e variações**, São Paulo, FFLCH/USP, p. 38-52, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, p. 62-127, 1997.

7. ÁLBUNS

ÁLBUM DO CENTENÁRIO DO PARANÁ (1853 - 1953). **As artes plásticas e a música no Paraná**. Panorama das artes plásticas no Paraná por Luiz Piloto, Curitiba, p. 117-124, 1953 (Edição especial Revista A Divulgação).

ATLAS: **Alex. v. Humboldt's Kosmos (1845)**. Stuttgart: Verlag von Kraiss & Hoffmann, 1851.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. (Coord.). **O Brasil dos viajantes**. Vol. I: imaginário do novo mundo; vol. 2: um lugar no universo; vol. 3: a construção da paisagem. São Paulo, Fundação Odebrecht, 1994.

CARDOSO, Jayme A.; WESTPHALEN, Cecília M. **Atlas histórico do Paraná**. 2ª edição. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CARNEIRO, Newton (Org.). **Pintores da paisagem paranaense**. Curitiba: SECE, 1982.

IBGE – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES. **Brasil – 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 232 p.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E FLORESTAS – ITCF. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. 2. ed. Curitiba: ITCF, 2006.

MAPPA – IMAGENS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA. Pesquisa, textos e seleção cartográfica de Isa Adonias, fotografias e organização Bruno Furrer, versão para o inglês H. Sabrina Gledhill e versão para o espanhol Gloria Rodríguez. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – ITCF. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba, 1987. 73 p.

SOARES, Carlos Roberto; LANA, Paulo da Cunha. **Baía de Paranaguá: mapas e histórias.** Curitiba, Editora da UFPR, 1994.

8. DICIONÁRIOS

ARAÚJO, Adalice Maria de. **Dicionário das artes plásticas no Paraná.** V. 1, síntese da história da arte no Paraná (da pré-história até 1980). Precursores da infraestrutura e ciclos econômicos, p. 31 – 38. Curitiba: edição do autor, 2006.

CAVALCANTI, Carlos; AYALA, Walmir (Org.). **Dicionário brasileiro de artistas plásticos.** Apres. Maria Alice Barroso. Brasília: MEC/INL, 1973-1980. (Dicionários Especializados, 5).

GÓIS, Carlos. **Diccionario de raizes e cognatos da lingua portugueza.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1921.

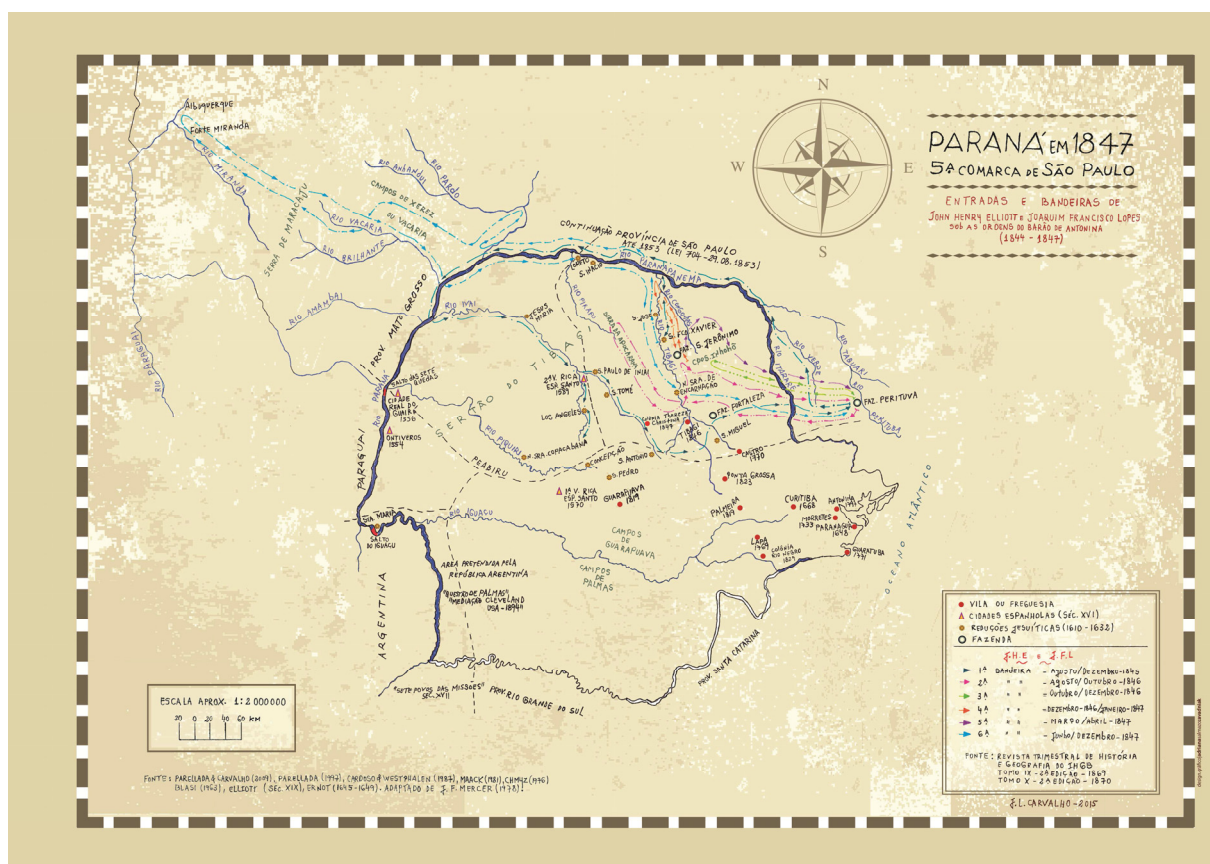
_____. **Dicionário de afixos e desinências.** Belo Horizonte: Edição do Autor, 4ª edição, 1946.

LEÃO, Agostinho Ermelino de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná.** Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926. LEITE, José Roberto Teixeira. **Dicionário crítico da pintura no Brasil.** Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

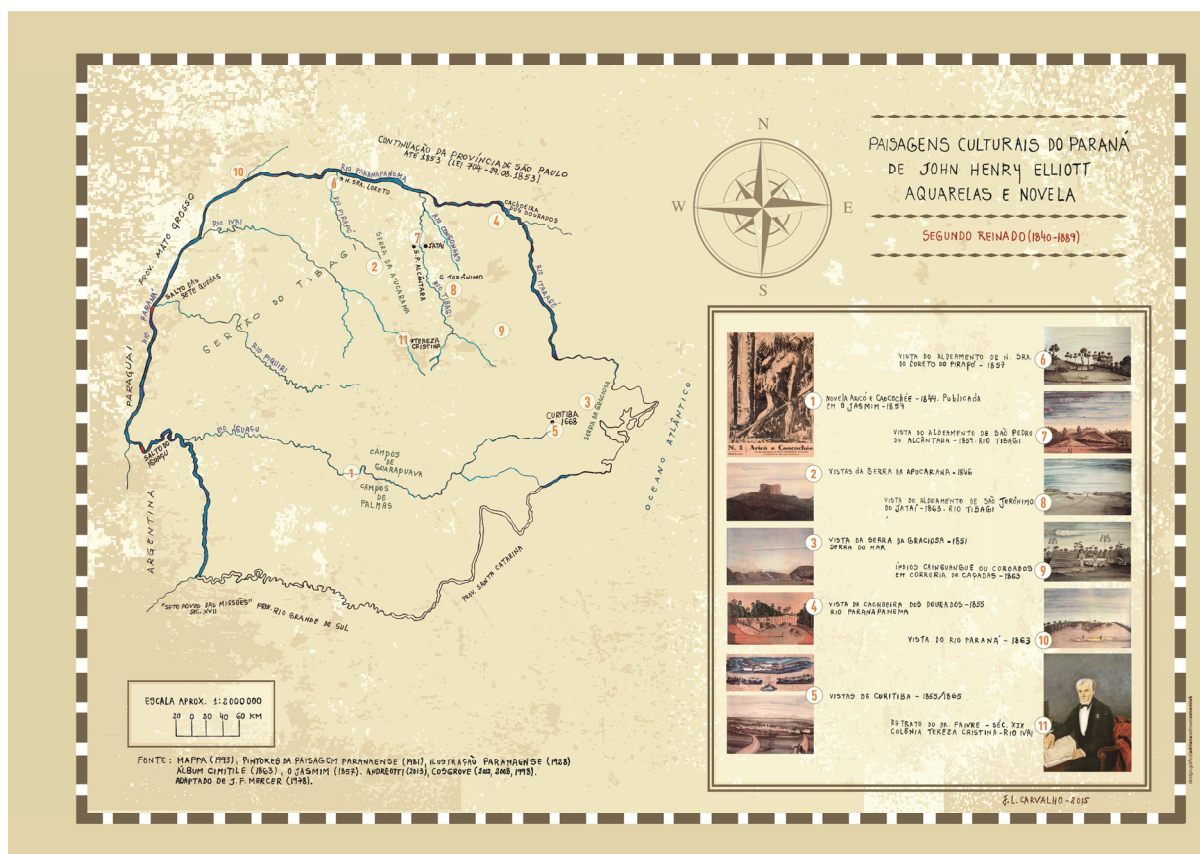
PONTUAL, Roberto. **Dicionário das artes plásticas no Brasil.** Apresentação de Antônio Houaiss; textos de Mário Barata et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ENTRADAS E BANDEIRAS DE J. H. ELLIOTT E J. F. LOPES – SOB AS ORDENS DO BARÃO DE ANTONINA (1844-1847). J. L. CARVALHO



APÊNDICE 2 – PAISAGENS CULTURAIS DO PARANÁ DE J. H. ELLIOTT – SEGUNDO REINADO (1840-1889). J. L. CARVALHO



APÊNDICE 3 – ARICÓ E CAOCOCHÉE OU UMA VOZ NO DESERTO: HISTÓRIA FUNDADA EM FACTOS, 1844 – J. H. ELLIOTT: ESTUDO

A novela *Aricó e Caocochée, ou uma voz no deserto: história fundada em factos* de John Henry Elliott, dedicada, conforme palavras do autor, ao “Ilmº e Exmº Barão de Antonina” (FIGURA 44), foi editada em formato fac-similar pela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, em Curitiba, no ano de 1980. Sua primeira publicação ocorreu no O Jasmim na edição n. 8, no domingo de 8 de novembro de 1857 e, posteriormente, como suplemento na revista *Ilustração Paranaense* de 1928 com prefácio de Ermelino Agostinho de Leão.

FIGURA 44: ELLIOTT, J. H. ARICÓ E CAOCOCHÉE. 1ª ED. 1857.



FONTE: Revista *Ilustração Paranaense* (1928). Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Curitiba.

É incontestável o pioneirismo da composição, ainda mais se considerarmos que nessa primeira publicação a epígrafe escrita pelo viajante-artista, além da

dedicatória feita ao Barão de Antonina, traz a informação de que foi redigida a partir do ano de 1844; o que a torna, por ora, uma das primeiras obras literária composta no Paraná. Na reedição, como já mencionado, como suplemento em edição da revista *Ilustração Paranaense* em 1928 o texto crítico de Ermelino Agostinho de Leão aponta também para a atitude visionária do historiador paranaense Rocha Pombo e a sua contribuição para a maior visibilidade da obra de John Henry Elliott; quando a inseriu, com apontamentos e considerações literárias e historiográficas, numa das edições do histórico jornal *Echo dos Campos*, da cidade de Castro, em 1884.

A novela *Aricó e Caocochée* possui uma estrutura e um enredo bem simples, longe de ser considerada uma obra literária de vulto. No entanto, verifica-se que J. H. Elliott já possuía um bom domínio da prosa em português, apesar de não ser este o seu idioma de origem. Além disso, a ambientação da novela se dá em um momento bastante complexo da história paranaense e brasileira: os conflitos culturais e sociais surgidos do avanço capitalista nascente moderno na América do Sul, a ocupação colonizadora do Estado e a nova reorganização territorial brasileira no século XIX sobre as terras ancestrais indígenas.

Essa invasão “branca” e a resignificação do espaço em função dos interesses econômicos e o consequente “conflito de civilizações” é, de fato, um dos eixos narrativos fundamentais da novela de J. H. Elliott; mesmo que assim ele não o tenha abordado de maneira mais explícita. Por isso que Ermelino A. de Leão, embora sem analisá-la mais profundamente do ponto de vista literário e histórico, situa-a, no prefácio de 1928, como uma “*narrativa histórica romantizada*”. Porém, destarte não fosse J. H. Elliott um romancista por excelência, muitos dos elementos composicionais da obra são ricos de significados literários: ela está permeada de imaginações poéticas muito interessantes, que se expressam em versos como: “[...] *Foi no tempo da colhida do pinhão, que, enlevados com as fructas e entretidos com a caça, estes dois filhos da natureza anoiteceram nas sombrias e magnificas florestas, que ladeam o grande Goioen [...]*”. Este trecho citado faz parte de um momento narrativo da Parte I; e é onde transcorre uma retirada dos dois amantes para o bosque e o campo à cata de frutas e pinhões e onde ambos refletem sobre o destino do seu povo. Num outro momento diz o autor: “[...] *A noite estava calma e serena; os ventos se tinham retirado para os subterrâneos palacios e á excepção de algum travesso piraju, que paulatinamente brincando no suave clarão da lua,*

misturada suas douradas escamas com as prateadas águas do Goioen, nada mais perturbava o silêncio que reinava neste umbroso bosque [...]”.

Assim, embora em seu prefácio de 1928 Ermelino de Leão tenha lançado críticas mais severas quanto ao pendor literário de J. H. Elliott e a riqueza da novela, a despeito de algumas dificuldades com o léxico, especialmente com a ortografia de então em razão de não ser o português a primeira língua do viajante-artista, sua obra apresenta boas qualidades poéticas. E, ademais, talvez, dadas às suas andanças pelo sertão e a diversidade de sua criação e atuação não tivera tempo suficiente para a criação literária. A nosso ver a dificuldade com o português constitui-se em problema menor, do ponto de vista da composição. Pois, neste caso, interessa mais o conteúdo e o sentido que a forma apresentada pela obra. Consideramos, portanto, que para compreendermos melhor a “novela histórica” devemos situá-la no seu tempo e dirimir as relações intrínsecas existentes entre a história factual e a obra literária.

No século XIX os sertões de Guarapuava e Palmas ainda não estavam definitivamente conquistados. Atribui-se ao Tenente Cândido Xavier de Almeida e Souza a conquista dos Campos de Guarapuava em 1770. No entanto, desde a destruição da Província do Guairá, região Noroeste do Paraná, entre 1631 e 1632, bandeiras paulistas buscavam o sul, procurando chegar até as missões sulinas para onde haviam se refugiado muitos dos padres jesuítas e indígenas guairenhos fugidos na diáspora do Guairá no Noroeste do território. Muitos pesquisadores apontam que teria sido, porém, a bandeira curitibana de Zacarias Dias Cortês, entre 1720 e 1726, uma das primeiras a adentrar pelos Campos de Palmas, chegando até o Rio Uruguay à busca de ouro e promovendo as demarcações povoadoras. Esses campos, e o de Guarapuava, visitados por essas primeiras bandeiras eram habitados pelos povos do tronco linguístico Jê, entre esses os Xokleng e os Kaingang, também geralmente denominados na historiografia clássica de Coroado. Estes se dividiam em grupos étnicos também comumente citados na literatura como Votorão, Kamé, Kairú ou Dorin.

Inúmeras outras bandeiras se seguiram a partir de então para a conquista dos campos sulinos e para fazer guerras aos indígenas, como a do Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza que realizou 11 expedições, entre 1768 e 1774, contatando os grupos Jê em setembro de 1771. Dessa expedição, que acabaria em

tragédia dada a resistência dos indígenas e a deflagração do conflito armado, foram deixados documentos importantes como os 39 desenhos em guaches e aquarelas feitas por Joaquim José de Miranda que possivelmente teria acompanhado o grupo e reproduzido as cenas de contato e os conflitos com os indígenas. Outra bandeira importante a destacar – embora menos abordada na historiografia – é a do Major Atanagildo Pinto Martins que comandou a Real Expedição dos Campos de Guarapuava entre 1814 e 1819.

A 1º de abril de 1809 o Sargento-Mor Diogo Pinto de Azevedo Portugal, junto com o capelão Francisco das Chagas Lima, foi nomeado para comandar uma expedição aos Campos de Guarapuava. Essa expedição fundou a localidade denominada Atalaia em 17 de junho de 1810; depois transformada em freguesia por Carta Régia de 18 de dezembro de 1818. Esse foi, portanto, o embrião da atual cidade de Guarapuava e signo definitivo de quando os campos, outrora domínios Jê, começavam a ser tomados pelas frentes de ocupação colonial. Em 1836 e 1839 duas bandeiras conquistadoras, uma delas comandada por Pedro de Siqueira Cortes e outra por José Ferreira dos Santos, disputavam os Campos de Palmas, à margem setentrional do Rio Chopim. Nos limites Leste e Oeste do famoso Rio Caldeiras estabeleceram-se as posses, legitimadas pela Assembléia Provincial de São Paulo em 1837 e arbitradas em 1840 pelos curitibanos Dr. João da Silva Carrão e Joaquim José Pinto Bandeira – alguns autores atribuem a fundação de Palmas ao Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, que realizou o primeiro levantamento cartográfico do Rio Iguaçu e afluentes.

Por esse período inúmeros caciques Jê, os *Põ'i – Bang*, como Condá, Vitorino, Viri, Doble, Nonohai, Fongue e Nicofé já haviam, ou logo se tornariam, se aliado aos brancos (a maioria recebeu o título de capitão e eram pagos pelo governo provincial de São Paulo), controlando “toldos”, servindo de guias e auxiliando na captura de grupos resistentes e dispersos. Muitos desses líderes ao se “branquearem” são tidos pela historiografia indígena como destruidores, questão controversa, dos seus povos e auxiliares na disseminação da conquista. Assim, gradualmente ao longo do século XIX os outrora campos indígenas Jê, *Koran-Bang-Rê* (Guarapuava) e *Kreie-Bang-Rê* (Palmas), gradativamente iam sendo dominados e ressignificados pelos novos colonizadores brasileiros brancos. E é

embasado em fatos ocorridos nesse cenário histórico que J. H. Elliott compôs a sua novela.

O enredo da história se desenvolve de maneira linear, tendo como personagens principais os jovens indígenas Aricó e Caocochée. Aricó era filha do famoso Cacique Nonohay, cuja tribo habita ao sul dos Campos de Kreie-Bang-Rê (Palmas) nas confluências do Rio Goioen (Uruguai). Da mesma tribo distingue-se o grande guerreiro Caocochée. Ambos compartilham de um amor desmedido e vivem os prazeres da vida livre e selvagem. Um dia, porém, Nonohay recebe a visita do Cacique Condá (líder que, entre tantos outros, havia se tornado “civilizador” e “catequizador” a serviço dos brancos). Condá, portanto, vinha com a missão de convencer Nonohay a deixar a vida errante nos campos e juntar-se nos aldeamentos com os outros indígenas conquistados – na obra de J. H. Elliott Condá estava a mando do Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, um dos grandes conquistadores dos campos sulinos.

A angústia e as dúvidas tomam os corações de Aricó e Caocochée, pois temiam separar-se e não verem mais um ao outro. Os indígenas se reúnem então em um grande conselho e é tomada a decisão de rumarem com Condá para o acampamento do Chopim, pois Condá era eficiente nos trabalhos de “civilizamento” que os brancos lhe incumbiam. No grupo que acompanhou Condá estava o guerreiro Caocochée. Durante o conselho, porém, um vaticínio aterrador foi proclamado pelo velho e sábio *Pahi*, Yopáia. Bradou Yopáia: “[...] *Ide, parti, para que mais demora? Os filhos de Inhatambang estão gritando de fome e os corvos e cães esperam vossa chegada. Ide, que em breve sereis o alvo das balas e vos vereis sacrificados no altar da mais sanguinolenta e horrível carnificina [...].*”

Nesta parte da novela o lamento visionário do velho Yopáia, para J. H. Elliott, metaforicamente simboliza a queda, a desestruturação da cultura, a morte do ethos de um povo; a vitória do conquistador e o flagelo de autênticos americanos. A conquista plena do colonizador. E na visão do velho *Pahi* os povos indígenas, donos da terra, no limiar de tempos novos: a morte, as doenças e o aprisionamento.

Foram, assim, os Jê em comitiva para os Campos de Curramburg. Ocorre, no entanto, que neste mesmo momento o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira perde seu posto para o bandeirante Pedro de Siqueira Cortes, grande inimigo dos nativos americanos, caçador de indígenas e conquistador pelas armas.

E assim que a comitiva cruzou os Campos de Chapecó foi surpreendida pelos homens e mercenários de Pedro Siqueira Cortes. Armas, tiros, correria e desespero. Na armadilha a bandeira disparou sobre os indígenas – homens, mulheres e crianças. É onde se acentua a tensão da novela, nas Partes VII e VIII. E será Aricó, junto com seu irmão Coré, que havia seguido os passos dos migrantes à busca do grande amor Caocochée, que mais tarde encontra o campo da morte e quando a dor mais profunda perpassa seus corações. À busca do amado Caocochée a novela entra no seu ápice e a linearidade se completa: Aricó descobre que o amado está salvo e são na casa do *Pahi* Cufá, na grande povoação (provavelmente Palmas?). Os amantes se encontram e Caocochée carrega em triunfo a mulher amada para sua taba.

Na conclusão da novela J. H. Elliott deixa dúvidas se sua obra baseou-se totalmente em fatos e personagens reais ou não. Relata que meses depois ao viajar pelos Campos de Palmas e ao cruzar as planícies do Chapecó encontrou Condá e este lhe apresentou dois jovens, seu sobrinho e a esposa, que se chamavam respectivamente Caocochée e Aricó; “embranquecidos” e sucumbidos à nova civilização branca. Teria realmente J. H. Elliott conhecido em uma das suas entradas aquelas que seriam as duas personagens principais de sua novela?

QUADRO 5 - VOCABULÁRIO JÊ E TUPI NA NOVELA ARICÓ E CAOCOCHÉE DE J. H.ELLIOTT.

Condá	Líder tribal
Goioen	Rio Uruguai
Aricó	Heroína Jê
Caocochée	Guerreiro Jê
Nonohay	Líder tribal
Ming	Onça
Inhoron	Anta
Butiá	Fruto de coqueiro
Piraju	Peixe dourado
Tupê (Tupan)	Deus
Curramburg	Campos de Palmas
Aquiqui	Bebida ritual de pinhão
Curu	Manto de urtiga
Inhatanbang	Corvo branco
Pahi cufa	Chefe velho
Paiquerê	Campos livres
Yopáia	Velho pajé
Pandareis	Padre
Coré	Jovem guerreiro Jê
Chapêcô	Rio

Fonte: ELLIOTT, John Henry. Aricó e Caocochée: uma história fundada em factos. In: revista Ilustração Paranaense (1928).

APÊNDICE 4 – O JASMIM: PERIÓDICO LITERÁRIO E RECREATIVO – J. H. ELLIOTT, 1857: ESTUDO

A primeira edição do *O Jasmim – Periódico Litterario e Recreativo* (FIGURA 45) surgiu em um domingo, 20 de setembro de 1857, editado pela Tipografia de Cândido Martins Lopes. Já no número 1 aparece o conto-romance intitulado *O Engeitado - Romance Original*, que alguns pesquisadores e escritores como Jerry W. Hardin¹⁵⁵ atribuem a J. H. Elliott. Pioneiro, pelo que até o momento se pode verificar, é o primeiro jornal literário de Curitiba e do Paraná, tendo surgido apenas três anos após *O Dezenove de Dezembro*, cuja primeira edição foi lançada em um sábado 1º de abril de 1854. E apenas um ano antes de outro pioneiro, *O Escolar* de Campo Largo de 1855.

FIGURA 45: O JASMIM, ED. FAC-SIMILAR. 1ª SÉRIE, Nº 1, 1857.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Curitiba.

¹⁵⁵ HARDIN, Jerry W. *O Cocar Quebrado: Duas Histórias Indígenas de John Henry Elliott*. Atlanta, USA: Ipê Alliance Press, Edição Bilingüe, 1994.

O que ainda torna mais singular O Jasmim é o seu caráter heterodoxo; um periódico dedicado à literatura, poesia e arte numa nascente província. Onde, por certo, frente à mentalidade conservadora e pouco ilustrada da época, deve ter tido dificuldades de encontrar número razoável de assinantes e leitores. Lembremos ainda que o “vanguardista” *A Galeria Ilustrada* só surgiria em 1888, às margens da República, trinta anos depois do O Jasmim.

Um anúncio publicado no O Dezenove de Dezembro de 9 de setembro de 1857 dá a medida do que desejavam os criadores do periódico; assim diz: *“Brevemente sairá a luz um periódico recreativo dedicado ao belo sexo curitibano, intitulado O Jasmim. As pessoas que quiserem honrar as suas páginas com os seus escritos poderão deixar nesta litografia os originais, que serão imediatamente publicados, vindo conforme o programa que será dado no seu primeiro número. Aceitam-se assinaturas a 1\$000 por mês.”* Este pequeno anúncio nos parece cheio de informações e pode-se, minimamente, decompô-las para revelar o projeto dos seus autores. Primeiramente, ele diz que sairá a luz um periódico dedicado ao “belo sexo”. Nota-se que a literatura, e especialmente a poesia, podiam parecer então entes estranhos para o sexo masculino, já que o aqui é denominado belo sexo é, evidentemente, a mulher. Uma estratégia para conquistar leitores, trazendo à companhia do jornal as mulheres, tão sensíveis e misteriosas como a literatura e a poesia, segundo a intenção dos idealizadores. Segue o anúncio dentro do seu “espírito de vanguarda” conclamando as leitoras, e leitores, a publicarem seus escritos no periódico. Por fim, conclama os interessados a assiná-lo por um conto de Réis, ou mil Réis por mês.

O Jasmim nasceu diferente: inovador e alternativo¹⁵⁶; e é difícil precisar porque teve tão poucas tiragens. Dele só foram editados oito números, dos quais ainda não se encontraram os números 4, 6 e 7. Na edição fac-similar feita pela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte em 1980 esses números também estão faltantes. Cabe salientar que essa edição fac-similar foi feita a partir dos únicos exemplares de originais cuidadosamente conservados no Instituto Neo-Pitagórico de Curitiba.

¹⁵⁶ Naturalmente no contexto de sua época. Pois, por outro lado, continha o conservadorismo patriarcal e sexista do período, pois é dedicado, sobremaneira, às mulheres, mas como fossem estas musas passivas da “arte nobre” da literatura e não criadoras dentro desta mesma arte.

No “Prospecto” em sua primeira edição O Jasmim diz: *“O desejo de proporcionar aos nossos leitores um momento de distração, a par de alguns artigos interessantes, notícias curiosas e poesias, induzio-nos a dar publicidade a este – periódico –, cujo titulo tiramos do nome da flôr que nos é mais predilecta – o jasmim”*. É difícil, no entanto, afirmar de quem esta flor, bela flor, era predileta: John Henry Elliott ou Cândido Martins Lopes? Ou o “nos é mais predilecta” nos leva a concluir que o era de ambos? O pronome nós, “oculto”, pode indicar tanto um impessoalidade subjetiva do narrador, ensejando humildade e prudência, como o nós efetivo: muitos outros juntos. Talvez o advento de O Jasmim fosse a realização de mais pessoas, que juntas partilhavam anseios e desejos similares. J. H. Elliott, além do *O Engeitado*, que surge já no primeiro número, só começa a ter publicada sua novela, possivelmente, nos números 6 ou 7 – números que ainda não se teve acesso –, pois no 5 ainda não havia sido publicada e no número 8 traz a informação “continuação”.

“Aricó e Caocochee ou Uma Voz no Deserto – Historia fundada em factos, Dedicada ao Illm. E Exm. Sr. Barão de Antonina por João Henrique Helliot em 1844.” Este é o título da novela de John Henry Elliott com subtítulo e dedicatória ao Barão de Antonina. Com o nome abasileirado John Henry já havia tornado-se João Henrique, e o sobrenome Elliott também já grafado de várias formas, aqui “*Helliot*” escrito com “H” e sem um “T”. A descrição “*Historia fundada em factos*” também já demonstra que seu conhecimento de viajante e explorador o colocava em sintonia com os acontecimentos da terra; entre esses a vida do sertão e àqueles que envolviam os povos indígenas que já haviam tanto lhe fascinado.

Outra coisa importante a considerar é que José de Alencar, por exemplo, publicou seu primeiro romance indigenista O Guarani também em 1857. No entanto, embora Aricó e Caocochee só tenha aparecido em 1857, conforme diz o título na publicação do O Jasmim, foi composta em 1844 e publicada somente 13 anos depois. É bastante curiosa essa inferência, pois se J. H. Elliott compôs mesmo a partir do ano 1844 isso torna a sua acanhada novela uma obra pioneira do gênero – embora do ponto de vista literário a obra não esteja, obviamente, à altura daquela do grande romancista brasileiro. Porém, quem sabe houvesse tido J. H. Elliott a oportunidade de exercitar melhor a literatura e amadurecer-se como escritor

teria legado uma obra mais consistente e de extrema importância para a história da literatura regional paranaense.

O Jasmim sem dúvida é um importantíssimo documento da época. Seu pioneirismo o eterniza. E se pode ser estudado em tempos atuais, 153 anos depois, é porque venceu o tempo. E parece que de algum modo seus idealizadores sabiam disso, pois um detalhe singular chama a atenção quando o analisamos: em todos os números ele traz sempre a mesma epígrafe que carrega em si uma mensagem quiçá incontestada e que tem transposto os séculos da cultura: *“a leitura é de todas as artes a que menos custa, e a que mais rende. Castilho”*.

APÊNDICE 5 – DADOS BIOGRÁFICOS

De acordo com o que se levantou até o momento nesta pesquisa, casou-se J. H. Elliott em 1857. Sua esposa chamava-se Reginalda da Rocha Sotil, a “megeira” que Thomas Plantagenet Bigg-Wither descreveu em seu livro como relato da estada pela região paranaense entre 1872-1875. O historiador paranaense David Carneiro deixou o seguinte relato tirado segundo suas próprias palavras de um documento atestatório (ainda a se confirmar ou refutar):

Para melhor elucidar um trecho capital da vida do nosso biografado (e também amargo) reproduzimos o documento atestatório do seu enlace: *“João Henrique Elliott e Reginalda Sotil. Aos 22 de abril de 1857, neste aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, o Sr. João Henrique Elliott, de nação norte-americana, abjurou solenemente os erros de nascimento e abraçou a religião católica, casando com Reginalda da Rocha Sotil, filha natural de Francisca da Rocha Sotil, nascida em Itapeva (Faxina) província de São Paulo. Foi oficiante frei Timóteo de Castelnuovo e testemunhas do ato Joaquim Francisco Lopes e João José Pires”*. (CARNEIRO, 1987, p. 26-27).

D. Carneiro, no trecho em que transcreve este relato, diz que estava reproduzindo “o documento atestatório do seu enlace” (do viajante-artista). Provavelmente, então, tratava-se de documento oficial do casamento religioso – neste período ainda não havia o casamento civil – feito pelo Frei Timóteo de Castelnuovo; sem, no entanto, citar a fonte ou a origem de onde o documento provinha e que teria tido acesso. Outro dado interessante é a descrição *que “abjurou solenemente os erros do seu nascimento e abraçou a religião católica”*. Como norte-americano de origem, não sabemos, por ora, qual era a religião de J. H. Elliott. Os EUA, desde a Convenção Constitucional da Filadélfia, Pensilvânia, em 1787, era um dos países que já garantia a liberdade religiosa através da *Bill of Rights* e grupos religiosos importantes haviam estabelecido a colonização de muitas regiões, como os *Quakers* na Pensilvânia, por exemplo. O fato é que para casar-se “converteu-se” ao cristianismo, como assim era feito com os indígenas e os africanos como trânsito necessário para a assunção da “cidadania” brasileira sob o regramento do Estado Imperial-Católico.

Segundo esta mesma fonte, tiveram J. H. Elliott e Reginalda da Rocha Sotil cinco filhos: João Henrique Elliott Junior; Benjamin Israel Elliott; Maria Joana Elliott, que se casou com Antonio Rodrigues da Costa; Josefa Luíza Elliott, que se casou com um senhor chamado Thomas Westley e Maria Josefina Elliott. A julgar pelas informações de pesquisa analisadas, quando J. H. Elliott casou-se já tinha filhos com Reginalda e aceitou as convenções da união religiosa também para legitimá-los perante a igreja. O pesquisador Sá de Carvalho¹⁵⁷, também relatado por David Carneiro, no seu artigo de 1920 escrito para o jornal O Estado de São Paulo atesta o seguinte:

Quase tudo quanto existia nos sertões do Paraná, provinha ainda dos trabalhos de catequese de índios, trabalhos esses patrocinados pelo Barão de Antonina, sob a chefia dos frades Timóteo de Castelnuovo e Luís Semitille [...]. Fora o Barão o mandante da abertura de picadões de Castro para Tibagi e ainda o organizador de expedições de exploração de um caminho para Mato Grosso até à colônia militar de Miranda. (SÁ DE CARVALHO, 1920).

E segue, relatando sobre as conquistas e o estabelecimento da colonização nos sertões do Mato Grosso e do Paraná:

Fui ao Paraná à cata de possíveis documentos em poder dos descendentes do sertanista Joaquim Francisco Lopes e do engenheiro João Henrique Elliott, os homens que, a mando do Barão, exploraram quase todo o Sul desconhecido, de Mato Grosso, e que, para o dito Barão, realizaram ali várias e importantes posses na zona hoje compreendida pelo território de Ponta Porá [...]. Somente existiam naquele sertão de mataria, os vilarejos de Jataí e São Jerônimo, o primeiro fundado pelo frade capuchinho Timóteo de Castelnuovo, e o segundo, em 1859, pelos inseparáveis sertanistas Francisco Lopes e J. H. Elliott. Lopes era natural de Pium-Í, centro de Minas Gerais, e Elliott um escocês (sic) e possivelmente de alta linhagem. Ambos aventureiros. Lopes amava as caçadas. Elliott as emoções, desde a pirataria (sic) marítima, até as devassas do desconhecido. (SÁ DE CARVALHO, 1920).

E ainda sobre biografia de J. H. Elliott e J. F. Lopes:

Ambos faleceram velhos, nos sertões do Tibagi, em 1884 (sic). Lopes foi diretor da colônia indígena de São Jerônimo (de 1859 a 1868 (sic)) e João Henrique Elliott daí até a sua extinção.

¹⁵⁷ Artigo publicado no O Estado de São Paulo em 1920, relatado e constante dos arquivos do professor David Carneiro.

Joaquim Francisco Lopes foi casado três vezes, sendo sua segunda mulher Maria da Conceição Vergueiro, neta natural do Barão de Antonina. Dos três matrimônios deixou 12 filhos. João Henrique Elliott depois de convívio longo com uma escura de nome Reginalda Rocha, casou-se com ela e deixou cinco filhos: Joana Maria, João Henrique, Maria Joana, Josefina e Benjamin Israel. A povoação de Santa Bárbara possuía vestígios de sua atividade passada, edificações boas e arruamento moderno. (SÁ DE CARVALHO, 1920).

Pode-se, a priori, considerar críveis os apontamentos de Sá de Carvalho quanto à sua viagem, pois no artigo descreve a sua própria incursão a campo e os levantamentos que fez *in loco* sobre a povoação de Santa Bárbara, região dos Sertões do Tibagi, o local de sepultamento de J. F. Lopes e J. H. Elliott e o possível destino de parte do espólio do viajante-artista:

No cemitério local pude visitar as sepulturas dos sertanistas Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott. Em 1884 tinha São Jerônimo 405 habitantes e em 1920, talvez o dobro. Fui ter no local Pedrinhas, caminho da Serra de Apucarana, morada de Dona Porcina, viúva de John Elliott Júnior onde **consegui originais preciosos, documentos de levantamentos vários**, especialmente do Sul de Mato Grosso. Tive notícias de que os **instrumentos de engenharia** de Elliott haviam sido vendidos para um Senhor Espírito Santo, prático em agrimensura, que morreu em Curitiba e deixou viúva Dona Júlia Green do Espírito Santo. **Passando na barra do Rio Congonhas, constatamos sinais deixados em 1846 e 1848 por Joaquim Francisco Lopes e João H. Elliott, com iniciais J.F.L. e J.H.E. gravadas fortemente na pedra.** (SÁ DE CARVALHO, 1920, grifo nosso).

Quanto à gravação em rocha nos territórios da barra do Rio Congonhas, foi esta confirmada neste trabalho, corroborando com os apontamentos de Sá de Carvalho, e foi analisada na tese no Capítulo 5. Em razão, sobretudo, dos relatos do próprio viajante-artista nos documentos do IHGB-RJ e da documentação fotográfica contemporânea feita no sítio reencontrado e cedida para esta pesquisa.

ANEXOS

ANEXO 1 – OS LIVROS DO PARANÁ (TRANSCRIÇÃO)

Por Aramis Millarch

Fonte: Jornal Estado do Paraná, página 8, 23/12/1980.

Dos quatro lançamentos feitos na sexta-feira, 19, pela Secretaria da Cultura e do Esporte, um tem especial significado: a edição em fac-símile de "O Jasmim", periódico literário e recreativo, editado a partir de 20 de setembro de 1857, acompanhado da primeira novela indianista publicada no Paraná, "Aricó e Caocochée", do cartógrafo americano João Henrique Elliott, publicada inicialmente no 8º número do "Jasmim" e, em 1928, na "Ilustração Paranaense", que o incansável João Baptista Groff aqui editava. Tendo como característica principal a abertura de espaço à promoção de matéria literária, como folhetins, poesias líricas piegas, além de "Variedades", da "Carteira do Jasmim", espécie de coluna social da época. "O Jasmim" é o exemplo da morte de nossa memória editorial: inexistente uma única coleção completa dos 8 números editados, de forma que nesta edição, fac-similada foram reproduzidos apenas os cinco números ainda existentes (1,2,3,5 e 8).

A professora Cassiana Lacerda Carollo, responsável pela área de editoração da SECE, em objetivo texto acentua: "configurando uma postura semelhante àquela adotada pelo "O Dezenove de Dezembro", exposta no editorial que deu início ao primeiro jornal do Paraná, "O Jasmim", periódico literário e recreativo, se anunciará como um periódico "alheio inteiramente à política", preocupado com o "preenchimento do dever da civilidade" e "respeito à moral e à região" e interessado em não ferir suscetibilidades. O conceito do jornal literário e recreativo já traduz uma concepção de literatura como distração ou como forma de preenchimento do tempo ocioso, daí a referência especial à leitora do sexo feminino (...). Ao destinar-se ao público feminino, "O Jasmim" atende à ideologia burguesa que enquadra em espaço "pouco sério" a participação da mulher na sociedade e o fazer artístico - como atividade recreativa, donde a insistência na concepção "divertida" das publicações". Apesar das pesquisas feitas até hoje não se conseguiu identificar quem era o editor do primeiro jornal literário paranaense, sabendo-se

apenas que era impresso na gráfica de Cândido Lopes, onde também se fazia "O Dezenove de Dezembro". Como encarte desta reedição de "O Jasmim", em papel kraff, formato de envelope, é reproduzida a primeira novela indianista escrita no Paraná, "Aricó e Caocochée ou Uma Voz no Deserto", que seu autor, João Henrique Elliot, dedicou, em 1844, ao Barão de Antonina.

O professor Newton Carneiro, um dos pesquisadores da cultura paranaense, acentua que a impressão fac-similar de "O Jasmim" e a reedição de "Aricó e Caocochée" abre a dupla possibilidade de estudo melhor sobre as origens do periodismo paranaense no quadro social curitibano dos primeiros tempos de emancipação, como permitem a reavaliação do indianismo de Elliot. Carneiro também lamenta a falta de cuidado na conservação das publicações paranaenses, pois "a própria busca é difícil, pois não se tem informação de que o oitavo número tenha sido efetivamente o último", acentuando ainda que "omissão e descasos tão estranhos fazem-nos pensar na grave responsabilidade que os homens do passado assumiram com a posteridade paranaense".

As gerações que estruturaram a administração da província comprovaram ter consciência dos seus deveres culturais: criaram a Biblioteca Pública, o Arquivo, o Museu Paranaense, o teatro, a Escola de Música e Belas Artes. Esforço tão considerável para a insignificância do nosso meio, àquela época, lhes terá feito omitir a obrigação elementar de guardar as coleções dos periódicos aqui editados. De alguns deles não se conhece um único exemplar e do próprio "O Dezenove de Dezembro" não se tem notícia de nenhuma coleção completa! De modo geral quase todos são poucos acessíveis ao público, dado a sua extrema raridade. Por isto, a reimpressão de "O Jasmim", da "Galeria Paranaense", do "Dezenove de Dezembro" (8 anos de 1854 e 1855, agora lançado) e agora da "Revista do Paraná" se constituem em elogiáveis iniciativas que, se espera, tenham continuidade.

**ANEXO 2 – MAPPA CHOROGRAPHICO, 1847 – J. H. ELLIOTT. RETRATA O
PARANÁ E TERRITÓRIOS ADJACENTES E TAMBÉM AS
ENTRADAS DE 1844 A 1847**



ANEXO 3 – MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1863 – J. H. ELLIOTT. RETRATA O PARANÁ E TERRITÓRIOS ADJACENTES E COM REPRODUÇÃO DA VISTA DO ALDEAMENTO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

